

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESCOLA DE HUMANIDADES MESTRADO EM HISTÓRIA

GISELLE HIRTZ PERNA

ELAS MERECEM SER LEMBRADAS:

migração venezuelana para Porto Alegre – uma análise a partir das interfaces gênero migração

PORTO ALEGRE
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO – ESCOLA DE HUMANIDADES
MESTRADO EM HISTÓRIA

GISELLE HIRTZ PERNA

ELAS MERECEM SER LEMBRADAS:
migração venezuelana para Porto Alegre – uma análise a partir das interfaces gênero-
migração

PORTO ALEGRE

2023

Giselle Hirtz Perna

**ELAS MERECEM SER LEMBRADAS:
migração venezuelana para Porto Alegre – uma análise a partir das interfaces gênero-
migração**

**Dissertação apresentada como requisito
para a obtenção do grau de Mestre em
História pelo Programa de Pós-Graduação
em História Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul.**

Orientadora: Prof. Dra. Claudia Musa Fay

PORTO ALEGRE

2023

Ficha Catalográfica

P452e Perna, Giselle Hirtz

ELAS MERECEM SER LEMBRADAS : migração venezuelana para Porto Alegre – uma análise a partir das interfaces gênero-migração / Giselle Hirtz Perna. – 2023.

186.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Musa Fay.

1. Migração feminina, Venezuela, Gênero. I. Fay, Claudia Musa. II. Título.

Giselle Hirtz Perna

ELAS MERECEM SER LEMBRADAS:

**Migração venezuelana para Porto Alegre – uma análise a partir das interfaces gênero-
migração**

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do grau de Mestre em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande
do Sul.

Aprovada em: 27 de janeiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Claudia Musa Fay – PUCRS (Orientadora)

Prof. Dr. Antonio de Ruggiero - PUCRS

Prof. Dr. Luís Carlos dos Passos Martins – PUCRS

Prof. Dr. Peter Mark Beattie – Michigan State University (USA)

Porto Alegre

2023

Odojá!! Minha mãe *Yemanjá*, senhora dos mares e das cabeças (*bori*). Lhe saúdo pedindo equilíbrio para a mente. Abro essa gira, citando Rufino (2021, p. 4): “Não basta catar a folha, é preciso saber cantá-la. Para cada uma delas que brota, um trato. Com o devido pedido de licença aos moradores do lugar, a folha se cata, macera, seca, queima, e se sopram palavras de força que despertem o que nela habita”. Assim, catei neste trabalho todas as folhas que me foram apresentadas e as soprei em palavras. Essas folhas são as mulheres venezuelanas que entrevistei. Permite que delas saíssem suas vozes caladas, me silenciando para ouvi-las. A força da demanda cuspidada de suas forças, das batalhas e de suas curas. Assim, dedico essas próximas páginas para essas mulheres que me cantaram suas giras de vida, suas fúrias, inquietações, rebeldias e liberdades. Dessa aprendizagem, planto aqui, suas memórias, os saberes de seus corpos silenciados. Dessas folhas se faz os remédios e os venenos de suas invisibilidades e do nascimento de suas narrativas.

Consagro aqui também, as pessoas que estiveram ao meu lado nessa peleja. Às mulheres que me criaram, e que me emprestaram suas forças de lutas nessa sociedade que nos coloca sempre à margem. Minha mãe e minha avó. Duas mulheres, cujo sangue quente de Iansã, me apresentaram as demandas da vida e me ensinaram a vencê-las, me tecendo com suas sabedorias.

Dedico às forças masculinas, de Xangô e Ogum, meu pai e meu marido, que me incentivaram nessa dança acadêmica. Não soltaram a minha mão quando acreditei ser incapaz de consagrar tais linhas. O ponto de ponderação que fez possível este trabalho, foi neles que me inspirei. Ambos são a minha dualidade quando eu era o fogo da ansiedade, eles foram a água que me acalentaram, quando eu fui o vento forte que soprava nervoso, eles foram a calmaria. Ao meu esposo, Patrique Basso, que nunca duvidou que eu fosse capaz de seguir esse caminho na reconstrução do meu eu mulher/mãe/historiadora, sendo o lugar onde me conforto, onde me solidifico e que foi meu braço direito na construção desta pesquisa, cedendo seu tempo entre revisar, ler e filmar as entrevistas.

Mas sem dúvida, a dedicatória mais importante é para ela, Valentina. Minha menina. Precisei deixar de ser filha para desempenhar o papel mais lindo que tive: o de ser sua mãe. Tu és o meu presente divino que Oxalá me deu, pois quando imaginei estar sozinha no mundo, tu vieste e abriste os olhinhos, tão pequenos e tão ávidos de conhecimento. Hoje, tu és minha amiga, minha companheira, minha metade. Não sou ninguém sem ti. É por isso que te dedico este trabalho, pois foi tua existência que me motivou recomeçar. É para ti que dedico cada giro dessa dança, cada folha soprada da demanda que abro nesse caminho. Te amo!

*In memória de Neiva Hirtz Perna. Minha mãe
querida te dedico este orgulho onde você
estiver.*

AGRADECIMENTOS

Nesses anos de mestrado, de muito estudo, esforço e empenho, gostaria de agradecer a algumas pessoas que me acompanharam e foram fundamentais para a realização de mais este sonho. Por isso, expresso aqui, através de palavras sinceras, um pouquinho da importância que elas tiveram, e ainda têm, nesta conquista e a minha sincera gratidão a todas elas.

Em primeiro lugar, quero agradecer à Instituição de Fomento CNPQ, que possibilitou que eu me dedicasse exclusivamente a este trabalho pelo período de dois anos. Tal confiança e incentivo foram fundamentais para que eu construísse essa nova fonte de pesquisa.

Minha gratidão à Prof^{ra}. Dr^a. Claudia Musa Fay, minha orientadora. Obrigada por sua dedicação e, principalmente, obrigada por sempre ter acreditado e depositado sua confiança em mim ao longo de todos esses anos de trabalho que se iniciaram ainda na graduação. Sem sua orientação, apoio, confiança e amizade, não somente neste trabalho, mas em todo o caminho percorrido até aqui, nada disso seria possível.

Agradeço à Ivete Spindola pela colaboração na busca de minhas fontes e nos esclarecimentos acerca do trabalho desenvolvido de assistência a estas pessoas que o Brasil vêm acolhendo nos últimos anos.

Agradeço à Maria Farjado, diretora da SOS Aldeia Infantil, pela entrevista cedida, e ao senhor Anderson Hammes (Diretor da CIBAI Migrações), que me acolheu durante minha pesquisa de campo, abrindo as portas da instituição para me receber de braços abertos, me proporcionando uma verdadeira imersão no cotidiano dessas mulheres venezuelanas que estão aqui em Porto Alegre na luta por dias melhores.

Agradeço, em especial, às mulheres venezuelanas que me cederam seu tempo e suas narrativas íntimas, para que eu pudesse dar-lhes voz. Sem suas histórias, não haveria este trabalho. Elas me confiaram aquilo que era de mais íntimo e traumático. Abriram suas casas, mostraram suas famílias. É para vocês meu sincero agradecimento.

À Domingas (que se tornou uma grande amiga), Mariana, Maria Elena, Paulina, Célia, Andreia, Moreidys, e todas as mulheres que participaram deste trabalho. Vocês levam minha total admiração por suas histórias. Muito obrigada!

“Um homem não te define
Tua casa não te define
Tua carne não te define
Você é seu próprio lar...”

RESUMO

A presente dissertação é resultado do projeto “Migrações e deslocamentos: relações internacionais, dinâmicas econômico-sociais e lógicas identitárias”, financiado pelo CNPq, cujo principal objetivo é compreender o fenômeno das migrações internacionais no mundo contemporâneo através de um olhar multidisciplinar que une diferentes formas de conhecimento. Busca-se, portanto, analisar os deslocamentos humanos frente às estruturas como contatos, acolhimento, redes de sociabilidade, questões sanitárias e de saúde, delimitado nas mulheres migrantes venezuelanas que entraram no Brasil entre os anos de 2016 a 2020, assoladas pela fome e a instabilidade econômica que a Venezuela enfrenta nos últimos anos. Dessa forma, essas mulheres passam a escolher o ato de migrar como um elemento, uma oportunidade de crescimento, sem levar em consideração as dificuldades do ser que migra, uma realidade que vai além das rupturas emocionais dos laços afetivos. Assim, sozinhas ou com seus filhos, essas mulheres cruzam as fronteiras da incerteza encontrando obstáculos nos itinerários que as acompanham na tentativa de sobreviver em uma sociedade que muitas vezes não colabora para seu desenvolvimento e interfere na construção de suas identidades e de uma esperança na busca de um único objetivo: Dignidade.

Palavras-chave: Migração feminina, Venezuela, Gênero.

RESUMEN

Esta disertación es el resultado del proyecto “Migraciones y desplazamientos: relaciones internacionales, dinámicas económico-sociales y lógicas identitarias”, financiado por el CNPq, cuyo principal objetivo es comprender el fenómeno de las migraciones internacionales en el mundo contemporáneo a través de una perspectiva multidisciplinar que une diferentes formas de conocimiento. Por lo tanto, el objetivo es analizar los desplazamientos humanos frente a estructuras como contactos, acogida, redes de sociabilidad, temas sanitarios y de salud, delimitados en mujeres migrantes venezolanas que ingresaron a Brasil entre los años 2016 a 2020, devastadas por el hambre y la inestabilidad económica que Venezuela ha enfrentado en los últimos años. De esta forma, estas mujeres pasan a elegir el acto de migrar como un elemento, una oportunidad de crecimiento, sin tomar en cuenta las dificultades del ser que migra, realidad que va más allá de las rupturas emocionales de los vínculos afectivos. Así, solas o con sus hijos, estas mujeres cruzan las fronteras de la incertidumbre, encontrando obstáculos en los itinerarios que las acompañan en un intento por sobrevivir en una sociedad que muchas veces no colabora para su desarrollo e interfiere en la construcción de sus identidades y de una esperanza en la búsqueda de un único objetivo: la Dignidad.

Palabras clave: Migración femenina, Venezuela, Genero.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – CIBRAI Migrações	63
Figura 2 – Material utilizado para o trabalho de imersão	64
Figura 3 – Painel de políticas migratórias nos três governos	117
Figura 4 – Fronteira Brasil/Venezuela	122
Figura 5 – Operação de deportação em massa de venezuelanos em Roraima, 10 dez. 2016	125
Figura 6 – Visita do Ministro Ricardo Barros ao hospital de Pacaraima, onde a demanda cresceu após a imigração de venezuelanos	128
Figura 7 – Reunião com o presidente Michel Temer e autoridades do governo de Roraima	130
Figura 8 – <i>Print</i> do Decreto do Presidente Michel Temer, em 2018, atribuindo e autorizando a presença das Forças Armadas na fronteira de Pacaraima e Santa Elena ..	131
Figura 9 – A governadora de Roraima, Suely Campos (PP), anunciou que ingressou hoje (13) com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que a União seja obrigada a fechar, temporariamente, a fronteira com a Venezuela	132
Figura 10 – Organização do Programa de Força Tarefa Operação Acolhida por eixo de atuação (Decreto n.º 9.970, de 14 de agosto de 2019)	135
Figura 11 – Mecanismos de operação do Programa Acolhida	137
Figura 12 – Abrigo Hélio Campos, em Boa Vista, Roraima	138
Figura 13 – Moradores de Roraima ateam fogo a abrigo de venezuelanos	139
Figura 14 – Organograma das modalidades de interiorização	142
Figura 15 – Bolsonaro vê imigrantes como “ameaça”	148
Figura 16 – Primeira leva de migrantes venezuelanos chega ao Rio Grande do Sul	156

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Renda per capita da Venezuela, Brasil e Costa Rica: 1980-2020	102
Gráfico 2 – Declínio econômico e produção nacional desde 2014	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Divisão sexual do trabalho segundo Yannoulas	87
Quadro 2 – Dados do Departamento da Polícia Federal (DPF) até maio de 2018	136
Quadro 3 – Primeira etapa da interiorização de imigrantes	141
Quadro 4 – Painel de interiorização até outubro de 2018	157

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AI – Ato Institucional
CIBAI – Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações
CIC – Conselho de Imigração e Colonização
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIR – Comitê Intergovernamental para Refugiados
CNIg – Conselho Nacional de Imigração
COMIGRAR - Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio
CONARE – Comitê Nacional para Refugiados
CRAI - Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes
CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil
CSN – Conselho de Segurança Nacional
DEEST/MJ – Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça
DFSP - Departamento Federal de Segurança Pública
DIDH - Direito Internacional dos Direitos Humanos
DIH - Direito Internacional Humanitário
DIR - Direito Internacional dos Refugiados
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPF - Ministério Público Federal
MRE – Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty)
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIR – Organização Internacional dos Refugiados
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas PAJ – Processo de Assistência Jurídica
PLS – Projeto de Lei do Senado Federal
PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos
RNE – Registro Nacional de Estrangeiros
SDH – Secretaria de Direitos Humanos
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SGEB - Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior
SNI – Serviço Nacional de Informações

STF – Supremo Tribunal Federal

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Partindo para <i>nuestra charla</i>	16
1.2 Conceitos Estabelecidos	19
1.3 Metodologia	25
1.4 Estrutura do Trabalho	30
2 ECHA PÁ LANTE! FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES. AS INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO E OS PROCESSOS DE MOBILIDADE COMO ELEMENTO DE INVISIBILIDADE. MULHERES E SUAS NARRATIVAS	33
2.1 Mulheres em trânsito: feminização das migrações e a inserção dos estudos de gênero nas pesquisas sobre mobilidade	33
2.2 Os Estudos de Gênero e o protagonismo em cena a partir do Feminismo Decolonial	36
2.3 <i>Nuestras Charlas</i>: as Entrevistas	39
2.4 Primeiro grupo: via <i>Zoom</i>	44
2.4.1 Marina: “Tudo que fiz foi pelos meus filhos!”	44
2.4.2 Paulina: “Minha mãe ainda não conhece minha filha!”	48
2.4.3 Célia: entre Harina e Arepas	51
2.4.4 Maria Elena: a intelectual	54
2.4.5 Domingas: “Tinha medo de acontecer alguma coisa comigo!”	57
2.4.6 Andréia: mãe solo	60
2.5 Segundo Grupo – CIBAI Migrações	63
2.5.1 Valerik, Gabriela e Sofia: entre violência e o fazer a vida	63
2.5.2 Carmem: a professora de costura	68
2.5.3 Luz: em busca de qualificação	69
2.5.4 Andreia: outra mãe solo	70
2.5.5 Gabriela: a enfermeira	72
2.5.6 Moreidys: a palhacinha que hoje está feliz	74
2.5.7 Alexandra e Mariana	77
2.6 Análise das entrevistas	78
2.6.1 Compreendendo as exigências sociais	78

3 VENEZUELA DA PROSPERIDADE À ENCRUZILHADA DE CHÁVEZ	91
3.1 A Venezuela: a construção de outra via	91
3.2 Da Venezuela Saudita à crise das <i>commodity</i>	92
3.3 <i>El empeso del fin</i>	101
4 AS RELAÇÕES BRASIL E VENEZUELA: DA PASSIVIDADE À FUGA DE VENEZUELANOS PARA O BRASIL	110
4.1 A construção de pontes nas relações Brasil-Venezuela nos governos Lula e Dilma	112
4.2 Anos difíceis para o Brasil e Venezuela: <i>impeachment</i> e o falecimento de Chávez	117
4.3 A ascensão de Maduro e a primeira onda de migrantes venezuelanos no Brasil: uma migração qualificada	118
4.4 A “Dieta de Maduro” e a segunda onda de migrantes venezuelanos para o Brasil: uma resposta urgente à migração do desespero	121
4.5 A resposta do Governo Federal e a criação da Operação Acolhida: securitização ou acolhimento?	129
5 A OPERAÇÃO ACOLHIDA: FORÇA TAREFA LOGÍSTICA OU HUMANISTA?	135
5.1 A terceira frente da Operação Acolhida: o Programa de Interiorização (PNI)	140
5.2 As modalidades	141
5.3 A crítica ao PNI	142
6 O BOLSONARISMO E A POLÍTICA INTERNA DAS MIGRAÇÕES	147
7 INTERIORIZAÇÃO PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	156
8 CONSIDERAÇÕES	161
REFERÊNCIAS	169

1 INTRODUÇÃO

“Eu não me vejo nas palavras
Fêmea alvo de caça, conformada vítima
Prefiro queimar o mapa
Dia de novas estradas
Ver cores na vida...”

1.1 Partindo para *nuestra charla*

Nuestra Charla se empesa através de um grande processo de escrita e vivências, que englobam diversos momentos reflexivos a respeito dos “sujeitos” da pesquisa. Assumo uma escrita em primeira pessoa, pois tal corpo textual é o resultado de uma união de fatores e sentimentos que me levaram a estudar sobre os processos de mobilidade onde mulheres são as protagonistas de seus percursos.

Dessa forma, a escolha do objeto de pesquisa se deu através de dois fatores: pessoal e acadêmico. Do ponto de vista pessoal, o trabalho realizado durante a construção do projeto de estudo me proporcionou conhecer as especificidades críticas que a Venezuela enfrenta em seu campo político e econômico, se configurando como o maior contingente de migrantes concentrados no que conhecemos de migrações SUL-SUL. Através de sua proporção, é possível observar, que seus nacionais vêm traçando uma fuga sem precedentes, na busca de melhores condições de vida.

Do ponto de vista acadêmico, ao observar ainda a existência de uma lacuna no que concerne às análises das migrações femininas, sobretudo, nas mulheres venezuelanas, notou-se a importância da abordagem nessa área de conhecimento, lincando a perspectiva das Feminização das Migrações, os estudos de gênero e a História Oral, propondo um espaço de interação e narrativas de mulheres que vivenciam os processos de migração diariamente na construção de suas identidades.

Assim, delimito minha pesquisa, na figura das mulheres migrantes venezuelanas, cujas trajetórias iniciaram-se entre os anos de 2016 e 2020 marco temporal caracterizado pelo aumento do contingente e a entrada desordenada de venezuelanos no Brasil, assolados pela crise econômica e política da Venezuela. São mulheres de 20 a 50 anos, em idade laboral que cruzaram as fronteiras da incerteza, deparando-se com obstáculos, mas que refletem as potencialidades de ajustamentos criativos frente às frequentes discontinuidades que a experiência do refúgio traz.

A intersecção entre gênero e migração, possibilitou ampliar meu conhecimento sobre as perspectivas de gênero, elencando uma parcela da população de extrema vulnerabilidade, porém de grande coragem. A condição de mulher, somada à condição de migrante, garante uma posição de inferioridade sem precedente na construção das identidades femininas, mesmo assim, elas concentram uma grande capacidade de transcender as dificuldades, rompendo preconceitos na luta por dignidade. Apesar de todos os desafios que emergem do contexto migratório, elas seguem impulsionadas pelos sonhos, pelas expectativas e pela necessidade de conquistar um novo capítulo para suas histórias.

Portanto, a presente dissertação é o resultado árduo do trabalho desenvolvido durante o período do meu mestrado na Pontifícia Universidade Católica, construído com o objetivo de valorizar os caminhos dessas mulheres migrantes/refugiadas, que residem hoje em Porto Alegre, as quais, ao longo de suas trajetórias de mobilidade, ofereceram-me de maneira solícita, um grande legado de narrativas, que rompem com o estereótipo da identidade vitimada ao invés de se fixar na narrativa de oprimidas e invisibilizadas.

A partir da conjugação das interfaces gênero e migração, foi possível construir, neste percurso investigativo, que tem por objetivo central compreender as dinâmicas das modalidades femininas, para além de seu aspecto opressor, os seguintes objetivos específicos:

- Entender as dinâmicas das mobilidades femininas, através dos estudos de gênero e da Feminização das migrações;
- Evidenciar o destaque, a força e o empoderamento dessas mulheres que, em sua condição diaspórica, romperam com as antigas análises dos estudos das migrações que não compreendiam a inserção da mulher como agente particularmente importante para os estudos das dinâmicas;
- Possibilitar um lugar de fala para essas mulheres migrantes venezuelanas que hoje residem no Brasil, nação escolhida por elas para um recomeço;
- Propor um espaço de interação íntimo para que suas narrativas sejam evidenciadas.

Neste sentido, o presente estudo – ao fazer uso das vozes de migrantes venezuelanas e, em consonância ao pensamento de Aceves Lozano (2000, p. 12), que nos brinda com a afirmação de que a História Oral é um elemento chave para a construção de fontes originais – torna-se um instrumento importante para nos inteirar sobre os processos de migração do século XXI, respondendo à questão norteadora desta pesquisa: **identificar e desvelar o protagonismo apresentado por mulheres venezuelanas diante dos desafios migratórios na cidade de**

Porto Alegre, tendo, como fio condutor, a perspectiva de gênero e a Feminização das Migrações.

Assim, pensando não apenas na produção científica, o trabalho em questão foi elaborado para suscitar reflexões acerca da importância de promover a visibilidade das mulheres migrantes, sob uma ótica que vai além das vulnerabilidades, trazendo à tona os protagonismos que emergem no contexto migratório das mulheres venezuelanas que chegam ao Brasil. Isso tornou possível que, ao final deste trabalho, se respondesse à seguinte hipótese: Mulheres são as maiores vítimas desse descaso conferido à nação bolivariana. Ao verem seus filhos passando fome, necessidade de atendimento médico, entre outras questões na qual a Venezuela vem sendo deficitária, elas buscam forças para romper com o papel de gênero imposto à elas de zelar pelos cuidados dos filhos e dos maridos, e partem em busca de uma nova perspectiva de vida. Resultado da emancipação da mulher em seus papéis sociais, essas mulheres passam de cuidadoras para provedoras, através de sua coragem e força na conquista de uma vida melhor.

Fui acometida, muitas vezes, por um sentimento de impotência e desconforto, por entender a dimensão da complexidade e os desafios que permeiam a vida dessas mulheres. Porém, percebi que apesar de todas as divergências, elas sempre se mostraram motivadas. Assumo este posicionamento e forma de ver o mundo como um ensinamento, um mantra a ser seguido. Como questionar meus problemas, se existem emergências ainda mais complexas cujos atores te presenteiam com sorriso e um brilho de esperança? Dessa forma, questionei-me como poderia contribuir para a construção de uma nova perspectiva acerca do protagonismo dessas mulheres em sua realidade migratória, pois, corriqueiramente, as mulheres migrantes são sempre vistas como um problema social para a sociedade de acolhida.

Portanto, parto do cotidiano de dois grupos de mulheres venezuelanas que vivem na cidade de Porto Alegre. Descrevo aqui, suas expectativas, seus projetos de vida, seus sonhos, suas dores e tristezas, trabalhando a categoria protagonismo, mediante a realidade vivenciada e compartilhada comigo por cada uma delas. Rompo dessa maneira com o silêncio dessas mulheres, com suas “falas estilhaçadas” (EVARISTO, 2017), bem como os antigos paradigmas que colocam sempre a mulher em um lugar de passividade e invisibilidade em relação ao contexto migratório.

1.2 Conceitos Estabelecidos

Pelas razões antes expostas, creio ser importante esclarecer o uso de alguns conceitos que compõem esta dissertação, como por exemplo a escolha do conceito de “sujeito da pesquisa” e não “objeto de pesquisa”, para designar o componente principal desta análise. Para Kilomba (2019), a palavra “objeto”, além de responder à problemática das relações de poder patriarcal, por não haver derivação no feminino (“objeta”), ainda estabelece o caráter de objetificação, extraindo a possibilidade de humanidade e identidades relacionadas. Trata-se de um termo colonial que reduz as existências e as subjetividades na descrição do sujeito dominado, reduzindo-o a um não lugar. Ao optar pela troca oportuna da palavra para “sujeitos da pesquisa”, busco reconfigurar nossas entrevistadas a um lugar de participação e construção da análise, sem reduzi-las a um mero objeto de conhecimento.

Outro conceito que se fará presente é o de “mestiça”. Cunhado através das raízes coloniais, durante muito tempo remeteu a uma função de inferioridade (KILOMBA, 2019, p. 19). Em sua terminologia, concentra-se a ideia do cruzamento de raças entre animais que origina um outro ser considerado impuro. Já a partir das perspectivas descolonizadoras, ao reivindicar o uso do termo para si, passam a defender uma função menos pejorativa. Para Glória Anzaldúa (1987), o conceito de “mestiça” (*mestiza*) refere-se à condição da mulher/sujeito que são atravessadas por duas ou mais etnicidades, vivendo na fronteira do ser ou não ser, pertencer ou não pertencer.

Ao se denominar mestiça, Anzaldúa ressignificou o conceito para caracterizar os indivíduos atravessados por múltiplas nacionalidades e que dão origem a uma nova identidade: uma identidade mestiça, híbrida, que nasce da fronteira, lugar caracterizado por invisibilidades e silenciamentos, mas também capaz de transgredir os limites e cânones impostos às práticas do “saber e ser”, que marcaram o desvio da existência dos povos subalternos (RUFINO, 2021, p. 18). Ao problematizar a fronteira como um espaço de silêncios e poderes, exercidos por países do Norte Global, Anzaldúa aprofunda, através de reflexões, o nascimento de vozes marginalizadas capazes de produzir um discurso diferenciado daquele que se consagrou universal, partindo para a construção de uma consciência na qual ela denomina de “*Mestiza*”.

Marcado por subjetividades, o pensamento de Anzaldúa, em sua obra “*Borderlands/La Frontera: the new mestiza*” (1987), buscou romper um ciclo de apagamento histórico, com base em um discurso transgressor que confronta criticamente o sistema da colonialidade de poder, o racismo, a violência de gênero e todas as categorias normativas coloniais que se desdobram como forma de submissão e exclusão.

Anzaldúa articula, através da criação dessa identidade mestiça, aquilo que viria a ser uma crítica antecipada ao binarismo e aos modelos de hibridismo cultural ancorados em noções

de assimilação e cooptação. Para ela, as categorias que diferenciam os sujeitos sociais estão para além dos terrenos dos espaços de poder, e sim, nos entrelugares das diferenças entre raça, gênero e etnicidade. Dessa forma, as mestiçagens múltiplas destes sujeitos que habitam estes entrelugares/fronteiras revelam simultaneamente mecanismos de sujeição e o exercício da liberdade (ANZALDÚA, 1987, p. 80-81).

É neste lócus fronteiriço repleto de uma grande gama heterogênea de valores e pensamentos que o povo venezuelano se configura. A valorização das identidades oriundas venezuelanas são parte de um projeto de enaltecimento da consciência mestiça. Tal projeto nacionalista desenvolvido por intelectuais venezuelanos e, sobretudo, por governantes cujas plataformas políticas sustentavam a necessidade de resgatar o nacionalismo perdido pelo colonialismo (como o próprio Hugo Chávez), permitiu, através da correlação entre um Estado e nação, criar uma política voltada para a diversidade social, que primava pela unidade do povo. Assim, para Gallegos (1954/1985, p. 73): “*Aspecto de nacionalidad incipiente o atavismos de razas de señores y siervos confundidas, esta peculiar condición, fecunda causa de males para la sociedad, es cultivada en nuestros hogares y escuelas*”. E completa:

El carácter de nuestra raza no ha cristalizado todavía en una forma netamente definida: nuestra alma nacional es algo abigarrado y complejo, sin colorido especial ni determinada fisonomía, con todos los matices de las sangres confundidas y todas las condiciones de las razas originarias. Su mentalidad es bastante rudimentaria: en el campo limitado de su vida de inteligencia, las ideas aún no se han desembarazado de la forma concreta que les dio origen, antes bién están a ella tan íntimamente ligadas que forman una sola y misma cosa [...]. (GALLEGOS, 1954, p. 73)

Objetivamente, buscava-se refletir o apagamento do sujeito mestiço venezuelano em detrimento de uma egopolítica de conhecimento¹, que desvinculou, durante anos, o sujeito enunciado a partir de seu lugar geopolítico, epistêmico, étnico e racial (GROSFOGUEL, 2010). Foi, através da construção de uma “mensagem” que proporcionou um projeto para a (re)construção nacional que se elencou a mestiçagem como um elemento de identidade imposto pela condição étnica, mas, sobretudo, pela imposição do ascenso social de seus representantes: o povo. Dessa forma, resgatar a essência da nação significava incorporar a civilização e garantir a homogeneidade político-física, através do protagonismo de um povo mestiço que sintetiza a construção de uma nova raça e uma nova nação (GALLEGOS, 1954, p. 82).

¹ A Egopolítica do Conhecimento, conceito também cunhado pelo filósofo da Libertação, Enrique Dussel (1977), aproxima-se do conceito também criado por ele, da “geopolítica do conhecimento”. Para Dussel, o Ocidente, sempre pautou-se no mito do “ego” privilegiado, para se solidificar e propagar seu lugar epistêmico, pautado na racionalidade, nas diferenças sociorraciais e de gênero.

Conhecendo a essência do povo venezuelano, suas assimetrias físicas e raízes culturais é possível dizer que as venezuelanas que compõem essa análise partem de uma etnia mestiça, oriunda da assimilação entre ameríndios (indígenas) e europeus (espanhóis). Por esta razão, a conceituação da “*Consciência Mestiza*” de Gloria Anzaldúa e as epistemologias sulidificadas se fazem importantes como elementos teóricos para justificar as características das mulheres venezuelanas e a capacidade de transgredir todo um sistema opressor, como é o da Venezuela, que saíram em busca de progresso pessoal.

Na abrangência das especificidades dos corpos em mobilidade, creio que o mais importante é esclarecer o uso dos conceitos de “migrante” e “refugiado”. A escolha por utilizar ambos os conceitos segue a lógica dos aspectos jurídicos brasileiros que caracterizam os fluxos de venezuelanos por meio das duas apreciações. Torna-se importante elucidar que muitos dos venezuelanos que ingressaram no país, e permanecem aqui, estão sob a tutela da nova Lei de Migração, cujo *status* de refugiado lhes garante uma proteção mais eficaz.

O Brasil, assim como muitos países, é signatário da Convenção de Genebra de 1951, também conhecida como Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, que estabeleceu uma unidade ao conceito e definição do termo “refugiado”. De acordo com o tratado, cada Estado Nação tem a liberdade de estabelecer e definir seu próprio conceito de refugiado. Para aqueles que ratificam a Convenção fica a obrigatoriedade de conceder abrigo e proteção para todos os indivíduos que, de certa forma, foram impedidos de exercer sua liberdade máxima e que têm, por alguma razão, suas vidas ameaçadas, necessitando de proteção motivo pelo qual são impedidos de continuar residindo em seu país de origem (MARTINO; MOREIRA, 2020).

Com uma história alicerçada nos processos de migração, o Brasil tem, em sua trajetória como país, quatro leis migratórias principais que refletem os diferentes pensamentos e contextos políticos locais. Da perspectiva de incentivo à colonização e à mão de obra estrangeira, pautada na visão econômica de progresso (SEYFERTH, 2002), a política migratória brasileira assumiu durante os governos militares um caráter securitário, em que se restringia a entrada de estrangeiros e/ou limitava seus direitos com base num pensamento de segurança ao Estado Nação alicerçado no Estatuto do Estrangeiro que o via como uma constante ameaça ao bem-estar social.

Nos últimos anos, em decorrência do crescente número de migrantes entrando no país, que caracteriza os fluxos do século XXI, o Brasil viu a necessidade de modificar tanto seus aspectos de acolhida quanto os jurídicos. Desde o processo de redemocratização, e com a proclamação da Constituição de 1988, o posicionamento frente aos estrangeiros residentes no

país tem se modificado, deixando de lado o espectro de perigo iminente ao Estado Nação, para uma ideia mais incisiva dos direitos e garantias fundamentais dos migrantes. Passa a imperar a visão de que os imigrantes são detentores de direitos e não apenas de obrigações e limitações de sua vida civil, como proclamava o Estatuto do Estrangeiro.

Também signatário da Declaração de Cartagena (1984), o Brasil e demais países da América Latina e Caribe assumiram o proposto no documento já em 1984, porém a internalização na legislação nacional brasileira viria a ocorrer somente em 1997 por meio da Lei n.º 9.474, de 22 de julho, pela qual, através da sanção do presidente da República, fica reconhecido o sujeito em mobilidade de alta vulnerabilidade como refugiado, estabelecendo também, a noção de aceitação e exclusão destes sujeitos. Sendo assim, a lei nos diz:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas entrem-se fora de seus país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função de circunstâncias no inciso anterior.

III - Devido a grave e generalizada violação de seus direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997).

Como veremos mais adiante, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou, em 2016, a migração venezuelana como um dos fluxos mais vulnerabilizados do século XXI, devido ao rompimento abrupto dos direitos conferidos aos cidadãos venezuelanos em seu país. Impedidos de exercer seus direitos de alimentação, moradia, trabalho e cerceados de liberdade de expressão, os venezuelanos poderiam, através da migração forçada, solicitar refúgio em outros países. O Brasil passou nesse momento a aplicar, pela primeira vez, a definição ampliada de refugiado estabelecida pela Declaração de Cartagena para analisar solicitações de reconhecimento da condição de refugiado de cidadãos venezuelanos, e reconheceu 174 casos com base neste critério (ACNUR, jul. 2019).

Apesar da revogação da nova lei de migração em 2017, o Brasil teve dificuldade em estabelecer o critério de refúgio aos migrantes venezuelanos. O motivo, sem dúvida, era o grande impacto que estes migrantes geram na zona fronteira entre as cidades de Pacaraima e Santa Elena. O reconhecimento do *status* de refugiado concede por meio lei todo auxílio do Estado e impede de ser aplicada a lei de exclusão. Por este ponto de vista, todo indivíduo solicitante de refúgio tem direito à entrada e permanência no país e acesso aos benefícios a eles

concernidos por lei. Sem embargo, o Brasil não abandonaria a estratégia de uma pretensa aceitação humanitária com implicações securitárias (MARTINO; MOREIRA, 2020).

As diferentes áreas de estudos sobre migrações internacionais têm tido a difícil tarefa de classificar os migrantes/refugiados venezuelanos uma vez que este fluxo é caracterizado de forma bastante plural. As controvérsias conceituais vêm da dificuldade de distinguir as migrações forçadas e voluntárias presentes no mesmo fluxo (FREIRE, 2018). A relação entre migração voluntária e forçada é caracterizada pela classificação tradicional com base na autonomia e vulnerabilidade. Ambas as concepções estão relacionadas aos aspectos econômicos. As migrações voluntárias agregam sujeitos que vieram para o país por razões econômicas e sociais como a busca de melhorar suas condições de vida. Já as migrações forçadas normalmente são caracterizadas pela questão de sobrevivência, em que elementos como perseguições, crises ambientais e religiosidade estão presentes.

Porém, no caso dos venezuelanos, ambos os conceitos se fazem presentes, o que objetiva um divisor de águas, que amálgama a contraposição entre o desejo de mudar e a mudança em decorrência da violência que sofrem em seu país. Tem-se, de um lado, a voluntariedade que constitui o motor fundamental para o processo decisório que baliza o ato de migrar; e de outro, a compulsoriedade como fator principal para o deslocamento, sem desassociar, em ambos os casos, o caráter de vulnerabilidade dos processos.

Neste sentido, autores filiados às Abordagens do Terceiro Mundo ao Direito Internacional (TWAIL), apontam que as fronteiras entre os conceitos de migração forçada e voluntária não são claras, pois a diferença entre ambas se encontra apenas no tipo de movimento, no grau de coerção e no *status* concernido aos sujeitos pela sociedade de acolhida (MORAES, 2015, p. 25).

Entre migrantes e refugiados, temos rótulos que foram (e ainda são) instrumentalizados, sobretudo para rechaçar determinados migrantes e, simultaneamente, priorizar outros tidos como os reais merecedores de proteção estatal. Esse critério de exclusão e aceitação nada mais é que uma resposta às políticas tomadas pelos países receptores aos fluxos migratórios que, consequentemente, servem a determinados interesses estatais. Partindo desse pressuposto, a utilização dos conceitos migrantes e/ou refugiados são pertinentes para classificar o fluxo venezuelano, uma vez que o Brasil, apesar dos avanços com a nova Lei de Migração (BRASIL, 2017) e de programas de caráter assistencial, ainda permeia uma visão securitária e excludente, principalmente depois da ascensão do governo de Jair Bolsonaro.

Martino e Moreira (2020, p. 152), ao analisar as medidas de Autorização de Residência Temporária – Resolução Normativa n.º 126 do Conselho Nacional de Imigrações (CNIg) e a

Portaria Interministerial n.º 9 – instituídas em 2017, que colocam a situação da Venezuela como uma grave violação de direitos humanos, constatam que o Estado gerencia seus fluxos migratórios através do enquadramento dessas pessoas em rótulos, ou seja, classificações burocráticas que possibilitam o acesso, de forma distintas, aos direitos dos migrantes. Nessa premissa, a questão colocada pelos autores é que o fluxo de venezuelanos, sobretudo aqueles que ingressaram no país durante o ano de 2016, tiveram suas regularizações pautadas tanto pelo *status* de refugiados como pela via de proteção complementar – *status* de residência temporária – (MARTINO; MOREIRA, 2020, p. 154), o que ao mesmo tempo que beneficia alguns, exclui outros.

Aqueles que se posicionavam a favor do refúgio, ..., compreendiam que as pessoas estavam fugindo da Venezuela, razão pela qual teriam o direito de pleitear a proteção estatal brasileira, com base nos critérios tradicionais de elegibilidade referentes a fundados temores de perseguição; ou, pelos preceitos inspirados na Declaração de Cartagena, por meio do reconhecimento da grave e generalizada violação de direitos humanos. (MARTINO; MOREIRA, 2020, p. 154).²

As solicitações por meio de refúgio ganharam incentivo pelas instituições locais que proviam apoio aos migrantes venezuelanos, especialmente na região da fronteira. Tratando-se de um processo gratuito, os venezuelanos, mediante a apresentação de documentos, formalizaram seus pedidos através do Protocolo de Solicitação de Refúgio, o que lhes garantia uma situação regular no país e acesso aos programas e serviços sociais, enquanto aguardavam a análise de seu reconhecimento definitivo (BRASIL, 1997).

Com posse desses documentos, o migrante aguardava o julgamento de seu pedido que seria analisado pela coordenação do Comitê Nacional de Refugiados (CONARE), dentro de um prazo que poderia levar até três anos. Se caso fosse julgado indeferido, o migrante tinha a oportunidade de entrar com novo recurso, sendo este tempo aguardado no Brasil, sem que seus direitos fossem tolhidos. Somente no ano de 2016, foram registradas quatro mil solicitações, mas apenas dezoito foram deferidas (MARTINO; MOREIRA, 2020, p. 155)

² A lei de refúgio brasileira define que será reconhecido como refugiado todo indivíduo que se deslocar devido a “fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas”, incluindo-se nesse quesito a situação de apátrida; ou à situação de grave e generalizada violação de direitos humanos em seu país de origem (BRASIL, 1997). Os dois primeiros critérios são considerados clássicos por integrarem os princípios da Convenção de Genebra de 1951 e o último baseia-se na Declaração de Cartagena de 1984 que, em suas recomendações originais, visava ampliar o escopo de proteção da Convenção em âmbito regional.

1.3 Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido de acordo com o pensamento Decolonial, aqui representado por teóricos como Miñolo, Grosfoguel e Quijano, entre outros. Por tratar de uma pesquisa cujo tema são as migrações oriundas do Sul Global, o presente texto reivindica examinar as nossas práticas de produção de conhecimento e nossas opções epistemológicas e metodológicas indo de encontro ao que é pressuposto pela Decolonialidade, apoiando-se nas (re)existências e desobediências epistêmicas e fortalecendo a voz do/a Outro/a colonial, levando as palavras de Miranda como um guia a ser seguido:

Recuperar ese mosaico es una tarea colectiva y acompañar el trabajo realizado, hoy, en diferentes países, por diferentes grupos e investigación, forma parte de la demanda que se nos exige a nosotras/os [...] es una convocatoria para las disputas epistemológicas en arenas diversas (MIRANDA, 2019, p. 28)

Tendo como fio condutor identificar o protagonismo das mulheres venezuelanas em seus processos de migração, desvelando as peculiaridades que fazem parte de seus processos de migração, parto de um diálogo insurgente, aliando-me ao pensamento defendido pelas feministas *dell Collor* como Maria Lugones, Ochie Curriel e Glória Anzaldúa, entre outras que, em seus estudos, romperam com a lógica dos privilégios eurocêntricos destinados aos corpos mestiços, indígenas e latinos, criticando o esquecimento histórico que o colonialismo impôs aos saberes oriundos deste espaço/fronteira e aos corpos sulidificados, desde a colonização.

Trata-se de teóricas *chicanas*, latinas que romperam com as linguagens hegemônicas oficializadas pela academia que partem dessa normatividade masculinizada e heteropatriarcal, impossibilitando a existência de outras cosmovisões, e através de seus lugares de fala, de mulheres periféricas, denunciando as intersecções que colocam nossos corpos de Abya Yala numa posição de invisibilidade.

Como reação, as Teorias do Sul tinham em seu eixo principal a rejeição às produções teóricas ditas hegemônicas que submeteram os saberes gestados fora de seus cânones a uma invisibilidade, expropriando-os a qualquer forma de possibilidade de representação. Tais paradigmas eurocêntricos influenciaram, ao longo de quinhentos anos, uma cultura ocidentalista hegemônica que inspirou todas as ciências ocidentais sob um ponto de vista universalista, determinando o lugar das periferias do mundo, frente às estruturas de poder (GROSFOGUEL, 2005).

Tal resposta nos lembrou de que o debate a respeito das subjetividades contemporâneas e suas especificidades sobre o processo colonial centravam-se no Ocidente, criando uma barreira que dificultava a ascensão de um pensamento oriundo das zonas periféricas, definindo o mundo em dois blocos: Centro e Periferia (DUSSEL, 2000, p. 45). A intenção era substituir o lócus do debate, promovendo o que Said (1978; 1990) e Fanon (1961; 2005) denominaram de “Virada Colonial”³, revertendo assim, essa ideia de uma cultura monolítica, permitindo uma leitura sobre a colonialidade a partir do olhar de quem foi colonizado. Essa mudança de lócus possibilitou que povos periféricos compreendessem a centralidade da raça e seu desdobramento, o racismo, como forma de inferioridade, vindo à tona todo o processo de invisibilidade, violência e silenciamentos a que foram submetidos. A partir daí, tornou-se possível sentir e pensar o entrelugar: viver o espaço da fronteira com as possibilidades que dela emergem, situando-a como um lugar epistêmico.

Este resgate de vozes e culturas seria possível através de um arcabouço teórico referente aos princípios dos pensamentos descolonizantes, aqui voltado para o conceito de oralidade e descolonização defendido por teóricos como Walter Migñolo e Silvia Cusicanqui. Em sua trajetória no grupo “*Taller de Historia Andina*” (THOA), Cusicanqui critica a historiografia tradicional, que negou a inserção da figura do sujeito dito “subalterno” como agente formador de uma história e permitiu que se criasse um novo paradigma que afastasse destes sujeitos sua condição de inferioridade. Partindo para uma História Oral ligada aos ativismos de resgate de povos indígenas, a autora defende que a metodologia da História Oral deve ser entendida como uma exigência para recuperar a história dos silenciados (CUSICANQUI, 2008) se desvinculando da versão eurocêntrica que produziu a “Cegueira Epistêmica” (MIGÑOLO, 2002).

Enquanto a colonialidade de poder encontra-se no cerne das sociedades periféricas, para Cusicanqui a matriz colonial de poder se estabelece na relação do sujeito cognoscente e no sujeito a ser conhecido. Neste sentido, a História Oral, enquanto metodologia, busca eliminar a diferença e abolir a cegueira que ocorre com esses sujeitos.

O conceito de “cegueira epistêmica”, cunhado por Walter Miñolo (2002), no qual a retórica da modernidade nos condicionou, acontece quando somos incapazes de observar e ouvir determinados grupos sociais como sujeitos ativos e, portanto, como fontes para produção

³ A virada pós-colonial protagonizada por Fanon e Said analisa o colonialismo que a partir de sua imposição, redefiniu as fronteiras do mundo em dois blocos antagônicos: Centro e Periferia. Trata-se de uma missão civilizatória, onde o Ocidente ao classificar o Oriente como um local onde habitam bárbaros, pessoas exóticas sem qualquer intelecto, sendo assim aptos para serem domesticados sob a cultura hegemônica ocidental.

de documentos de valor histórico. Ao sermos incapazes de observar e ouvir determinados grupos como sujeitos produtores de saberes e narrativas, estamos legitimando o discurso da cientificidade normatizada imposta pela modernidade/decolonialidade, a qual treinou nossos olhos a reconhecer estes sujeitos como o outro corporificado, sem existência social, desqualificando-os nas discussões acadêmicas. Dessa forma, as palavras de Cusicanqui (1987, p. 10) sobre História Oral se fundamentam em:

La historia oral en este contexto es por eso mucho más que una metodología participativa o de acción (donde el investigador es quién decide la orientación de la acción y las modalidades de la participación): es un ejercicio colectivo de desalienación.

A valorização do discurso crítico fronteiriço, ou “*epistemologia fronteriza*” (ANZALDÚA, 1987), foi tomada como base de um método crítico, pensado a partir de um lócus (periférico) capaz de neutralizar o discurso hegemônico moderno e pós-colonial, recuperando as vozes e os corpos de quem habita as fronteiras, tornando esse pensamento (episteme) um campo gerador de saberes e de libertação. Assim, Anzaldúa prevê que através desse lócus (lugar) seja possível libertar as mulheres fronteiriças da cosmogonia patriarcal e colonial à qual foram solapadas pela cultura moderna e eurocêntrica, com base em seus discursos, falas invisibilizadas que somente a tradição oral possibilitaria que fossem ouvidas.

Ao partirem da noção de resgate de memórias e reminiscências de nossos ancestrais, a metodologia da História Oral trouxe, indubitavelmente, a possibilidade de restaurar através das recordações das agentes entrevistadas acontecimentos que a História tradicional negligenciou. É elencando os estudos de Thompson (2002) que podemos entender que a História Oral nos possibilita construir uma história viva, feita de indivíduos. Assim, ao trazer a História para dentro das comunidades, alargando seu campo de ação, ela autoriza estes grupos a uma existência digna (THOMPSON, 2002, p. 89).

Como metodologia primorosa voltada à produção de fontes do conhecimento, a História Oral, para Thompson (1992, p. 41), torna-se interessante por basear-se “na fala e não na habilidade da escrita, muito mais exigente e restritiva”. Ela explora as relações entre narrativas vivas e a História, rompendo com o determinismo de uma visão única, que compromete a liberdade de mulheres de se expressarem durante boa parte da nossa história oficial. Ao colocar em evidência os atores e suas falas, a História Oral reequaciona elementos que só serão conhecidos historicamente mediante as vozes dos atores e suas entrevistas (FERREIRA, 2002, p. 330).

Essas vozes, nas quais as dinâmicas da mobilidade justificam e legitimam seu apagamento histórico, ecoam aqui neste estudo, como performances narrativas, cotejadas mediante o uso da História Oral Temática, baseando-se em entrevistas de grupos ou individuais em torno do evento ou do momento vivido. São perspectivas únicas de mulheres inseridas em um mesmo contexto – o da migração – cuja importância está na relação de um recomeço. O interesse desta pesquisa concentra-se, portanto, no maior número de informações possíveis sobre o tema a partir das multiplicidades de olhares.

Metodologicamente, este estudo abrange-se como uma reconstrução e recuperação de experiências de mulheres venezuelanas. Ao reproduzir tais narrativas faz-se importante para o meio acadêmico, pois muitas vezes tais discursos são afirmados como uma instrumentalização dos sujeitos por agentes externos (pesquisadores) em prol da construção de um conhecimento ocidentalizante que os colocam dentro da taxonomia predominante da História como grupos marginalizados, privando-as do direito de autorrepresentação, que só é posta em xeque através da oralidade e de pesquisas que favorecem os sujeitos (CUSICANQUI, 1987, p. 2).

Particularmente, as narrativas aqui presentes possibilitaram que minha posição de acadêmica ampliasse o olhar para aquelas que vivem sob o manto da migração, que muitas vezes são vistas ou são solapadas pelas sociedades ao esquecimento, como um sinal de clamor, na busca de autonomia e libertação das realidades que as sufocam em seus países (MARINUCCI, 2007, p. 13).

Ao aceitarem enfrentar os riscos de viver em uma outra nação, essas mulheres, munidas pela coragem e o esforço em potencial para realizar seus sonhos, me revelaram uma grande possibilidade transformadora, expressa a partir do crescimento da quantidade de mulheres presentes nas dinâmicas migratórias, o que tornou possível desenvolver uma análise que amálgama as vulnerabilidades, mas também, desvela seus protagonismos apesar de todas as adversidades presentes nesse cenário, assumindo aqui, um espaço de destaque.

Neste processo de escrita foi possível entendê-las como agentes importantes não distanciando meu olhar para as emergências apontadas por elas, mas respeitando seus pontos de vista, que muitas vezes vieram acompanhados de desinformações ou desconhecimento de tais emergências sociais. Essa atitude, denominada por Essed (1991, p. 67) de subjetividade consciente⁴, me permitiu qualificar as declarações e utilizá-las como forma de respostas a questões levantadas durante o ato das entrevistas.

⁴ É no cerne deste dispositivo das realidades subjetivas que cada um reivindica sua singularidade, recusando a se identificar com as imagens de uma universalidade que os compele à sujeitos análogos aos processos sociais. Neste

Assim, as entrevistas realizadas foram divididas em dois grupos diferentes de mulheres migrantes. O primeiro grupo foi de mulheres venezuelanas, contatadas a partir de uma rede de apoio – sem vínculo institucional – e selecionadas pela amiga Ivete Spindola. Estas entrevistas foram realizadas pela plataforma *Zoom*, devido ao distanciamento promovido pela pandemia de Covid-19.

Das dez entrevistas realizadas nesse grupo, aqui contemplo seis, pois as demais me proporcionaram relatos muito simplificados, resultados de diferentes fatores. Algumas dessas narrativas continham respostas curtas, sem grandes aprofundamentos e repetitivas, em decorrência do uso da plataforma, que distancia o entrevistado do entrevistador.

Ao me deparar com relatos repetitivos, o que tornaria a pesquisa tautológica e, por esta razão, com pontos saturados, buscou-se, nos estudos de Daniel Bertaux (2005) entender que quando os relatos convergem é sinal de que as respostas elencadas pelo pesquisador/entrevistador já foram respondidas – ou neste caso não, porque não atingiram o propósito levantado. Portanto, busquei ampliar meu campo de estudo para outro grupo de venezuelanas ligadas às instituições.

O segundo grupo, formado por mulheres com vínculo institucional, teve suas entrevistas coletadas presencialmente, através de um trabalho de imersão na Instituição não governamental Centro Ítalo Brasileiro de Assistência e Instrução às migrações (CIBAI Migrações). Foram realizadas treze entrevistas com venezuelanas, sendo uma transexual, todas com autorização de uso de imagem e voz assinados.

Portanto, parto de uma pedagogia decolonial, como algo que expande para a sociedade, e resgata as memórias e a ancestralidade de nossas matrizes sólidas para que haja uma educação capaz de transgredir os limites e cânones impostos às práticas do “saber e ser”, que marcaram o desvio da existência dos povos subalternos (RUFINO, 2021, p. 18). A América Latina é um universo plural, “[...] *um mundo hecho de muchos mundos*” (WALSH, 2017, p. 47), são indígenas, afrodescendentes, mestiços, identidades e realidades diversas que compõem o léxico de Abya Yala, uma diversidade interna que amálgama eixos identitários como o rural, o urbano, a classe, o gênero, a sexualidade e a espiritualidade. Tudo isso invoca o que conhecemos como América Latina e de onde nossas entrevistadas são originárias. Trata-se, para Walsh (2017, p. 47), de:

sentido, quando falamos que uma pessoa está sendo subjetiva, estamos dizendo que ela está manifestando a sua opinião sobre determinado assunto sem adentrar deveras numa discussão mais profunda, adotando uma postura imparcial ou desconexa com as realidades sociais. (ESSED, 1991, p. 67)

práticas insurgentes de resistir, *(re)existir* y *(re)vivir*, um fundamento assentado no corpo, na palavra, na memória e nos atos. Um emaranhado de experiências trançado em afeto, caos, cisma, conflito, beleza, jogo, peleja e festa. Seus fios são tudo aquilo que nos atravessa e toca. Encantamento de batalha e cura que nos faz como seres únicos de inscrições intransferíveis e imensuráveis. Repertório de práticas miúdas, cotidianas e contínuas, que serpenteiam no imprevisível e roçam possibilidades para plantar esperanças, amor e liberdade.

1.4 Estrutura do Trabalho

Partindo para a divisão estrutural do trabalho, esta dissertação se organiza como a seguir exposto.

Em ***Echa pá lante! Feminização das Migrações. As intersecções entre gênero e os processos de mobilidade como elemento de invisibilidade. Mulheres e suas narrativas***, será privilegiado o conhecimento dos processos de mobilidade feminina, característicos das migrações contemporâneas e as relações das perspectivas de gênero e migração. Ao situar os sujeitos de pesquisa – mulheres migrantes – em seu contexto geográfico, a introdução de paradigmas descolonizantes me possibilitou compreender para além das múltiplas intersecções que as colocam como o Outro ontológico e as condicionam num processo de invisibilidade.

Ao reivindicarem o lugar epistêmico deste lócus periférico, os estudiosos decoloniais, sobretudo os Feminismos Decoloniais, centraram suas forças na emergência de elencar os protagonismos máximos de mulheres oriundas deste espaço, sem esquecer das múltiplas opressões que este às interfere.

As teorias ligadas à Feminização das Migrações foram cruciais para dar espaço às mulheres dentro dos estudos das mobilidades, que antes se concentravam apenas nos homens. Morokvasic (1986) será a primeira pesquisadora a levantar questionamentos acerca da mulher no contexto das migrações. Porém, será somente com a inserção dos estudos de gênero que as mulheres serão contempladas pelas pesquisas acadêmicas de mobilidade, mesmo que em suas dimensões de vulnerabilidade. Há que se destacar que tais pesquisas pautam-se, sobretudo, na visão da mobilidade da mulher branca rumo ao norte global, esquecendo-se das recentes migrações sulidificadas que compõem o que Basso (2003) chama de Periféricos na Periferia.

Diante de tais contingências, é notável como a construção imagética da figura da mulher migrante, sobretudo as que se originam no espaço acadêmico, está alicerçada com base em afirmações preconceituosas e injustas que as compele a sujeitos oprimidos e em relação à aceitação e ao processo de migrar. Há uma dificuldade de compreender a mulher migrante como protagonista, tanto do processo migratório quanto das suas ações na sociedade de acolhida.

Embora elas façam parte das esferas de vulnerabilidade por serem mulheres oriundas de espaços fronteiriços e de terceiro mundo, é possível elencar seus protagonismos, sendo importante dar visibilidade às ações apresentadas por essas mulheres diante de contextos migratórios (FREITAS, 2021).

No decorrer deste capítulo, serão apresentadas as entrevistas oferecidas por essas mulheres, pessoas que eu aprendi a respeitar e admirar pela coragem de abandonar tudo e reconstruir do zero, uma vida em uma sociedade desconhecida. O capítulo ainda apresenta as análises dessas entrevistas que me possibilitaram entender as emergências sociais em que a Venezuela se encontra, São estruturas deficitárias na saúde e alimentação, que acompanham elementos sociais fortemente patriarcais que são expressos na falta de políticas que discutam a posição da mulher na sociedade.

Em **Venezuela da prosperidade à encruzilhada de Chávez**, será abordado um aparato histórico cuja finalidade explicará os motivos pelos quais a Venezuela se dirigiu para uma crise interna econômica e política que perdura por mais de uma década.

Para embasá-lo teoricamente, utilizei como marco teórico as obras de autores como Pablo Uchoa e Gabriel Moreira Boff, entre outros. A escolha se deu após uma série de leituras de outras obras cujo foco era trazer o substrato de crítica ao modelo de governo de Hugo Chávez, e não uma visão histórica imparcial dos fatos objetivando os aspectos históricos, econômicos e políticos. Pablo Uchoa, por exemplo, traz em sua obra a visão de quem viveu na Venezuela no período chavista e acompanhou de perto a troca de governo para Nicolás Maduro.

Ambos os autores não poupam o leitor de conhecer os motivos que levaram a Venezuela a adentrar nessa crise, mesmo sendo um país economicamente forte alicerçado na sua produção de petróleo. Para eles, como veremos mais adiante, foi justamente a dependência do petróleo, seu único produto de barganha no mercado internacional, aliado às figuras políticas e seus modelos de governo autoritários que condicionaram a Venezuela a esta exclusão do mercado internacional e a saída em massa de seus nacionais.

Já em **Cambios en la frontera: migración venezolana para o Brasil**, veremos a crise, as relações entre Brasil e Venezuela e as estratégias políticas brasileiras frente à demanda de migrantes venezuelanos avançando em nosso território. Há uma importância em se fazer um aparato histórico das relações entre os dois países que se iniciam ativamente a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva, cujo relacionamento com a figura de Chávez foi importante para manter uma política de aderência entre as duas nações, numa união que perdurou até o mandato da presidente Dilma Rousseff, de 2013 a 2016.

A ascensão do governo de Nicolás Maduro, em 2013, na Venezuela e as crises internas do Brasil, que levaram ao *impeachment* de Dilma e à ascensão de um governo de direita, representado pela figura de Michel Temer e, posteriormente, com a eleição de Jair Bolsonaro, romperam as relações bilaterais com a Venezuela, por defender um posicionamento contrário ao presidente Maduro, agravado pelo discurso de medo de tornar o Brasil um reflexo da Venezuela, com base na entrada em massa de venezuelanos em solo brasileiro, e na crítica ao modelo socialista/comunista no qual a Venezuela há anos vem sendo regida.

O referido capítulo também mostra as políticas adotadas pelo Governo brasileiro frente à entrada de nacionais venezuelanos quando a crise da Venezuela é considerada como uma grave violação dos Direitos Humanos pela ONU, resultado de sua instabilidade política e pela violência generalizada aos cidadãos. O Brasil viu-se obrigado a criar medidas e políticas públicas que atuassem em diferentes frentes: ordenamento, vigilância, assistencialismo e, sobretudo, regramento de corpos migrantes com seu projeto de interiorização.



2 ECHA PÁ LANTE! FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES. AS INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO E OS PROCESSOS DE MOBILIDADE COMO ELEMENTO DE INVISIBILIDADE. MULHERES E SUAS NARRATIVAS

As mulheres migrantes sofrem com o esquecimento histórico durante anos. Olvidadas pelas pesquisas migratórias, tiveram suas narrativas invisibilizadas, suas jornadas foram reduzidas a números e suas bocas caladas. Contudo, o presente capítulo, busca mostrar, através dos passos da feminização da migração, a inserção dos estudos de gênero dentro das pesquisas sobre mobilidade e os elementos teóricos da História Oral, em que a crescente participação das mulheres nos deslocamentos internacionais emerge com força, lincadas a uma proatividade e uma força descomunal de busca por uma vida melhor. Aliando-se às perspectivas descolonizadoras, o presente capítulo busca analisar que mesmo com o subjugamento do *status* de migrante existe uma capacidade de superação dessas mulheres, na qual as perspectivas de estudos migratórios são ainda deficitárias.

2.1 Mulheres em trânsito: feminização das migrações e a inserção dos estudos de gênero nas pesquisas sobre mobilidade

Embora a migração feminina já estivesse presente em algumas análises, sempre prevaleceu, na maioria dos estudos, o denso tecido de relações sociais e econômicas, focando assim, no homem como figura central. A intenção em silenciar as mulheres da investigação sobre mobilidade vem ao encontro dos valores sociais que nos foram impostos e que nos fizeram ocultar a participação da mulher nos diferentes segmentos sociais.

Até meados dos anos 1970, as principais teorias migratórias – estruturalistas e neoclássicas – negligenciaram as especificidades da presença feminina nas dinâmicas de mobilidade (PEIXOTO, 2005) e focaram no homem como o ator principal do processo de migração. Assim, as mulheres assumiram um papel passivo frente à escolha de migrar, tornando-se meras acompanhantes de seus maridos, pais ou irmãos. Tal comportamento seria o reflexo das características sociais binárias entre homens e mulheres, condizentes com o

pensamento sexista e patriarcal que coloca a mulher como elemento inferior ao homem. Assim, nas palavras de Assis (2007, p. 746):

Nos estudos clássicos de migração, as mulheres eram descritas como aquelas que acompanhavam ou como aquelas que esperavam por seus maridos ou filhos, sem evidenciar, por exemplo, a importância de seus ganhos para a renda familiar. Portanto, as análises muitas vezes não só encobrem a participação das mulheres, como também não percebem que a migração de longa distância ocorre articulada em uma complexa rede de relações sociais nas quais as mulheres têm uma importante participação.

No entanto, nos últimos anos, em decorrência dos aportes dos movimentos e da “feminização da migração” (MARINUCCI, 2007) resultantes do aumento quantitativo da feminização da pobreza e, paralelamente, ao desenvolvimento dos estudos feministas (TONHATI, 2019), a migração feminina foi introduzida nas pesquisas acadêmicas (BOYD; GRIECO, 2003). As mulheres passavam de meras acompanhantes das reunificações familiares para protagonistas de seus processos.

Foi somente a partir da década de 1980 que as perspectivas de gênero se fizeram necessárias dentro das pesquisas sobre mobilidade humana (SASKEN, 2003). A socióloga Mirjana Morokvasic (1986) foi uma das precursoras ao observar que, em termos quantitativos, desde 1960, havia ocorrido um grande aumento no número de mulheres migrando. Suas análises passaram a ser referências nos estudos sobre migração.

Denominando o processo de “feminização das migrações”, o termo passou a caracterizar os itinerários migratórios onde a presença de mulheres era maioria, trazendo para o debate as diferenças latentes nas migrações de homens e mulheres. Em sua obra “*Birds of Passage are also Women*” – em português, “Pássaros de passagem também são mulheres”, Morokvasic (1986) evidencia as precariedades nas quais mulheres em trânsito acumulam em seus históricos.

Sendo uma parcela vulnerável, mulheres estariam mais suscetíveis a inúmeros obstáculos, como insegurança laboral, disparidade salarial, fragilidades dentro do sistema jurídico, violência de gênero e violação sexual. Essas dificuldades denotam as barreiras nos itinerários na tentativa de sobreviver em uma sociedade que as silencia, e interferem na construção de suas identidades e esperança de uma vida melhor.

Sob influência das epistemologias feministas da segunda metade do século XX, os estudos das migrações fomentaram e elucidaram questões levantadas na relação de poder entre homens e mulheres, tornando-se a base dos estudos da Feminização da Migração. As teorias econômicas clássicas, que não mais se encaixam neste fenômeno, iam contra as propostas da

metodologia, já que as mulheres tinham pouca ou nenhuma participação na economia local (MOROKVASIC, 1986). Nesse sentido, Assis (2007, p. 767) assevera que:

[...] as razões e as características da mobilidade diferenciada por gênero não eram adequadamente enfocadas: sujeitos migrantes eram assumidos como sendo de gênero masculino e não se davam visibilidade à participação feminina. As imagens cristalizadas de mulheres imigrantes como aquelas que esperam ou como dependentes passivas têm sido questionadas desde meados da década de 1970 por estudiosas de gênero e feministas, instigando os estudos migratórios a lançar um outro olhar para o processo migratório e questionando seus pressupostos teóricos.

Estender o olhar para as relações de gênero ao longo do processo migratório possibilitou reivindicar uma atenção maior para as vulnerabilidades pertinentes dos processos migratórios femininos (BAENINGER, 2012, p. 3) e desenvolver categorias conceituais específicas do sexo, criando um aporte sensível aos fenômenos da Feminização da Migração (BOYD; GRIECO, 2003, p. 3) dentro das esferas como família, sociedade, trabalho etc. Nas palavras de Baeninger e Peres (2012, p. 3):

Daí a importância de um estudo aprofundado da migração feminina. As experiências das mulheres, captadas e analisadas através de uma metodologia específica, oferecem outro sentido ao fenômeno, incrementam e aprofundam seu conhecimento. As lógicas de gênero (Kebabza, 2004), em contextos migratórios, se expressam de forma ‘sutil e íntima’. Constrangimentos como ganho ou perda de autonomia, o debate entre a permanência e o retorno, renegociações entre os sexos, são fatores importantes para o estudo da migração feminina, uma vez que é através dessas transformações que as mulheres afirmam-se como agentes de equidade no fenômeno.

Entretanto, estudar a migração feminina agenciava mais que apenas adicionar a variável “sexo” dentro do binarismo entre homens e mulheres aos modelos conceituais já existentes, adequando elementos às análises das feminizações das migrações. Significava criticar dentro da cosmologia patriarcal predominante nas sociedades e criar novas abordagens metodológicas (BAENINGER, 2012, p. 3). A inserção dos estudos de gênero nas migrações possibilitou desconstruir o que era universal e democraticamente masculino, permitindo visualizar as diferenças, destacando as precariedades, opressões presentes nos contextos das migrações femininas. Segundo Morokvasic-Müller, Erel e Shinozaki (2003, p. 11):

Analisar a migração sob a perspectiva de gênero não significa apenas que as mulheres devem ser acrescentadas onde estavam faltando. Esta perspectiva exige o olhar para processos e discursos na migração envolvendo mulheres e

homens e suas relações entre si no domicílio, na comunidade em que estão inseridos e nas relações internacionais.

Porém, ao pautar-se nas estruturas patriarcais como elementos que cooptavam na invisibilidade das mulheres em sociedade, os feminismos ocidentalizados esqueceram-se que a categoria mulher apresenta diferentes especificidades. Sob a lógica da denúncia às estruturas patriarcais, essas feministas não abordaram aquilo que era mais importante: a subversão e a capacidade da mulher em sobreviver nessa sociedade que as toma como sujeitos inferiores, elencando as potencialidades que os sujeitos femininos possuem.

Nota-se, portanto, que apesar de mudanças significativas no campo de estudos das feminizações das migrações, em que as teorias feministas tiveram um papel fundamental para denunciar a exclusão que a mulher sofria dentro dos movimentos migratórios, corroborando para salientar as distintas necessidades de homens e mulheres, também incentivou e manteve as diferenças concernentes à heterogeneidade existente na categoria mulher, e caiu na mesma premissa de que essas mulheres oriundas destes processos de desterritorialização ainda se configuravam como vítimas e oprimidas, sem levantar a possibilidade de ouvi-las baseando-se em dados dentro de uma perspectiva macro, sem evidenciar as diferentes especificidades que o tema necessita.

2.2 Os Estudos de Gênero e o protagonismo em cena a partir do Feminismo Decolonial

Não há como negar que a inserção dos estudos de gênero para entender os fluxos de migração feminina trouxeram avanços ao reportar-se sobre a visibilidade da mulher e suas especificidades dentro do padrão binário homem/mulher, porém perde-se para uma reflexão mais profunda acerca das interferências interseccionais que compõem as múltiplas explorações que atravessam a categoria mulher.

Pensar o gênero através das identidades fixas e binárias entre homem e mulher não colocavam em pauta as demais formas representativas de ser mulher. Tal sistema foi útil em elaborar as diferenças no código sexo/gênero, associando-as às exigências das realidades empíricas nas quais este sistema operacionalizou as relações de poder na sociedade, elencando o patriarcado como o potencial inimigo para a participação da mulher na vida pública. Essa ideia monolítica de opressão feminina acabou por universalizar os vetores de exclusão feminina, interceptando as demais mulheres ligadas pelas diferenças da raça, da geopolítica, da

classe e da sexualidade, também relegando-as a um processo de esquecimento (PISCITELLI, 2002, p. 19).

Essa rigidez de uma única categoria de mulher negra, portanto, qualquer tipo de essencialismo dos sujeitos, restringindo a pauta naquilo que é esperado: libertar os sujeitos femininos de suas amarras opressoras patriarcais. Porém, ao desconstruir a categoria única de mulher e ressignificar a gama da historicidade e heterogeneidade dessa construção que não é fixa, os Feminismos Decoloniais foram a epistemologia que mais fez uso da elevação do sujeito mulher enquanto suas potencialidades e não somente no que concerne a denúncia às estruturas patriarcais.

Para Gloria Anzaldúa (1987), os feminismos ocidentalizados, ao criar a categoria única de “mulher”, “*guetizaram*” as mulheres de terceiro mundo em um espaço físico e social de inexistência, classificando-as como um “outro” através de uma generificação⁵ que ignora as múltiplas diversidades culturais a que pertencem e caracterizam as mulheres do Sul.

O escopo das teorias sulidificadas feministas buscava uma reconstrução identitária das mulheres, suas implicações para a formação das novas subjetividades que afloram dos sujeitos femininos emergentes dos entrelugares e dos discursos fronteiriços. Ao centrar-se no modo como essas subjetividades foram invisibilizadas em função das relações de poder existentes nesse espaço, engendradas nas opressões concernentes ao gênero, classe e sexualidade, possibilitou que ampliasse o olhar sobre as vulnerabilidades das mulheres para uma espécie de empoderamento baseado no resgate de suas especificidades.

Dessa forma, todas as pensadoras do Feminismo Decolonial ofereceram para o debate aquilo que dava ares para uma solução de anos de invisibilidade. Tratava-se de um pensamento crítico de fronteira (MIGNOLO, 2000), uma resposta epistêmica ao projeto hegemônico eurocêntrico que vislumbrava redefinir, através de uma retórica emancipatória, as identidades existentes nas fronteiras periféricas. Por consequência, as falas desses sujeitos considerados até então subalternos – mulheres, chicanas, lésbicas, brancas, judias, terceiro mundistas e migrantes – que tinham sido esquecidas pela miopia do feminismo branco, tiveram sua inserção histórica, retomando seu corpo-político, buscando corrigir a “ferida aberta” que marcou a produção local estruturalmente reprimida, sem espaço nas discussões sobre a posição da mulher (ANZALDÚA, 1987).

Ao problematizar as políticas do feminismo hegemônico, partindo para um relato intelectual de mulheres para mulheres, principalmente as que habitam as fronteiras do Sul

⁵ O conceito “generificação de corpos” remete a uma lógica binária homem-mulher e uma centralidade de gênero que aprofundam e estabelecem a reprodução da matriz heterossexual.

Global, o Feminismo Decolonial, enquanto movimento teórico-metodológico, possibilitou a visibilidade destes sujeitos femininos, rompendo com o “epistemicídio”, imposto pelas teorias feministas do Norte sobre os conhecimentos e saberes oriundos do Sul, que resultaram no apagamento histórico fundamentado numa suposta superioridade endossada pelas relações de poder. Pelas percepções de Miñoso (2016, p. 146), revisar o papel da mulher vai ao encontro da:

[...] necessidade de um feminismo que se nutra dos aportes teóricos da análise da colonialidade... - não como fenômeno, mas como episteme intrínseca à modernidade e seus projetos libertadores. Um feminismo, então que seja cúmplice e alimente-se dos movimentos de comunidades autônomas que no continente efetivam processos de descolonização e restituição de genealogias perdidas, que apontam a possibilidade de outros significados da vida em comunidade e reorganizam os horizontes já conhecidos e estabelecidos universalmente.

Ao recuperar o “lugar” e a “fala” a partir da realidade latino-americana, problematizando-as através da capacidade transgressora da mulher latina, feministas decoloniais abriram debate para a existência de um pensamento que revertesse a redução de existência por parte dessas mulheres. O pensar a partir da fronteira⁶ pressupunha criar uma política epistêmica, cujas singularidades, como as etnicidades, a racialidade e o gênero deste sujeito/mulher oriundos deste espaço fronteira, coexistissem, alcançando a representatividade, e, conseqüentemente, instaurar perspectivas de conhecimento como sujeitos de vozes (GROSFOGUEL, 2010, p. 43):

O pensamento crítico de fronteira é a resposta epistêmica do subalterno ao projeto eurocêntrico da modernidade. Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. Aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações econômicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia. O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica.

⁶ Pensar a partir da fronteira é defendida por Walter Migñolo, e equivale pensar para além do conceito de modernidade hegemônica.

É chegado o momento! Lanço aqui a primeira pedra angular das sabedorias dessas mulheres através de narrativas vivas. Abro a oportunidade da saída do anonimato ao qual essas mulheres foram solapadas através das agendas da migração e me desafio a transpor, nessas próximas linhas, suas histórias. Busco reavivar sentimentos, obstáculos, progressos e sonhos, sabedorias, conhecimentos e as forças que esses corpos acumulam. Dessa forma, despacho o carrego social como uma tática de guerrilha contra o esquecimento e trago à luz seus protagonismos, sonhos, desejos e batalhas diárias que essas mulheres enfrentam diariamente na construção de uma nova vida, de uma nova identidade.

Nos nossos encontros, ouvimos a voz gritada, o som abissal da voz feminina, como primeiro passo para cantar as suas resistências. Aqui o espaço é delas, um espaço onde elas conseguiram ecoar seus gritos, onde cantaram suas giras heroicas pelo ar. Ao narrar suas histórias, elas contribuíram para desconstruir estereótipos e falsas ideias que rondam as condições do migrante. Portanto, eu os convido a ouvi-las, porque elas merecem ser lembradas. Então: “*Echa pa’ lante*”.

2.3 Nuestras Charlas: as Entrevistas

Tendo a História Oral como metodologia de análise central deste trabalho, elencamos que esta trouxe, indubitavelmente, a possibilidade de reconstruir, através das recordações das agentes entrevistadas, acontecimentos que a História tradicional negligenciou. Como metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, ela explora as relações entre narrativas vivas e a História tradicional, rompendo com o determinismo de uma visão única e oficial, que compromete a liberdade de mulheres e homens de expressar-se. Ao colocar em evidência os atores e suas narrativas, a História Oral reequaciona elementos que só serão conhecidos historicamente, mediante as vozes dos atores e suas entrevistas.

No caso dos processos de migração feminina, captar tais narrativas está direcionada a compreender a forma como essas mulheres experimentam o ato de migrar, focado nos obstáculos, nos sentimentos, e desnudando as razões que levaram cada uma a migrar mesmo que em condições precárias e enaltecendo o empoderamento presente em toda mulher cuja vontade e capacidade conseguem subverter toda uma condição que as oprime em lutas diárias. Sendo assim, Janaína Amado (1995, p. 135) nos coloca:

A dimensão simbólica das entrevistas não lança luz diretamente sobre os fatos, mas permite aos historiadores rastrear trajetórias inconscientes das lembranças, permitindo, portanto, compreender os diversos significados que os indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm.

Para Valéria Barbosa de Magalhães (2017), na obra “História Oral e migrações: métodos, memórias e experiências”, pelo número de trabalhos acadêmicos que se validam dos relatos orais afirma-se que a História Oral, através de suas entrevistas, tem sido a metodologia mais pertinente para abarcar as especificidades das migrações.

Tanto como fonte principal, que é o caso desta pesquisa, ou como fonte complementar, as entrevistas têm tomado seu espaço de forma bem diversificada nas análises dos processos de mobilidade, aparecendo como histórias de vida, história temática, entrevistas estruturadas, semiestruturadas ou grupos focais, mas sempre privilegiando a memória, a subjetividade e a intersubjetividade das narrativas. Assim, para Meihy (2006 p. 195):

Sem abdicar o caráter instruído, criterioso e feito com rigor, do saber feito na universidade, evocam-se os motivos da história oral. Nada melhor para sustentar os fins da história oral do que partir de reflexões sobre a motivação para sua prática. Segundo Philippe Joutard, há, originalmente, três motivos que impulsionam o fazer da história oral: 1 - *Escuchar la voz de los excluidos*; 2 - *Sacar a la luz las realidades 'indescriptibles'*; 3 - *Dar testimonios de las situaciones de sufrimiento extremo*.

Entendida como uma troca de diálogos entre o autor e o entrevistado, essa barganha chega repleta de significados, que vão além, neste caso, de compreender o processo de migração e as experiências de quem migra. Para Hermínia González Torralbo, Fernández-Matos e González-Martínez (2019), ao construírem a coletânea “*Migracion, com ojos de mujer: una mirada interseccional*”, trata-se de uma convocação para um encontro entre mulheres em que também se reflita e se troque as experiências de quem investiga, refletindo as experiências de ambas.

Por otro lado, se nos convocaba para un encuentro con ojos de mujer, haciendo alusión no solo a mostrar las experiencias de quienes migran – mujeres migrantes - sino también, a reflexionar sobre las experiencias de quienes investigan a quiénes migran – mujeres investigadoras [...]. (GONZÁLVEZ TORRALBO; FERNÁNDEZ-MATOS; GONZÁLEZ-MATÍNEZ, 2019, p. 8)

Este espaço criado proporciona discussões acerca das formas de poder, fazer e ser que subjagam as mulheres em sociedade, e acende as problemáticas das migrações femininas para

a discussão pública, destacando que o processo de migrar para essas mulheres não é algo planejado e sim, uma solução para os problemas enfrentados na Venezuela, mas também algo que desobedeça, rompendo com as estruturas patriarcais que até hoje vemos nos estudos de mobilidade.

Neste sentido, González Torralbo, Fernández-Matos e González-Martínez (2019), ao proporem trabalhar com “*ojos de mujer*” e a utilizar instrumentos conceituais e metodológicos adequados a se produzir um conhecimento crítico e interseccional da mulher migrante, adverte que apesar das interpelações sofridas por estas mulheres, baseadas para além do ato de migrar, somando múltiplos fatores opressores como o gênero, a raça, a sexualidade e a classe social, entre outros, essas mulheres modificaram o cenário, e vêm ocupando um lugar de evidência em relação às migrações internacionais, assumindo o papel de protagonista, tanto na tomada de decisão sobre a opção de migrar quanto no lugar que ocupam no novo *status* social que assumem perante à família.

Como uma metodologia, que se apoia em depoimentos e testemunhos orais, a História Oral ampara-se em pesquisas de caráter qualitativo. É por meio da realização desses encontros que as pessoas que vivenciaram tais acontecimentos podem se expressar e acionar elementos de suas reminiscências, principalmente para obter uma dimensão específica dos processos de mobilidade feminino como ressaltam González Torralbo, Fernández-Matos e González-Martínez (2019, p. 9):

Sabemos que el mundo es completo y, por lo tanto, la comprensión de las migraciones femeninas demanda la comunión de miradas múltiples, plurales y también honestas desde el esclarecimiento de los posicionamientos epistemológicos de partida.

Ao partir da oralidade de sujeitos migrantes, com o objetivo de reconstruir e recuperar as experiências de mulheres diaspóricas, no que concerne desde a escolha de deixar seu país, passando pelo percurso e aceitação na sociedade de acolhimento, levando em consideração o impacto migratório e as experiências de seus cotidianos, escolhi realizar entrevistas não diretivas, semiestruturadas, com dois grupos de mulheres. A metodologia implicou apenas ouvi-las sem interferência, como um momento de construção de laços de confiança e familiaridade. Tal metodologia não significa que eu enquanto pesquisadora não tivesse o domínio sobre a estrutura das entrevistas, mas criou um ambiente amigável e seguro que neste primeiro contato seria de muita importância.

Essa escolha consentiu que as entrevistadas narrassem, de forma voluntária, suas experiências acerca do processo de migração dentro de suas subjetividades. Foi possível, assim, perceber que apesar da experiência de migrar seja diferente para todas as mulheres, pontos dos relatos se interseccionam, principalmente no que tange à tomada de decisão em deixar a Venezuela.

A técnica em questão permitiu explorar aspectos subjetivos dos sujeitos entrevistados, o que o uso de questionário torna mais limitado. Dessa forma, as entrevistas semiestruturadas, ao possibilitar maior aprofundamento dos eixos de análise, criam um espaço no qual se pode retomar algumas falas, esclarecê-las, expressando o pensamento das entrevistadas.

O recurso a esses depoimentos permite a exploração dos conhecimentos das pessoas, mas também, de sua representação, crenças, valores, opiniões, sentimentos de esperanças, desejos, projetos etc. (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 183).

As entrevistas foram organizadas em seis eixos temáticos: 1. Decisão de migrar; 2. Circunstâncias e planejamento; 3. Percurso e acolhida. 4. Interiorização; 5. Aspectos da estrutura social alcançada no Brasil; e 6. Dimensões de preconceitos e episódios de hostilidade. Dentre as perguntas levantadas, temos:

1. Como era a Venezuela antes da crise?
2. Com o que você trabalhava na Venezuela? Quais foram os motivos que te levaram a migrar?
3. O processo de deslocamento foi feito de qual maneira?
4. A questão documental, você está com solicitação de refúgio ou residência temporária?
5. Aqui no Brasil foi bem recebida?
6. Já enfrentou algum episódio de preconceito?
7. Na questão da raça, você se considera branca, negra ou indígena?

Neste sentido, pude perceber que a escolha de migrar partiu principalmente das mulheres; a grande parte das entrevistadas expressaram o descontentamento e as dificuldades que o país (Venezuela) vem enfrentando nos últimos anos e que têm impossibilitado aos seus nacionais o acesso a itens básicos de sobrevivência como ponto focal da escolha. A fome aparece como o elemento principal de estímulo para deixar a Venezuela, assim como um futuro melhor para seus filhos.

No total foram 17 entrevistas com mulheres venezuelanas, divididas em dois grupos: via Zoom e presencial. Dos encontros realizados com o primeiro grupo, a escolha de utilizar a

plataforma *Zoom* foi devido ao distanciamento acometido pela pandemia de Covid-19. Cada encontro teve uma duração média de quarenta minutos.

Após a autorização por parte das entrevistadas, foram gravadas e posteriormente transcritas sem interferências. Dessa forma, é possível observar erros gramaticais e a união dos dois idiomas (espanhol e português), já que muitas das entrevistadas dominam pouco a nossa língua. Tomando como base as alegações de Meihy (2002), ao pesquisar a História Oral de vida, deve-se transcrever as entrevistas com o mínimo de interferências, pondo também em evidência as dúvidas, os silêncios e os risos como elementos da análise.

O segundo grupo foi resultado de um trabalho de imersão dentro da CIBAI Migrações que me recebeu de braços abertos para a realização desta pesquisa. Foram algumas idas ao local, para coletar dados, imagens, entrevistas e conhecer a dinâmica do local no auxílio aos migrantes.

Dessa etapa de imersão, vale destacar que foram diversos *e-mails* enviados a outras instituições como Serviço de Atendimento Familiar (Saf) Sempre Mulher, Fase, Serviço Jesuíta a Migrantes Refugiados (SJMR) Brasil e Centro de Referência da Assistência Social (CRAS RS), as quais me negaram o acesso e outras sequer responderam. A CIBAI Migrações e a Aldeia Global foram as únicas que aceitaram participar deste trabalho e, por isso, revelo meu total agradecimento à Maria Farjado, diretora da Aldeia Global, e ao pároco Anderson Hammes, diretor da CIBAI Migrações.

É importante ressaltar que dentro da História Oral Temática, na qual busca-se, a partir de um assunto específico, a narrativa de entrevistados sobre o tema estabelecido, que as abordagens criem uma Gestalt sobre o assunto do trabalho e os acontecimentos que nos levem a perceber a migração feminina como um processo contínuo de desenraizamento que atravessa a biografia do sujeito, suas experiências, memórias, inquietações, conquistas e sonhos (KILOMBA, 2019, p. 85).

Como meu compromisso é proporcionar um espaço de falas e expressões, muitas vezes traumáticas, estabeleço aqui a importância com as identidades e individualidades das entrevistadas. Ao buscar protegê-las de possíveis preconceitos e estereótipos, foram substituídos seus nomes, para preservar cada uma delas de possíveis constrangimentos.

2.4 Primeiro grupo: via *Zoom*

2.4.1 Mariana: “Tudo que fiz foi pelos meus filhos!”

Mariana, 33 anos, é uma das jovens mulheres que entrevistei nesses meses destinados ao trabalho de campo. Natural de Casacoima - Amecuro, a conheci por intermédio de Ivete, um ser humano dotado de bondade, que dedica seu tempo a ajudar venezuelanos recém-chegados a Porto Alegre. Nosso encontro ocorreu via *Zoom*, ainda devido ao distanciamento social imposto pela pandemia, no dia 13 de maio, numa tarde de sábado, pois ao longo da semana, Mariana trabalhava e ficava impossível a ocorrência de nosso encontro.

Envio o *link*, abro a minha câmera e espero Mariana entrar. Ela entra, mas permanece a entrevista toda com a câmera fechada. Claro! Não iria se expor para uma pessoa desconhecida que havia saído do nada para lhe fazer perguntas. Esse desconforto inicial e a possibilidade do recurso da plataforma em proteger seu rosto foi um elemento importante para entender que Mariana estava insegura. Aos poucos, como uma conversa descontraída, ela foi criando confiança e foi possível, a partir de seus relatos, compreender toda a motivação em deixar a Venezuela.

Aos poucos, fui quebrando as barreiras entre nós, explicando o objetivo de nossa conversa. Lemos em conjunto os termos de autorização de voz e fui tranquilizando-a de que tanto sua imagem quanto nome seriam protegidos e não divulgados. Então, como uma conversa informal, passei a perguntar como havia sido seu processo de migração. Começamos com a decisão de migrar. Para ela, tal decisão foi concebida em comum acordo com seu marido. Como já tinha uma irmã morando no Peru – nação, dita por ela, de pouco incentivo aos migrantes – e na Venezuela a situação cada vez mais dificultava a vida de sua família, decidiram, dessa forma, ingressar no Brasil.

Na Venezuela, Mariana, que trabalhava como fiscal em um órgão público, via que os recursos obtidos através das atividades laborais dela e do marido eram insuficientes para o sustento familiar. Além do mais, a falta de acesso a mercadorias dificultava uma alimentação saudável para eles e as crianças em decorrência da grave crise de abastecimento em que a Venezuela se encontra e que veremos mais adiante. Mariana também se via descontente com os rumos que o governo havia tomado. A desorganização, aliada às precárias estruturas dos órgãos públicos, a impedia de fazer um bom trabalho.

“Não havia alimento, e quando chegava eram muito caros. O comércio cobrava o dobro do preço. O que ganhamos não dava nem para um quilo de arroz. Nem comprar frango. Nos demos conta que ali já não tinha mais oportunidades para nós. Como trabalhava para o governo, tu via as coisas erradas e não podia falar. Lá eles não gostam de que façam críticas. Tu é perseguido e eu tinha medo sabe”. (Mariana, 2022)

Chegaram ao Brasil no final de 2019, pouco antes do decreto da pandemia e o fechamento da fronteira. Saíram da Venezuela de ônibus em direção a Santa Elena de Uairén, fronteira com o Brasil, via Troncal 10. A viagem, segundo Mariana foi tranquila, os percalços iniciaram na entrada de Pacaraima, cidade fronteira com Santa Elena, A entrada no Brasil foi feita a pé. Logo foram recebidos pelos militares das Forças Armadas que ali fazem o controle e o regramento da fronteira entre os dois países, e como de praxe, ao receber os venezuelanos já os encaminham para a área de documentação.

“A travessia não foi fácil, viemos de ônibus até Santa Elena, depois tivemos que entrar a pé. Ali fomos recebidos pelos militares e pelas pessoas da OIM que já nos levaram para fazer a documentação e nos encaminharam para um abrigo. Recebemos comida e depois fomos liberados no mesmo dia para ir à Boa Vista. Prá lá fomos de carona. Tivemos muita sorte. Entramos no final de 2019 e logo saiu a pandemia e fecharam a fronteira”. (Mariana, 2022)

Com o visto de residência provisória, foram encaminhados para a capital de Boa Vista, local onde não tiveram a sorte de conseguir vagas nos 11 abrigos oferecidos pela Operação Acolhida. Ela, o marido e os quatro filhos permaneceram por quatro semanas dormindo na rodoviária até que um dos abrigos tivesse lugar para obrigá-los. A dificuldade de conseguir emprego foi um fator que marcou a sua vinda para o Brasil. A ideia de que o solo brasileiro era mais fértil que o da Venezuela se mostrava contrária, ao passo que as dificuldades de sustento eram somadas. Sem atividade laboral para sustentar uma família de seis pessoas, o único recurso alimentar para todos era aquele oferecido pela Polícia Federal em meio a rodoviária.

“Estivemos quatro semanas dormindo no terminal de autobus, até que tivesse uma vaga nos abrigos. Ali a Polícia Federal nos dava comida. Fizeram uma espécie de corredor onde nos davam comida. Depois de ir para o refúgio, ficamos mais seis meses antes de vir pra cá. Aí nós ajudávamos os outros venezuelanos que chegavam”. (Mariana, 2022)

Quando foram realocados em um abrigo, Mariana, seu marido e filhos passaram a se envolver na organização e limpeza do local, uma prática recorrente (exigida) para manter a sua permanência.

“Assim, eram muitas famílias, tipo, são mais de 1.000 e poucas famílias dentro dos abrigos. É muita gente. Ficamos lá seis meses no abrigo sem conseguir emprego em Boa Vista. Daí conheci uma outra venezuelana que disse que aqui no Sul as coisas eram melhores. Disse pro meu marido pra gente vir, que a gente faria qualquer coisa. Venderia qualquer coisa e ela nos disse que aqui a gente teria emprego”. (Mariana, 2022)

Como é comum, a realocação para a capital gaúcha ocorreu através de redes de apoio. Uma Organização Não Governamental (ONG) envolvida na recepção de migrantes mantém um auxílio para que se consiga moradia, trabalho e cesta básica. Mariana e sua família, composta atualmente por 12 pessoas, ocupam uma casa no Bairro Rubem Berta, em um lote sem dono, cedido pela Prefeitura às ONGs como forma de abrigamento de migrantes.

“Quando chegamos aqui, meu marido conseguiu emprego informal. Hoje ele tá de carteira assinada. Moramos numa casa que não tem dono. Foi cedida pela ong. Antes tínhamos que pagar aluguel. Era 800 reais, não sobrava nada para a alimentação, e eu fiquei um tempo sem trabalhar porque fiquei com meu filho menor em casa, daí era só o dinheiro que meu marido conseguia”. (Mariana, 2022)

A casa que hoje abriga a família de Mariana não comporta em estrutura toda essa demanda. Não há banheiro dentro da casa. A água já havia sido cortada anteriormente pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) e não foi restabelecida para eles, portanto eles necessitam utilizar da caixa d'água do vizinho e o teto possui grandes goteiras, bem diferente da vida estruturada que levavam na Venezuela. Mesmo assim, ela comenta que não se arrepende de ter saído de lá.

“Não tá fácil lá sabe. Tenho uma irmã que é nutricionista, ela também, veio agora. Meu irmão é técnico em computação. Aqui ele arrumo trabalho que lá tava difícil. Eu fiz cursos nesses anos. Me preparei. Fiz curso de confeitaria e padaria. Aqui o que a gente ganha, mesmo que pouco dá pra comprar as coisas. Dá pra comprar frango”. (Mariana, 2022)

Mariana não conseguiu emprego logo na chegada. Ela conta que foi complicado conseguir devido a ela ter uma filha pequena na época e mais três filhos que necessitavam de seus cuidados. Essa foi uma das dificuldades mais marcantes em sua estada no Brasil, pois o

que o marido ganhava não era suficiente para o sustento de todos. As portas fechadas por ela ser mulher, mãe e migrante, realidade que afeta muitas delas, não a desanimou.

Com o objetivo de construir sua independência financeira, fez cursos promovidos pelas ONGs de assistência ao migrante. Buscou se qualificar na área de culinária e hoje, ela dá aulas, com carteira assinada, na Sociedade de Assistência Social e Educacional (SASE), uma obra social que tem por finalidade acolher crianças e adolescentes de sete a 18 anos, empobrecidos ou em situação de risco e vulnerabilidade pessoal e social, onde ensina um ofício para também ajudar aqueles que, assim como ela, necessitam de ajuda. *“Eu não consegui emprego aqui logo. Como tinha um filho pequeno, fiquei um ano cuidando dele em casa. Tenho mais três filhos e é difícil cuidar dos quatro e trabalhar fora. As pessoas já te perguntam se tu é mãe sabe!”*. (Mariana, 2022)

Atualmente, toda família de Mariana se encontra no Brasil, com exceção da irmã que mora no Peru. Recentemente, ela trouxe sua última irmã que ainda residia na Venezuela. Foi uma trajetória complexa, pois ela estava debilitada por um câncer e mal conseguiu cruzar a fronteira com a filha de oito anos. Mariana agora se divide entre os cuidados com os filhos, a casa, a irmã que necessita fazer quimioterapia uma vez por semana e seu trabalho, uma realidade que afeta grande parte das mulheres que, como ela, são provedoras de seus lares.

É importante destacar que muito do que Mariana e sua família hoje conquistaram advém da solidariedade dos amigos brasileiros, como antes já tinha dito, principalmente da rede de apoio da amiga Ivete, responsável por recolher doações, organizar vaquinhas e rifas solidárias para custear os gastos da família de Mariana e tantas outras venezuelanas das quais ela abraçou a causa.

São doações de alimentos, roupas, brinquedos e móveis, pois o que ganham pouco dá para subsidiar uma vida adequada a 14 pessoas. Os poucos que ali trabalham gastam mais com deslocamento do que com as necessidades básicas, razão pela qual a ajuda humanitária por parte da sociedade que as acolheu tem sido o principal meio de oportunizar uma vida mais digna.

“Fui muito bem recebida. Tive anjos que me ajudaram e ajudam ainda. Minha irmã no Peru não tem assistência. O Brasil acolhe melhor, não só pela documentação, mas as pessoas. Aqui posso dizer que consegui tudo. Tenho casa própria, meus filhos estão na escola. A mais velha já quer trabalhar”.

“Meu sonho é que meus filhos possam se formar. Que eu possa arrumar a minha casa e quero empreender também, porque eu faço tudo por eles, sabe! Quando a gente tem filho não é mais a gente, são eles. É tudo pra eles”. (Mariana, 2022)

2.4.2 Paulina: “Minha mãe ainda não conhece minha filha!”

Paulina, 26 anos, natural do interior da Venezuela, na zona rural, também veio para o Brasil em busca de uma vida melhor. Para que nosso encontro ocorresse, tivemos que marcar à noite, pois Paulina trabalha inclusive aos finais de semana. Era dia 24 de setembro, num sábado à tarde quando começamos via *WhatsApp* a tentar marcar um horário no qual ela pudesse conceder a entrevista. Tive que refazer dois *links*, pois Paulina não conseguiu chegar em casa na hora marcada; naquele dia, ela fazia uma faxina na Zona Sul da Capital e ela reside na Zona Norte. A demora das duas conduções que tem que pegar acabou prejudicando nosso encontro que ocorreu por volta das 21h00min, via *Zoom*.

Às 21h45min, recebi de Paulina uma mensagem avisando que enfim havia chegado em casa. Fiz o *link* rapidamente e lhe enviei. Ao abrir a câmera, ela estava sentada, com os cabelos ainda molhados do banho tomado para descansar da longa jornada de trabalho que havia iniciado ainda naquela manhã. Seu rosto revelava as assimetrias mestiças, comum na Venezuela. Longos cabelos negros e lisos, pele “*Collor del café*”, característica da linda composição étnica oriunda da mestiçagem entre espanhóis (europeus) e ameríndios (indígenas) durante o período colonial.

Com sua filha pequena no colo, ela se dividiu entre responder-me e entreter a menina. Comecei então pedindo-lhe autorização para gravar a nossa entrevista. Comuniquei que sua imagem não seria divulgada, assim como fiz com as demais entrevistadas. Após os trâmites legais de concessão de voz, comecei a lhe fazer perguntas.

“Então vou falar. Lá meu marido era militar, na verdade, eu não trabalhava lá. Fiquei grávida do meu primeiro filho. A coisa lá ta muito feia. Desde 2012 eu acho pero que me lembre. As vezes a gente com um salário era só uma coisa uma coisa que tu pode comprar sabe. Era só comida, não dava pra comprar roupa e nada más. Daí eu conversei com meu marido: Olha lá tem emprego e a gente tem diñero guardado, então vamos pra lá. Eu não queria que ele começasse a fazer cosas erradas lá na Venezuela, então disse pra gente vir pra cá. Os dois juntos começamos a juntar diñero para sair de lá por nossos filhos”. (Paulina, 2022)

Saíram da Venezuela em 21 janeiro de 2020, vieram de ônibus até Roraima, e por conta de seu marido ser militar a viagem foi gratuita. Paulina encontrava-se grávida de sete meses de seu segundo filho e por esta razão tiveram que permanecer em Pacaraima até o bebê completar dois meses. Permaneceram alojados em um dos abrigos da Operação Acolhida e pela OIM.

“Lá ficamos no refúgio organizado pela OIM, fiquei 1 mês em Pacaraima depois mais três meses em Boa Vista. Agora não sei como tá lá, antes eles abrigavam bastante gente, agora parece que mudou, só ajudam pessoas com necessidade, mulheres grávidas, doentes. Sabe onde eu dormi? Naquelas carpas de militar”. (Paulina, 2022)

Nesses meses em Pacaraima e Boa Vista, Paulina não trabalhou devido à gravidez, mas seu marido, que antes era militar na Venezuela, fazia bicos de pedreiro com a intenção de guardar um dinheiro para interiorizar. Após passar os quatro meses, a família foi realocada para Porto Alegre em 21 de junho do mesmo ano. Paulina conta que vieram de avião fretado com algumas escalas, através do Programa de Interiorização. Aqui foram recebidos por uma rede de apoio de amigos venezuelanos que já haviam sido interiorizados. A casa alugada abrigava as duas famílias com cerca de oito pessoas, também localizada no bairro Rubem Berta. *“Meu marido fez bicos de pedreiro lá em Boa Vista, então guardamos um dinheiro que deu pra gente alugar essa casa com nossos amigos. Não é grande coisa, mas nos abriga e isso eu sou grata”* (Paulina, 2022).

Lá na Venezuela, Paulina tinha um negócio de comida rápida, não possuía carteira assinada, e sua rotina era basicamente a criação do filho, cuidados com a casa e com o seu negócio. Aqui, hoje ela trabalha em serviços gerais, mas durante algum tempo, antes da chegada de suas cunhadas, ela ficou em casa cuidando dos filhos, pois não conseguia vaga nas creches comunitárias.

“Aqui comigo hoje moram, meus filhos, meu marido, meu sogro e minha sogra, daí eles ficam com meus filhos pra eu ir trabalhar. A minha filha pequena agora em outubro vai pra creche, consegui vaga pra ela. Minha sogra não queria porque disse que ficava cuidando dela, mas achei melhor ela ir. Meu filho já tá na escola na turma JB2, e já fala português”. (Paulina, 2022)

Paulina então emocionada, lembrou que a mãe que ainda vive na Venezuela não conhece a neta que nasceu aqui no Brasil. Com os olhos marejados, ela explica que essa é uma das dificuldades que sente, devido à distância e a saudade que tem da mãe, e disse estar juntando dinheiro para poder retornar à Venezuela para vê-la.

“Ela não quer sair de lá. Pra ela é bom, ela já tem a vida dela, tem o dinheiro dela, então ela consegue viver. Engraçado que ela me disse esses dias que conseguiu comprar uns eletrodomésticos pra cozinha dela com o dinheiro das férias, e eu disse, nossa mãe eu não consigo comprar (risos). Então pra ela é bom lá, mas pra nós era difícil, com filhos e tal”. (Paulina, 2022)

Ao lembrar das dificuldades enfrentadas na Venezuela, Paulina fala que em sua cidade viu muita gente passando fome. Ela mesma passou por desabastecimento, falta de água, mas fome ela disse que não chegaram a este ponto, pois como viviam no interior sempre conseguiam alguma coisa.

“Eu não passei fome, desabastecimento sim, mas fome não. A gente sempre tinha banana, melancia, calabresa – esqueci o nome como se llama [risos] - mas fome não passamos. Meu marido tinha uns primos que pescavam num rio tipo o Guaíba. Mas vi muita gente morrer de fome sabe. E tem também a questão da saúde. O sistema de saúde lá é ruim. Tenho uma irmã que tem um filho com incapacidade e ela teve que ir morar em Caracas pra ter atendimento. A gratuita é muito ruim agora se tu tem dinheiro para pagar ta de boa”. (Paulina, 2022)

E completa:

“Aqui temos amigos. Sempre digo que os Venezuelanos são gente boa (risos), e eu sou. Temos muitas pessoas que nos ajudam. Olha se eu ficar falando tudo que a Ivete nos ajudou eu não saio mais (risos). Tem sido muito boa com a gente. Haora aqui continuamos na luta só pra nossos filhos. Só por ellos!”. (Paulina, 2022)

Quando a questioneei sobre o preconceito de ser migrante e mulher em um país ainda desconhecido, Paulina afirmou que existe. Ela mesmo presenciou, em Boa Vista, muitos episódios de hostilidade para com os venezuelanos, mas ela, em si, diz não ter sofrido. Também lhe perguntei como estava sendo essa nova vida aqui no Brasil e se havia a intenção de retornar à Venezuela.

“Lá sim, tem muito. Tem também muita menina que engravida sabe. Tem venezuelanos na rua. Mas eu não passei por nenhum episódio, não que me lembre. Mas tem. As pessoas têm medo de que venezuelano é vagabundo. Até tem uns que são sabe, mas de mais somos gente boa”.

“Olha, aqui tá muito bom, principalmente quando eu chego com uma coisa para meus filhos que lá não conseguia. Eles já perguntam o que eu trouxe sabe. É bom dar isso pra eles. Tá lá comida não faltou, mas faltou outras coisas que aqui a gente consegue”. (Paulina, 2022)

Ela que hoje ocupa uma posição feminina ligada a uma profissão direcionada às mulheres, na limpeza e manutenção de lares, por ser casada e ter uma estrutura de apoio, talvez a blinde de se sentir desconfortável pela sua condição de gênero. Porém, é bom destacar que o marido esteve presente na hora da entrevista e sempre a acompanhou em todos os lugares, indo buscá-la e levá-la ao trabalho.

2.4.3 Célia: entre Harina e Arepas

Célia, 40 anos, foi outra de minhas entrevistadas que deixou a Venezuela motivada pela violência e a falta de liberdade política. Nosso encontro ocorreu no dia 27 de setembro de 2022, entre uma reunião e outra de sua agenda empreendedora. Já de início, Célia se mostrou diferente das demais venezuelanas entrevistadas. Roupas finas, cabelos bem pintados e unhas feitas identificavam-na como uma mulher que tinha posses antes mesmo de vir para o Brasil.

Articulando bem o português, Célia iniciou sua fala dizendo o motivo que a levou a deixar Caracas. Trouxe, então, uma perspectiva que se diferenciava da fome e das dificuldades que as demais venezuelanas haviam relatado ter sofrido em seu país. A história de Célia inicia com a sua participação em um referendo organizado pela população que se posicionava contra o governo de Hugo Chávez no ano de 2004. Na ocasião, Célia disse ter assinado a lista contra o mandato de Chávez. Os nomes da lista do referendo acabaram sendo publicados, por iniciativa do deputado Luiz Tascón, associando todos os participantes como opositores ao governo, episódio que ficou conhecido como a “Lista Tascón”, lembrada por ela como algo absurdo.

“Lá tem uma lista que o governo fez que era de oposição e eu estou nessa lista porque por muito tempo o governo ameaçou quem se votasse contra. E assim, eu não tinha nada a ver com o governo. Só votei contra Chávez em um plebiscito, daí um deputado achou que deveria fazer uma lista de quem votou contra. A lista se chama Lista Tascón⁷, e ali estão todos que se opuseram ao governo chavista. Isso me gerou muitos problemas, porque eu não podia fazer empréstimo no banco, fazer concurso público, me prejudicava até de comprar um carro.” (Célia, 2022)

Por medo, Célia nunca mais retornou à Venezuela. Há quatro anos, ela trouxe a mãe, que sofria de hipertensão grave e por falta de medicação encontrava-se muito doente; em seguida, veio seu irmão com os filhos e a esposa. Ela me contou que durante tempos na Venezuela já era possível observar que a crise se acirraria.

⁷ Em 2003, os opositores de Chávez criaram um movimento para retirar o presidente Chávez da presidência sob as leis designadas na constituição venezuelana. Ocorreu quando a economia estava estagnada e os índices de popularidade de Chávez caíam até mesmo entre os mais necessitados. Ao realizar o movimento que concentrou uma lista no qual milhões de venezuelanos assinaram pedindo a revogação de Chávez do poder, o presidente, então utilizou de seu canal *Aló Presidente* para dizer: “aqueles que assinam contra Chávez estão assinando contra seu país” e “contra o futuro”. Essa crítica suscitou em uma outra lista organizada pelo membro da Assembleia, Luis Tascón, publicada *online*, na qual até hoje consta os nomes dos nacionais que se opuseram ao governo de Chávez neste período. (CARROLL, 2013).

“Começou com cortes de luz, de água, depois tu ia ao mercado que faltava alguma coisa. Já dava para ver que ia piorar. Então, como meu marido é gaúcho a gente decidiu vir morar aqui. E com certeza iria ficar pior, né? Quando eu vim para cá, já faltava até papel higiênico tipo, coisa assim, bem simples não se achava”. (Célia, 2022)

O processo de vinda ao Brasil, que também se diferencia das demais entrevistadas, ocorreu por via aérea, dadas as condições menos dramáticas da família de Célia, o que, no entanto, não a impediu de passar por problemas para migrar. Suas dificuldades giraram em torno das políticas econômicas restritas da Venezuela. O país, de acordo com ela, estabelece critérios para o acesso a dólares e linhas de crédito. Além disso, o valor cambiário entre o bolívar e o dólar americano é muito inferior, ou seja, por mais economias acumuladas que se tenha ao cambiar, torna-se um valor irrisório para poder recomeçar em outro país.

“A gente veio de avião a teve certa dificuldade porque na época, o governo restringia a uso de cartão de crédito. A gente tinha que pedir uma solicitação, fazer uma permissão para conseguir sair, uma autorização que levava vários dias. E aí tinha um Monte, uma papelada, que a gente tinha que preencher. O governo também limitava o valor de dólares que a gente podia comprar pra usar fora da Venezuela, era tipo quinhentos dólares. A Venezuela é um país que te limita”. (Célia, 2022)

Das poucas interferências que fiz durante a entrevista, este momento foi crucial para entender as limitações que o povo venezuelano vem enfrentando nos últimos anos, num país cuja bagagem política se diz um Estado democrático de direito: *“A Venezuela se diz uma certa democracia, não é? Porém na prática, percebe-se que não funciona como tu vê isso? Prontamente Célia me respondeu:*

“A Coreia do Norte se diz República Democrática e, não é! Eu sempre, dou o mesmo exemplo na Venezuela, só tem uma democracia no papel, mas com certeza não chega nem perto porque, assim, as pessoas não têm liberdade. A primeira liberdade do ser humano que é de colocar comida no prato, de levar alimento pra casa não acontece”. (Célia, 2022)

Mesmo sendo casada com brasileiro, Célia entrou no Brasil e permanece com visto de residência até que a documentação definitiva esteja pronta. Ela trabalha. É empresária aqui em Porto Alegre, tendo sido proprietária de um restaurante, o “Santa Arepa”, localizado na Lima e Silva, centro de Porto Alegre. Após o fechamento do estabelecimento, hoje ela é importadora da Harina Pan, uma farinha específica para a fabricação das Arepas, comida típica venezuelana.

Célia é uma mulher viajada. Conhece boa parte do mundo e, por isso, reforça as qualidades brasileiras em receber seus migrantes. Ela entende que todas as mazelas que a Venezuela passa atualmente dificulta seus nacionais na reconstrução de uma nova vida através dos processos de mobilidade, pois já se encontram em uma situação complexa, mas para ela, a migração é uma forma, se não a única, de deixar aquelas estruturas tão duras que a Venezuela oferece aos seus nacionais. *“Costumo dizer que o Brasil é o melhor país do mundo. Ele te acolhe, é receptivo. Mas entendo que o processo de migração em decorrência da crise é complicado. Mesmo assim, só vivendo lá pra saber o quanto é ruim”*. (Célia, 2022)

Mesmo com uma situação que a blindava de certas dificuldades, Célia não foi isenta em sentir os desafios de ser migrante. Ela conta que a dificuldade com a língua a impedia de sair de casa, o que lhe proporcionou um sentimento de solidão. Ainda sem filhos, e com o marido trabalhando fora das seis horas às vinte e uma horas, ela passava boa parte do dia sozinha em casa em Canoas, pois não havia amigos ou uma rede de apoio com a qual ela pudesse contar. Quando as crianças nasceram, foi outro desafio. Sem ter com quem deixar ou confiar nos cuidados iniciais dos bebês, ela levava para o trabalho para amamentar.

“Tudo foi um grande desafio. Até a saudade. Depois do nascimento do Frederico, se intensificou. Tinha saudade da minha mãe, do meu irmão, de tudo lá. Mas sabia que tinha que ficar aqui, porque lá também não era bom. E agora eu tinha filhos, imagina com meu nome na lista acontece alguma coisa comigo? Foi por isso também que nunca mais voltei. Além disso a violência lá é absurda. Tem até agora um negócio tipo sequestro relâmpago sabe, mas que eles cobram o resgate em dólar dos parentes que moram fora”. (Célia, 2022)

Mesmo que, durante todo nosso encontro, Célia reforçasse o quanto o Brasil é um país acolhedor, isso não a impediu de me contar que sim, já havia sofrido certos tipos de comentários, que não se configuraram para ela, como ofensas, mas contou ter sido xingada por uma cliente por não dominar o idioma corretamente. Dessa forma, Célia se sensibiliza muito com a causa da migração venezuelana, sempre estendendo a mão para seus compatriotas.

“Eu tive e tenho muitas funcionárias venezuelanas trabalhando comigo. Hoje elas estão bem, estabilizadas, mas quando chegaram passaram por muitas dificuldades. Lembro de uma menina que veio até aqui fazer uma entrevista, magra, com aparência cansada. Perguntei como ela iria voltar e ela me respondeu que ia voltar pra casa a pé. Daí eu dei mais dinheiro pra ela mesmo antes dela começar a trabalhar porque tu via que ela estava cansada”. (Célia, 2022)

Sobre as relações de gênero que permeiam os processos migratórios, que de certa forma acarreta dificuldades para as mulheres, para Célia existem, porém na Venezuela os debates de gênero, violência contra mulher e racismo têm ganho recentemente as ruas de Caracas, através de grupos sociais que se mobilizam para debater tais assuntos, porém são ainda insuficientes. Ao falar de sua experiência de infância, Célia reforça a força da mulher venezuelana e o quanto existe uma luta diária contra o machismo existente.

“Hoje você vê nas ruas, mulheres reivindicando espaço, falando sobre preconceito e violência, não que isso não seja importante, e é, mas num país onde não se tem água, saneamento, comida, tem que também sair às ruas pra isso sabe. Mas existe machismo. Lá é comum ver mulheres com filhos nas ruas. Tu não vê família como aqui, porque é comum os homens abandonar. Mas também somos mulheres fortes. A mulher venezuelana é forte, a gente tira força do nada. Vi pela minha mãe que nos criou sem meu pai porque ele foi comprar cigarros e nunca mais apareceu [risos], mas ela foi tão forte e presente que eu não cresci sem essa falta de um pai sabe”. (Célia, 2022)

2.4.4 Maria Elena: a intelectual

A escolha de Maria Elena de vir ao Brasil também não segue a mesma lógica da fuga da crise de seu país. Apesar de ser uma migrante venezuelana, Maria Elena, como roteirista e escritora formada pela Escuela Internacional de Cine e Televisión de Santo Antônio de Los Baños em Cuba e jornalista formada na Venezuela, veio para o Brasil cursar o Mestrado em Escrita Criativa na Pontifícia Universidade Católica.

“Foi por outro motivo que na verdade eu tinha me informado na tv em Cuba e lá eu tinha conhecido o meu atual marido. E a gente decidiu vir para cá porque Venezuela já naquele momento não parecia uma opção com muitas esperanças aí a gente decidiu vir para cá e eu cheguei aqui logo depois de sair de Cuba, mas antes passei na Venezuela meio que de férias e vim para cá”.
“Depois foi que eu comecei a me interessar pelo mestrado. Eu fiz a oficina do professor Assis Brasil lá na PUC porque todo mundo me falava que era uma boa oportunidade até para aprender melhor o português escrito e tal eu nunca tinha escrito literatura e na oficina foi que fiquei meio que apaixonada, aí fiquei sabendo que tinha mestrado e o professor Assis me estimulou muito para fazer. Foi a partir daí”. (Maria Elena, 2022)

Naturalizada brasileira, Elena não é análoga às dificuldades que seu país enfrenta. Por esta razão, seu depoimento se fez importante por se diferenciar das demais entrevistadas, Elena possui uma visão mais politizada da crise, mesmo não tendo sofrido diretamente com ela.

“Esse processo todo de dificuldade que o Brasil começou a enfrentar, lá já estava. Eu acho que quando eu saí já estava rolando por exemplo, já tinha alguns anos funcionando o processo de controle cambial que ele controlava todo o fluxo de divisas e tal e aí começou uma bola de neve que é que bom acho que aí começou a crescer a inflação que eu acho que é o principal problema assim nesse momento pelo menos economicamente falando”.

“É assim eu não vivi presencialmente esse declínio, mas eu mais ou menos vivi porque quando eu voltei de Cuba em 2009, sempre que eu voltava as coisas estavam um pouquinho piores. Faltando coisa faltando medicamento. E quando eu estava aqui nos primeiros anos, eu fui muito para Venezuela. Teve ano que eu cheguei três vezes sabe? E ficava um bom tempo. Então, viver lá é muito”. (Maria Elena, 2022)

A mulher bonita, de assimetrias brancas e longos cabelos negros, nos conta que apesar de ter uma posição privilegiada na Venezuela, por seus pais serem professores universitários, não lhe impediu de sentir os desafios que seu país de origem hoje vem enfrentando, ao passar por um episódio de doença com seu pai, falecido há um ano. A saga da família em prover um atendimento de qualidade ao pai de Elena, foi um fato marcante em sua vida e ela conta:

“Meu pai faleceu em 2015 e o processo da doença dele, tinha toda aquela questão de mandar medicamento, mandar alguns tipos de alimentos, coisas de alimentação específica que ele precisava. Quando ele estava no hospital foi assim um caos, do tipo a gente tem que sair do hospital com uma amostra de sangue procurando um laboratório na cidade que tivesse o reativo que era preciso para fazer um exame que era elementar. Nessa época, eu não estava morando lá mas o fato da minha família ainda está lá eu ficar indo agora eu vou menos, mas tem uma série de pessoas que precisam da minha ajuda”. (Maria Elena, 2022)

E completa:

“Assim não consigo não ter esse vínculo permanente, não saber como estão as coisas no dia a dia. Para mim, mudou de um jeito que muitas das minhas coisas estão voltadas a atender situações de lá. Então assim tipo o meu orçamento mensal é eu principalmente nesse momento né? Porque a única coisa que tu consegue fazer de fora assim ajudar com o dinheiro basicamente”. (Maria Elena, 2022)

Para Elena, os laços afetivos com a Venezuela foram aos poucos sendo rompidos. Mesmo que sua atenção ainda esteja voltada para sanar problemas financeiros de seus familiares que ainda residem na Venezuela, ela fala que muito da ansia e do sentimento de romper com o país já não faz parte de seu dia a dia:

“O Brasil é um lugar que te acolhe e, meio que não te obriga a renunciar tua nacionalidade, mas aquela coisa de buscar a Venezuela em tudo, eu já não tenho. E muito eu devo a minha escrita e a um ditado que se usa na Venezuela que diz assim, donde fueres hace lo que vieres”. (Maria Elena, 2022)

E completa:

“Muito da minha escrita hoje é voltada para sanar este sentimento de deixar meu lugar. O Brasil não é meu país de origem, este lugar que pertence, mas a Venezuela também já não é mais. Então escrever me proporciona este lugar, onde eu posso por os lutos. O luto do país, o luto do meu pai e o luto da revolução, porque sempre fui muito ativa nessas questões”.

“Com certeza tem uma vulnerabilidade muito superior. A gente até num lugar supostamente seguro, tem muito mais risco imagina uma pessoa que vem nessas condições assim. Tanto que eu não sei. Tu deves conhecer mais dos números mas, pelo que eu vi, tinha muito mais homens do que mulheres e as mulheres normalmente vêm com os filhos né mas de vez em quando, encontramos mulheres sozinhas, deixando os filhos na Venezuela, porque é mais fácil encontrar emprego sem os filhos né? E isso acrescenta uma dificuldade imensa né?”

“E às vezes, do tipo, a própria condição dessa mulher já complica em vários sentidos, principalmente na segurança. Uma mulher aceita quaisquer condições de trabalho, ficando mais sujeitas à exploração. Porque quando uma mulher está com uma criança pequena ela tem que lidar com isso. Eu acho que é, sei lá, eu sinto que eu faria qualquer coisa porque tem essa criança dependendo de mim. Acho mais corajoso uma mulher sair para migrar. E assim a gente sabe que migrar, por mais que seja para uma busca de alguma coisa melhor é sempre um rompimento né de laço afetivo emocional e linguístico”. (Maria Elena, 2022)

Questionada sobre as relações de gênero, Elena, que se trata uma mulher estudada, doutora em Escrita Criativa pela PUCRS, apresenta uma posição bastante crítica às emergências do tema na Venezuela.

“Esses discursos que hoje são visíveis no Brasil, sobre racismo e gênero, não existiam até então. Aqui as coisas estão acontecendo antes. O Brasil está muito mais voltado a tentar diminuir esses problemas. Eu por exemplo, não sofri nenhum tipo de preconceito. Não que eu me lembre (risos), mas assim, sou branca, universitária, casada com brasileiro, tenho toda uma questão que me blinda de experimentar certos tipos de preconceitos”. (Maria Elena, 2022)

2.4.5 Domingas: “Tinha medo de acontecer alguma coisa comigo!”

A falta de oportunidades, a fome e a doença inesperada trouxeram Domingas e sua família para o Brasil. Ela veio com seu marido e três filhos, sendo que o menor tinha apenas

um mês quando chegaram ao Brasil em dezembro de 2020. Me disse que foi uma travessia complexa, visto que, em meio à pandemia da Covid 19, as fronteiras haviam sido fechadas restringindo a entrada de venezuelanos em solo brasileiro.

No nosso encontro realizado no dia 15 de setembro, via Zoom, Domingas contou que na Venezuela trabalhava como contadora em uma empresa estrangeira, mas com o acirramento da crise, e com a dificuldade de importar matéria-prima, a empresa fechou suas portas, deixando-a e a vários outros venezuelanos desempregados. Mesmo conseguindo outro trabalho, Domingas e seu marido não viam perspectivas de melhoras econômicas para a Venezuela.

Apesar de várias atividades laborais, a situação da família de Domingas era bastante triste, ainda mais quando souberam da chegada de mais um membro. Domingas conta que a simples compra de um frango já não era mais a realidade de sua família e de vários outros nacionais. Um frango, que custava na época quatro mil bolívares, para uma família cuja renda mensal não passava de mil bolívares se tratava de algo inviável.

“Eu trabalhava como contadora numa empresa de alimentos. Que fechou depois, porque não tinha matéria-prima para fazer as coisas sabe! E quando se conseguia, ficavam os preços muito caros, daí ninguém comprava, por que não dava né! Muita gente ficou sem emprego. Eu tenho uma filha que vai fazer 15 anos agora, um de 6. Eu ainda não havia ganhado meu filho pequeno. E aí eu saí, procurei outro emprego, num escritório de contabilidade. Mas o que ganhava ali, não dava. Olha antes da gente vir para o Brasil, eu ganhava tipo 1.500 bolívares. Lá o kg de carne era 4000 bolívares. Então eu tenho que trabalhar quatro meses para poder comer 1 kg de carne? E o resto das coisas da gente? Tem que comprar coisas de higiene pessoal, eu tenho que comprar tudo, né? Tu sabe tudo que precisamos, mas era muito, muito fechado”. (Domingas, 2022)

E completa:

“Tu não sabe como é ver teu filho dizer que está com fome. Meu marido ficava sem comer porque eu com o problema no estômago, doía muito se ficasse sem comer. Mas ele também precisava comer, né? Ele saía, trabalhava e trazia um pouquinho de farinha e de massa, para dar pras crianças e pra mim. Era muito triste. Antes era tudo muito bom lá. Mas as coisas ficaram muito políticas e se tu não tivesse dinheiro, tu não conseguia nada”. (Domingas, 2022)

Outro motivo que fez com que Domingas deixasse a Venezuela foi a sua saúde. Ao descobrir a gravidez, ela também soube da existência de um nódulo no pâncreas que poderia ser maligno. A falta de um sistema de saúde igualitário, bem como o acesso a medicações básicas também foi um dos motivos dos venezuelanos saírem de seu país.

Vendo-se sem perspectiva de tratamento e com a saúde dela e do bebê posta em risco, o sentimento de desespero tomou conta de Domingas. Sem condições para pagar o tratamento, ela e o marido iniciaram uma grande batalha na obtenção de recursos para conseguir o valor mensal necessário para as consultas ao médico especialista. Além disso, sua mãe também veio a falecer, por conta da falta de leitos para hemodiálise.

“Fiquei grávida do meu pequeno, daí num exame o médico disse que eu tinha, ali uma bolinha, mas que não podia dizer ao certo o que era porque precisava fazer mais exames. Daí ficamos nervosos, porque lá o médico custa 20 dólares, e nós não tínhamos. Lá tem sistema de saúde, mas não funciona, e mesmo assim tu tem que pagar os remédios e os exames”. (Domingas, 2022)

Após assistir a mãe falecer por negligência e falta de leitos na Venezuela e com um bebê recém-nascido, Domingas não teve dúvida de que para seu tratamento ser iniciado e ter uma oportunidade, deveriam deixar a Venezuela.

“Eu vi ela morrer praticamente nos meus braços (emoção). Ela foi fazer diálise e disseram que não tinha vaga, mas eu via um monte de cadeira vazias. Ela morreu porque não quiseram atender”.

“Daí eu temia por mim sabe. Se uma coisa acontecesse comigo como meus filhos ficariam? Então meu marido arrumou mais trabalho e meu pai nos ajudou como pode. Daí ele nos disse que ia vender umas vacas, porque ele fabrica queijo, para me dar o dinheiro para fazer os exames. Daí falei pra meu pai, eu não sei se tenho câncer e se tenho, não vai ser aqui na Venezuela que vou conseguir tratar. Então ele vendeu os bichos e me deu o dinheiro para vir para o Brasil”. (Domingas, 2022)

Com a decisão tomada, Domingas e sua família vieram rumo ao Brasil, numa travessia nada fácil. Foram dias de viagem de ônibus até Santa Elena, e depois em um táxi até a região da fronteira, mas a travessia propriamente dita foi feita por meio das trilhas ilegais conhecidas como “Las trochas”, pois, na ocasião, já havia iniciado a pandemia de Covid-19 e as fronteiras estavam fechadas.

“Quando chegamos na fronteira pegamos um taxi, ele nos levou até a linha para cruzar para o Brasil. Dalí ele disse que não poderia mais passar. Tivemos que descer e cruzar a pé. Não conseguimos cruzar a fronteira pela entrada normal, porque com a pandemia estava restrito a passagem, então fomos por outra trilha. Um caminho cheio de mato e água. Atravessei com meu pequeno no colo uma água e chegamos ao Brasil todos molhados. O cara do táxi, disse que tínhamos que deixar as malas lá, porque íamos cruzar um grande rio e não dava para carregar nada. Era tudo que tínhamos e ficou ali na rua”. (Domingas, 2022)

E completa:

“Foi difícil, lembro de ter caminhado umas oito horas, e era muito barro. Chegamos com barro da cabeça aos pés. Tudo molhado. Pedimos um lugar para trocar as roupas e passar a noite, porque era tarde e estávamos cansados. Deu pra dar uma respirada por que é muito terrível e difícil sabe? Eu sentia que toda hora iam nos pegar. Que a polícia ia nos pegar, porque estávamos fazendo algo errado”. (Domingas, 2021)

Ao chegar em Boa Vista, Domingas e o marido foram à luta por emprego. Conseguiram uma vaga em uma *pizzaria*, ele na cozinha e ela na limpeza. O diploma de contadora não importava naquele momento, o necessário era prover o sustento familiar e garantir que ela conseguisse tratamento para seu problema.

“A gente tinha já a ideia de vir pra o Sul, fazer a interiorização, mas não deu. A gente tinha o dinheiro certinho pra vir e tal. Daí fomos procurar emprego em Boa Vista e esperar pra vir pro Sul. Sempre pedindo à Deus, orando pra termos sorte. Conseguimos emprego numa pizzaria. Meu marido ficou na cozinha ajudando a fazer as massas e eu na limpeza. O dono foi muito bom, porque nos deu a parte de cima da pizzaria pra morar. Mas não tinha nada, só um fogão sem o gás. Não tinha nem colchão, a gente dormiu numas cobertas”. (Domingas, 2022)

As condições dos migrantes venezuelanos em Boa Vista não são favoráveis. A grande quantidade de venezuelanos dificulta o acesso ao emprego e outros serviços. Dessa forma, Domingas e sua família não ignoravam a ideia de interiorizar para a região Sul do país:

“Disseram pra nós que aqui era melhor, que a gente ia conseguir mais coisas, porque em Boa Vista tem muito migrante. E foi assim, tipo nos ligaram na sexta dizendo que íamos sair no sábado. Foi rápido. Lembro que comprei algumas bolachas pra viagem porque era o que dava pra comprar e viemos pra cá”. (Domingas, 2022)

A chegada aqui em Porto Alegre teve a ajuda de uma rede de apoio de outros venezuelanos que aqui já residiam. Foram morar no bairro Rubem Berta, em uma casa alugada. Foi também através das redes de apoio que ela e sua família conseguiram móveis, roupas de cama e roupas para as crianças, todas advindas de doações da comunidade.

A questão laboral veio através da informalidade primeiro, para que depois fosse consolidada via carteira assinada. Hoje, seu marido é pedreiro e ela trabalha em uma padaria da Zona Sul como atendente, emprego que conseguiu após realizar o tratamento contra o câncer de pâncreas. Eles ainda contam com a ajuda da comunidade com doações, pois o que ganham

não é suficiente para sustentar a família e o aluguel da casa. Essas ajudas vêm por parte da amiga Ivete, que acolheu Domingas como uma filha.

“Eu devo tudo a Ivete sabe. Ela é como minha mãe. Ela conseguiu tudo que temos hoje. Tenho uma filha que vai fazer 15 anos agora e vamos organizar uma festinha pra ela. Tenho esse bebê lindo aqui que se não tivesse vindo para cá, não teria como ver ele crescer. Me perguntam se tô feliz. Eu sou estudada, sabe? Tenho faculdade, meu marido também e hoje a gente trabalha em obra e na padaria. Mas eu tenho que dar comida para meus filhos. Não dava lá. Temos que pensar neles. Somos dois adultos e 3 crianças. Meus filhos precisam estudar. A mais velha quer entrar na universidade, e lá não teríamos condições. Sinto saudades sabe? Porque um dia foi bom morar lá, mas agora não é mais”. (Domingas, 2022)

2.4.6 Andréia: mãe solo

Nosso encontro ocorreu de forma muito rápida e presencial, pois Andréia estava envolvida com o atendimento de seus filhos. Mãe solo, ela contou que sempre buscou sustentá-los sozinha, pois nunca teve a ajuda do pai das crianças que a abandonou ainda na Venezuela.

Em um pequeno cômodo localizado na Ary Tarragô, em Porto Alegre, sem cama, com apenas dois colchões, uma geladeira que foi doada pela Ivete e um armário pequeno onde guarda seus pertences, a jovem venezuelana de 33 anos, cabelos vermelhos e longos, muito bem maquiada, me recebeu de braços abertos, pois sabia que eu havia sido indicada pela amiga Ivete, a quem ela tem grande apreço.

Andréia não possui vínculo empregatício formal. Sem carteira assinada, ela faz alguns bicos como cabeleireira e manicure para sustentar seus dois filhos ainda pequenos. O trabalho informal lhe garante uma disponibilidade de tempo para ficar com as crianças, pois ela não tem onde deixá-las.

Na Venezuela, Andreia foi garimpeira, trabalhou na zona de garimpo por muito tempo. Morando do interior da Venezuela, em uma cidade economicamente forte segundo ela, após o início da crise, as dificuldades obrigaram-na a ir para a zona de garimpo tentar sobreviver.

“Em Venezuela, teve um tempo que era muito bom. Muito bom mesmo. A gente nasceu e cresceu numa cidade muito movimentada economicamente. Mas lá por 2017, as coisas pioraram, entonces nós fomos para os garimpos, nas minas de oro. Lá a gente fazia a mineria. Era o que a fazia despues da crise”. (Andréia, 2022)

O trabalho com mineração não é uma atividade fácil. São longas horas sem fiscalização dentro das minas para extrair o ouro ali presente. Há dias que não se encontra nada e em outros,

se tem a sorte de conseguir uma ou duas pedras para serem vendidas. O valor do grama do ouro, sobre o qual eu não quis entrar em detalhes com ela, foi razoável para ela juntar um dinheiro para vir ao Brasil.

Acompanhada de seus filhos, lá ficaram alojados numa espécie de abrigo só para garimpeiros onde dividiam os alimentos e o espaço para descansar. Questionei-a sobre o preconceito ou algum tipo de abuso sofrido em decorrência da atividade ser majoritariamente masculina e se o fato de ser mulher a colocava em uma condição mais vulnerável:

“No, graças a Dios, no. Sim tiene muchos hombres, mas era com muito rescpeto. Acho que porque eu estava com meus filhos, sozinha, meio que desamparada, isso ajudou a não ter passado por alguma coisa ruim. E são muitas mujeres lá. Algumas como eu iam garimpar mesmo, outras ficavam no abrigo cozinhando e cuidando dos filhos”. (Andreia, 2022)

Quando vieram para o Brasil, via fronteira de Santa Elena e Pacaraima, principal forma de entrada, ela e seus filhos foram recebidos pela equipe da Organização Internacional para Migrações (OIM) e pelos militares. Não foi fácil chegar até o Brasil. A travessia iniciou algumas horas antes com o embarque em um ônibus lotado de venezuelanos que, assim como ela, vinham tentar a vida aqui. Após a chegada em Santa Elena, a travessia foi feita a pé. São alguns quilômetros; sendo mais específica, 17 km entre uma cidade e outra, numa grande avenida, a Troncal 10, onde é possível encontrar vários migrantes com seus pertences caminhando sob sol e chuva para cruzar a fronteira.

Andreia, que percorreu os 17 km a pé com seus dois filhos e mais a bagagem, disse que chegou na fronteira exausta, com fome e sede:

“Ali você fica mais algumas horas para cruzar. Tem uma fila enorme, tudo organizado, mas enorme, e você tem que esperar. Imagina esperar com crianças? Mas quando passamos fomos bem atendidos, nos encaminharam para um abrigo da OIM, fizeram nossa documentação de pedido de visto de residência e depois fomos comer”. (Andreia, 2022)

Em Pacaraima, Andreia e seus filhos foram colocados em um abrigo que acomoda famílias, pois a divisão é estabelecida por gênero, composição familiar e orientação sexual. Lá ela permaneceu por um mês, tempo mínimo estabelecido pela estrutura administrativa do local e logo foi encaminhada para Boa Vista, onde também ficou abrigada nos locais destinados aos migrantes.

Nesse período, ela não conseguiu emprego. A lógica do local estabelece que ao conseguir trabalho, os venezuelanos passam a procurar outra morada para dar lugar a outros migrantes que necessitam de ajuda. Como não havia emprego, optou pela interiorização.

Há um ano residindo em Porto Alegre, ela, que não tem carteira assinada, optou pelo trabalho informal, como havia dito anteriormente para poder cuidar das crianças enquanto não consegue uma vaga em alguma escola municipal.

“A gente faz uma unha aqui, um cabelo ali, e dá pra sobreviver. Não acho que seja difícil arrumar trabalho, é só ter disposição sabe? Tenho essa esperança que ano que vem quando meus filhos estiverem na escola, eu possa procurar alguma coisa de carteira assinada sabe”. (Andréia, 2022)

2.5 Segundo Grupo – CIBAI Migrações

Figura 1 - CIBAI Migrações



Fonte: acervo pessoal

Era dia 3 de novembro quando cheguei ao meio-dia nas dependências da CIBAI Migrações. Como já havia recebido um não de várias outras instituições ligadas ao atendimento ao migrante, não tinha muitas esperanças de ser bem recebida. Mesmo assim, resolvi correr o risco e ir sem avisar. Chegando lá, pelo contrário, a equipe foi bastante receptiva e aceitaram

me ajudar nessa empreitada de minha pesquisa. Fui recebida pelo Diretor da instituição, o senhor Anderson Hammes, que me acompanhou em uma longa visita às dependências da CIBAI. Conheci as salas de atendimento socioemocional, as salas de aula de idioma e cursos profissionalizantes, o refeitório e a horta comunitária que, segundo ele faz parte do atendimento emocional, além das salas de costura e artesanato.

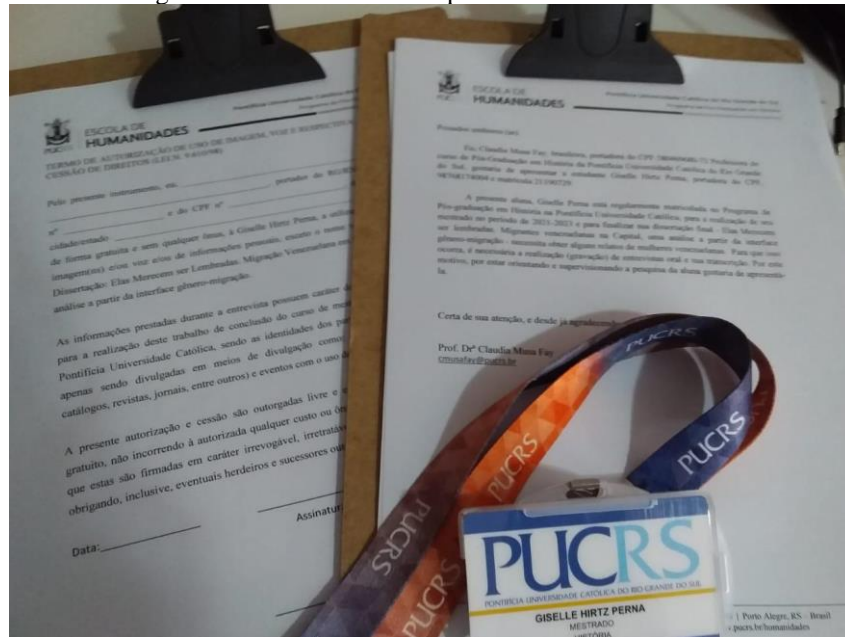
Foi nesse dia também que conheci as três mulheres venezuelanas – Valerik, Gabriela e Sofia – que foram à CIBAI recorrer ao atendimento e assistência, seja ela emocional, documental ou auxílio com cesta básica, pois estavam com muita fome, sendo os detalhes da entrevista vistos mais adiante.

Localizada na Rua Dr. Barros Cassal, 220, bairro Floresta, a CIBAI Migrações, fundada em 1958, é uma associação civil sem vínculos governamentais, que se caracteriza como uma entidade de Defesa e Garantia de Direitos, com abordagem na inserção laboral e social. Seu foco principal está na missão de acolher, proteger, promover e integrar os migrantes aqui interiorizados. Todos os serviços são gratuitos e sem distinção étnica, religiosa, política, de identidade de gênero, cor e de classe social.

No amparo aos migrantes, o centro oferece programas de auxílio em capacitação laboral, aulas de português, aluguel solidário e entrega de cestas básicas. Só no ano de 2020, foram doadas 5.330 cestas de alimentos, 4.710 *kits* de limpeza e higiene pessoal, 7.600 máscaras, 1.161 caixas de leite e 34.160 fraldas para as crianças. A instituição também promove auxílio com vestimentas e roupas de cama, para ajudar os migrantes a enfrentar o intenso frio de nosso Estado. São, em média, 2.600 migrantes beneficiados mensalmente com itens básicos. Em 2020, 1.575 pessoas receberam auxílio para regularizar sua documentação, e 12 famílias foram beneficiadas com custeio de aluguéis e outros serviços e ajuda, conforme o relatório de atividades deste ano.

A instituição também gerencia uma casa de acolhida aos migrantes, conhecida como “A Casa de Migrante Guadalupe”, fundada no dia 3 de julho de 2021 para acolher famílias migrantes, biparentais e monoparentais com crianças menores de 12 anos de idade. Localizada na Rua Atílio Superti, 696, bairro Vila Nova, em Porto Alegre, a casa oferece abrigo aos migrantes recém-chegados ao Estado, que necessitam de residência.

Figura 2 – Material utilizado para o trabalho de imersão



Fonte: acervo pessoal

Nessa oportunidade, além de coletar a maioria de meus depoimentos, pude vivenciar com elas a aula de corte e costura, um dos programas de empreendedorismo oferecidos pela CIBAI de forma gratuita. O ateliê repleto de máquinas e tecidos, todos advindos de doações, evidenciava uma estrutura muito organizada.

As mulheres que ali estavam realizando o curso, em sua maioria, mães solo e desempregadas, buscavam uma qualificação para a entrada no mercado de trabalho que segundo elas encontra-se bastante complexo de acessar. Foi então que percebi que meu objeto de pesquisa se solidificou, mas havia a necessidade de incorporar minha análise, não somente as vulnerabilidades, mas a capacidade de reconstrução dessas mulheres.

A Feminização das Migrações, referencial no qual pautava minha dissertação, havia sim, em muito contribuído para anexar as mulheres dentro dos estudos das migrações sendo uma perspectiva teórica importante para abandonar a ideia de que só o homem migra, porém centravam suas análises nas intercorrências, no sofrimento, na opressão – que, claro, são elementos importantes – e esqueceram-se de abranger os estudos das migrações femininas para além o *status* de oprimidas.

Porém, ao também partir do conhecimento das especificidades dos feminismos decoloniais, que já haviam entendido que, apesar das condições sociais das mulheres solidificadas estarem associadas a uma perspectiva de invisibilizadas, essas mulheres em especial haviam transgredido certas categorizações, sendo assim incorporadas a uma linha de empoderamento. Dessa forma, os relatos das minhas entrevistadas, apesar de coincidirem com

os limites levantados pelos estudos das Feminizações das Migrações, continham um caráter tão encorajador e motivador, que não havia a lógica de entendê-las como seres oprimidos, mas sim, elevá-las ao patamar de empoderamento.

O ambiente era alegre e descontraído. Elas riam, faziam brincadeiras – uma característica do povo venezuelano é sempre se mostrar alegre e confiante –, mas também se mostravam concentradas nas explicações da professora, pois ali estava uma chance de melhorar de vida e garantir o sustento de suas famílias.

Durante cada entrevista, pude perceber que, apesar da alegria demonstrada por elas durante a aula, escondia-se também uma tristeza. O rompimento familiar e as lutas diárias para conseguir emprego e recursos para o sustento da família, entre outros fatores, provocavam lembranças sofridas, que iam desde o abandono dos filhos para a construção de algo mais digno a eles, como também o medo de se aventurar em algo desconhecido sem qualquer auxílio inicial.

2.5.1 Valerik, Gabriela e Sofia: entre violência e o fazer a vida

Era meio-dia de uma quinta-feira, 3 de novembro, quando cheguei na CIBAI Migrações. Localizada na Rua Barros Cassal, no bairro Floresta, trata-se de uma igreja repleta de bandeiras de diferentes nações em sua fachada que homenageiam os povos que ali buscam ajuda humanitária.

Ao chegar nas dependências da CIBAI, encontrei na porta, escoradas na parede, três venezuelanas que ali esperavam por atendimento. Logo resolvi, sem muitas esperanças, conversar com elas sobre minha pesquisa. Sabendo que poderia ouvir um não, continuei com uma conversa informal para saber o motivo de estarem lá. Quando solicitei que elas me dessem uma entrevista, prontamente aceitaram. Fomos para um canto da Igreja, lá passei as informações necessárias. Assinamos o termo de concessão do uso de informações e voz e deu-se início às entrevistas.

Valerik e Sofia foram as primeiras a serem entrevistadas, as duas estavam no Brasil há três meses apenas. Vieram pela fronteira com Santa Elena e Pacaraima, onde permaneceram um mês até virem para Porto Alegre.

Os cabelos desgrenhados, unhas sujas, chinelo e roupas bastante surradas evidenciavam que a situação vivida por elas aqui não estava sendo fácil. Naquele dia elas foram à CIBAI pedir ajuda financeira ou alimentar, pois estavam com fome e não tinham como pagar o aluguel do quarto na Farrapos e se alimentarem ao mesmo tempo.

As duas profissionais do sexo disseram que cobravam cento e cinquenta reais pelo programa, mas que, a cada mês, o “cafetão” cobrava mil reais para o aluguel do quarto, espaço que elas dividem entre abrigo e local de trabalho. Indignadas pela situação de vida que elas enfrentam, começaram uma enxurrada de narrativas, mostrando as marcas da violência que sofrem diariamente.

“Tá vendo isso? Uma facada que eu recebi ainda lá em Roraima de um cliente que não quis me pagar” (Valerik, 26 anos, 2022). Era uma cicatriz enorme na perna, resultado da truculência vivenciada por homens em decorrência de sua profissão.

Sofia mostrou que tinha mais marcas no corpo. Algumas no braço feita pelo homem que as agencia, quando ela não conseguiu faturar o necessário do dia. *“Aqui é assim, se tu não dá o dinheiro eles te sentam o braço. E tem também aqueles que não querem te pagar, te chamam de tudo, puta, vagabunda, é assim que a gente vive”*. (Sofia, 2022)

A jovem Sofia, de apenas 20 anos, contou que lá na Venezuela sofria, além da fome, muito machismo. Lá trabalhava como “*peluqueira*” (cabelereira) e o que ganhava não sustentava ela e tão pouco sua família de nove pessoas. Foi então que decidiu vir para o Brasil.

A entrada na fronteira foi amistosa. Não houve nenhum episódio hostil e logo foram encaminhadas para o abrigo e para a documentação. Quando foram para Boa Vista as coisas mudaram um pouco. Sofia conta que lá começou a trabalhar com prostituição, pois não conseguia emprego.

“Trabalho com diárias, assim. Desde lá em Boa Vista. Na rua mesmo. É difícil eu não gosto. A gente tá sempre achando que vai acontecer alguma coisa. Vi muitas das meninas sofrerem abusos, e eu também sofri. Gritavam pra nós – Vão embora suas vagabundas! – Mas quando cheguei aqui foi bem pior. Sabe, aqui não se grita pra gente ir embora, mas estamos com fome, com essas coisa de eleições nos últimos dias não conseguimos trabalhar e o cafetão deu até amanhã pra gente pagar o quarto”. (Sofia, 2022)

Neste momento, chegou Gabriela, braba, pois não havia conseguido nada porque seus documentos estavam vencidos. Gabriela, que está aqui no Brasil desde 2017, conta que chegou em Pacaraima vinda da cidade de Maturin de táxi, uma espécie de locomoção estilo Uber, que faz este trajeto de Santa Elena à Pacaraima, cobrando uma taxa. Ao cruzar a fronteira, ela não sofreu nenhum tipo de discriminação por ser transexual, tão pouco no abrigo em que foi colocada. *“Sabe, lá não sofri nada tu acredita? Aqui é muito pior. Eles gritam seu veado desgraçado! Nos batem, é uma coisa horrível”*. (Gabriela, 2022)

Ela ficou um mês em Pacaraima, sendo assistida pela equipe da OIM que organiza os abrigos da região. Tinha alimento e local para dormir. Depois disso, foi para Boa Vista e depois para Chapecó, em Santa Catarina, porque queria trabalhar em um frigorífico da cidade. Lá não conseguiu a vaga, segundo ela por ser transexual, e foi assim que veio parar em Porto Alegre.

Gabriela tem 40 anos, fisicamente seus traços são feminilizados, e sua condição trans só é percebida pelo tom grave da voz. Maltratada, suja, ela disse que não gosta do que faz para viver, mas não vê uma alternativa. Prontamente, ela me mostrou as duas facadas que recebeu ao se prostituir na Avenida Farrapos: *“Aqui ó! Levei no braço e na testa”*.

Gabriela, que também era cabelereira na Venezuela, disse que lá está complicado. Passou fome e desabastecimento de água e luz. Foi quando, motivada por ter vários parentes fora do país, decidiu vir para o Brasil. *“Lá ainda estão minha mãe e meu pai (silêncio e emoção), tenho falta deles, dói bastante. Mas tô aqui na luta. Não quero voltar para lá. Lá, gente como eu, lá sofre muito preconceito. Homofobia mesmo. Mas aqui também não tá diferente”*. (Gabriela, 2022)

Valerik foi chamada para fazer o cadastro na instituição. Ficou bastante tempo respondendo um questionário, mas como havia perdido sua documentação, o atendimento ficou impossibilitado de continuar. De acordo com ela, eles deram entrada em uma nova documentação para que ela pudesse acessar os programas de ajuda. Logo depois, ela foi encaminhada para a sala de atendimento psicossocial, uma ajuda emocional que a CIBAI oferece para migrantes em alta vulnerabilidade.

Fiquei conversando com Gabriela e Sofia até o atendimento de Valerik terminar e as outras seguirem para seus atendimentos. Sofia, muito emocionada, disse que queria voltar para Venezuela, pois aqui tem sido muito difícil sobreviver: *“A gente passa por muita coisa sabe. Eu quero voltar. Já pensei nisso. Mas sem dinheiro também não dá né?”*.

Depois de todas serem atendidas, elas foram embora com alimento nas mãos. Elas comiam aquilo com tanta vontade que parecia ter sido a única refeição do dia, ou de vários dias. Agradei o empenho e o envolvimento delas com meu trabalho e disse para não desistirem. As três, sempre com um sorriso no rosto, certamente para esconder as dificuldades, também me agradeceram e disseram que iam voltar à Instituição mais vezes.

2.5.2 Carmem: a professora de costura

Carmem Maria é uma jovem senhora de 55 anos que reside em Porto Alegre há pouco mais de dois anos. Antes vivia em Roraima, com sua família composta por três filhos e sete

netos. Ela, que é separada, atuava como costureira na Venezuela, porém a difícil situação do país fez com que ela se motivasse a migrar, mesmo já não tendo o furor da juventude. Apesar da vida estruturada na Venezuela e com um ateliê de costura que prestava serviço ao exército local, ela conta que não dava para se alimentar.

“Era falta de tudo. A gente tinha esse ateliê de costura. Costurava para o exército. Tínhamos de início uma vida muito boa, mas aos poucos as coisas foram mudando. Começou o desabastecimento a falta de remédio e eu vi que não dava para ficar mais lá. Daí eu disse vamos embora!”. (Carmem Maria, 2022)

Natural de Valencia, veio de ônibus até Santa Elena e depois até Pacaraima, uma viagem cansativa para uma senhora que na época tinha 50 anos. Como tinha dinheiro guardado para prover a viagem, juntado duramente ainda na Venezuela, ela não ficou em abrigo. Aliás, nessa época os abrigos eram escassos para os venezuelanos, pois a Operação Acolhida havia recém iniciado seus trabalhos.

“Comecei do zero aqui, sem trabalho, sem dinheiro, sem entender a língua. Cheguei aqui só com a mala e a roupa do corpo. Eram três calças e duas camisas, só o que eu tinha. Comecei a costurar e consegui pagar um hotel, só depois que as documentações estavam prontas que consegui refúgio. Eu sempre tive essa fé em Dios que las cosas iam melhorar. Fé en Dios e muita luta”. (Carmem Maria, 2022)

Como de costume, tive que perguntar acerca das possibilidades de ter sofrido algum tipo de violência física ou através de falas preconceituosas sobre ser venezuelana, ou se havia sofrido algum tipo de xenofobia. Ela disse que sim, havia ouvido muito, mas que não tomava aquilo para ela. *“Ah!! Sim, de tudo. Tem gente que te pergunta o que ta fazendo aqui? tirando nosso emprego! Volta pra tu país! volta pra Venezuela! Mas eu não pegava aquilo pra mim, estava aqui lutando para uma vida melhor”.* (Carmem Maria, 2022)

Interiorizada para Porto Alegre, porque em Roraima iniciava o aumento do fluxo de venezuelanos e a situação começou a ficar menos amistosa, ela, que já tinha dinheiro guardado de suas costuras, conseguiu alugar uma peça para ela e suas filhas e netos. Algumas de suas filhas ainda estavam na Venezuela com mais netos, e o ganho mensal feito aqui servia como remessas para ajudá-las no país. Aos poucos, ela conseguiu trazer todos os filhos e netos que hoje trabalham com ela nas costuras. Ela ainda dá aulas de costura para complementar a renda, pois mantém remessas à Venezuela para o sustento de seus pais.

“Eu costuro todos os dias das sete às sete. Finais de semana también. O que a gente quer aqui é ter condições de uma vida melhor. Não queremos tirar o lugar de ninguém. Só queremos ter uma boa alimentação, um bom lugar para morar, essas coisas que lá estavam ficando difícil. Costuro de tudo. Uniformes, faço ajustes, faço roupas, ajudo as lojas, tô sempre procurando serviço. Tiene que buscar”. (Carmem Maria, 2022)

2.5.3 Luz: em busca de qualificação

Luz é um nome que define realmente esta venezuelana de 30 anos. Muito bonita, de fala educada e tímida, ela concordou em me dar a entrevista bastante envergonhada. Estava bem arrumada, com unhas feitas e maquiada. Uma mulher muito bonita de longos cabelos negros e olhos expressivos que, muitas vezes, ficaram cheio de lágrimas ao narrar as dificuldades que enfrentava no dia a dia. Há quatro anos no Brasil, ela não consegue emprego e hoje busca fazer cursos para tentar uma colocação no mercado de trabalho. Com dois filhos e sem marido, ela reside com a mãe e o irmão em Canoas.

“Tô vivendo do que meu irmão e minha mãe ganham, porque não consigo emprego. Fiz de tudo. Larguei currículo em tudo me chamam e não me dizem nada depois. Eu acho que é por eu não falar bem o idioma. Lá eu morava com o papa de meus filhos e ele trabalhava e eu também. Trabalhava de faxina, limpando casas. Mas era muito difícil ganava muito pouco. Não dava para viver”. (Luz, 2022)

O percurso de Luz foi diferente. Ao invés de vir por Pacaraima, eles foram primeiro para a Bolívia, onde ficaram seis meses para tentar a vida lá, porém as dificuldades de migrantes na Bolívia são ainda piores. Ela conta que é muito difícil conseguir documentos e, por esta razão, ficam impossibilitados de conseguir emprego.

“Viemos antes para Bolívia, daí cruzamos a fronteira até Rio de Janeiro e después para Caxias. Lá eu trabalhei numa malharia. Daí meu esposo que eu ainda vivia veio para Porto Alegre e eu vim junto. Después nos separamos e eu fiquei aqui com mi mamá e mi hermano”. (Luz, 2022)

Perguntei se estavam ou passaram necessidades aqui no Brasil, devido ao processo de migração e ao fato dela hoje ser uma mãe solo. Luz responde que sim, estavam passando por dificuldades, pois ela não conseguia emprego e quem sustenta a casa são seu irmão e sua mãe, que trabalha com diárias. Os dois são responsáveis pelo sustento da família composta por cinco pessoas, pois Luz tem dois filhos, um de 23 anos e outro de 15 anos, pois sua primeira gestação ocorreu quando ela tinha apenas 15 anos.

Então, soltei a pergunta fundamental para a pesquisa, se algum dia ela havia sofrido algum tipo de preconceito por ser migrante, mulher ou mestiça. Prontamente e muito envergonhada, ela respondeu que sim. Essas lembranças sempre vêm acompanhadas de constrangimentos ou de tristeza, pois são situações difíceis de acessar em suas memórias.

“Não é fácil. As pessoas quando me veem falando já ficam assim, pelo menos não me agridem como a gente sabe que ocorre. Mas eu sinto que o olhar é de como se fala aqui? Desaprovam! Pois soy mujer, migrante, mãe sozinha e essas coisas vão te minando como pessoa. Eu tenho procurado muito por emprego. Em internet, em todos os lugares, Daí quando eu falo de onde soy já ficam todo meio assim. É tá bem complicado, eu procuro todo dia sabe. Daí eu vi na internet esse curso de costura e vim, pra ver se consigo fazer costuras para fora e ganhar um dinheiro, porque el papá de mis filhos não ajuda com nada”. (Luz, 2022)

2.5.4 Andreia: outra mãe solo

Andreia concordou em me ceder uma entrevista bastante envergonhada. Incentivada pela amiga que disse que eu ia entrevistar todas elas, ela acabou aceitando. Fomos para fora da sala, um localzinho na sombra que escolhi para nos abrigar e ficarmos mais à vontade. Passei as instruções e o termo de concessão de imagem e voz e demos início à nossa conversa.

Essa venezuelana tem 32 anos. É natural de Estado de Nueva Esparta, o único estado insular da Venezuela e o menor, que leva este nome pelo movimento de resistência durante a Guerra da Independência, e é formado por três ilhas: Margarita, Coche e Cubagua, todas banhadas pelo mar do Caribe. Andreia conta que a escolha de migrar foi devido à estrutura desgastada que o país vem apresentando nos últimos anos e que está impedindo até pessoas que, assim como ela, possuem nível superior de conseguir sustentar suas famílias.

“Acontece que assim, yo soy mãe soltera. E o pai de meus filhos não da apoio. E o dinheiro não dava. Então eu tenho minha irmã aqui e ela me incentivou a vir”. (Andreia, 2022)

A viagem começou bem cedo. Teve que sair da ilha até o continente, depois pegou um trem até Caracas e um ônibus até Pacaraima. Ao cruzar a fronteira, ela contou que não entrou pelas vias legais e sim pela “Las Trocha”, rota ilegal pagando por esta travessia.

“Eu paguei alguém para me atravessar. Daí passamos uma noite num hotel com um grupo grande que estava comigo. Depois atravessamos uma montanha e um taxi estava esperando para nos levar até Boa Vista. O visto eu só consegui aqui em Porto Alegre. Estou aqui um ano e dois meses. Meus filhos estão lá com mi mamá. Eu to aqui trabalhando para juntar dinheiro para trazer eles. Sinto falta. Muita saudade tu não sabe como”. (Andreia, 2022)

Nesse momento, Andreia se emocionou e percebi que os filhos são um elemento de sua fragilidade, pois ela só está aqui por eles para dar-lhes uma vida melhor. Mesmo com nível superior, ela hoje é doméstica, faz faxinas diariamente para conseguir se manter e mandar dinheiro para seus filhos.

“Aqui eu pago, luz, água e o aluguel, e tenho que mandar dinheiro para eles. Daí eu trabalho todos los dias. De manhã numa casa e a tarde em outra. Como tem uma casa muito perto de onde eu moro aqui na Farrapos, eu vou a pé para economizar o dinheiro. Eu penso assim, a gente começa de baixo e depois vai conseguindo, mas tem que trabalhar”. (Andreia, 2022)

Como havia entrado de forma ilegal no Brasil, questionei-a se em algum momento ela havia sentido medo ou insegurança por recorrer a este tipo de travessia, ou por estar sem documentação por tanto tempo.

“A gente sabe que dizem que fazem bastante coisas feias, que nos robam, nos violam, mas eu paguei bastante para ter uma segurança. Só me disseram que se passa a polícia era para dizer que a gente morava ali por perto, porque se não nos prendem. E foi aquela correria [risos]. Colocaram nossas coisas na parte de traz do carro e nos batamos a correr, com medo de que algo acontecesse. Assim, medo a gente tem, mas eu pensava nos meus filhos que eu queria dar uma vida melhor para eles e era isso ou nada. Tipo, não tinha outra opção”. (Andreia, 2022)

E completa:

“Assim, tudo aconteceu muito rápido, eu fiquei um dia só em Boa Vista e logo vim para Porto Alegre porque minha irmã mora aqui. Tive medo toda o instante. Medo a gente tem né? De que te saquem las cosas, que te machuquem, mas como te disse, era pelos meus filhos”. (Andreia, 2022)

Andréia me contou que hoje era um dia muito especial para ela, pois havia recebido um telefonema de uma empresa que ela tinha se candidatado a uma vaga de atendente de telemarketing no qual aceitavam seu currículo. Essa semana ela ia ter uma reunião para saber de sua contratação. O novo trabalho, proporciona à ela um melhor salário e exercer a atividade de sua própria residência, o que facilitaria muito quando seus filhos viessem para o Brasil.

2.5.5 Gabriela: a enfermeira

Nascida na Ciudad Bolívar, fronteira com o Brasil, chegou aqui em dezessete de novembro de 2016. Essa jovem de 32 anos, na Venezuela, era enfermeira; no Brasil, está desempregada, mas vive em Sapucaia com a mãe, que trabalha de cuidadora.

“Eu vi na página da CIBAI esse curso de capacitação e com fé em Deus que vai dar certo. Depois desse curso eu vou largar currículo em ateliê para tener emprego. As pessoas dizem que é muito difícil, porque eu no tengo experiencia, mas voy tener a experiencia do curso”. (Gabriela, 2022)

Gabriela, uma moça muito educada, manteve uma postura ereta em toda a entrevista. Seu olhar manifestava uma certa desconfiança sobre minhas perguntas. Natural, eu era uma estranha que estava lhe fazendo perguntas muito íntimas. Sua vinda para o Brasil foi feita entre dores e necessidade. Na Venezuela, a falta de alimento estava prejudicando a sua saúde e a de toda a família. Seu filho menor, que era “cheinho” – ela fala –, nos últimos tempos já aparecia com as costelas à mostra. Ela, que engravidou de seu terceiro filho, conseguiu segurar a gravidez somente até o oitavo mês, pois a desnutrição lhe causou uma deficiência de ferro.

“Quando fui ao médico lá, ela me disse que não dava para fazer a cesárea porque minhas hemoglobinas estavam muito baixas e o risco de hemorragia era muito grande. Eu estava com deficiência de ferro e outras vitaminas e isso estava causando o parto prematuro. Daí eu que já estava assustada com a terceira gravidez no meio daquela crise, resolvi vir para o Brasil para ganhar mi bebe. Porque assim, lá a saúde é muito ruim. Quando saí de lá as pessoas ficavam nos corredores deitados. Lembro que tinha uma senhora onde eu trabalhava que estava com muita dor depois de fazer uma cirurgia e pedia analgésicos só que não tinha. Daí a chefe da enfermagem pegou um litro de soro e colocou dizendo que tinha o remédio ali, mas não tinha nada. Era assim que funcionava meio que se enganava as pessoas para ver se acalmavam”. (Gabriela, 2022)

Ao passar muita fome na Venezuela, Gabriela tinha a certeza de que deixar o país era a única chance de sobreviver e ter seu bebê. Tal lembrança gera ainda muita emoção, pois ela lembra que teve que vir sozinha para o Brasil, enquanto seu marido ficou com as crianças na Venezuela. Sua estadia no Brasil foi importante para o final da gravidez. Ela fez todos os exames semanais por estar muito debilitada, mas sentia-se muito sozinha sem compreender o idioma, quase não saía de casa somente para ir ao Hospital semanalmente.

“O hospital era limpinho, tinha roupa de cama, onde deram comida. Eles também orientaram meu marido para a certidão de nascimento. Porque nessa época ele já estava comigo em Roraima. Então Boa Vista, no início foi muito bom. Eles me

acolheram muito bem. A farmácia me dava os remédios, os exames fiz tudo direitinho”. (Gabriela, 2022)

O tempo que permaneceu em Boa Vista se dividiu em dois momentos. No primeiro, apesar de todas as dificuldades de estar sozinha, grávida, debilitada e sem saber o idioma, foi bem recebida pelo povo local. Não houve nenhum episódio que poderia lhe acarretar algum trauma. Porém, no segundo momento, posterior à entrada desordenada de migrantes venezuelanos, as coisas tenderiam a mudar e os episódios de hostilidade tornaram-se uma constante em sua vida.

“Assim, depois quando chegaram os outros venezuelanos ficou bastante complicado, pois tem pessoas, como se fala, pelantros, que não são tão tolerantes e se vissem tu falando espanhol já te falavam alguma coisa ou até te agrediam. Daí eu disse pra meu marido: Tenemos que ir. Daí fomos para o Rio de Janeiro com o avião da milícia”. (Gabriela, 2022)

Foi então que se dirigiram ao Rio de Janeiro. Lá não conseguiram emprego; Gabriela porque estava cuidando das crianças, e seu marido pela falta de oportunidade. Acabaram tendo que residir de favor em um prédio com várias famílias venezuelanas cedido por missionários. A alimentação também era cedida por eles. Quando estavam residindo ainda no Rio de Janeiro, Gabriela e seu marido vieram a se separar. Sozinha e com três crianças, ela veio para Porto Alegre viver com a mãe e o irmão que já estavam estabelecidos aqui. Perguntei como ela se sentia aqui em Porto Alegre e se havia sofrido alguma intercorrência devido a sua condição migrante.

“Aqui sim, já sofri, por ser migrante, (risos) mas também sei que aqui se fala muito de que não gostam de pessoas de peles escuras e eu sou morena. Meu irmão conta que ele sempre houve comentários tipo brincadeiras sabe? Mas a gente sabe que é porque não gostam, que é pelo racismo que se chama, né?”. (Gabriela, 2022)

2.5.6 Moreidys: a palhacinha que hoje está feliz

Moreidys foi uma indicação da CIBAI para minha entrevista. Ela que já havia feito vários cursos sobre empreendedorismo no local, hoje possui uma empresa de laços e animação para festas onde ela encarna o papel de uma linda palhacinha toda colorida.

Marcamos de nos encontrar na CIBAI no sábado em que eu estaria lá para as demais entrevistas com o grupo do curso de costura. Ela chegou às onze da manhã, me mandou uma

mensagem de que estava em frente à instituição, e eu para a secretária me ajudar a ir buscá-la e abrir a porta.

De longe, eu avistei uma menina, ainda vestida de palhaço, toda colorida, com maquiagem artística que ela mesma faz. Logo vi que se tratava de Moreidys. Fomos então para dentro da instituição iniciar a nossa conversa. Como era hora do almoço das outras venezuelanas, podemos utilizar a sala de costura para nossa entrevista. Dando início aos trabalhos, comecei as perguntas.

Moreidys, que é mãe solteira de três filhos, chegou no Brasil em fevereiro de 2018, pelo caminho mais utilizado, que é via Santa Elena Pacaraima. Natural de San Feliz, na Venezuela, ela era estudante de Engenharia Industrial, e tem apenas 26 anos.

A jovem, que veio sozinha para o Brasil, contou que há pouco tempo conseguiu trazer a sua família: mãe, irmão e os filhos. Seu irmão sofre de Epilepsia, e na Venezuela a medicação, além de faltar, estava muito cara. Por esta razão, os ataques do menino eram constantes, fazendo com que ele abandonasse a escola para ter assistência.

“Eles chegaram em maio deste ano. Daí eu comecei a trabalhar na Santa Casa como auxiliar de enfermagem, porque agora era eu minha mãe, meu irmão e meus três filhos e eu tinha que arcar com tudo. Pagar tudo”. (Moreidys, 2022)

Durante seu emprego na Santa Casa, Moreidys conseguiu fazer os cursos de capacitação na CIBAI para saber abrir seu negócio. Foi então que iniciou a empresa de laços de fitas para crianças e depois com animação para festas:

“Já tinha uma rendinha e minha mãe começou a trabalhar com faxina, porque meus colegas a ajudaram a conseguir emprego. Daí estamos aí na luta. Comecei com esse empreendimento da Palhacinha Amor que eu gosto e que eu posso fazer ter minha própria renda e ter mais tempo para meus filhos. E como eu faço tudo direitinho eu consigo bastante eventos. As pessoas divulgam meu trabalho. Eu tenho no meu Instagram várias pessoas que me seguem que eu também ajudo a incentivar a começar assim como eu do zero e ter seu próprio negócio. Eu ainda quero fazer mais cursos porque eu sou meio que perfeccionista gosto de fazer tudo direitinho”. (Moreidys, 2022)

Assim como todas as entrevistadas, a vinda para o Brasil não foi nada fácil. Fugida do país com uma filha de um ano e com dois empregos, ela não conseguia alimentar a todos, então o que se comprava de alimento era somente para as crianças, ela não se alimentava:

“Eu vim fugida na verdade. Com dois empregos lá na Venezuela eu não conseguia comprar comida. O que conseguia era para as crianças, eu não comia. Daí eu vi

que não era só eu que estava passando por isso e que tinha muitos venezuelanos vindo para cá. Daí eu vim sozinha nesse primeiro momento”. (Moreidys, 2022)

Ficou dois anos em Roraima, ela conseguiu vaga no abrigo. Até este momento, eles ficaram na rua de Pacaraima. Ficaram quatro dias na rua de Pacaraima e depois conseguiram dinheiro para pegar um ônibus até Boa Vista.

“Fiquei quatro dia dormindo na rua de Pacaraima, porque quando eu cheguei não tinha essa coisa de abrigo. Só em agosto de 2018 que eles começaram a abrigar os venezuelanos. Daí eu começou a vender coisas nos sinais e consegui dinheiro para ir para Boa Vista que a foi a mesma coisa, fiquei na rua. Lá eu vendia sacolé de uma moça que fazia e me sedia o banheiro para tomar banho porque eu estava grávida de quatro meses. A gente dormia por perto da rodoviária, lugares bastante movimentados para não acontecer nada de ruim, e ficavam sempre um grupo de venezuelanos comigo para me ajudar a cuidar, né, porque eu sabia que eu estava grávida, então tinha medo de que algo pudesse acontecer”. (Moreidys, 2022)

Nesse período, ela retornou à Venezuela e trouxe seu marido e seus dois filhos para o Brasil. Vieram para Porto Alegre para a casa de um amigo venezuelano que podia abrigá-los. Logo em seguida, ela veio a se separar e ficou com as crianças. Foi quando se viu sozinha em um país sem saber o idioma, sem emprego e com três crianças para cuidar. Uma amiga deu uma ideia a ela de começar a fazer laços de fita para vender. Sem uma alternativa, começou a fazer os laços sem muita esperança de que desse certo, mas a repercussão foi ótima. A Empresas Laços de Amor começou a dar lucro, e tornou possível sustentar a si mesma e aos filhos.

Moreidys não é uma mulher comum. Há nela um instinto de sobrevivência muito grande e uma coragem sem igual. Lutadora, dinâmica e com uma visão de negócio, ela conseguiu superar as dificuldades e vencer todas as adversidades que hoje ficaram só nas lembranças. Aliás, lembranças essas que, quando acessadas, fizeram com que ela enchesse os olhos de lágrimas.

“Tu não sabe como é difícil. A gente vem sem dinheiro, sem roupa, sem saber o idioma. É uma aventura, bastante arriscada. Mas a gente tem que vir, não tem outra opção. Quando vejo que as pessoas falam aí estão aqui tirando nosso emprego ou falam alguma outra coisa eu já digo que não, a gente ta aqui pra conquistar nosso espaço porque a gente tem direito sabe. Se a gente trabalha direitinho e gostam da gente, tem muitos que ficam, assim, com inveja sabe. Mas a gente ta aqui pra provar que podemos. Isso não me abala. Não tomo pra mim. Eu sigo meu caminho”.

“Porque é assim, é a gente que é o estrangeiro né. É gente que tem que se adaptar a vida de vocês, ao ritmo, ao frio, as comidas. Lá a gente come feijão com açúcar

[risos]. Vocês nem conseguem ver isso [risos]. Então eu não tô aqui para fazer nada de errado, por isso não me venham falando que a gente invadiu, porque no”! “Graças a Deus eu tive a ajuda da CIBAI, que nossa tu não sabe como me ajudaram no meu negócio. Aprendi muito aqui e quero aprender mais porque eu quero ajudar outras pessoas que assim como eu são mães sozinhas e precisam de dinheiro”. (Moreidys, 2022)

2.5.7 Alexandra e Mariana

Após o almoço, me sentei para conversar com as duas venezuelanas que faltavam para serem entrevistadas. Mariana, que aparece lá no início com uma entrevista pelo Zoom, hoje ela estava presencial, pois nos encontramos por acaso neste curso, e Alexandra, uma jovem bastante falante de 32 anos, natural de Tucupita e engenheira formada. Comecei com Alexandra, que me contou a sua história de vinda para o Brasil.

“Hoje aqui eu trabalho como técnica de manutenção, mas fiz muita coisa antes. Eu não tenho filhos nem marido, vim sozinha porque lá na Venezuela a gente tava passando fome mesmo. Vim pela fronteira, fiquei num abrigo que só era para dormir. Lá nos davam uma sopa em um copinho tipo esse aqui (mostra um copo plástico) e jura que isso te passa a fome. Depois pela manhã a gente tinha que sair e só voltar pra dormir. Enquanto isso a gente ficava nas ruas, nas praças. Eu ia lavar minhas roupas na rodoviária e estendia pelas cercas e arvores (risos) e depois no final do dia a gente voltava. Era sempre um grupo, porque se tu andar sozinho pode te fazer alguma coisa. Depois eu fui pra Boa Vista e lá sim consegui abrigo de ficar o dia todo, mas daí tu tem que ajudar lá dentro. Mas eles te dão almoço, janta e café. Mas assim, também não é bom porque é muita gente, mas muita gente mesmo. Até me roubaram minhas coisas”.

“Daí vim para Porto Alegre e peguei um emprego de lavar pratos. Te juro que nunca tinha feito isso na vida. Mas nunca quebrei nada (risos), mas as pessoas não tinham muita paciência sabe, porque eu não entendia a língua. Só depois que eu fui pegando”.

“Depois que eu achei que já tinha cumprido meu ciclo lá eu fui buscar outro emprego, consegui de auxiliar de limpeza. Lá o chefe me disse ta tu pode vir trabalhar aqui mas tem que se fazer de burra. Eu perguntei de burra? E ele disse sim, tem que ficar com a cabeça baixa, não pode conversar e tu é bastante falante. Tá né eu posso fazer isso”. (Alexandra, 2022)

Perguntei para ela se havia tomado isso como um insulto ou uma agressão:

“Sim, mas o que me importava era o dinheiro. Quando recebia eu até esquecia de que ele tinha falado isso (risos). Daí teve um dia que eu já tava ganhando meu

salário e tal e os colegas me dissera: Alexandra dá uma conferido no que tu você tu ta ganhando, porque a gente ganha isso. Daí eu vi que eu ganhava menos. Fui falar com o chefe para saber do porquê eu ganhava menos. Ah ele enrolou, disse que era pelo tempo de serviço que os outros estava há mais tempo aqui, falou um monte de coisa e eu só ouvindo, né. Peguei minhas coisas e saí. Ah! Não ia ouvir mais aquilo. Dai hoje eu comecei como técnica de manutenção que até ta mais próximo da minha faculdade de engenharia, né”. (Alexandra, 2022)

Perguntei se ela, nesse novo emprego, já tinha sofrido algum episódio de machismo ou xenofobia.

“Ah! A gente ouve. Tem muita gente que tem inveja sabe. Porque a gente tem que fazer um bom trabalho para se destacar, para provar que conseguimos. Então falam, mas eu finjo que nem escuto, quero meu trabalho, quero meu dinheiro e ta tudo bem” [risos]. (Alexandra, 2022)

Fui então conversar com Mariana, cuja primeira entrevista havia ocorrido via Zoom logo no início do ano. Nosso encontro presencial, acompanhada da amiga Alexandra, possibilitou que Mariana falasse mais coisas que no primeiro encontro ela não me disse. Nessa nova oportunidade, ela me confidenciou algumas ocorrências que a deixaram bastante apreensiva. Ainda em Boa Vista, enquanto dormiam na rodoviária, houve um episódio de tentativa de sequestro de duas crianças venezuelanas que estavam ao lado de sua barraca.

“Teve uma vez que a gente tava dormindo nas barracas na rodoviária e foi aquela gritaria né. Meus filhos não ficaram na mesma barraca que eu, ficaram numa barraca mais adiante. Daí na barraca ao lado da deles tentaram roubar umas crianças. Foi horrível. Aliás, tudo lá era ruim. De manhã vinha a milícia e tiravam a gente de lá. A gente tinha que ficar caminhando o dia todo, porque nos disseram que a gente não podia ficar parado, nem sei por quê. Então a gente caminha o dia todo, e de noite a gente tava muito cansado já. Tu imagina ter que ficar caminhando. Se a gente se sentava nas praças já vinha um milicio tirar a gente. Era assim”. (Alexandra, 2022)

2.6 A análise das entrevistas

2.6.1 Compreendendo as emergências sociais

Na emergência de compreender o que motivou essas mulheres a migrar em circunstâncias muitas vezes precárias, arriscando-se numa sociedade desconhecida, sem

compreender a língua, sem dinheiro e muitas sem família, busquei calçar-me, antes do embasamento teórico, em entender as dimensões sociais em que a Venezuela vive atualmente.

Com um objetivo central, agora fortificado em elevar os protagonismos dessas mulheres sob uma ótica de coragem, evidenciando suas vozes, suas dificuldades, interferências e progressos, dentro dos processos de mobilidade feminino, foi possível entender que apesar de terem abdicado de suas casas, separando-se de suas famílias e despedindo-se dos filhos, elas se mostravam otimistas e felizes nessa nova etapa. Apesar do sofrimento enfrentado na Venezuela com a fome, doenças e perseguições, a entrada em uma nova sociedade vinha acompanhada de um sentimento de recomeço harmonioso.

Sendo constantemente postas à prova, lançar um olhar sobre o gênero a partir da ótica da migração de mulheres pauta-se num importante objeto para que se entenda como o ato de migrar influencia no rompimento de estruturas patriarcais e solidifica o empoderamento da mulher na sociedade de acolhida. Nas palavras de Escudero (2016, p. 180):

Nesse processo, por mais doloroso e traumático que seja lidar com perdas e rupturas, mostra sinais, ainda que em diferentes níveis, de que não é uma pessoa acomodada, alienada e fadada a uma condição de inércia eterna. Pelo contrário, o deslocamento não deixa de ser uma iniciativa para resolver um problema ou uma situação que causa desconforto ou insatisfação, o que costuma demonstrar grande caráter de pró-atividade e de mobilização.

As constantes mudanças sociais calcadas no protagonismo da mulher, tanto no âmbito social quanto nos processos de mobilidade, destacam-se por apresentar obstáculos que vão além das esferas físicas. Soma-se também a violência simbólica e estrutural, baseada no gênero, classe, etnicidade e nacionalidade. Assim, o cenário das migrações, analisado sob a perspectiva feminina, ao evidenciar a precariedade da condição da mulher nas sociedades contemporâneas, também reafirma seu papel ativo ao criar estratégias para resolver as demandas relacionadas à migração (BOYD; GRIECO, 2003, p 61).

De acordo com Lisboa (2007, p. 152) e Boyd e Grieco (2003, p. 61), foi através da autonomia da mulher migrante nos espaços de circulação que foi possível diferenciar mulheres e homens migrantes, uma vez que, atualmente, são elas que, consonantes ao caráter multidimensional dos papéis atribuídos em âmbito familiar e social, determinam os impactos das mobilidades em suas vidas.

O gênero está profundamente enraizado na determinação de quem se movimenta, como esses movimentos se dão e quais os impactos nas famílias e mulheres migrantes. Se as teorias de migração internacional integram as

relações de gênero de maneira adequada e eficaz, devem levar em conta fatores sutis e óbvios que se misturam para criar diferentes experiências ao longo da migração. A definição e compreensão destes fatores melhor fundamentam as teorias de migração internacional e também as experiências individuais de mulheres migrantes em todo o mundo. (BOYD; GRIECO, 2003, p. 61)

Dessa forma, as entrevistadas deste *corpus* teórico, apesar de terem apresentados relatos sofridos na Venezuela, e uma trajetória complexa ao cruzar a fronteira, aqui não percebem – ou não se abalam – a dimensão das interpelações que o desraizamento, oferece para quem migra. Apesar das relações desiguais de poder que os contextos migratórios oferecem, é possível desenvolver um olhar que vá além das vulnerabilidades, desvelando protagonismos e novas aprendizagens, ou seja, a despeito de todas as vicissitudes presentes nesse cenário, mulheres migrantes assumem um espaço de destaque.

Porém, mesmo diante de todas as evidências apresentadas, no intuito de estabelecer e desvelar os protagonismos dessas mulheres através de suas falas, não foi possível que minha posição de pesquisadora não levantasse certos questionamentos. Trata-se de uma verificação empírica no que compreende o ato de migrar – em seu caráter total – e como ele se mostra desfavorável à mulher. De acordo com Bertoldo (2018), as migrantes mulheres são duplamente vulneráveis, primeiro, por serem migrantes, e, segundo, por serem mulheres. Dessa forma, como essas venezuelanas em algum momento não se desestabilizaram?

Uma outra indagação por mim levantada ia ao encontro da questão racial e suas possíveis intercorrências sociais. As assimetrias apresentadas pelas entrevistadas as ligam às características do que compreendemos como não brancas. Tais dimensões simbólicas raciais, por mais que não interfiram diretamente aqui no Brasil, por ser um país que apresentar uma população também oriunda dessa mestiçagem, aqui no Rio Grande do Sul, estado onde a colonização europeia originou basicamente uma população branca com traços europeus as compelia a um outro, um corpo mestiço com “*Collor del café*”, que certamente as diferencia do restante da população.

Uma vez oriundas dos processos de migração, advindas de um país do “Sul global” (SANTOS, 2010), cuja colonialidade possibilitou este entrelaçar de etnias, raças e estereótipos marcados culturalmente e socialmente, suas assimetrias estão imbricadas no que assentamos ao conceito de “mestiza” defendido pela teórica Gloria Anzaldúa.

O Brasil foi um país que se constituiu através da ideia de uma nação mestiça, originária de suas múltiplas nacionalidades fruto das migrações. Através da ideia de uma “democracia racial”, defendida por teóricos como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, o Brasil se

consolidava como uma nação acolhedora, porém seu passado colonial, também mostra uma face violenta, que gera, até hoje, práticas excludentes e elitistas com base na construção do projeto colonial modernizador europeu. Nessa perspectiva, como essas mulheres não haviam passado por algum episódio de racismo durante sua inserção nessa sociedade que ainda vela sentimentos de repúdio aos corpos não brancos?

A Venezuela, assim como muitos países da América Latina, ancorou sua história em um certo tipo de mestiçagem, articulados na criação de uma nova raça nacional, que incorpora as diferentes etnias. Um exemplo na Venezuela foi a política do “*café com leche*” que possibilitou aos “não brancos” um certo tipo de relevância política social. Em boa parte, isto se deve ao fato de que a Venezuela é um país cuja maioria é composta de “pardos”, uma vez que cerca de 66% da população é originária pelo cruzamento entre ameríndio e europeus. Juntos, brancos e negros formam somente entre 20% e 25% da população (WRIGHT, 1990, p. 80). *Pero ¿Hay o no hay racismo en Venezuela?*

Para Pollak (1993, p. 272), na Venezuela uma pessoa negra é aquela que apresenta pele muito escura e traços negroides definidos, sendo que “*los Trigueños*” não se consideram negros e, aparentemente, os problemas sociais não são tratados pautados nas diferenças entre as raças. A autora ainda afirma que existe uma falta de consciência racial que, por tal motivo, impede que episódios de racismo sejam percebidos pela sua população de forma aberta e destaca:

Sin embargo, la conciencia de clase es más pronunciada en América Latina que en los Estados Unidos, sobre en la oligarquía tradicional. Se encuentra un mayor número de características raciales negroides en la clase baja, mientras que en la clase ‘mantuana’ predomina la piel blanca. Sin embargo, entre los miembros de la clase media se encuentran todas las gamas de color. Hay posibilidad para un ascenso social para todos, cuando lá economía florece. (POLLAK, 1993, p. 273)

Para Keymer Ávila, pesquisador do Instituto de Ciências Penais da Universidade Central da Venezuela (UCV), a maioria do país é fundamentalmente mestiça, uma mescla de indígenas, negros e brancos, o que impossibilita assumir uma condição de diferenciação por questões raciais e prejudica aceitar que o país possui problemas raciais (SANTINI; QURYAT, 2020).

Na esteira destas afirmações, concentrei-me em captar as formas como o racismo e o preconceito de gênero operam nos corpos de sujeitos cujas diferenças são intrínsecas. Para Grada Kilomba (2019), ao discutir a realidade psicológica do racismo, que ela refere como sendo “cotidiano” – conceito introduzido por Philomena Essed (1990) –, busca-se encontrar os

caminhos pelo qual o racismo cotidiano se revela. Kilomba constrói o seu raciocínio para explicar tal conceito ancorando-se a partir de duas características.

A primeira característica proposta está centrada na reencenação de nosso passado colonial, ou seja, os aspectos da colonialidade que ainda se repetem hoje no pensamento social e que, por mais que estejam localizados em um passado histórico, vêm à tona constantemente, através de atitudes arraigadas no pensamento da branquitude. Por outro lado, a segunda característica desse racismo é aquela vinculada a uma realidade traumática, que a autora nomeia como choque violento percebido através da narrativa de episódios na vida de quem é racializado.

Portanto, no racismo cotidiano a pessoa experimenta o desprezo como algo pontual, investido num padrão de abuso, insultos e gestos, que insistem em se perpetuar de forma perceptível e traumática constantemente para aqueles que são atravessados pela raça.

O racismo cotidiano refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como ‘Outra/o’ – a diferença contra a qual o sujeito branco é medido – mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca. (KILOMBA, 2019, p. 78)

Já o Racismo Genderizado trata-se de políticas de invisibilidade de pessoas de cor que as coloca num lugar de servilismo, além de pôr em xeque uma falsa possibilidade de sororidade e aceitação, que muitas vezes passa imperceptível a quem é destinado tal preconceito, e que permite que se propague como práticas preconceituosas devido à existência de um consenso silenciador, tanto por parte do sujeito/branco como para o sujeito/racializado, apoiando-se em insultos, piadas racistas e em tantas outras situações (KILOMBA, 2019, p. 99).

Nessa importante discussão de Kilomba, é possível compreender que somos criados para internacionalizar as diferenças através de traços ligados à distinção fenotípica, e não a uma diferença de tratamento, o que presume que grupos racializados passem a aceitar suas diferenciações com base na cor de pele, nos traços, e não através do processo discriminatório, o que impossibilita, muitas vezes, que sejam percebidas atitudes preconceituosas sofridas diariamente e que também velem as discriminações atravessadas pelo gênero.

Ao me deparar com tais desconhecimentos por parte de algumas das entrevistadas, busquei pensar o problema da pesquisa através de seus campos de convergências. Se neste caso o objetivo era definir as dificuldades e interpelações das mulheres migrantes nos processos de mobilidade, tendo a raça e o gênero como elementos chaves desta segregação, a isenção de tais compreensões exigiu-me entender o que as impossibilita de compreender o quanto tais

condicionantes interferem em seus processos. Assim, nas palavras de Salgado e Franciscatti (2014), citando Adorno (1959/1996, p. 399):

Acontece que a história vem se apresentando como a história da dominação dos homens sobre a natureza, sobre si mesmos e sobre os outros homens. Assim, as condições objetivas não só estão calcadas nessa dominação, como são mantidas por uma organização social que sobrevive à custa da obstrução da consciência humana, ou do que nos resta de humano, minando as possibilidades de reconhecimento da realidade por meio da falta de contato com os objetos, ou seja, minando as possibilidades da experiência (SALGADO; FRANCISCATTI, 2014, p. 308-309)

Para Adorno (SALGADO; FRANCISCATTI, 2014), as condições da “pseudoformação socializada”, conceito formado por ele para denominar as estruturas sociais de alienação, estão imbricadas na dominação de certos homens sobre outros que os impedem de expressar-se de acordo com sua autoconsciência e que estão de antemão “deformados” ou privados da experiência presente na história social das camadas inferiorizadas.

Pode-se dizer que o empobrecimento de conhecimento da posição social e das experiências que este *status* lhes confere deriva da necessidade pela qual os sujeitos, na tentativa de sobreviverem à sociedade, alienam-se para não formar uma “desilusão radical” com os mecanismos sociais. Há, desta forma, uma exaustão na promessa de uma nova reconstrução de vida que renuncie a qualquer força coercitiva que interfira no foco de uma vida mais digna.

Por esta razão, o relato da venezuelana Alexandra, ao dizer que lhe foi imposto “se fazer de burra”, apesar de se configurar em uma agressão, não a impediu de continuar. Para ela, o importante era possuir condições de sobreviver. Insultos, injúrias ou injustiças não representavam obstáculos que a impedissem de seguir seu caminho.

Ao distinguir que a Venezuela, em sua crise emergente, possui contingências maiores do que se concentrar nas agendas relevantes aos preconceitos, é compreensível que num país onde o percentual da população necessita de saneamento, saúde e alimentação dificulte aprofundar os debates concernentes ao gênero e a raça. Para García (2019), membro do Goethe-Institut Venezuela, em meio ao mal-estar que significa viver em um país onde os serviços básicos não funcionam no dia a dia, levantar as questões de gênero tem sido um trabalho formiguinha, porém incessante e que propõe mudanças que o Estado adia.

Além do mais, existe uma política por parte do Estado em silenciar dados que correspondem às violências de gênero, como ressalta García (2019), sendo a falta de informação o motivo pelo qual não há solução para sanar os problemas das violências sofridas pelas

mulheres, dados hoje levantados por programas como *Mujeres al Límite 2019*, da Associação Venezuelana para uma Educação Sexual Alternativa (Avesa).

“Em 2015, a Organização das Nações Unidas reconheceu a situação da Venezuela como Emergência Humanitária Complexa (EHC). A partir de então, a crise vem assolando a população, da qual 51% são mulheres” (GARCÍA, 2019).

Mesmo que em 2007 fosse criada a Lei Orgânica do Direito das Mulheres a uma Vida Livre de Violência (VENEZUELA, 2007), um instrumento ambicioso para pôr um ponto final na violência contra a mulher, a lei – bem como os programas de esclarecimento sobre o assunto – é quase inexistente dentro da atuação social. O número de feminicídios aumenta gradativamente e as campanhas de prevenção continuam sem perspectivas estatais.

Para a antropóloga Aimee Zambrano (2020)⁸, que criou em 2019 um monitor de feminicídios, até maio de 2020 foram registrados 108 feminicídios e em 2021 o número duplicou para 167. Porém, cerca de 1% desses casos registrados foram a julgamento, enquanto outros permaneceram na impunidade. Para ela, apesar da Venezuela obter uma Lei Orgânica sobre os Direitos das Mulheres a uma Vida Livre de Violência, não há uma política aplicável sobre tais normas. Além disso, ela acredita que na Venezuela existe um machismo naturalizado e velado que interfere na compreensão das violências sofridas por parte das mulheres. Para Maria Farjado, Coordenadora do SOS Aldeia Infantil, as estruturas patriarcais fortemente vinculadas ao pensamento do povo venezuelano interferem na compreensão dessas assimetrias por parte das mulheres migrantes.

É que elas não percebem isso como uma violência. O que que a gente percebe assim é, que quando vamos conversando aos poucos essa situação se desvela. A gente vai fazendo palestras e atividades daí que as coisas vão vindo à tona. Mas as situações mesmo de violência, elas muito poucos são ditas, não é? Mas a gente percebe um pouco pelas entrelinhas de que existia um contexto muito opressor para que fizesse elas saírem sozinhas. (FARJADO, 2022)

E completa:

Talvez seja uma característica também deles, não é? Dos venezuelanos. Assim, isso é não trazido por elas de forma clara, mas ao longo dos atendimentos é que a gente vai percebendo. São nos momentos dos atendimentos que a gente vai conhecendo um pouquinho a história de vida delas e, a partir disso consegue ter acesso a algumas informações. Como por exemplo o machismo que lá existe. A gente tem relatos de que lá não existe nenhuma política de educação sexual, por exemplo. E muitos maridos não

⁸ Aimee Zambrano é pesquisadora, antropóloga e comunicadora popular. Membro del Comando Creativo, Oficina 303, parte de la Comisión Editorial de la comunidad Utopix y coordenara del Monitor de Femicidios Utopix.

aceitam que elas usem qualquer tipo de preservativo ou contraceptivo. Daí se percebe o quanto na cultura deles o homem é muito dominante. (FARJADO, 2022)

2.6.2 Migração e empoderamento pessoal

A imagem do migrante ou refugiado como ser humano vulnerável, que é divulgada ao redor do mundo, corrobora uma crença enraizada em nossa sociedade ao longo de séculos, de que migrantes são portadores de más notícias e promotores das mazelas sociais (BAUMAN, 2017).

Para Zygmunt Bauman (2017), em sua obra “Estranhos à nossa Porta”, há uma reflexão sobre os mecanismos de exclusão desenvolvidos no país de destino sobre a justificativa de “proteção” e “segurança” nacional, que inferioriza os migrantes, alertando a sociedade receptora, o que cria paradigmas preconceituosos e crenças negativas sobre o ato de migrar. Não obstante, ao presenciar os diferentes relatos, constata-se que o processo de migração perpassa as esferas da vulnerabilidade e adentra nas especificidades de um realismo que corrobora o protagonismo e o empoderamento dessas mulheres migrantes.

Ao migrarem, essas mulheres também estariam rompendo com esse sistema opressor patriarcal no qual a Venezuela construiu seu pensamento sobre a mulher na sociedade. Dessa forma, mais uma vez, entender os processos de mobilidade através dos estudos de gênero, como descreve Marinucci (2007, p. 13), faz referência muito mais a um clamor de liberdade do que um processo de invisibilidade:

A feminização das migrações é, também, um sinal do clamor de milhões de mulheres que, no deslocamento geográfico, buscam maior autonomia e libertação de realidades que as sufocam. Muitas delas aceitam enfrentar sérios riscos para poder realizar seus sonhos. Infere-se que este potencial de transformação, expresso no clamor, na coragem e nas escolhas dessas mulheres, seja uma fecunda semente para a construção de um mundo mais humano.

Nesse ponto, compreendemos que o significado do ato migratório leva em consideração as expectativas em relação à migração e os meios pelos quais essas mulheres buscam sanar suas expectativas. Portanto, a frase “*donde fueres hace lo que vieres!*” é um significado importante para entender que elas estão dispostas a conquistar uma vida melhor e garantir, sobretudo, um futuro para seus filhos.

Na esteira de assimilar a feminização da migração e a inserção da mulher migrante no mercado de trabalho, Morokvasic (1986) relata que as atividades às quais as mulheres migrantes

são submetidas nem sempre são reconhecidas como atividades econômicas. O fato de o trabalho feminino já ser visto como uma extensão do trabalho doméstico (FEDERICI, 2021) visibiliza a inter-relação entre exploração e trabalho da mulher em ambientes domésticos e no sistema econômico. Para a migrante mulher restam atividades laborais que a aproximam do sistema de servidão.

A inserção da mulher migrante a subempregos ou em atividades compulsórias é um reflexo de uma cultura heteropatriarcal, que coloca a mulher sempre numa relação de dependência do homem. Para Silvia Federici (2021), o trabalho doméstico não desempenha nenhuma função na organização capitalista, posicionando a mulher em uma situação de subordinação ao homem, o que lhe proporciona uma exclusão da produção social. As migrações femininas estão associadas, em grande parte, à rede de cuidados, enfatizando a inserção da mulher nas atividades de reprodução dos papéis de gênero. Esse papel feminino de reproduzir os cuidados trata-se de um disfarce para evidenciar o destino biológico das mulheres (FEDERICI, 2021) e um instrumento de consolidação patriarcal de exploração masculina do corpo feminino. O campo do trabalho equaciona em seu ambiente mecanismos de exclusão e desvalorização da mulher.

Consoante com o pensamento de Federici, Yannoulas (2002) coloca que a sociedade capitalista solapa as mulheres a exercerem atividades laborais específicas, caracterizadas pela cultura, em que determinados tipos de trabalho são destinados unicamente para o público feminino. A autora, ao elaborar um quadro comparativo da divisão sexual do trabalho, nos atenta:

O conceito de pirâmide ocupacional baseada em gênero, diretamente vinculado à dita divisão sexual vertical do trabalho, indica que as mulheres contam com menos possibilidades de promoção a cargos mais altos que os homens. A combinação dos efeitos perversos da divisão vertical e horizontal do trabalho pode ser verificada nos setores de atividade nos quais a presença de mão de obra feminina é maior, porém os cargos hierarquicamente mais altos são ocupados preferencialmente por homens. (YANNOULAS, 2002, p. 7)

A autora, ao referir-se à pirâmide ocupacional, nos coloca que, na sociedade capitalista moderna, o trabalho feminino remunerado compreende uma divisão sexual horizontal do mercado de trabalho, em que as mulheres, de determinadas características culturais são ligadas automaticamente ao setor de atividade de cuidados e extensões domésticas, como nos mostra o quadro abaixo criado por Yannoulas.

Quadro 1 – Divisão sexual do trabalho segundo Yannoulas

Segmentação ou segregação dos mercados de trabalho baseada em gênero	Divisão sexual vertical do trabalho	Pirâmide ocupacional baseada em gênero	Mercados de Trabalho recrutam mulheres de maneira seletiva
<p>“A segmentação reporta-se à concentração de oportunidades de trabalho para as mulheres em setores de atividade específicos e num número reduzido de ocupações dentro da estrutura produtiva.”</p>	<p>“As mulheres como grupo estão em desvantagem em relação aos homens, em termos de salários, ascensão funcional (cargos) e condições de trabalho (em função de ser o homem, o responsável pelo sustento familiar). Diversas pesquisas mostraram que as mulheres devem apresentar sempre um requisito a mais que seus colegas homens, para ocupar o mesmo posto de trabalho.”</p>	<p>“Diretamente vinculado à dita divisão sexual vertical do trabalho, indica que as mulheres contam com menos possibilidades de promoção a cargos mais altos que os homens.”</p>	<p>“Diferentemente do que ocorre com os homens. Existe uma forte preferência para as mais jovens, mais escolarizadas, as que não têm um companheiro (solteiras, divorciadas, viúvas).”</p>

Fonte: Yannoulas (2002, p. 16-17)

A ONU MUJERES, através do informe organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL, 2020), divulga que 35% do número de migrantes ocupam atividades no ramo doméstico, sendo as mulheres 92% deste percentual, somente aqui na América Latina. A necessidade de sustentar os filhos e a família é a motivação, segundo Parella Rúbio (2005), para a passividade da mulher ao aceitar subempregos. Tal atitude, que pode ser vista como um *status* de vulnerabilidade para elas, nada mais é que uma atividade que origina o sustento e que não deve ser entendida como algo pejorativo ou inferior. Nas palavras de Parella Rúbio (2005, p. 98-99):

A mulher imigrante é percebida como força de trabalho idônea para realizar o trabalho doméstico remunerado, sendo que se trata de uma atividade socialmente pouco valorada, etiquetada como “suja” e escassamente qualificada, assumida como algo inerente à condição feminina e amiúde realizada desde a economia informal.

Assim, notamos que a experiência migratória, em seus níveis de agência e possibilidades de empoderamento estão suscetíveis à exploração laboral, que depende do seu posicionamento nas hierarquias de gênero e etnia, entre outras esferas de poder. Quanto mais “baixa” for a localização hierárquica do indivíduo, maior sua outridade e menores são suas possibilidades de agenciamento (MAHLER; PESSAR, 2001).

Dessa forma, a migração não parece reduzir as desigualdades ou mudar drasticamente as relações de gênero (PARELLA RUBÍO, 2005). Para as mulheres migrantes, ainda são destinadas as camadas mais baixas da pirâmide social e trabalhista, sendo incorporadas em ocupações de baixa qualificação e tradicionalmente femininas. Para elas, restam poucos nichos de mercado e atividades principalmente temporárias que, em geral, são muito sensíveis às flutuações de demanda (PARELLA RUBÍO, 2005).

Ainda são perceptíveis as estruturas de abusos que se encontram arraigadas na cultura da sociedade de acolhida como um elemento que prejudica a mulher migrante em seu agenciamento de uma vida melhor. Aspectos como a xenofobia, o machismo e a misoginia são elementos ainda correlatos às dinâmicas e valores sociais, que interferem no bem-estar das pessoas migrantes.

Porém, ao que tudo indica, os novos processos migratórios, em que as mulheres são maioria, representam uma nova reestruturação social, um novo paradigma conceitual que coloca a mulher como figura central de destaque, como ilustra Magliano (2009, p. 349):

A migração de mulheres tem sido um fenômeno presente em todas as épocas da história, ainda que tradicionalmente invisibilizadas até os meados e final do século XX, quando as contribuições das pesquisas a partir do enfoque no gênero e o fenômeno da ‘feminização das migrações’ questionaram aquela invisibilidade. Na atualidade o aumento real da intervenção feminina nos movimentos populacionais e a abertura conceitual da figura da mulher migrante no âmbito das ciências sociais permitiram recuperar a esse sujeito do anonimato e redefini-lo como um ator central dos movimentos migratórios.

Há que se observar a necessidade de ampliar o olhar dentro dos fluxos de migração e gerar dados e pesquisas que se concentrem nessas dinâmicas migratórias, até então invisíveis. Ao buscar referências e especificidades sobre as migrações femininas, podemos criar adequações às políticas públicas, tornando o fluxo com acessos a oportunidades, equidades e empoderamento, afastando-as das vulnerabilidades concernidas. Nesse sentido, a busca por uma vida melhor se configura numa complexidade entre as mulheres migrantes. Ao auxiliar a família, sobretudo com os cuidados com os filhos, muitas são impossibilitadas de exercer alguma atividade laboral, seja com carteira assinada ou informal.

Neste sentido, nossas entrevistadas que trabalham com prostituição sentem ainda mais forte os preconceitos conferidos a elas. Ao adentrarem nesse ramo de trabalho, já tão desconsiderado socialmente, elas aceitaram – sem muitas alternativas – participar de toda mitificação que envolve o sujeito migrante a um lugar de não pertencimento. Compreende-se, assim, que inclusive os acessos aos espaços que compõem a cidade são marcados por relações

de poder que tendem a criar e definir no seio social espaços de exclusão, abjeção e opressão. Tais atitudes estabelecem padrões de normalidades e patologias frente à diversidade sexual e reiteram padrões sustentados pelo patriarcalismo frente ao lugar dado à figura feminina, como nos coloca Marcela Lagarde y de los Ríos (2005, p. 16):

Decidir sobre la propia vida y el mundo es, entonces, un tabú – una prohibición sagrada – impuesto a las mujeres, que ocupa el núcleo de la identidad femenina: reproduce a las mujeres como sujetos sociales cuya subjetividad se construye a-partir de la dependencia y del ser a través de las mediaciones de los otros.

De maneira geral, a presença dos venezuelanos no país tornou-se um problema social e suscitou uma reação automática de violência e discriminação através dos usos de expressões como “*venecos*” e “*ochentas*”. Tanto o Governo Federal como os Estados receptores também atribuem aos estrangeiros a culpa por episódios desagradáveis nos quais se instauram hostilidades xenofóbicas e elevam a responsabilidade da migração à causa de todos as celeumas enfrentadas nessas regiões. Para Sarmiento e Rodrigues (2018, p. 245):

Discursos de ódio e depreciativos sobre esse ‘outro’, quase sempre produzidos no âmbito da classe média e das elites, com base em afirmações muitas vezes infundadas, como mencionado, cooptam mentes e corações de grupos populares que impactados pela perda dos direitos e ressentidos por essa situação, acabam vendo o migrante pobre como um competidor, um intruso que chega para disputar os poucos recursos e benefícios sociais existentes e, sendo assim, reverberam esses discursos de ódio.

Contudo, é importante ressaltar que a migração venezuelana não tem sido somente colocada como um problema social do país vizinho, ela também evidencia as mazelas estruturais que o Brasil enfrenta. A população pobre brasileira é constantemente vítima de preconceitos sejam eles raciais ou de classe, e compartilham da mesma exclusão, negligência, violência simbólicas e físicas que os imigrantes venezuelanos. Dessa forma, a hostilidade enfrentada pelos venezuelanos é, na verdade, um espelho que reflete nossas heranças coloniais em que os sujeitos são classificados através de seus aspectos econômicos e geográficos.

Em uma sociedade na qual a população é esquecida pelas estruturas sociais e cujo acesso aos meios de sobrevivência são limitados, ver o “outro” como um competidor reforça o sentimento de disputa. Assim, a filósofa Adela Cortina (2020) atenta que o medo ao estrangeiro, na verdade, é ajuizado somente ao estrangeiro pobre. São indivíduos que compartilham das

restrições de seus direitos, sendo estes muitas vezes violados pelos aparatos governamentais, assim como boa parte da população brasileira que vive sob o manto da vulnerabilidade social.

Nesse sentido, o conceito de Xenofobia, para ela, deve ser tensionado e refletido, pois a ameaça não está no migrante de modo geral, mas sim, no migrante pobre, para quem estão endereçadas as formas de rejeição. Cortina atenta para a fobia e o rechaço ao pobre na sociedade. Uma espécie de “aporofobia”⁹, que parte, sobretudo, de sujeitos que vivenciam as mesmas mazelas e privações sociais de acesso à cidadania plena e rivalizam com o “outro” na mesma situação, cooptando assim, a reprodução do discurso opressor.

Essas constatações explicam o porquê de algumas de nossas entrevistadas não terem passado por episódios de hostilidade. Advir – como são os casos de Célia e Elena – de uma migração qualificada as blinda de sentir na pele a aversão ao migrante de origem humilde, enquanto outras apresentaram consciência do repúdio, porém não assimilam e/ou ignoram, não associando estes rechaços aos elementos do estrangeirismo ou do gênero, como podemos perceber nos outros relatos.

⁹ Aporofobia, termo cunhado pela filósofa Adela Cortina e reconhecido pela Real Academia de Língua, é originária da junção de duas palavras: “áporo” (pobre ou desamparado) e “fobéo” (temer, rejeitar, odiar). Para ela, da mesma forma que Xenofobia denota o repúdio ao estrangeiro, Aporofobia significa a aversão ao pobre.



3 VENEZUELA DA PROSPERIDADE À ENCRUZILHADA DE CHÁVEZ

3.1 A Venezuela: a construção de outra via

Para seus nacionais, a “Venezuela é um imenso pedaço de terra que cobre um gigantesco barril de petróleo” (MOREIRA, 2021, p. 19). A imagem de um país rico é, sem dúvida, respaldada na realidade do país concentrar uma das maiores reservas mundiais de petróleo: 302,25 bilhões de barris, que correspondem a 24,8% do total da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), como afirma Moreira (2021, p. 19).

No ano de 1930, a Venezuela tornou-se o maior exportador de petróleo do mundo, posição que manteria até 1971, quando a Arábia Saudita assumiu a liderança. Já no pós-Segunda Guerra Mundial, o país produzia 14% do petróleo mundial tendo um papel importante inclusive na expansão econômica norte-americana e na reconstrução da Europa. Motivo de orgulho para os venezuelanos, o petróleo faz parte da alma da Venezuela, que moldou a política, a sociedade e a cultura do país (MOREIRA, 2021, p. 19). Mas a imagem idílica de um país rico e próspero teria um terrível fim quando a queda do valor do petróleo no mercado internacional viria a assombrar toda a estrutura social e política da região Bolívar.

Com intuito de compreender o que originou a debandada de nacionais do país Bolívar, sobretudo em direção ao Brasil, o presente capítulo, faz um percurso sobre a história do país, que se inicia sob o pano de fundo da colonização espanhola cuja independência foi conquistada no século XIX. A Venezuela, assim como os demais países ex-colônias europeias, buscou construir sua própria identidade nacional. Passou por um longo período de governo ditatorial, seguindo para a tentativa de reconstruir sua democracia a partir de 1958.

Entretanto, essas experiências foram marcadas por uma sucessão de governos que conjuraram por uma manutenção de privilégios entre as classes políticas. Tais ações resultaram na criação do Pacto de *Punto Fijo*, um acordo entre os partidos políticos de atuação conjunta, desconsiderando o Partido Comunista Venezuelano (PCV) o qual ficou de fora desta coalizão, abrangendo somente a Ação Democrática (AD), o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) e a União Republicana Democrática (URD) (AMENTA, 2010).

Os 40 anos da suposta harmonia política, por parte do Pacto de *Punto Fijo*, veio a se desestabilizar quando Hugo Chávez venceu o pleito máximo venezuelano. Sua eleição

representava a síntese da rejeição dos demais partidos tradicionais pela sociedade civil (VILLA, 2005) e dava como instaurado um governo populista fortemente calcado na figura carismática de Chávez como presidente. Como terceira via de governo, Chávez apoiou a economia venezuelana na exportação do petróleo, seu principal produto, confiando a ele o difícil papel de erradicar a pobreza e reestruturar uma Venezuela antiliberal, mas o que parecia ser a promessa de um novo país, foi da ascensão à sua derradeira.

3.2 Da Venezuela Saudita à crise das *commodity*

Era 1917, quando em solo venezuelano foi descoberta uma grande extensão de petróleo. Tal produto viria a se tornar o principal recurso econômico interno do país, proporcionando um divisor de águas para a história da Venezuela. Poucas décadas mais tarde (1930), o “Ouro Negro” da até então agrária e pobre Venezuela fez com que esta se consolidasse como a maior produtora de petróleo do mundo.

Em consequência do rápido desenvolvimento econômico, a Venezuela volveu-se em um terreno fértil de investimento e logo chamaria a atenção de empresas estrangeiras como Shell, Chevron, Móbil e Texas. As zonas urbanas tiveram um aumento populacional e a qualidade de vida melhorava graças à inserção de capital estrangeiro para exploração e exportação do petróleo configurando a base da economia venezuelana, atraindo os olhares dos imigrantes europeus, sobretudo dos espanhóis e italianos, que desde os anos 1930 tentavam a vida nas Américas, fugindo da guerra na Europa. Até 1958, cerca de 500 mil imigrantes europeus teriam entrado na Venezuela para trabalhar nas indústrias do petróleo. Para Uchoa (2017, p. 9), “nos anos 70, a imigração europeia passou a ser o motor da indústria de transformação venezuelana, do artesanato e de outros serviços qualificados, engrossando a classe média nacional”.

Conhecida por ser um país de acolhida, a Venezuela em 1970 tinha 5,5% da população de migrantes vivendo em seu território (PÀEZ, 2015, p. 26-28). Aos poucos e em decorrência das oportunidades oriundas da produção de petróleo, essa população estrangeira duplicou, chegando à marca de 7,4% em pouco mais de dez anos.

La historia de Venezuela como país receptor de migrantes, a partir del boom petrolero de los años 70 del siglo pasado, tuvo otros capítulos. A tierras venezolanas llegaron chilenos, argentinos y uruguayos tras la implantación de dictaduras militares en sus países, así como peruanos, ecuatorianos, dominicanos y colombianos en busca de oportunidades de trabajo cuando en sus países apretaba la situación económica. (CAÑIZÁLEZ, 2018, p. 189)

Por conta dos conflitos com o Oriente Médio, o preço do barril de petróleo havia saltado de US\$ 6.00 para US\$ 10.00, fazendo com que a receita da Venezuela tivesse um aumento da noite para o dia. No âmbito político, o petróleo também possibilitou a concentração do poder na mão do presidente que conseguiu se sobrepor aos interesses caudilhistas que até então continham uma grande influência na política local. A prospecção do petróleo em escala mundial trouxe para o presidente Juan Vicente Gomez (1908-1935) condições de enfraquecer as elites agrárias e deu fôlego ao seu governo. Fortalecido perante os seus adversários, Gomez iniciou em seu governo diversas modernizações com o forte apoio dos Estados Unidos (MOREIRA, 2018, p. 46).

Com a morte de Gómez e a ascensão do general Eleazar López Contreras, em 1936, este encontrava uma Venezuela urbana, não mais caudilhista e com uma classe média em desenvolvimento. A crise de 1929, que afetou a economia mundial, também se refletiria na Venezuela, porém não anulou seu desenvolvimento. Nesse período, a produção do petróleo em terras venezuelanas, já consolidada por seu modelo rentista de *commodity*, avançava o país rumo à modernidade.

Dando um salto para a década de 1950, ascendia ao poder a figura do general Pérez Jiménez (1952-1958), um período caracterizado por uma longa e próspera ditadura. A figura de Jiménez já havia tido papel decisivo no golpe de 1945 que pôs Rómulo Betancourt no poder, mas contrariando as suas expectativas através da insatisfação com Betancourt levaram-no a integrar o grupo responsável pelo golpe de 1948, tornando-se presidente alguns anos depois. Jiménez chegava ao poder em um contexto internacional favorável para a Venezuela.

Com a ascensão de uma elite burguesa que se contrapunha à velha oligarquia coronelista, Pérez, assentado sobre os novos recursos advindos da economia petroleira, lançou seu ambicioso projeto desenvolvimentista, triplicando seus gastos orçamentários e inaugurando a época da Grande Venezuela, o auge de seu período econômico e de sua importância geopolítica.

De acordo com Furtado (2008), os anos 1950, para a Venezuela, a qualificariam como o país *sui generis* na América Latina, de “subdesenvolvimento com abundância de divisas”. Para ele, a Venezuela era a economia subdesenvolvida de mais alto nível de renda *per capita* que existia naquele momento, sendo o petróleo o fator preponderante para esse aumento de renda e riqueza, bem como a importância do país na economia externa.

Com o fim da ditadura de Pérez e a volta de Rómulo Ernesto Betancourt Bello, agora pelo sufrágio eleitoral, marcava-se a primeira fase da era democrática venezuelana

caracterizada pela alternância de poder entre dois grandes grupos políticos de elite distintos: a Ação Democrática (AD) e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei). Tal período de alternância bipartidário ficou conhecido como “Era do Pacto de *Punto Fijo*” que só se encerraria com a chegada de Hugo Chávez Frias à presidência do país.

Conhecido como um “pacto de conciliação de elites” (DUARTE, 2005), o Pacto de *Punto Fijo* permitiu uma estabilidade política ilusória, calcada no sufocamento de outras formas ideológicas de pequenos partidos e da sociedade. Tais lideranças de direita, representadas pelos partidos AD e Copei, em consonância com setores empresariais, vislumbravam uma boa relação com os Estados Unidos, fundamental para a formação do futuro da Venezuela. Dessa forma, movimentos sindicais de esquerda, alguns setores militares de baixo escalão e especialmente o Partido Comunista da Venezuela passaram a ser vistos como forças opositoras, ficando de fora das alianças políticas.

O governo de Ernesto Betancourt mostrava-se cada vez mais direitista, conservador e radical, o que culminaria na criação da Doutrina Betancourt. Essa ação doutrinária, que foi adotada de forma intermitente durante todo o período de *Punto Fijo*, incidiria basicamente na rejeição por parte da Venezuela a todas as formas de governo que não se qualificavam como democrática, o que incluía o bloco comunista. Nas palavras de Maria Teresa Romero (2005, p. 153):

La política de no reconocimiento a los gobiernos de facto que ideó y fue posta en práctica por Rómulo Betancourt en su segundo gobierno (1959-1964), mejor conocida como Doctrina Betancourt, quedó oficialmente establecida el 13 de febrero de 1959, en el Primer Mensaje Presidencial al Congreso Nacional. Allí Betancourt expresó: ‘régimenes que no respeten los derechos humanos, que conculquen las libertades de los ciudadanos y los tiranizem con respaldo de policías políticas totalitarias, deben ser sometidos a riguroso cordón profilático y erradicados mediante acción pacífica colectiva de La comunidad jurídica interamericana’.

Mas o cenário político, caracterizado pelo Pacto de *Punto Fijo*¹⁰ e pela Doutrina Betancourt, que permitiu à Venezuela 40 anos de estabilidade política e “democrática”,

¹⁰ O Pacto de *Punto Fijo* foi um acordo político firmado, em 31 de outubro de 1958, entre os três grandes partidos venezuelanos – a Acción Democrática (AD), de centro-esquerda, a Unión Republicana Democrática (URD), de centro, e o democrata cristão Comité de Organización Política Electoral Independiente (Copei), de centro-direita. O propósito do acordo era assegurar a estabilidade política do país, após a derrocada da ditadura de Marcos Pérez Jiménez, a alguns meses das eleições, marcadas para dezembro do mesmo ano. Seus efeitos se fizeram sentir até o início dos anos 1990. Porém, por trás de sua fachada democrática, o *el Punto Fijo*, escondia uma face fortemente oligárquica, muito próxima com a política do “Café com Leite” da República Velha brasileira.

começava a enfraquecer em decorrência do clientelismo dos partidos envolvidos e algumas posturas distintas aos Estados Unidos.

A economia política do petróleo deu certa independência à Venezuela, porém acendeu frequentes pressões das empresas americanas e europeias para que se diminuísse o valor do barril de petróleo no mercado internacional, sob ameaça de perder sua posição no mercado internacional. Betancourt, pressionado pelos países árabes, começa em 1960 a participar da criação da OPEP, uma espécie de cartel cujo objetivo era defender os preços do produto contra o *lobby* das grandes corporações (MOREIRA, 2018).

Em 1968, ascendia ao poder Rafael Caldera (1969-1974), do Copei, com ampla margem de votos, que adotou uma política de relações da Venezuela com o restante da América do Sul e o Caribe. Aos poucos, o não reconhecimento por parte da Venezuela com países como Chile, Argentina e Brasil – todos com governos ditatoriais neste momento – era deixado de lado e se fortaleciam novas relações diplomáticas.

Marcado por um período de prosperidade para o país por conta do valor do petróleo que, além de ter sofrido uma grande alta, tornou o produto venezuelano essencial para os Estados Unidos. Este período também marca ações do presidente em aumentar os impostos, nacionalizar a produção de gás e diminuir a remessa de lucros de grandes companhias americanas, o que sinalizou uma desestabilidade das relações entre os Estados Unidos e a Venezuela.

Em uma nova eleição, Carlos Andrés Pérez assumiria o posto de presidente com 48% dos votos, dando seguimento à política dos governos anteriores e amparado na ascensão econômica da Venezuela, porém Pérez seria o responsável por grande aumento dos gastos governamentais que, conseqüentemente, explodiriam na década seguinte uma crise sem precedentes.

Foi em seu governo que o país passaria a ser chamado de “Venezuela Saudita”, devido às grandes obras de infraestrutura, dos projetos assistencialistas para a população pobre e pôs em prática uma política de nacionalização de grandes empresas estrangeiras petrolíferas que atuavam no país, configurando-se na maior reforma do setor desde 1943. Perez gastaria cerca de US\$ 1 bilhão na compra de companhias americanas e europeias que atuavam na Venezuela. Dentre seus programas de progresso para a Venezuela estavam, de acordo Romero (2005, p. 110-111):

Em 1974, en Puerto Ordaz, Venezuela, el gobierno de Perez acordó un programa de préstamos en efectivo para paliar el aumento de los costos del petróleo de los países centroamericanos y, asimismo, anunció un préstamo por 40.000 millones al Banco Centroamericano para la Integración

Económica y otros aportes al Banco de Desarrollo del Caribe. Tras esta reunión se inició le Primer Programa de Cooperación Financera con América Central y el Caribe. En 1974, los países centroamericanos, en gran parte estimulados por Venezuela, se adhirieron al Sistema Económico Latinoamericano (SELA). En 1976 [...], el presidente Perez visitó República Dominicana y otorgó un crédito especial para la compra de petróleo venezolano. En estos años también se concretaron acuerdos de cooperación con Haití y Jamaica.

A Venezuela de Pérez entraria em um ciclo de endividamento. Quando assumiu o poder em 1974, a dívida externa encontrava-se em US\$ 700 milhões. Dois anos mais tarde, em 1978, ela já girava em torno de US\$ 6 bilhões, sem que a entrada de dinheiro no país fosse o suficiente para cobrir tantas despesas e manter no patamar os investimentos, os programas sociais e a qualidade de vida das classes médias.

Entre os anos de 1978 a 1987, a Venezuela teria mais dois presidentes eleitos pelo voto direto: Luis Herrera Capins do COPEI e Jaime Lusinchi da AD, dois governos marcados por grandes instabilidades internas, resultantes do crescimento da dívida externa herdada pelo governo de Pérez, no qual os recursos advindos do petróleo não conseguiam mais manter a situação macroeconômica do país. O resultado do endividamento fez com que em 1983 o Banco Central da Venezuela se declarasse insolvente, gerando uma maxidesvalorização da moeda nacional, elevando a inflação e reduzindo o poder de compra especialmente da classe média e dos mais pobres.

A falta de recursos fez com que o governo paralisasse obras e os projetos assistencialistas. O índice de desemprego crescia exponencialmente e, em poucos meses, os números dos indicadores sociais levaram a uma insatisfação popular. Lusinchi herdou uma Venezuela economicamente decadente, com inflação em alta, déficit incontrolável das contas públicas e uma moeda nacional desvalorizada. Mesmo com o valor do petróleo em alta no mercado, não era suficiente para manter as contas públicas, tão pouco sanar a dívida externa.

Para tentar resolver a demanda interna, Lusinchi tomava medidas que pouco agradariam os seus nacionais. Tais competências consistiam em cortes bruscos nos investimentos e em obras públicas, bem como na redução de verbas para projetos sociais e assistencialistas. A tranquilidade vinda do petróleo não sustentava mais o poder de consumo e os investimentos da “Venezuela Saudita” e de sua população. A falta de recursos minava as bases de sustentação da política de elites “punjotivistas”, e na política externa, as pretensões de protagonismo internacional, que já se encontravam comprometidas desde o fim do governo de Andrés Pérez, acabariam caindo por terra.

Mesmo assim, Pérez (AD) voltaria ao seu antigo posto de presidente no palácio de Miraflores, com 52% da intenção de votos, sob a esperança de reerguer a política desastrosa de seu antecessor, em 1988, porém encontraria um país que nada se assemelhava ao seu primeiro mandato. A inflação interna mediante os gastos excessivos dos governos anteriores, inclusive do seu, encontrava-se neste momento fora de controle, e para completar, o valor do petróleo sofreria uma queda brusca, o que dificultaria reerguer a Venezuela novamente.

Dependendo unicamente dos recursos advindos do petróleo, o governo de Pérez, como resultado, sofreria uma série de ataques, vendo seu poder enfraquecer com uma sucessão de denúncias de corrupção e a ascensão de políticas neoliberais (SALGADO, 2019).

Tais acontecimentos impulsionaram grandes revoltas populares como exemplo, o Caracazo, uma manifestação espontânea da população, nas ruas de Caracas, em 27 de fevereiro de 1989, em repúdio ao pacote de medidas instauradas por Pérez para redução de gastos sociais e, em especial, o aumento das passagens do transporte público, como explica Pablo Uchoa (2017, p. 17):

Na ocasião, o povo saiu às ruas para protestar contra um pacote econômico neoliberal do então presidente Carlos Andrés Perez. A Venezuela sofria a crise da dívida que afetou a América Latina nos anos 80, e a população via despencar seu poder de compra. Em poucos dias, a revolta popular deixou oficialmente 350 mortos, embora haja estimativas que apontam até 10 mil vítimas.

O Caracazo, que representaria o início do processo de decadência do bipartidarismo liderado por AD e Copei, para Santos (2020, p. 42), *“foi a rebelião mais violenta contra a agenda neoliberal na América Latina no final do século XX”*, e possibilitou a tentativa de golpe por parte de Hugo Chávez, guiado pelos Movimento Bolivariano Revolucionário 200.

Apesar do golpe não ter tido êxito, não cessou a ganância de poder de Chávez que ao concorrer em 1998 às eleições, sairia vitorioso¹¹. Iniciava assim, um governo que representaria uma ruptura com as estruturas mantidas desde o fim da ditadura de Marcos Pérez Jiménez (1952-1958), apoiando-se, sobretudo, na crítica aos alinhamentos econômicos dos Estado Unidos.

¹¹ Apesar do governo de Marcos Pérez Jiménez ter caracterizado a Grande Venezuela, este esqueceu de levar adiante projetos a longo prazo como por exemplo o Plano de Desenvolvimento Nacional, criado na gestão anterior, concentrando grande parte da receita do governo no investimento às empresas petroquímicas. Essa, de acordo com Uchoa (2017, p. 97), foi sem dúvida a crítica que Pérez não levou a sério e que seria a sua derrocada do governo nos anos seguintes. Com a saída de Pérez do governo e a chegada de Chávez ao poder, a Venezuela marcava sua primeira eleição de um presidente que não era militar nem caudilhistas (UCHOA, 2017, p. 98).

Para Villa (2005, p. 159), o radicalismo do discurso de Chávez nas eleições de 1998 ia ao encontro naquele momento do que a população mais desejava. Prometendo mudanças com relação à política dominante e valorizando a camada mais subalterna da sociedade, Chávez, criticava a atuação dos adversários que antes estiveram no poder e não escondia o sentimento de rejeição ao tradicional modelo governamental seguido por estes.

Já em 1999, Chávez promulgava uma nova Constituição. A Venezuela experimentava uma transformação em seu sistema político, instaurando-se a chamada V República ou República Bolivariana, reestruturando, assim, “os ideais dos artífices da memória coletiva e identitária venezuelana” (SILVA, 2017, p. 4). Essa atitude deu a possibilidade de Chávez implementar uma democracia participativa, criando políticas sociais que beneficiaram a população menos favorecida.

O governo Chávez logrou o que ninguém jamais logrará na história republicana da Venezuela: aumentar vertiginosamente as receitas do Estado graças a uma política petroleira que permitiu o aumento de preço do barril do petróleo no mercado internacional – ‘recriação’ da OPEP – e o uso destes mesmos recursos para cumprir uma das principais promessas de campanha, a saber, a implementação de política social de inclusão da parcela mais pobre da população (camponeses, indígenas, operários, moradores dos subúrbios das grandes cidades, mulheres etc.). (SILVA, 2017, p. 2).

Para Scheidt (2019, p. 43), o chavismo na Venezuela foi considerado um processo revolucionário que proporcionou grandes transformações não somente nas instâncias do poder do Estado, mas na instauração de medidas “democráticas” e na realização de programas sociais que alteraram os índices de pobreza e a distribuição de renda. Mas as relações de dependência com os Estados Unidos frente à exportação do petróleo e na importação dos itens básicos à população, criava uma soberania do país estadunidense nas estruturas políticas da Venezuela.

Pasar de la Democracia Gobernada a la Democracia Gobernante comprende un nuevo contrato social que promueva la participación de la Sociedad Civil través de formas de democracia directa, como la iniciativa popular y el sistema del referéndum, de manera que se logre un equilibrio dinámico y estable entre el Nuevo Poder Constituido y, la vigencia permanente del Poder Constituyente. (CHÁVEZ, 1998, n. p.)

Apesar da nova Constituinte ter como base um programa governamental com total participação popular, alicerçado democraticamente num Estado plurinacional, tal ideologia nem chegou perto de ser efetivamente implementada. Aos poucos, percebia-se, através da proximidade de Chávez com o presidente Fidel Castro, que a Venezuela, assim como Cuba,

dirigia-se para o chamado “Socialismo do século XXI” (MIRANDA, 2015, p. 15), um modelo político repleto de clientelismo e privilégios dos militares, promovendo um Estado autoritário e militarista.

Embora o governo de Chávez tenha se mostrado num primeiro momento um modelo democrático e com um capitalismo mais humano, retirando 86% da população abaixo na linha da pobreza, a aproximação ao modelo socialista tinha a intenção de se proteger do imperialismo norte global. Essa relação Chávez e Castro gerou um forte descontentamento e medo na elite opositora, resultando em conflitos sociais que vieram a eclodir em 2002, com uma possível tomada de poder, retirando Chávez às pressas da presidência.

As forças opositoras em parceria com os serviços de comunicação da Venezuela e da elite insatisfeita orquestraram uma resistência que pretendia fazer com que Chávez renunciasse ao seu cargo. Essa tentativa de golpe não haveria de ser bem-sucedida, e Chávez voltaria ao poder dois dias após o golpe, dada sua ótima reputação com a população e com os militares.

O morro veio abaixo novamente em abril de 2002, durante o fracassado golpe de Estado que tirou o presidente Hugo Chávez do poder durante dois dias. O autoproclamado presidente de transição, Pedro Carmona, subiu ao poder apoiado por uma junta de militares, fechou o Congresso e anulou a Constituição de 1999, promulgada pelo presidente Chávez após dois anos de processo constituinte. A reação popular foi tão grande que o país precisou de uma semana para apaziguar a guerra civil que se armou nas principais cidades, em meio a enfrentamentos entre chavistas, antichavistas e policiais de todas as instâncias, e depredações e saques a supermercados e estabelecimentos comerciais. Ao final, mais de uma centena de mortos. Depois disso, a dinâmica social nunca mais foi a mesma, e o sono dos habitantes ricos e pobres de Avila, nunca tão inquietos. (UCHOA, 2017, p. 17)

Chávez deu início ao seu projeto populista, destinando grande parte dos recursos econômicos na criação de projetos sociais. Pela primeira vez na Venezuela, a população indígena, por meio da Constituição de 1999, recebia o direito a terras demarcadas. A população, que agora trabalhava 40 horas semanais, também recebia o direito à moradia, educação e sistema de saúde de qualidade. Mas o estilo intempestivo adotado por Chávez e sua ansiedade em acabar com a corrupção do país, não agradavam a elite venezuelana, tão pouco melhorava suas relações internacionais. Chávez, que já em sua reeleição não detinha grande parte dos votos, viu sua popularidade declinar.

Após a tentativa de golpe em 2002, houve um aumento na crítica do modelo de governo chavista. As reações das oligarquias que controlavam as bases do petróleo venezuelano mostravam-se descontentes, resolvendo no mesmo ano parar suas atividades. O “*Paro*

Petrolero”, que consistiu na suspensão das atividades da Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), resultou na contração do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. A inflação disparou e o desemprego voltou a assombrar o país, iniciando a carência de produtos básicos à população. Em terras de maior produção de petróleo, faltou até gasolina. O movimento “*Paro Petroleoro*” exigiu de Chávez um maior controle na PDVSA. As forças opositoras centradas na elite *crioulla* e nos partidos de oposição se mostraram ainda mais descontentes, o que evidenciou a necessidade de centrar novamente o controle do país em suas mãos. Nesse momento, o poder de Chávez já se via dividido e sua popularidade caía frente às suas ações.

Os anos seguintes não foram de grandes glórias para Chávez que, em 2007, não renovaria as concessões aos meios de comunicação, instaurando uma espécie de censura no país. Vale lembrar que no golpe de 2002 os meios de comunicação foram os principais motivadores e disseminadores das críticas sustentadas ao presidente Chávez, que se mostrava um presidente com ideais populistas e assumia gradativamente a postura de um ditador, concentrando os meios de comunicação de massa sob a tutela do governo. Em 2012, Chávez vence novamente as eleições, mas devido ao avanço de sua doença, não viria a terminar o mandato, assumindo em 2013, a figura de Nicolás Maduro, que deveria dar continuidade aos ideais de Chávez, de uma nova Venezuela, visando o antineoliberalismo e o combate à pobreza (BASTOS; OBREGÓN, 2018, p. 5).

3.3 *El empeso del fin*

A partir dos anos 1990, como resultado de mudanças nas estruturas sociais venezuelanas, os estrangeiros que residiam no país retornam aos seus países de origem, em decorrência das instabilidades políticas e econômicas que iriam assolar o país até os dias de hoje (FREITZ, 2011, p. 14-15).

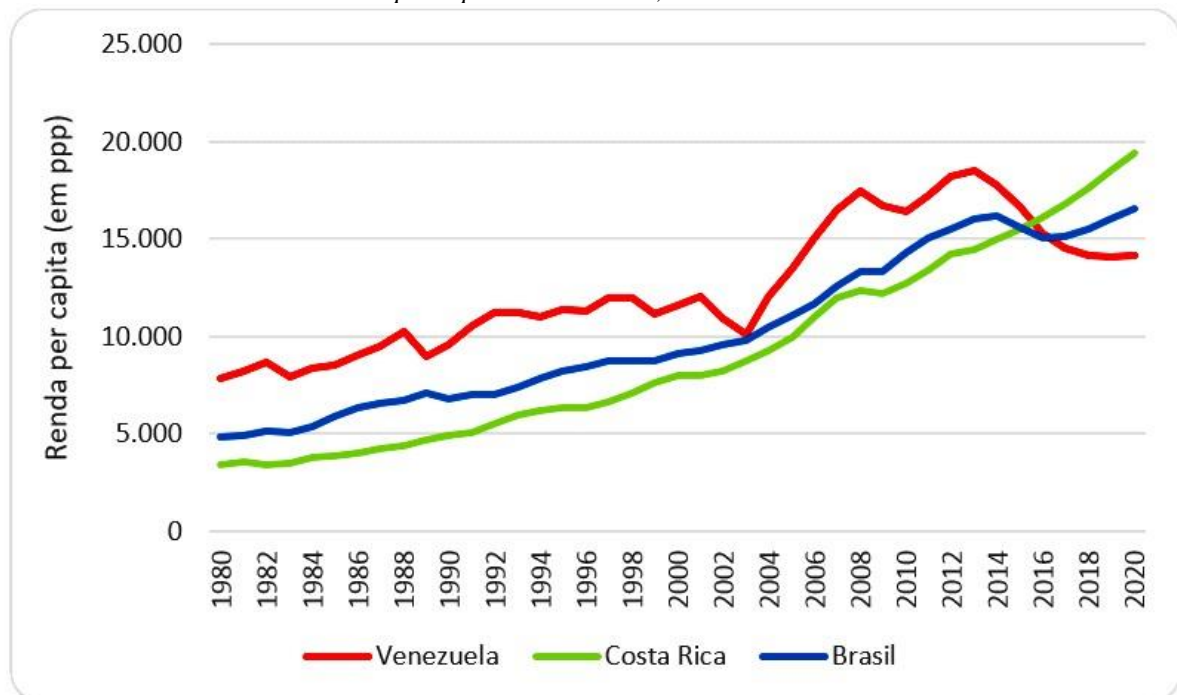
Como principal causa do declínio econômico da Venezuela, estava a oscilação do valor do petróleo no mercado internacional. Apesar do retorno econômico advindo dessa atividade ter feito com que o país se solidificasse como uma potência econômica (SANTOS, 2020, p. 36), a centralização da economia em um só produto como principal atividade do país impossibilitou o investimento no desenvolvimento da nação em outros segmentos de mercado. A forte dependência neste produto fez com que a Venezuela negligenciasse os demais setores de produção, tornando-se um ótimo importador de bens de consumo e de matéria-prima.

Em outras palavras, toda cadeia de abastecimento do país era oriunda das relações econômicas que a Venezuela mantinha com outros países, importando os bens de consumo com

os recursos advindos da exportação de seu ouro negro. Tal erro, apesar de vender a ideia de uma “*ilusión de armonía*”, escondia a instabilidade que o país enfrentava cada vez que o valor do petróleo oscilava no mercado internacional (MENDES, 2010, p. 34-35).¹²

O erro cometido na valorização de uma única *commodity*, o petróleo, que foi durante anos o responsável pelo desenvolvimento rentista do país, também foi responsável por inserir na economia elementos conhecidos da teoria da “maldição dos recursos naturais”. Aos poucos, a falta de incentivo à diversificação produtiva, a sobrevalorização da moeda nacional e a instabilidade macroeconômica levaram a população venezuelana a um empobrecimento sem precedentes, provocando uma grave crise política e econômica, graças à flutuação volátil do petróleo no mercado internacional.

Gráfico 1 – Renda *per capita* da Venezuela, Brasil e Costa Rica: 1980-2020



Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

Entre 1980 e 1990, a Venezuela possuía uma renda *per capita* acima da média de países como Brasil e Costa Rica, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Somente no ano de 1980, a renda *per capita* da Venezuela era de US\$ 7,9 mil, ou seja, os

¹² Apesar do presidente se vangloriar pela crescente economia venezuelana, os indicadores sociais mostravam que estavam muito acima da média dos demais países da América Latina. No plano econômico, a Venezuela via suas reservas econômicas deteriorarem-se, à medida que aumentava sua dependência de recursos no petróleo. O petróleo consistia em produto básico, uma matéria-prima (ou *commodity*, na linguagem das finanças), e seu valor não se fixava no mercado, o que gerava a instabilidade da economia venezuelana que na época estava investido muito em sua produção (UCHOA, 2017, p. 143).

venezuelanos possuíam a maior renda da América Latina até este momento, o que se agravaria com a crise e a desvalorização do petróleo no decorrer dos anos 1990.

Hugo Chávez, que conseguiu catalisar em seu discurso a insatisfação popular, assumiu o poder tendo que enfrentar uma crise do valor do petróleo, as instabilidades políticas internas da Venezuela e uma economia bastante fragilizada pelos gastos excessivos dos governos anteriores. Mesmo assim, a ideia de “refundação da república” rompe com as antigas estruturas internas que prevaleciam desde 1958, definindo novas regras favoráveis ao seu governo.

Ao pôr em prática uma espécie de ensaio ao modelo progressista calcado numa ideologia de esquerda e em meio a uma América Latina dominada por governos de direita e de centro-direita alinhados ao já fraturado modelo neoliberal, Chávez deu início a uma política voltada para o regionalismo, ou seja, abandonou as relações com os Estados Unidos e estreitou relações com países da América Latina ainda que de forma tímida, como veremos a seguir, graças aos alinhamentos dos países, sobretudo o Brasil e a Argentina, com as políticas neoliberais das relações com os Estados Unidos.

Há que se destacar que, no final do século XX e início do século XXI, a América Latina entra em uma nova fase de transformação econômica. Embora exista níveis pontuais de desenvolvimento, levando em consideração as especificidades de cada país, tanto no que concerne às estruturas sociais e culturais quanto nas relações econômicas com o sistema global, essa mudança é o resultado da adoção de dois modelos: o Neoliberalismo, que atuou nesse espaço, como contraponto entre crise e ascensão; e o Neodesenvolvimentismo, o qual vê o Estado como motor de crescimento que interfere ativamente nos processos de mercado. Tal processo foi o modelo que vigorou no Brasil durante o governo do Partido dos Trabalhadores (CALDERÓN; CASTELLS, 2021).

Apoiando-se na dinâmica de mercado regida pelo Estado, a América Latina vivia seus momentos finais do capítulo neoliberal dos anos 1990, partindo para o Neodesenvolvimentismo pautado no que ficou conhecido “revisão periférico”, interessante denominação de Carlos Escudé (2009, p. 37). Neste ínterim, os países latinos, apesar de considerarem o alinhamento com o Norte Global uma necessidade na obtenção de benefícios, perceberam que tal apoio acelerava uma dependência da periferia aos modelos hegemônicos.

No início do século XXI, a América Latina passa por um processo de modernização e incremento de sua competitividade na economia global. Entre os anos de 2003-2008, ocorreu o aumento do PIB americano para 4,5%. Durante este período, a Venezuela, conhecida como exemplo de má gestão econômica pela sua obsessão na produção do petróleo, cresceu economicamente.

Assim, mesmo Chávez voltando-se para as questões internas da Venezuela, promovendo diversas modificações nas estruturas sociais, sobretudo em retirar a população mais carente da linha de pobreza através de projetos assistenciais, não abandonaria a ideia de instaurar o que Guimarães (2008, p. 244) denominaria de “realismo periférico”. Uma política voltada para a adaptação das realidades dos países periféricos e a construção de um polo regional alternativo de poder.

Tal postura antagônica ao Norte Global, graças ao revisionismo periférico preconizado pela Venezuela, necessitou de Chávez uma mudança nas relações com outros polos de poder. Em outras palavras, abria-se a necessidade de construir um novo modelo de integração regional capaz de fortalecer a América do Sul. Assim, Chávez, que se considerava um peronista nato, iniciava sua aliança com países como Cuba, fortemente comandado pelas forças de esquerda da figura de Fidel Castro.

Não podemos negar que o vislumbre de Chávez em romper com a “unidade hemisférica” foi uma contribuição venezuelana para agregar a região a um polo alternativo de poder, porém o que parecia uma ascensão do país como potência periférica culminaria nas sanções impostas pelos Estados Unidos no governo de Maduro. Nas palavras de Guimarães (2008, p. 244):

O revisionismo consiste aqui em tomar a unipolaridade como ‘*status quo*’ insustentável e/ou insuportável, e que supõe certo tipo, algo aguerrido, de unidade sul-americana, composta com alianças externas pertinentes. (No quadro das acusações habituais americanas, o Irã aparece como esse aliado, mas a fragilidade do novo ‘polo’ é tão grande quanto a da especulação propagandística. A China também é citada, mas decerto não se envolveria em aliança que se mostraria hostil aos Estados Unidos).

Eleger os Estados Unidos como inimigos da nação e de seu desenvolvimento e apostar numa multipolarização com os países latinos foram também uma tentativa de reduzir o relacionamento bilateral Venezuela-Estados Unidos. Tal postura pode ser vista durante o 11 de setembro nos Estados Unidos, quando Chávez declarou, no Palácio Miraflores, que a postura de George W. Bush, então presidente dos Estados Unidos, se aproximava de uma postura intervencionista, com fortes indícios de derrubá-lo do poder.

Na visão de Chávez, era necessário neutralizar as ações golpistas da direita e bloquear, na medida do possível, as ações estadunidenses junto a essa oposição. Chávez viu a necessidade de não apenas fazer da Venezuela um país mais ativo no cenário internacional, mas de reposicionar sua visão opositora à hegemonia norte-americana, adotando uma política de confrontação com os Estados Unidos, que ficaria visível com a chegada de Barack Obama à

Casa Branca, em 2009, rompendo definitivamente com as relações de dependência e subserviência com o país do Norte.

A partir do distanciamento com os Estados Unidos, a Venezuela, além de voltar-se para as relações com a América Latina, traçou o plano de alinhar-se com os países considerados párias à nação hegemônica. Estreitando relações com países rivais estratégicos dos Estados Unidos, reflexo da política revisionista de Chávez, a Venezuela passou a estreitar alinhamento com a Rússia, o Irã, Bielorrússia, China, Vietnã e Malásia, através da exportação de seu único produto nacional: o petróleo.

Porém, a formação de coalizões e alianças opositoras aos interesses de Washington tomou dois rumos em sua política. Ao proporcionar um novo mercado rentista de relações, apesar dos lucros que solidificaram a Venezuela, também se tornaria uma espécie de pesadelo venezuelano acirrando ainda mais as disputas com os Estados Unidos.

Entre a Venezuela e a Rússia, por exemplo, foram estreitadas relações no âmbito armamentista. Grande exportadora de armamentos, a Rússia tornou-se a melhor opção para a Venezuela diante do embargo de exportações de produtos bélicos e aeronaves, imposto pelos Estados Unidos, assim firmando o contrato de aquisição no valor de US\$ 4 bilhões para a compra de caças, helicópteros e cerca de 100 mil fuzis Kalashnikov. Entre 2007 e 2010, a Venezuela também iniciou uma cooperação para o desenvolvimento da primeira usina nuclear do país, voltada para fins pacíficos, de acordo com os dois países. A Venezuela também se alinharia à Rússia na realização de exercícios militares para coibir a instalação de uma base antimíssil no Leste Europeu pelo presidente George W. Bush, o que a Rússia considerava uma ofensa inaceitável.

Já os acordos com o Irã fizeram a Venezuela começar a exportar a partir de 2009. Foram 20 mil barris de gasolina por dia ao país, já que o Irã só exportava apenas o produto em seu estado bruto, devido a sua pouca capacidade de refinamento. A Venezuela, através de sua PDVSA, também teve permissão para participar na exploração do campo iraniano de gás Pars do Sul, um dos maiores do mundo, dando ao Irã capacidade de sobreviver mesmo com as sanções econômicas dos Estados Unidos.

As relações com a China passaram a ser vistas pela avaliação do Palácio de Miraflores como um mercado alternativo importante para o petróleo venezuelano. De fato, as estratégias de ligação entre Caracas e Pequim viabilizaram aos venezuelanos grandes investimentos advindos da grande potência econômica emergente, capaz de assumir em 2010 um forte parceiro econômico venezuelano. A parceria proporcionou à China a exploração de 450 barris

de petróleo por dia e consentiu que empresas chinesas investissem na instalação de refinarias, interferindo também, na logística e transporte do petróleo venezuelano.

Considerada o maior polo de relações econômicas com a Venezuela, a China fez com que Chávez revisse o valor do barril no mercado internacional, reduzindo em até 20% seu valor para continuar exportando para o país oriental. Devido aos gastos operacionais e à logística em decorrência da distância entre os dois países, o petróleo venezuelano saía caro aos chineses. A Venezuela, necessitando da parceria firmada em relação a sua falta de infraestrutura e solidez econômica, adaptou-se às exigências e necessidades de seu parceiro.

É importante frisar que a Venezuela foi o principal país que atuou na criação do cartel que garantia a estabilidade e o alto valor do petróleo em âmbito mundial e dava à OPEP¹³ uma grande influência a fim de garantir o fornecimento eficiente e regular deste recurso aos consumidores, proporcionando uma renda estável aos produtores.

Indignados com o crescimento das relações entre Venezuela e os países opositores aos Estados Unidos, este lançou-se numa disputa ofensiva política na América Latina, na oferta clara de acordos bilaterais e de vantagens aos países mais pobres da região. O presidente Bush, que considerava a postura da Venezuela uma afronta à hegemonia estadunidense, criava uma estratégia que minaria o fortalecimento da Venezuela na América Latina, plano que foi interrompido pelas eleições de 2009 no qual ascendia ao poder a figura de Bill Clinton.

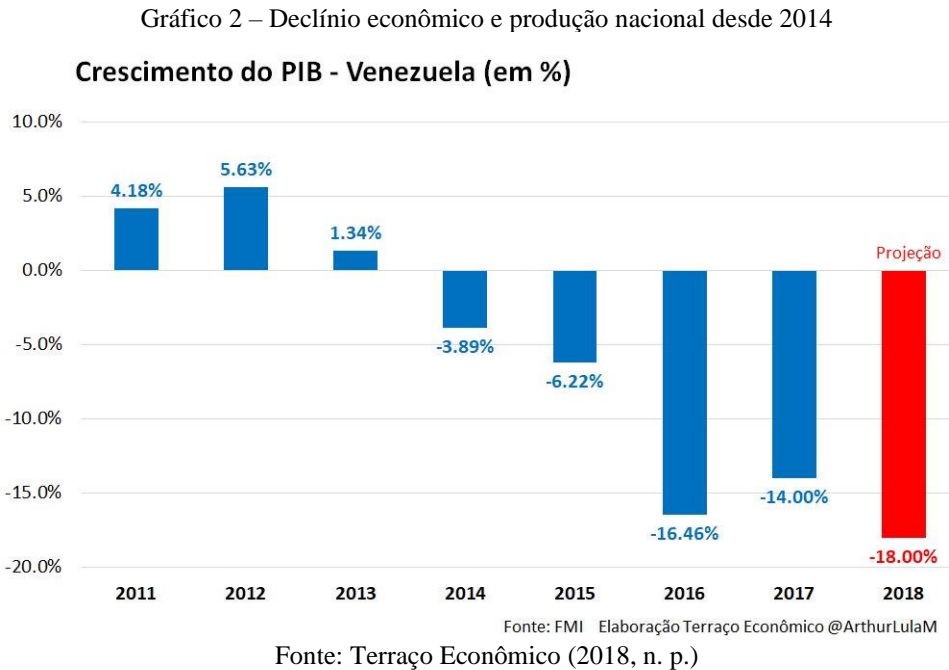
Chávez viu na figura de Clinton um tom mais conciliador, chegando a tecer a vontade de respeitar a postura opositora que mantivera com o governo anterior. Porém, uma série de fatores conjunturais, entre eles a crise econômica mundial de 2009, que causou uma forte retração nos preços internacionais do petróleo, dificultaria os planos de Chávez em decorrência das mudanças nas agendas de ambos os países.

Um dos incômodos entre Chávez e os Estados Unidos foi justamente a aproximação com os demais países da OPEP e o estabelecimento de ações conjuntas capazes de impedir a queda dos preços internacionais do petróleo. Tal política foi o principal ponto da diplomacia de petróleo a incomodar os Estados Unidos, que viu nas articulações com o Iraque de Saddam Hussein e com outros países da OPEP uma postura autônoma ao país hegemônico.

Até então, os lucros advindos do petróleo no governo de Chávez, apesar de algumas flutuações, geravam frutos consideráveis ao país. Um exemplo importante foi que mesmo com a crise da PDVSA, os dez primeiros anos do governo chavista foram beneficiados pela alta dos

¹³ A Organização dos Países Exportadores de Petróleo é uma organização intergovernamental de 13 nações, fundada em 15 de setembro de 1960 em Bagdá pelos cinco membros fundadores (Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela), com sede desde 1965 em Viena, na Áustria.

preços do petróleo, o que o tornou o presidente cujo mandato registrou o maior PIB da economia venezuelana desde a inauguração de *Punto Fijo*, como mostra o gráfico 2 abaixo marcando os anos de 2010 até o início da queda *per capita*.



Mesmo assim, a Venezuela ainda consistia em um país dependente dos Estados Unidos. As relações instáveis entre ambos os países viriam a ocasionar, na República Bolivariana de Chávez um desabastecimento de produtos básicos, que até hoje conhecemos. O problema maior da Venezuela era a sua base alimentar, o que justificava a relação de dependência aos Estados Unidos no que concerne às importações de itens alimentícios. Deficitário na produção de tais itens, entre os anos de 2004 e 2008, o país teve que enfrentar ainda uma alta dos preços internacionais dos alimentos, por conta de um grande aumento da demanda em várias partes do mundo. Com os contratos mais complexos, junto com a pressão inflacionária no país e o congelamento de preços para evitar a perda de poder aquisitivo das classes mais pobres, faltaram alimentos nas prateleiras das principais cidades venezuelanas, especialmente entre 2007 e 2009.

Em setembro de 2008, a Venezuela importou cerca de um bilhão de dólares em produtos americanos, e no mês seguinte, um bilhão e quatrocentos milhões, e em novembro, o que corresponde a um recorde de importações de acordo com os dados do *site* do *US Census Bureau*. É importante frisar que mesmo com a expulsão do embaixador americano em Caracas, Patrick Duddy, sob os gritos do presidente chamando o diplomata de “ianque de merda”, as relações

econômicas não viriam a sofrer nenhuma retaliação e a Venezuela continuaria importando mercadorias dos Estados Unidos, mesmo com uma crise já instaurada entre os dois países e a Venezuela sofrendo uma inflação interna.

Porém, a crise se acirraria ainda no governo de Bush com a implantação de algumas sanções à Venezuela. Deficitária não só de produtos alimentícios, a Venezuela dependia dos Estados Unidos até para obter itens ligados à tecnologia e produtos derivados de petróleo, aço, materiais plásticos e automóveis. Um exemplo importante foi o embargo pelos Estados Unidos para a venda de aviões civis e militares e de peças para a indústria da aviação venezuelana. Tal embargo foi tão rigoroso que até mesmo empresas brasileiras, como a Embraer, que produziam aviões com componentes americanos foram proibidas de vender aviões para a Venezuela. Essa atitude aproximou a Venezuela de outros países produtores como a Rússia, por exemplo, como já vimos, que foi nessa época o principal fornecedor de materiais bélicos militares à Venezuela.

O aumento de desafetos por parte de Chávez com a política de Washington culminaria na consolidação de sanções mais profundas entre os dois governos. A história do bloqueio começa em dezembro de 2014, com Maduro no poder da Venezuela e Obama no comando dos Estados Unidos. Tais sanções visavam impedir que Maduro lucrasse com a mineração ilegal do ouro e com as operações estatais do petróleo, bem como a compreensão por parte dos Estados Unidos de que a política de Nicolás Maduro se configura em criminosa e uma ameaça aos Direitos Humanos, fez com que o congresso dos Estados Unidos aprovasse a Lei de Defesa dos Direitos Humanos na Venezuela n.º 113-278, a qual previa sanções contra os venezuelanos.

Em 2015, Obama assinaria a Ordem Executiva n.º 13.692, que declarou o país latino uma ameaça para a segurança nacional dos Estados Unidos e demais nações. Com uma popularidade bastante complexa que se diferencia de Chávez, Maduro só veio a sofrer mais bloqueios, inclusive de outros países, liderados pela Casa Branca, União Europeia, Canadá e Reino Unido, segundo dados de levantamento da ONG Sures (GIMÉNEZ, 2019).

A Venezuela passa a registrar uma redução de 99% nos seus ingressos em moedas estrangeiras, saindo de US\$ 56 bilhões para US\$ 400 milhões, o que resultou na perda de seu poder de compra. Num país onde cerca de 80% do consumo interno é suprido com produtos importados, perder poder de compra tornou-se automaticamente um problema no abastecimento nacional. Somente da Europa, as importações caíram 65% de 2015 para 2019 (MELLO, 2020).

O custo das sanções à Venezuela, correlatas à dificuldade do poder de compra de peças a manutenção da infraestrutura no refino do petróleo, fez com que a produção diminuísse cerca

de 60%. Os rendimentos do setor caíram e o carro-chefe da economia venezuelana teve um declínio para US\$ 8,7 bilhões em 2018 em contraposição aos US\$ 16,16 bilhões em 2015.

Tais embargos enfraqueciam Maduro, prejudicando a população e intensificando o drama humanitário que assola a Venezuela até então. Por conta das sanções que consistiram também no bloqueio de compra do petróleo da estatal PDVSA, o governo norte-americano congelou os fundos internacionais da Venezuela em pelo menos cinquenta bancos e instituições financeiras. Tais amarras resultariam à população desemprego, fome, desabastecimento de água e luz, falta de saneamento básico, escassez de medicação e um retrocesso no sistema de saúde.



4 AS RELAÇÕES BRASIL E VENEZUELA: DA PASSIVIDADE À FUGA DE VENEZUELANOS PARA O BRASIL

No encaixo do fenômeno da migração venezuelana para o Brasil, incorre-se no conhecimento dos aspectos políticos que marcaram estes anos de intenso fluxo. Tal importância de entendimento surge no âmbito das relações bilaterais entre os dois países vizinhos, que iniciaram de forma gradativa entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e se consolidaram a partir da entrada do Partido dos Trabalhadores (PT), nos anos de 2003 a 2016.

Durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), as direções políticas mantinham uma relação pacífica, pois o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) compartilhava da mesma popularidade de Hugo Chávez, com um programa fortemente calcado em sua figura populista carismática e na crítica ao neoliberalismo, evidenciando sua preocupação com as massas trabalhadoras. Contudo, nos anos que seguem a marca de 2016, as disputas internas de cada país e a ascensão de forças opositoras forçaram um distanciamento entre as nações que se intensificaram a partir da crescente demanda de nacionais venezuelanos entrando no Brasil, que obteve uma resposta coercitiva para o fluxo.

A Venezuela e o Brasil desfrutam de uma larga região fronteira com mais de dois mil km de extensão (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2021, p. 3). Esta área possui amplos recursos naturais, como minério, bacias, solos agricultáveis e uma vasta biodiversidade. O eixo Orinoco-Amazonas é uma região estratégica para a união dos dois países, pois contempla a maior faixa petrolífera das Américas, porém possui uma baixa ocupação populacional e de difícil acesso (PADULA, 2014, p. 34).

No que tange às relações políticas, os dois países presenciaram diferentes fases de relacionamento. Durante a rígida Doutrina Betancourt, instaurada pelo Pacto de *Punto Fijo*, Brasil e Venezuela mantinham certo distanciamento nas agendas. A Doutrina, que trouxe para a Venezuela a estabilidade democrática, contrapunha-se ao governo militar brasileiro, na época marcado pelos processos ditatoriais. Além das diferenças entre os modelos políticos, os dois países também se distanciavam nos aspectos econômicos. A Venezuela se direcionava economicamente para a região do mar do Caribe e o Brasil concentrava sua economia entre as regiões Sul e Sudeste, deixando de lado as zonas fronteiriças da região Norte do país.

As dificuldades em acessar parte da extensão fronteiriça, composta pelo trecho da BR-307 precariamente asfaltado, impossibilitavam a viabilidade de trocas comerciais. A única área viável à circulação estava localizada em parte da zona urbana entre os municípios de Pacaraima, no estado de Roraima, região norte do Brasil, e Santa Elena de Uairén, no estado bolívar – Venezuela. As regiões dividem, até hoje, uma fronteira com distância de 17 km, interligada pelas rodovias BR-174 e Troncal 10.¹⁴

Seria a partir do ano de 1997, marco da instabilidade econômica em toda a América Latina, que o Brasil e a Venezuela passaram a dividir recursos ligados à indústria de energia elétrica. Iniciou-se a construção de uma base de agendas e estruturas de cooperação, ainda que timidamente, entre os dois países. Neste ano, o então presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (PMDB), em parceria com o presidente Rafael Caldera (Venezuela), assinaram um acordo de investimento de US\$ 400 milhões para instalar 700 quilômetros de torres, postes e cabos de transmissão de energia elétrica ligando a central de Macagua II, no fenomenal complexo de Guri, à capital Boa Vista, passando por esta linha cerca de 200 *megawatts* de energia diariamente (UCHOA, 2017, p. 201). Essa parceria possibilitou ao Brasil uma economia de US\$ 120 milhões por ano. Nascia a linha de transmissão Guri-Boa Vista, uma sociedade entre a Eletronorte e a Empresa de Energia Elétrica da Venezuela (Edelca), para que o país fornecesse energia ao estado de Roraima¹⁵ (AGUIAR, 2011, p. 60-61).

Esta década também é marcada pela entrada ilegal de brasileiros em terras venezuelanas para trabalhar nas zonas de garimpo nacional, na extração de ouro, impactando na criminalidade e no desmatamento ambiental (CERVO, 2003, p. 174). Tal zona fronteiriça era constantemente marcada pela ação de traficantes cuja violência exacerbada primava pela lógica dos “*sujetos endriagos*” (VALENCIA, 2010), e na dialética do matar e morrer. A solução para a questão veio através do encontro diplomático entre os presidentes Rafael Caldera (Venezuela, 1994-1999) e Itamar Franco (Brasil, 1992-1994). Os esforços conjuntos resultaram no principal marco contemporâneo da cooperação bilateral Brasil-Venezuela, o Protocolo *La Guzmanía*¹⁶.

O ex-presidente Rafael Caldera pode ser considerado o precursor das boas relações entre o Brasil e a Venezuela. Foi ele quem assinou, junto com o então

¹⁴ BR-174 liga Manaus, Boa Vista e Venezuela. Iniciada em 1970, sua conclusão foi feita somente no ano de 1998. Tronca-10, interliga Pacaraima, Santa Elena e Ciudad Guyana.

¹⁵ O abastecimento contempla a área do estado de Roraima que está desconectada do Sistema Interligado Nacional.

¹⁶ O Protocolo de La Guzmanía foi um documento assinado em março de 1994. De natureza política, definia a orientação da relação bilateral a partir deste documento. Durante encontro os Presidentes Rafael Caldera e Itamar Franco, discutiram os temas que representam novos desafios políticos, econômicos e sociais para os dois países (VISENTINI, 1995).

presidente brasileiro Itamar Franco, em março de 1994, o Protocolo de La Guzmania, no litoral central da Venezuela. Todos os grandes negócios bilaterais — a construção de uma rodovia ligando Manaus a Caracas, a interligação energética, a intenção de cooperar no setor siderúrgico e petroleiro — de alguma maneira se relacionam com esse protocolo. Ele estabeleceu mecanismos periódicos de consulta mútua, que desde então tem-se realizado com frequência e rendido bons resultados. Antes de La Guzmania, Brasil e Venezuela tinham apenas um tratado de livre navegação, firmado em 1859 pelo presidente venezuelano e o imperador brasileiro. (UCHOA, 2017, p. 237)

O documento ressalta a necessidade de se consolidar uma democracia na América Latina, promovendo um desenvolvimento econômico com medidas para combater a pobreza e a desigualdade social. Entre Brasil e Venezuela, ficava estabelecido, por meio da Comissão Binacional de Alto Nível, entre os chanceleres dos dois países, investimentos econômicos nas áreas de fronteira, mineração, combate conjunto ao narcotráfico, demarcação das fronteiras, levantamento cartográfico, cooperação ambiental e ligação hidrográfica no eixo Amazônia-Orinoco, aumentando o transporte terrestre e fluvial. Abria-se, portanto, uma nova agenda baseada em ações fronteiriças com o estímulo do comércio, investimento empresarial, e outras ações (CERVO, 2003, p. 175).

4.1 A construção de pontes nas relações Brasil-Venezuela nos governos Lula e Dilma

Quando Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assumiu a presidência do Brasil em 2003, as relações entre Brasil e Venezuela se estreitaram. Tanto Lula quanto Chávez subiram ao poder identificando-se com o espectro político de esquerda, ideal que visionava romper com o vazio deixado pelos antigos governos neoliberais, reafirmando a necessidade de unir-se por meio de projetos sociais, políticos e econômicos que favorecessem as camadas mais populares, diminuindo as desigualdades sociais que assombravam a América Latina como um todo.

Apesar da criação destes programas assumirem em um primeiro momento um caráter assistencialista, dando ênfase ao enfrentamento da fome, eles também objetivavam efeitos a longo prazo, focando no acesso à educação, saúde, moradia e geração de empregos. Os programas do governo de Lula geraram uma grande mudança na sociedade brasileira. Houve aumento na renda da classe trabalhadora, que diminuía a distâncias das classes D e E das classes A, B e C, aumentando seu poder de compra e o acesso à educação, tanto nas instituições técnicas quanto nas universidades públicas e particulares.

O Brasil passava a aderir uma política externa com ênfase na coalizão SUL-SUL, enfatizando a necessidade de se concentrar forças estrategicamente econômicas que partissem

da América do Sul e que criticavam a interdependência Norte Global (CERVO, 2003, p. 173). Junto com a Venezuela, que cada vez mais assumia uma posição retórica aos Estados Unidos, o Brasil fortalecia a política externa de seu vizinho apostando no eixo Argentina, Brasil, Venezuela, em contraponto ao eixo liberal Chile, Colômbia e Peru (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2021, p. 24).

A Venezuela deixava a Comunidade Andina de Nações (CAN) e se aproximava do acordo do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Destaca-se que o país já havia manifestado a vontade de ingressar no Mercosul desde 1995, mas sua entrada foi somente concluída em 2012, muito pela força carismática do presidente Lula, pois a adesão da Venezuela ao grupo não era uma unanimidade entre os países que compunham o bloco (VESENTINI, 2013, p. 72). O Brasil sofreu duras críticas com o apoio à adesão da Venezuela ao Mercosul, pois a entrada do país vizinho não obteve a anuência do Paraguai, violando assim, a normativa regional a qual previa para cada nova adesão uma decisão unânime entre os membros (SLOBODA, 2016).

Durante estes anos, a Venezuela entendeu que a aproximação com o Brasil era uma parceria fundamental para seu desenvolvimento. Além da relação diplomática e do alinhamento de críticas à Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), ampliavam-se as relações econômicas, o que favorecia os dois países. Além da cooperação entre a Petrobras e a PDVSA, expandiam-se as exportações entre os países, beneficiando o Brasil na consolidação dos investimentos internos.

É importante destacar que apesar das pontes de estreitamento entre Brasil e Venezuela estarem sólidas devido à amizade e ao respeito de ambos seus governantes, o governo de Lula se diferenciava das aspirações políticas de Chávez, que se mostrava cada vez mais um socialista do século XXI. Luís Inácio pautou seu governo no que conhecemos hoje como uma política desenvolvimentista, ou seja, apesar de intensificar os programas sociais, medida esperada pelo Partido dos Trabalhadores, voltando-se para atender as necessidades das camadas menos abastecidas do país, do ponto de vista político o padrão foi exatamente o mesmo observado ao longo dos anos 1990, não havendo uma ruptura drástica com os governos anteriores, mantendo-se um governo centralizado no Estado e nas políticas de competitividade do mercado (CALDERÓN; CASTELLS, 2021).

Durante a campanha eleitoral, Lula já dava indício de que não mexeria nos rumos da política econômica contida na Carta ao Povo Brasileiro, tornada pública em junho de 2002. O documento prometia manter o superávit primário do orçamento público para garantir recursos para o pagamento da dívida do governo. Lula também apoiou o acordo firmado por Fernando

Henrique Cardoso com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e prometeu manter a estabilidade da economia, conquistada nos anos anteriores (ALMEIDA, 2011).

Sob o tom das relações, Lula soube conversar com a oposição, adotando uma política mais flexível, muitas vezes aconselhando seu companheiro Chávez a adotar a mesma retórica. Em outras palavras, destaca-se que apesar dos dois governos alicerçarem-se sob o espectro do socialismo, Lula adotou uma política menos agressiva, com coalisões e continuidades – sem abandonar o caráter fundamental de sua proposta de governo que consiste em executar o programa de combate à desigualdade, confeccionando assim, uma nova via ideológica de união de bandeiras e alinhamento com opositores que parecia não combinar com o modelo socialista do século XXI de Hugo Chávez (BACOCINA, 2007). Desta forma, o conceito de Neodesenvolvimento fez-se importante para caracterizar a política do PT no Brasil, uma vez que esta, pode-se dizer, se distancia de algumas características socialistas, promovendo um governo populista, de esquerda e democrático (SINGER, 2009).

Foi também durante o governo do PT que o Brasil passou a receber algumas das nacionalidades que hoje configuram as novas migrações do século XXI. Na época da inauguração de Lula da Silva, o Brasil contava com cerca de 95 mil imigrantes em seu território (UEBEL, 2015), com ingressos anuais entre 30 e 45 mil imigrantes até 2010, segundo dados da Polícia Federal (BAENINGER; MESQUITA, 2016). O motivo de tal aumento é justificado pela ótima relação da política externa do país, com projeções espacialmente definidas à América Latina, Caribe, África, Oriente Médio e Sudeste Asiático, cujas regiões foram negligenciadas por administrações anteriores (CERVO; BUENO, 2015). Sobre o seu posicionamento, pode-se destacar em sua fala no Conselho de Direitos Humanos na ONU em junho de 2009:

No Brasil, nós acabamos de legalizar centenas de milhares de imigrantes que viviam ilegalmente no país. Para dar uma resposta, um sinal aos preconceituosos, aqueles que imediatamente querem encontrar os responsáveis pela sua própria desgraça, o seu desemprego. (LULA, *apud* UCHOA, 2009)

E prossegue:

[...] mostrar aos líderes dessas grandes economias a contrariedade do Brasil com a política dos ricos com os imigrantes [...]. Trabalho e dignidade para o imigrante é a resposta que o Brasil dá à intolerância dos países ricos. [...] A crise financeira, que nasceu da desregularização das economias mais ricas, não será pretexto para incentivar o descumprimento das obrigações de cada Estado com a promoção e proteção dos direitos humanos. Tampouco deve

conduzir a que sejam descumpridos compromissos com os mais necessitados (LULA, *apud* UCHOA, 2009).

Dessa forma, as migrações internacionais durante a administração de Lula da Silva ganharam uma retórica de direitos humanos, combinadas ao próprio discurso antineoliberal do seu partido. As crises econômicas, o desemprego e a xenofobia, bem como a desestruturação social dos imigrantes, foram as bandeiras levantadas pelo governo lulista, no qual foi possível observar uma postura crítica aos países que erguiam barreiras contendo os fluxos de migrantes (UEBEL; RANINCHESKI, 2017).

Seu discurso presidencial voltou-se para o tema das fronteiras, destacado especialmente na criação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), cujas estruturas estavam pautadas em quatro diretrizes: 1) fortalecimento institucional; 2) desenvolvimento econômico integrado; 3) cidadania; e 4) marco regulatório, que se destacou entre todas as políticas públicas para a faixa de fronteira já realizadas pelo Brasil, uma vez que enfatizara a cooperação com os países vizinhos (SCHERMA, 2016, p. 69).

Nesse diapasão, uma nova versão da Política de Defesa Nacional revia o papel das fronteiras levando em conta o desenvolvimento brasileiro, integrando elementos de geopolítica regional, segurança nacional, defesa, controle migratório e crescimento econômico. Assim, grupos migratórios, beneficiados pelo *status* de refúgio, lograram uma política de reassentamento sustentado dentro do território brasileiro, este revisto pelo novo Ministério da Integração Nacional como um grande quadro para a realização de políticas do governo federal (UEBEL; RANINCHESKI, 2017).

Incentivados pela atuação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, novos rostos tomaram as ruas do Brasil a partir de 2010. Haitianos e dominicanos buscaram no Brasil a proteção defendida por Lula, a respeito de suas posições de sujeitos de direitos cujos países cerceavam, colocando-os numa posição de rompimento dos Direitos Humanos. Para Uebel e Ranincheski (2017), esse movimento migratório foi caracterizado pela retomada da altivez internacional e humanitária de Lula e o combate ao fechamento das fronteiras alinhado à garantia de proteção dos migrantes em terras brasileiras, política que seria posta em continuidade no governo de Dilma Rousseff.

Para Uebel e Ranincheski (2017), a filha de um imigrante da Bulgária assumiria o lugar de seu mentor no Partido dos Trabalhadores, em janeiro de 2011, tornando-se a primeira mulher presidente do país, criando – sob sugestão da ONU e OIM – a categoria de visto especial humanitário, a fim de atender a migração em massa de haitianos que se erguiam sob o *status* de

refugiado, o qual não apresentava as condições estabelecidas nas convenções internacionais de Genebra e Cartagena.

Pode-se entender esta criação do visto humanitário, portanto, como a primeira tentativa governamental brasileira, desde o fim das políticas coloniais do Império (SEYFERTH, 2002), de criar-se uma política imigratória nacional (PIN), especialmente quando se considera a ocorrência de dois booms imigratórios em um período de quatro anos. (UEBEL; RANINCHESKI, 2017)

A criação de uma PIN repercutiu em âmbitos municipais e regionais com o apoio do Itamaraty e consolidou-se na 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR), realizada na cidade de São Paulo em junho de 2014. Tal conferência visava definir as políticas estratégicas governamentais, tanto para municípios como para estados, pautadas em uma normatividade judicial, criando um Caderno de Propostas Nacional (BRASIL, 2014), documento que mais se aproximou até o momento no Brasil de uma nova política imigratória nacional. Todavia, alguns fatores levaram à interrupção desta Estratégia Migratória Nacional, aparentemente positiva à inserção estratégica do Brasil, sendo a de maior importância a paralisação do governo Rousseff com os protestos e manifestações nacionais, quase que diários, que culminaram no início do processo de *impeachment* no segundo semestre de 2015.

Figura 3 – Pannel de políticas migratórias nos três governos



Fonte: Uebel e Ranincheski, 2017

4.2 Anos difíceis para o Brasil e Venezuela: *impeachment* e o falecimento de Chávez

O ano de 2013 foi bastante complexo para ambos os países. Na Venezuela, ascendia ao poder a figura de Nicolás Maduro, por meio de eleição, após a morte de Hugo Chávez. No Brasil, um ciclo de protestos eclodiu em junho, reunindo pautas que iam desde a deterioração do transporte público às críticas a respeito da corrupção e dos gastos abusivos da Copa do Mundo (MACHADO, 2019, p. 20). Tais fatos representam uma virada ideológica no Brasil, em que toda a sociedade, indiferente de classes, unia-se através de uma lógica de lutas pré-figurativas (MACHADO, 2019, p. 21), para colocar em prática a sociedade que desejavam.

É consenso para alguns teóricos ligados ao estudo das políticas internas brasileiras que, apesar da ascensão econômica brasileira ter favorecido as massas, elas se construíam como um povo mais crítico e consciente de suas necessidades. As manifestações de 2013 foram o resultado dessa consciência, quando se viu nas ruas o protesto das classes que haviam sido beneficiadas pelos programas de assistência do governo petista, clamando por mudanças mais radicais (MACHADO, 2019, p. 22).

Apesar do descontentamento das elites ao governo Lulista, que criara um Brasil em que pobres, negros e indígenas agora acessavam o ensino superior, diminuindo as distâncias entre as classes, o PT criara filhos rebeldes, incentivando multidões a reivindicar por seus direitos. Assim, o povo saiu às ruas criticando as lacunas e contradições deixadas pelo governo, como, por exemplo, as obras da Copa (MACHADO, 2019, p. 30).

Os preparativos para a Copa de 2014 colocariam o Brasil no rol das nações emergentes que escancarou as vulnerabilidades da população. A revolta do aumento das passagens no transporte público protestava, sobretudo, contra as precariedades que o povo enfrentava diariamente ao utilizar os serviços de transporte. Não se tratava somente dos 20 centavos a mais no valor das passagens, mas sim, de um conjunto de fatores que descontentava a população do país (MACHADO, 2019).

A mídia mudava seu discurso paulatinamente, dando um caráter positivo aos movimentos contra o governo. Nesse processo, observava-se também um crescente apartidarismo nos movimentos. Órfãos de governabilidade, caracterizado principalmente por uma juventude que desconhecia a trajetória de lutas do Partido dos Trabalhadores e que assumia um discurso moralista, democrático e anticorrupção. Para esses jovens, o PT representava a

situação, a ordem e o *stablishment* do poder, e por esta razão era considerado corrupto (MACHADO, 2019, p. 91).

Em 2014, a então presidente Dilma Rousseff (PT) era reeleita, porém com uma pequena margem de votos. Em 2015, novos protestos ocorreram, desta vez encabeçados pelo Poder Executivo de oposição e por uma classe média abastada, insatisfeita com as novas leis do trabalho doméstico e com a ocupação das camadas mais baixas nos locais ditos de elite (SANTOS, 2020). Dilma, acusada de ter praticado pedaladas fiscais, via seu mandato abalado e um possível pedido de *impeachment*. O afastamento do cargo da presidente Dilma ocorreu em agosto de 2016 e, por consequência, seu vice-presidente, Michel Temer (PMDB), assumiu o cargo até as eleições de 2018. O Brasil agora se mostrava um país bastante polarizado, com uma massa calcada nas ideologias moralistas, anticorrupção e anti-PT, que culminaria na ascensão da extrema-direita e no rompimento total das relações Brasil/Venezuela.

4.3 A ascensão de Maduro e a primeira onda de migrantes venezuelanos no Brasil: uma migração qualificada

Com a ascensão de Maduro ao poder por meio de uma eleição bastante turbulenta, acirrou-se ainda mais a tensão entre a Venezuela e a política internacional. Maduro, que deveria representar a força populista de Chávez, se mostrou um grande ditador e fez com que as relações com os Estados Unidos, que já não eram favoráveis durante o governo chavista, ficassem ainda mais abaladas.

Apesar das alegações de fraude da oposição na eleição de Maduro, este subiu ao poder, procurando pôr em prática seu plano de governo que seguia a mesma linha de Chávez: a implantação do socialismo do século XXI, aumento da produção de petróleo, fim da miséria e a criação de polos produtores especiais. No entanto, a atual situação do país já apresentava declínio, acentuando-se com uma crise de desabastecimento, crise no setor elétrico, hiperinflação, desvalorização do câmbio e queda do PIB.

A figura de Maduro só veio a piorar a situação ao reduzir preços por ordem presidencial, ocasionando o fechamento de vários comércios. O presidente também aprovou sua própria Lei Habitante, que lhe deu o poder de legislar por decreto por um ano. Tal poder limitou os lucros do empresariado, estabeleceu um teto para os aluguéis, fixou preços de automóveis e concedeu, apesar dos problemas econômicos, promoções às Forças Armadas. Desde então, a Venezuela está imersa em uma crise política com conflitos violentos que se intensificaram a partir de 2014 (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

A forte dependência da economia venezuelana com a produção de petróleo, um erro cometido desde o início do século XX, proporcionou uma grande oscilação na inflação interna, que durante todos esses anos foi controlada, tendo altos e baixos. Porém, quando em 2014 o preço do barril de petróleo caiu, a crise se aprofundou ainda mais (BASTOS, OBREGÓN, 2018). No plano político, a crise se agravaria após as eleições parlamentares de 2015, em que a maioria dos eleitos foi da Mesa da Unidade Democrática (MUD)¹⁷. Com isso, o chavismo perdia a hegemonia no Legislativo, o que dificultou a governabilidade de Maduro, visto que todas as propostas normativas do governo foram rejeitadas. A polarização do país em dois eixos – chavistas e antichavistas –, além dos baixos índices socioeconômicos, acarretou uma alta nas taxas de criminalidade e violência institucional (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

A Venezuela, portanto, para Laura Gamboa (2016, p. 57), seria um caso de perfeita erosão democrática e dos Direitos Humanos. Maduro conseguira romper de vez com o dito sistema democrático que, apesar de já se mostrar bastante dissolvido nos últimos anos de governo de Chávez, ainda obtinha uma força representativa na esfera internacional. Com Maduro, a Venezuela viu-se afundada em uma alta inflacionária, a maior da história do país, acumulando 181% de alta em produtos e serviços. Em meio a revoltas e manifestações, bem como à ofensiva violenta do estado venezuelano, a então alta comissariada das Nações Unidas, Navi Pillay, declarava o governo de Maduro violento e autoritário, cujas implicações desrespeitam os direitos humanos de seus nacionais.

‘A retórica inflamatória de todos os lados é totalmente inútil e compromete a situação tensa no país. Está na hora de todos os lados irem para além da agressão verbal e promover um diálogo significativo. Esta crise só será resolvida se os direitos humanos de todos os venezuelanos forem respeitados’.
(NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2014)

A vulnerabilidade do país se concretizou com a saída de uma pequena leva de venezuelanos deixando o país. Embora o fenômeno da migração venezuelana se avive a partir de 2016, nos anos entre 2013 e 2015 foram registrados 8.670 novos migrantes venezuelanos pela Polícia Federal cruzando a fronteira do norte do país, o que foi considerado como a primeira onda de migração, caracterizada por uma população mais qualificada.

¹⁷ A Mesa da Unidade Democrática, mais conhecida pelo acrônimo MUD, é uma coalizão de partidos políticos venezuelana fundada a nível nacional em 2008 e que agrupa os movimentos sociais opositores ao chavismo, corrente política hegemônica no cenário político do país desde a vitória de Hugo Chávez na eleição de 1998 e que é atualmente liderada pelo presidente em exercício Nicolás Maduro após sua vitória na eleição de 2013 e posterior reeleição na eleição de 2018. (WIKIPÉDIA, 2022)

Ingressaram no país cientistas, professores, estudantes de ensino superior e médicos, entre outras profissões cuja resposta foi de 48% (4.164) dos registros de vistos na Polícia Federal brasileira. No que concerne aos números por ocupações, foram quase dois mil estudantes venezuelanos registrados no Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) nesse período, correspondendo a 22% do total. Compõem ainda cerca de mil engenheiros (11,9%), médicos, cirurgiões e dentistas (8,7%), e diretores, gerentes ou proprietários (4,4%), além de várias outras ocupações associadas ao topo da hierarquia ocupacional, como economistas, químicos, físicos, geólogos e programadores.

Fortemente associada à mobilidade do capital global e às novas oportunidades, essa migração qualificada ficou caracterizada como “fuga de cérebros”. Nesse sentido, os venezuelanos que escolhiam o Brasil se deslocavam em maioria para regiões como Sul e Sudeste. Embora todos os estados tenham registrado a entrada de migrantes venezuelanos, São Paulo e Rio de Janeiro concentraram 70% dessa população, o Estado do Paraná contou com 342 registros e o Estado do Rio Grande do Sul, com 302 imigrantes.

No ano de 2013, ainda prevalecia a saída de venezuelanos de forma ordenada, documentada com visto de trabalho e/ou estudante, porém a permanência do governo de Maduro e sua política nada pacífica, bem como o acirramento da crise do país oriunda das sanções que o país veio a receber dos Estados Unidos, o aumento de migrantes foi significativo. O Brasil, nesse período, entre os 17 países mais procurados pelos venezuelanos, ocupava a 14ª posição, à frente apenas de Trinidad e Tobago, Uruguai e Peru.

4.4 A “Dieta de Maduro” e a segunda onda de migrantes venezuelanos para o Brasil: uma resposta urgente à migração do desespero

A partir de 2016, de acordo com a socióloga venezuelana Cláudia Vargas Ribas (2018), ocorreu uma virada no perfil socioeconômico dos migrantes venezuelanos. Com o acirramento da crise econômica, política e sanitária entre estes anos do governo de Maduro, a população menos favorecida, que já sofria com a segregação decorrente da má distribuição de recursos sociais, viu-se obrigada a buscar alternativas para fugir da fome e do desabastecimento de itens básicos à saúde, sanando assim, a grave violação de seus direitos. Dessa forma, esse fluxo de migração ficou conhecido como a migração do desespero, ou migração da fome, caracterizada

por uma população altamente desfavorecida e desqualificada¹⁸ (PAEZ; PENALVER, 2017, p. 2-32).

A difícil situação de vida na Venezuela gerou o deslocamento involuntário de mais de quatro milhões de nacionais (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, CIDH, 2017, p. 248). Os principais Estados receptores são a Colômbia (mais de 1,2 milhão), o Peru (mais de 768 mil), o Chile (288 mil), o Equador (263 mil) e o Brasil (mais de 168 mil) (OIM, 2019).

Figura 4 – Fronteira Brasil/Venezuela



Fonte: Poder 360 (2019)

O aumento do número de venezuelanos gerou uma celeuma para o Brasil acerca de qual enquadramento jurídico era mais adequado para compor a realidade deste fluxo. Vale lembrar que, em decorrências de fluxos anteriores como os Haitianos (2010-2014) para o Brasil, o país passava, nessa época, por uma revisão sobre seus aspectos jurídicos concernentes aos

¹⁸ Para Paez e Penalver (2017), existiram três ondas migratórias que caracterizam as mobilidades venezuelanas. A primeira onda, considerada a fuga de cérebros, como já citado, ou também conhecida como “procura de novas oportunidades” compreende o período de 2000 a 2012 e consiste numa saída ordenada de pessoas qualificadas da Venezuela que procuravam especialmente ingressar em países do Norte Global. Já a segunda onda, datada de 2012 a 2015, é chamada pelos autores de “crescente desesperança”. Trata-se de uma população nada homogênea no que concerne a classe social e escolaridade, e está associada ao intervalo da morte de Hugo Chávez e a ascensão de Nicolás Maduro. A terceira onda, fortemente marcada pela fome, é classificada como a “migração do desespero” e está marcada pela eleição de Maduro, as sanções estabelecidas ao país pelos Estados Unidos, a alta inflacionária, o desgaste e desmonte dos serviços públicos e sobre tudo, o desabastecimento de itens básicos para a sociedade. Uma população altamente debilitada pela fome e miséria no qual o país se afunda até os dias de hoje.

migrantes, revogando o antigo Estatuto do Estrangeiro, em vigor desde 1980, para a criação da Lei n.º 13.445/2017, “Lei de Migração” (ANNONI, 2018, p. 734).

Essa adequação recentemente da legislação brasileira sobre migração aos principais compromissos de Direitos Humanos – ainda que falte ratificar a Convenção das Nações sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias de 1990 – conferindo maior paridade entre os elementos que norteiam sua política de migração e de refúgio, a ponto da nova lei de migração (Lei n.º 13.445/2017) fazer menção expressa à acolhida humanitária. (ANNONI, 2018, p. 734)

No ano de 2016, ascendia ao poder o vice-presidente, Michel Temer (PMDB), em decorrência do *impeachment* da presidente Dilma (PT). Foi durante seu governo (2016-2018) que o fluxo de migração venezuelana se intensificou, e que o Brasil revisou seu antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei n.º 6.815/1980), que considerava o migrante essencialmente como uma ameaça à segurança nacional, dar lugar à nova Lei de Migração (Lei n.º 13.445/2017). Até então, a vigência do antigo Estatuto do Estrangeiro¹⁹ seguia o modelo de governabilidade das migrações internacionais, chamado de securitização (MÁRMORA, 2010, *apud* BAENINGER; MESQUITA, 2016), o qual via o migrante com certa desconfiança, proclamando a ideia de “defesa do trabalhador brasileiro”, em que o migrante aceito em terras brasileiras era aquele cuja força de trabalho qualificada pautava-se na necessidade da política desenvolvimentista nacional.

Foi também no governo de Temer que a distância das relações entre Brasil e Venezuela ficaram visíveis em decorrência da posse de Maduro ao poder e o posicionamento político assumido por ele diante da sua “dieta”²⁰ governamental. Em 2016, a Venezuela deixava o programa de cooperação Mercosul, acusada de descumprir o Protocolo de Ushuaia e pelo entendimento dos países membros de que a Venezuela de Maduro já havia rompido com a ordem democrática (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2019, p. 38). O Brasil, por sua vez, não interveio nas negociações do bloco econômico, sendo a favor do desligamento da Venezuela do Mercosul, divulgando uma nota diplomática em parceria com

¹⁹ Destaca-se que o antigo Estatuto do Estrangeiro era datado pelo final do período da Ditadura Militar, o que não contextualizava o atual momento marcado pela globalização e o aumento dos fluxos de migrantes. Dessa forma, o antigo Estatuto contrapunha-se com os avanços relativos à proteção dos direitos humanos e com os direitos fundamentais do indivíduo, previsto na Constituição de 1988. Para Milesi (2007), a permanência do antigo Estatuto conflitava, em especial, com o artigo nº 5 da Constituição Federal, que estabelece a igualdade de direitos entre todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país.

²⁰ O conceito de “dieta” aqui é utilizado tal qual no artigo publicado pela Revista de História e Ciências Sociais, de autoria de Iana Vasconcelos e Sandro Santos (2021), e refere-se a um trocadilho, um jogo de palavras para designar tanto o modelo político de Maduro (regime) quanto a crise do desabastecimento que impôs aos seus nacionais uma dieta de racionamento no campo da alimentação.

Argentina, Chile e Uruguai, lamentando os atos de violência e descumprimento dos direitos humanos por parte do governo de Maduro.

O Brasil subia o tom nas relações com o país vizinho, muitas vezes assumindo uma posição de confronto com as políticas de Maduro. Por esta razão, as relações bilaterais entre os países durante o governo de Michel Temer foram marcadas por pressões por parte do Brasil para com a Venezuela, caracterizadas pelas medidas rígidas de controle epidemiológico e segurança nas fronteiras (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2019, p. 41). Durante os anos de 2016 a 2019, o governo brasileiro não se reuniu uma única vez com o presidente Maduro, tão pouco com o chanceler venezuelano, o que fortalecia a postura contrária do Brasil frente às crises que ocorriam na Venezuela.

A postura crítica e temerosa com relação à crise de seu vizinho afetava as relações bilaterais que haviam sido construídas e solidificadas no governo anterior. Ao declarar o embaixador brasileiro *persona non grata*, obrigou o Brasil a repetir a mesma posição com relação ao embaixador venezuelano.

O Brasil subiu no *ranking* de países procurados pelos venezuelanos. A Organização das Nações Unidas, através da primeira rodada do monitoramento do fluxo migratório venezuelano (OIM, 2021), classificou o Brasil como o quinto país em número de refugiados da América Latina – atrás somente da Colômbia, Peru, Equador e Chile – cujo perfil era uma população bastante vulnerável. Essa classificação vem de encontro com a forma de deslocamento, uma vez que muitos fazem a travessia entre as fronteiras andando, e por esta razão, o Brasil seria o país mais próximo e acessível de ingressar.

Para Baeninger e Simai (2011), quando o Norte Global fecha as suas portas através de políticas restritivas para o cruzamento de suas fronteiras, criando, assim, barreiras sociais como forma de conter o trânsito de pessoas, o Sul Global entra na “Rota do Possível”, configurando um novo conceito de migração – SUL-SUL – e tornando-se um desafio metodológico, que visa compreender as inter-relações com a desigualdade social. Segundo dados do Observatório de Migrações Internacionais (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2018), a presença de imigrantes traz desafios para diversos setores da sociedade e o conhecimento rigoroso do fenômeno é importante para a inserção dos migrantes e o desenvolvimento sustentável. Entre os anos de 2010 e 2018, foi registrado o ingresso de 774,2 mil imigrantes no Brasil.

A Organização Internacional para Migrações já havia declarado a migração venezuelana como o maior contingente de migrantes na América Latina, criando um aspecto de crise humanitária, em que estes indivíduos, também conhecidos como “caminhantes”, foram

classificados como agentes de extrema vulnerabilidade. Nesse sentido, faz-se necessário entender o conceito de vulnerabilidade, no qual centra-se a migração venezuelana.

Diante da situação da entrada deliberada de venezuelanos em território brasileiro, em retórica, o Governo Federal declarou *status* de crise no que concerne ao Estado de Roraima. Durante este período de intenso fluxo, foram várias as tentativas em âmbito estadual e nacional de coibir a entrada de seus vizinhos fronteiriços, chegando ao ponto, em 2016, de ocorrer uma deportação em massa de migrantes venezuelanos que se encontravam ilegalmente no país. Durante dois anos (2015-2017), o Estado de Roraima se deparou com uma dramática intensificação de mobilidade venezuelana, sendo obrigado a criar medidas que oscilavam entre dois modelos: securitário e humanitário (RUSEISHVILI; CARVALHO; NOGUEIRA, 2018, p. 57).

Figura 5 – Operação de deportação em massa de venezuelanos em Roraima, 10 dez. 2016



Venezuelanos lotaram as dependências da Superintendência da PF à espera de serem deportados (Foto: Wenderson de Jesus)

Fonte: Correia (2016a, n. p.)

As primeiras ações foram as deportações, como antes citado. No mês de janeiro de 2016, 33 venezuelanos foram deportados Pela polícia Federal por estarem em situação ilegal; em abril do mesmo ano, o resultado foi a deportação de mais 66 venezuelanos que residiam nas ruas de Boa Vista; e em 1º de setembro, ocorreu mais uma deportação, sendo que, desta vez, em maior número, contabilizando 200 venezuelanos que seriam abordados na rua e entregues às autoridades venezuelanas.

Dezembro deste mesmo ano seria marcado por mais uma operação de deportação. Desta vez, cerca de 450 venezuelanos, dos quais 180 eram crianças, porém essa ação seria suspensa por meio de liminar concedida pela Justiça Federal. A pedido da Defensoria Pública da União, a liminar de *habeas corpus* a favor da coletividade de venezuelanos concedida pela 4ª Vara Federal alegava a falta “do devido processo legal” e argumentava que a ação de deportação ia contra o Estatuto dos Direitos Humanos, que veda a expulsão coletiva de pessoas com alta vulnerabilidade.

Sem embargo, não se pode ignorar que o Brasil está recebendo um número elevado de venezuelanos em razão da grave crise econômica, política e social que assola o país vizinho, o que exige a análise da questão pelo enfoque humanitário. [...] não se deve esquecer que basta a condição humana para que sejamos, todos, dotados de dignidade e valor [...] indiscutivelmente, não é por escolha que pessoas deixam para trás o país de origem, renunciando, inclusive, ao convívio da família, a valores culturais, bens, entre tantas outras questões que estão indissociáveis do pleno desenvolvimento humano. Geralmente assim o fazem para vencer a fome, a pobreza ou a precária situação de vida existente na terra natal.²¹

De fato, as autoridades, bem como a população das cidades de Boa Vista e Pacaraima, não escondiam sua insatisfação pela presença dos venezuelanos. Mesmo que a história do município de Pacaraima, criado em 1940, estivesse situada no fluxo diário de venezuelanos e de trocas comerciais constantes, dessa vez corpos venezuelanos se instalavam e permaneciam em solo brasileiro, provocando um grande acúmulo de pessoas nos espaços públicos das cidades.

Acomodando-se em praças e esquinas, desafiavam o estado “normal das coisas”, reforçando um sentimento de repúdio por parte das autoridades e civis. Em entrevista à Folha de Boa Vista, o então Secretário Municipal de Segurança Urbana e Trânsito de Boa Vista, deixava transparecer seu descontentamento: “[...] eles passam o dia na rua e à noite dormem no Terminal do Caimbé ou na Feira do Passarão, os guardas veem a irregularidade e notificam à Polícia Federal para que sejam recolhidos” (CORREIA, 2015, n. p.).

A presença de indivíduos “*outsiders*” (de fora) nutriu o mecanismo de defesa por parte do Estado e da população civil. Sentimentos como a xenofobia, o racismo e a misoginia são elementos que acompanham a sensação de invasão. Tais emoções estão interligadas à construção e manutenção das fronteiras como parte de controle de quem entra e sai e determina

²¹ Sentença. Juíza Federal, Luiza Farias da Silva Mendonça. 4a Vara Federal. Seção judiciária do Estado de Roraima. 31/03/2107.

quem se faz necessário dentro das políticas do Estado e quem será tratado como incômodo e descartado.

Para Emma Haddad (2008), tais políticas de exclusão e securitização das fronteiras reforçam a existência e a classificação de indivíduos fronteiriços como migrantes e refugiados. Assim, as políticas de exceção e configuração destes sujeitos como excluídos representa uma falha do sistema de soberania estatal em que se define o limite da identidade política no que concerne à manutenção de suas fronteiras, e o que demarca também os limites do desejado e indesejado, legal e exceção.

No contexto de Boa Vista, é observado o estado de desejado e indesejado através de uma certa seletividade que perpassa questões além da nacionalidade, como gênero, classe social, étnico-raciais etc. Para Eduardo Domenech (2015, p. 27), é o estabelecimento de novos critérios de exclusão e discriminação e a reconfiguração de antigos jargões que legitimam o controle migratório, como a relação “entre migração e a noção de segurança” e o recurso ao “discurso humanitário”.

Toda estratégia humanitária desenvolvida pelo governo federal e estadual de Roraima tinha vinculado, em seu discurso, o extrato do conceito de crise. Essa perspectiva ligada à existência de sentimentos como o de constante ameaça vai além da compreensão das dificuldades inerentes ao fato de ser migrante e dirige-se ao encontro de defender os interesses da sociedade de acolhimento.

Sob a pretensão de garantir o “bem-estar social” (AGIER, 2006, p. 198), as ações do Estado de Roraima em amenizar as precariedades dos venezuelanos chegados busca, também, neutralizar, a partir do próprio sujeito vigiado, sua capacidade de sublevação, moldando sujeitos dóceis, agradecidos pela acolhida e, assim, incapazes de emergirem uma força subversiva que colocaria um ponto final na promessa da garantia de uma vida melhor.

De acordo com a Polícia Federal (BRASIL, 2019a), a média de entrada na fronteira de Pacaraima e Santa Elena chegava a mil pessoas por dia, provocando longas filas nos locais de identificação. A situação da chegada era catastrófica e revelava indivíduos exaustos, famintos e doentes, que logo eram cooptados pelos agentes estatais como medida para não desestabilizar a configuração urbana. Mesmo assim, o ubíquo sentimento de insegurança e incômodo tornou-se insustentável, quando os venezuelanos começaram a fazer uso do Sistema de Saúde local, provocando um colapso na saúde do município.

Neste contexto, os hospitais e postos de saúde tiveram um crescente no número de atendimentos. Foram 23 mil atendimentos a mais do que nos últimos quatro anos. Isso vem a desafiar as autoridades para que se possa oferecer um atendimento de qualidade e universal para

nacionais e migrantes. Em 2018, foram, em média, 18 mil atendimentos, sendo que só em janeiro deste mesmo ano, 180 partos de venezuelanas foram feitos na capital Boa Vista (AGÊNCIA BRASIL, 2018a).

Novamente, a semântica de “crise” seria o substrato da publicação do Decreto n.º 22.199, que declarava “Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional na Rede Pública de Saúde Estadual” nos municípios de Pacaraima e Boa Vista. Desta vez, o Ministro da Saúde mostrou-se bastante preocupado, indo até o Estado de Roraima, para presenciar de perto a situação do município. Na ocasião, foi anunciado o repasse de verba no valor de R\$ 3,6 milhões, além de outros recursos para a assistência da saúde pública do Estado (RUSEISHVILI; CARVALHO; NOGUEIRA, 2018, p. 62; CORREIA, 2016b, n. p.). Ao reconhecer a calamidade do município de Pacaraima, o Ministro da Saúde, Ricardo Barros, além da verba concedida, também disponibilizou:

[...] 268 quilos de materiais como antibióticos e anti-inflamatórios, luvas e máscaras descartáveis, para auxiliar nos atendimentos em Pacaraima. Também foi enviada uma ambulância do SAMU 192 para ampliar os atendimentos, e em novembro o município recebeu 12 mil itens, como insumos e medicamentos. (CORREIA 2016b, n. p.)

O colapso da saúde pública em Roraima viria a se transformar numa verdadeira crise sanitária. Além dos atendimentos à população local, hospitais e postos de saúde desdobravam-se no atendimento dos migrantes venezuelanos que chegam ao Estado bastante debilitados, principalmente em decorrência da desnutrição fruto do desabastecimento da “dieta da Maduro”. Segundo Correia (2016b, n. p.), na ocasião do comparecimento do Ministro da Saúde, a governadora do Estado de Roraima, Suely Campos (PP) destacou:

Essa parceria do Governo do Estado e Município e com Governo Federal vindo conhecer a nossa realidade é importante. Nós contabilizamos um acréscimo de 70% de atendimentos feitos aqui com a chegada dos venezuelanos [...] É um novo momento que estamos vivendo com o fluxo imigratório que incide muito em relação à nossa saúde. Decretamos emergência em Pacaraima e Boa Vista, e com a vinda do ministro, anunciamos que iremos equipar as salas de cirurgia e salas de parto. Além disso, em março iremos iniciar a reforma estrutural do hospital e daremos condições para conseguirmos melhorar a saúde do Estado.

Figura 6 - Visita do Ministro Ricardo Barros ao hospital de Pacaraima, onde a demanda cresceu após a imigração de venezuelanos



Fonte: Correia (2016b)

Deve-se levar em conta que a região do Estado de Roraima sempre apresentou uma deficitária atuação frente às políticas públicas ligadas não só a saúde, mas na educação e segurança, entre outras. Conhecido como uma zona de conflitos por ser uma região altamente vulnerável, de população empobrecida e violenta devido à presença dos garimpos ilegais e à devastação de terras indígenas, onde a presença de lutas entre garimpeiros e a polícia civil, é constantemente observada nos noticiários, o Estado, de acordo com o mapa de violência, presente no documento Cartografias das Violências na Região Amazônica: Relatório Final (2022), é a região que mais apresenta alta taxa de criminalidade, chegando a ocupar a 42ª posição em nível nacional, com cerca de 73% do índice de criminalidade. De acordo com o mesmo relatório publicado em 2022 – antes da entrada massiva de venezuelanos –, 77% da população sentia-se insegura por habitar a região. Esses dados revelam que, mesmo antes da crise migratória, Roraima localizava-se entre os locais com alta taxa de criminalidade.

4.5 A resposta do Governo Federal e a criação da Operação Acolhida: securitização ou acolhimento?

Ao longo desses dois anos, as articulações do governo local em prestar assistência aos migrantes venezuelanos dirigiam-se mais para a tentativa de se livrar do incômodo causado por

estes nos espaços públicos. Aos poucos, eram abandonados os discursos adotados em governos anteriores, que se utilizaram das migrações como forma de projetar o Brasil como um país fortemente acolhedor, e se adotava uma política higienista cuja principal função consistia na retirada de corpos venezuelanos dos espaços públicos (UEBEL, 2019a, p. 76).

Como primeiras medidas humanitárias, em 2017 iniciou-se a construção de abrigos em Boa Vista, organizados pelo governo estadual com o auxílio de agências não governamentais como a OIM e a Fraternidade sem Fronteiras (RUSEISHVILI; CARVALHO; NOGUEIRA, 2018). Já no que correspondia à segurança destes locais, a Divisão de Operações Emergenciais da Defesa Civil gestava os abrigos, auxiliando no controle e ordem. Vários decretos foram instaurados com o objetivo de prestar uma “assistência” econômica, de saúde, abrigamento e alimentação, mas todas dirigiam-se para as ações de controle de forma emergencial e mantinha-se um discurso de “crise” na articulação de suas estratégias.

Em visita ao Estado de Roraima, o então presidente Michel Temer aproveitou a ocasião para publicar o Decreto n.º 9.285 (2018) reconhecendo a situação de vulnerabilidade decorrente do grande fluxo, instaurando através da Medida Provisória n.º 820, “Assistência emergencial para o acolhimento a pessoas em situação vulnerável decorrente do fluxo migratório provocado por crise humanitária”. Também foi criado o Decreto n.º 9.286, que definiria a composição, a competência e normal de funcionamento de um Comitê Federal de Assistência Emergencial, cujas ações por meio de medidas provisórias visavam repassar verbas aos municípios com grande fluxo de venezuelanos.

Na ocasião da visita de Michel Temer, o Governo Federal foi duramente criticado pela letargia em prestar assessoria ao estado de Roraima. Mesmo assim, ao som de vaias e manifestações com cartazes “FORA ELE!” por parte da sociedade civil, o presidente firmou acordo com agências não governamentais, criando uma parceria com o governo local e com o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) para pôr em prática a Operação Acolhida, programa que visava a presença militarizada na fronteira, documentação e realocação desses grupos de venezuelanos em abrigos nas cidades de Boa Vista e Pacaraima.

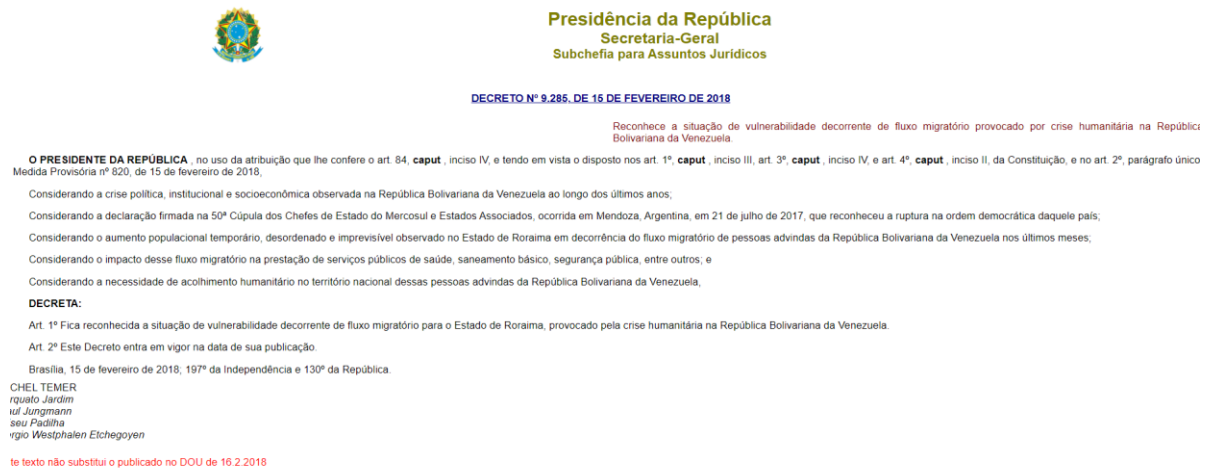
Figura 7 – Reunião com o presidente Michel Temer e autoridades do governo de Roraima



Fonte: Correia (2016b)

Os migrantes, portanto, passaram a ser recebidos pelas Forças Armadas na fronteira e realocados em abrigos onde recebiam *kits* de higiene, alimentação e davam início ao processo de documentação. Os venezuelanos que já se encontravam em solo brasileiro também eram encaminhados para os abrigos e recebiam a mesma ajuda dos demais recém-chegados. Dessa forma, a Operação Acolhida, uma ação conjunta e de natureza humanitária, envolveu vários órgãos da esfera federal, estadual e municipal, além das agências internacionais. A atuação das Forças Armadas na fronteira proporciona o sentimento de ordem, cabendo aos demais órgãos o acolhimento e a interiorização como forma de diminuir o número de venezuelanos na região norte.

Figura 8 – *Print* do Decreto do Presidente Michel Temer, em 2018, atribuindo e autorizando a presença das Forças Armadas na fronteira de Pacaraima e Santa Elena



Fonte: Brasil (2018)

Mesmo após decretado o estado de emergência no Estado de Roraima, houve vários tensionamentos para o fechamento das fronteiras, expondo a fragilidade e a estigmatização dos venezuelanos por parte das autoridades locais. Em requerimento n.º 586/2019, a Câmara dos Deputados solicitava a criação de uma Comissão Externa com finalidade de tratar da crise na Venezuela e a situação fronteiriça dos países. Destacou-se a figura do Deputado Federal Nicoletti (PSL), o qual corroborou para a estigmatização da população venezuelana em seus discursos à frente das autoridades brasileiras (SILVEIRA, 2020, p. 35, *apud* PERNA, 2022, n. p.).

O aumento da fuga dos venezuelanos também deu origem ao anúncio, no último sábado, da edição de decreto de calamidade pública na saúde. O número de atendimentos no Hospital Geral de Roraima, principal unidade da rede e a única a realizar procedimentos de alta complexidade, aumentou consideravelmente e já não consegue realizar os atendimentos aos brasileiros. [...] Outra preocupação do governo de Roraima é o provável crescimento do número de imigrantes entrando no Brasil via Roraima, após a reabertura da fronteira. Já foi amplamente noticiado que houve a entrada de muitos detentos venezuelanos no Estado de Roraima, fato que expõe a população à insegurança e ao medo. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019, p.2-3, *apud* PERNA, 2022, n. p.)

Com a letargia do poder público em solucionar o “problema” que circulava e se estabelecia nas ruas das cidades de Boa Vista e Pacaraima, no que concerne às medidas de abrigo insuficientes para a alta demanda de migrantes, ocorreu o inusitado pedido, de forma desesperada, da governadora Suely Campos de fechar a fronteira. O pedido, formalizado em 13 de abril de 2018 ao Supremo Tribunal Federal, descrevia a ineficiência do poder público

em obter recursos para assumir sozinho a problemática dos venezuelanos. Contudo, dados da Casa Civil do Governo Federal apontam repasses de verba ao Estado de Roraima, desde 2016, destinados à gestão da saúde e assistência aos migrantes (SILVA, 2018, p. 213, *apud* PERNA, 2022, n. p.).

Figura 9 - A governadora de Roraima, Suely Campos (PP), anunciou que ingressou hoje (13) com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que a União seja obrigada a fechar, temporariamente, a fronteira com a Venezuela





Roraima pede ao STF fechamento da fronteira com a Venezuela



Publicado em 13/04/2018 - 16:50 Por Alex Rodrigues - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Ouça a matéria:

▶ 0:00 / 4:31 ◀

A governadora de Roraima, Suely Campos (PP), anunciou que ingressou hoje (13) com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que a União seja obrigada a fechar, temporariamente, a fronteira com a Venezuela.

Em nota divulgada pelas redes sociais, a governadora justifica a ação afirmando que “para resolver os impactos da migração e proteger o povo de Roraima é preciso que a fronteira seja fechada temporariamente”.

Relacionadas

Internacional
 EUA anunciam US\$ 16 milhões para venezuelanos refugiados no Brasil e na Colômbia



Fonte: Agência Brasil (2018b)

A política adotada por Michel Temer consiste em não intervir na entrada de migrantes venezuelanos através da fronteira Pacaraima e Santa Elena, porém busca atuar como força disciplinar com o auxílio da Polícia Federal para organizar e ordenar a fronteira (NIÑO, 2018, p. 123). Esse “deixa entrar”, o qual sugere uma aparente liberdade de circulação, a bem da verdade, esconde os dispositivos de segurança que atuam sempre que necessário. Tais dispositivos, aliás, no caso dos migrantes venezuelanos são acionados constantemente, desde a ordenação de fronteira, a realocação aos abrigos e, por último, a realocação para outros municípios. Além disso, migrantes venezuelanos devem constantemente submeter-se à renovação de seu *status* de refugiado, o que lhes garante a permanência legal no Brasil (MORAES, 2015, p. 17).

Se para muitos o problema estava na alta demanda de venezuelanos entrando de forma desordenada na fronteira brasileira, para outros, como Niño (2018), o problema concentra-se na manutenção da ordem prevista pelas ações do Governo Federal que veem os sujeitos migrantes como demandas políticas e, inclusive os vincula – em alguns casos – aos problemas como o aumento da delinquência e da pobreza. O cerne dos problemas no enfrentamento da migração venezuelana está nas condições de vida atribuídas a essa população, especialmente para aqueles que entram em condições altamente vulneráveis e que necessitam da garantia de seus direitos humanos (NIÑO, 2018, p. 128).

Essas declarações, que reproduzem uma perspectiva pessimista da migração, geralmente predominante nos países do Norte, consideram o migrante como um problema e sugerem, ao mesmo tempo, que a migração impacta negativamente aos países receptores no plano doméstico. Em contraste, existem acordos internacionais que exigem aos governos garantir direitos humanos básicos à população migrante. Desse modo, as respostas governamentais dos países que estão recebendo imigrantes venezuelanos se debatem entre controlar o ingresso nas fronteiras e garantir os direitos da população imigrante. (NIÑO, 2018, p. 123).

Ao exercer sua hospitalidade por meio de uma relação entre anfitrião e hóspede, o Estado cria uma lacuna através de uma visão excludente desses indivíduos que logo já são estabelecidos como “estrangeiros” e corrobora os mecanismos de controle para que a partir de sua entrada no país já se estabeleça uma influência estatal em todas as suas decisões.

No caso dos migrantes venezuelanos, a própria questão documental, que para muitos funciona como garantia ao acesso de direitos dentro do Brasil, tem como objetivo tornar esses sujeitos visíveis aos olhos do governo (SCOTT, 1989). Cria-se uma espécie de mapa de controle, que vai de encontro à realidade da conjuntura global de controle das migrações, estabelecendo-as como uma crise decorrente do Capitalismo.

Argumenta-se, todavia, que a aproximação entre migração e criminalidade, por um lado, e humanitarismo e securitização, por outro, se torna constitutiva de um regime global de controle das migrações em uma conjuntura de criação acelerada de contingentes de despossuídos em deslocamento pela crise capitalista. A apologia de uma migração segura, ordenada ou a mixórdia de noções como acolhimento, proteção social, controle migratório, migração como problema ou migrante irregular e ilegal na teoria e na prática do campo migratório são sinais do processo. Promove-se, com isso, a mobilidade dos “desejáveis” enquanto migrantes indocumentados, profissionais do sexo, pessoas negras, pobres, etc. são evitados com recurso à sua criminalização (FELDMAN-BIANCO, 2015, p. 12)

Dessa forma, a necessidade da documentação regular constrói para o Estado aquilo que Mauss (2003) denomina de *persona* de direito. Ao serem documentados legalmente, os migrantes são logo anexados nos atributos morais e legais do Estado em questão. Assim, os migrantes recebem o direito à identidade que, ao mesmo tempo, lhes garantem um aparato legal e também os coloca como pontos de diferenciação na sociedade de acolhimento. De forma legal, seus corpos passam a ser posse do Estado, que os rege e controla através dos mecanismos estatais, permitindo o estabelecimento de uma seletiva entre os que são desejáveis e os que serão criminalizados com base na apologia da migração segura.

A questão dos abrigamentos, ambientes que vão além da esfera arquitetônica, se configura num processo de controle estatal aos corpos migrantes. O Brasil, ao adotar a ideia de abrigo, diferencia-se dos campos de refugiados, consistindo numa política apaziguadora de alojamentos, definida como parte do acolhimento humanitário (PERIN, 2013). Porém, o fato de integrarem os espaços urbanos, permitindo que os migrantes circulem nas ruas das cidades, não inviabiliza o sentido de “depósito murado”, ou espaço de regramento cartesiano com a presença de controle dos fluxos de saída e entrada, horário de alimentação, limpeza e punições para aqueles que descumprirem as regras (PAIVA, 2020).

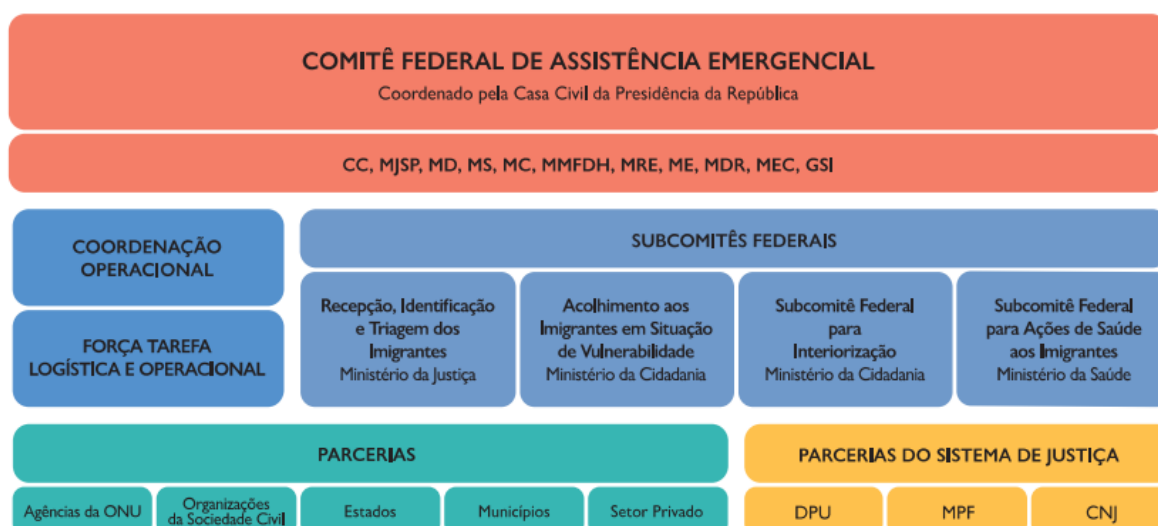
Na esteira da “pertença excluída”, galga-se a ideia de que a existência do sujeito migrante só é possível dentro da dependência da assistência humanitária, ou pela iniciativa clandestina. Assim, a identidade conferida aos migrantes/refugiados impõe o estigma que remete, sobretudo, ao espaço social que lhes é conferido. Este reconhecimento aponta para o conceito chamado por Mbembe (2018, p. 5) de “Necropolítica”²², ou seja, a expressão máxima de soberania do estado que reside na autonomia que dita quem deve viver ou morrer, ser aceito ou expurgado.

²² Aqui o conceito de Necropolítica, cunhado pelo filósofo Achille Mbembe, assume o caráter de soberania estatal no que concerne a exclusão e aceitação por parte dos mecanismos de poder e não na autonomia de quem deve viver ou morrer.

5 A OPERAÇÃO ACOLHIDA: FORÇA TAREFA LOGÍSTICA OU HUMANISTA?

Com objetivos bem delimitados, a Operação Acolhida, estabelecida em fevereiro de 2018 pela Medida Provisória n.º 820 e coordenada pelo General da Brigada Eduardo Pazuelo²³, visava atuar em dois eixos num primeiro momento: ordenação de fronteira e acolhimento. De acordo com o relatório geral de atividades do programa, já em maio de 2018 tínhamos 48.646 pedidos de solicitação de refúgio de venezuelanos em solo brasileiro. O programa foi realizado através da força de gestão bilateral entre o Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Social, e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que envolvia nos dois eixos a gestão e a manutenção de 13 abrigos públicos divididos entre Pacaraima e Boa Vista.

Figura 10 - Organização do Programa de Força Tarefa Operação Acolhida por eixo de atuação (Decreto n.º 9.970, de 14 de agosto de 2019)



Fonte: Organização Internacional para as Migrações (OIM) Brasil (2021, p. 6)

De acordo com Monastérios (SENHORAS, 2022, p. 72, *apud* PERNA, 2022, p. 22), cerca de 4,6 milhões de venezuelanos já deixaram o país desde 2018. Entre os anos de 2016 e 2017, quando o fluxo aumentou significativamente, tínhamos uma média diária de 17 mil venezuelanos cruzando a fronteira entre Santa Elena e Pacaraima. Com a realização da 8ª Reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial, o Governo Federal em parceria como o Ministério da Defesa passaram a coordenar a fronteira por meio de três frentes: ordenamento,

²³ A Operação Acolhida, após a saída de Pazuelo para compor o Ministério da Saúde no governo de Jair Bolsonaro, passou a ser gerenciada pelo General Antônio Manoel de Barro, conhecido por comandar a Operação Muquiço que levou à morte de três pessoas após um carro ser considerado suspeito e alvejado por 62 tiros (VIANA, 2020).

acolhimento e mais tarde a interiorização (AGUIAR, 2018). Nos primeiros três meses de atuação da Operação Acolhida, contabilizava-se 48.646 migrantes dentre solicitantes de refúgio, residência e agendados para atendimento, entre outros conforme o quadro abaixo.

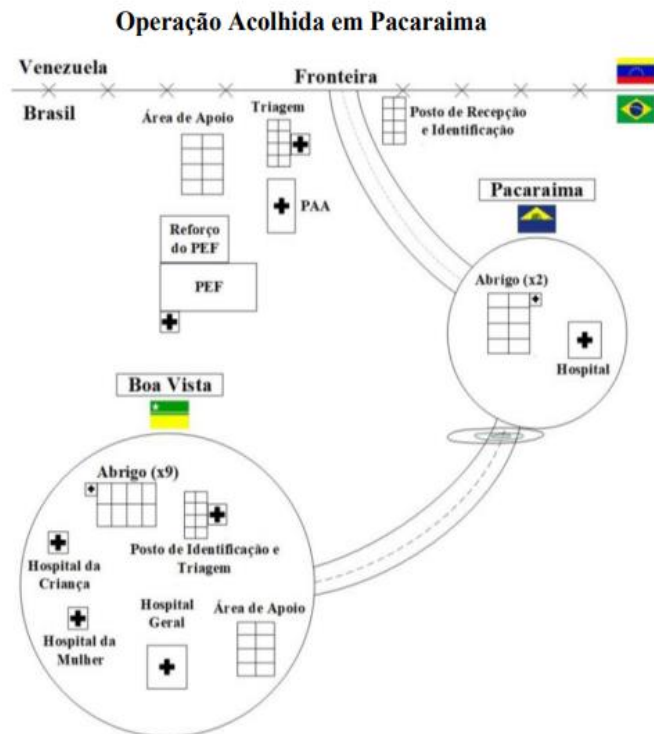
Quadro 2 – Dados do Departamento da Polícia Federal (DPF) até maio de 2018

REGULARIZAÇÃO MIGRATÓRIA DE MIGRANTES VENEZUELANOS	
RESIDENTES	9.466
SOLICITANTES DE REFUGIO INCLUÍDOS NO SISTEMA	27.317
SOLICITANTE DE REFÚGIO NÃO INCLUÍDOS NOS SISTEMA	1.885
AGENDAMENTOS PARA ATENDIMENTOS	9.978
TOTAL	48.646

Fonte: organizado pela autora (2022)

Como primeiro pilar operacional está o ordenamento da fronteira, instruído pela Resolução n.º 3, de 2 de maio de 2018, com a instituição do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Migrantes (SENHORAS, 2022, p. 73 *apud* PERNA, 2022, p. 23). A Resolução estabelece diretrizes para a organização da fronteira Brasil-Venezuela, promovendo uma ação como serviços de regulamentação, vigilância sanitária, imunização e alimentação. Num segundo momento, os venezuelanos são encaminhados para um novo posto de triagem onde receberão orientações a respeito de residência temporária e solicitação de refúgio e a emissão de documentação necessária para viver no país, como Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Registro Nacional de Identificação.

Figura 11 – Mecanismos de operação do Programa Acolhida



Fonte: Ministério da Defesa (2019, p. 6)

Após as demandas burocráticas, os venezuelanos são encaminhados para entrevistas nas quais é estabelecido o grau de vulnerabilidade em que estes se encontram e posteriormente são encaminhados para os abrigos onde receberão toda a assistência necessária até serem realocados de modo voluntário para outros municípios. Esta realocação consiste no processo de interiorização, uma tentativa de resolver o impacto da alta demanda que ocorre nos 13 abrigos divididos entre as cidades de Pacaraima e Boa Vista²⁴ sobre o qual mais tarde nos aprofundaremos.

²⁴ A questão do abrigamento está dividida em dois abrigos iniciais em Pacaraima para as pessoas que estão ainda em processo de solicitação de documentos. São eles: Janokoida e BV8. Já em Boa Vista temos mais 11 abrigos: Jardim Floresta, Latife Salomão, Nova Canaã, Pintolandia, Rondon I, II e III, Santa Tereza, São Vicente I, II e Tancredo Neves. Os abrigos Janokoida e Pintolandia estão destinados à população indígena venezuelana e o Latife Salomão para o abrigamento de pessoas LGBTQIA+.

Figura 12 – Abrigo Hélio Campos, em Boa Vista, Roraima



Fonte: Ministério da Defesa (2019, p 14)

A maioria dos pedidos de refúgio concentra-se no Estado de Roraima, de acordo com a Polícia Federal. Das 77.306 solicitações, 65.162 ocorreram nesta região, o que corresponde a 84% de venezuelanos pedindo auxílio de permanência no Estado. Era evidente que essa alta demanda provocaria um descontentamento da população nacional, bem como um significativo crescimento nas demandas dos serviços locais como os que correspondem à saúde. Muitos destes venezuelanos chegaram em condições precárias, desidratados, desnutridos e doentes, o que provocou impactos no sistema de saúde local. Em 2017, foram contabilizados 9,340 mil atendimentos de saúde a venezuelanos, cerca de 35% a mais em relação às demandas de 2015.

A grande incidência endêmica também foi um problema enfrentado pelo sistema de saúde, alertando para casos de dengue, difteria, febre amarela e tuberculose, além de outras doenças do sistema imune e outras ainda que necessitavam tratamento específico, como o câncer, por exemplo. Além disso, em decorrência da grave crise econômica da Venezuela, cerca de 72% dos venezuelanos que aqui chegaram haviam perdido em média 8 kg. As crianças foram as mais prejudicadas, apresentando uma grave desnutrição e problemas no desenvolvimento, como informa a Encuesta Nacional de Condiciones de Vida (ENCOVI- UNICEF, 2021).

O Estado de Roraima havia se tornado uma zona de combate, dividindo a população local entre os que se sensibilizaram com os problemas dos irmãos de fronteira e os que constantemente atacavam a população venezuelana com gritos e xingamentos. A mudança na configuração urbana local trazia à tona episódios de violência para com os venezuelanos que muitas vezes sofriam agressões físicas até mesmo dentro dos abrigos instaurados pelo governo federal, que, mesmo com a presença militar, não conseguia impedir os ataques aos abrigos.

Pedras eram jogadas, carros passavam gritando, houve até mesmo um episódio isolado de ataque com fogo nos pertences dos migrantes dentro dos abrigos.

Figura 13 - Moradores de Roraima ateam fogo a abrigo de venezuelanos



Fonte: Congresso em Foco (2018, n. p.)

Com medo, muitos venezuelanos tomam a frente de sua autonomia deixando os abrigos e retornando às ruas, invadindo prédios e se submetendo a condições precárias de vida. Já outros escolhem ser interiorizados como meio de fugir dos ataques e das condições insalubres dos abrigos da cidade de Boa Vista, como é o caso de Rondon 3, por exemplo, o maior abrigo localizado em Boa Vista, com capacidade para mil pessoas. São muros altos que confinam e segregam os venezuelanos dos espaços públicos da cidade. Todo o mecanismo interno é vigiado e regrado pela militarização. Tem-se horário para sair e voltar, as refeições são todas controladas e o que resta não é redistribuído.

Apesar de ter apresentado avanços em termos legais e jurídicos para o recebimento de migrantes, a ascensão da direita, aqui representada por Michel Temer e posteriormente por Jair Bolsonaro, também criou um ambiente menos cordial bastante polarizado e radical (ALVEZ, 2022, p. 24). Para Marília Closs (2019), a mudança no padrão de governo de direita identificou uma mudança no uso da força frente aos processos migratórios. Disfarçada pela ilusória aceitação e o grande número de pedidos de refúgios concedidos por meio da Operação Acolhida teve essa como a promotora de um protagonismo acirrado das Forças Armadas na zona fronteira e na gestão do processo migratório.

5.1 A terceira frente da Operação Acolhida: o Programa de Interiorização (PNI)

Em consequência da grande pressão nos serviços públicos locais, o Governo Federal pôs em prática, o terceiro pilar da Operação Acolhida, ao interiorizar os venezuelanos residentes das regiões de Boa Vista e Pacaraima para outros municípios federativos. A retomada do conceito das migrações dirigidas visava, de forma voluntária, realocar os migrantes (COELHO, 2020, *apud* PERNA, 2022, p. 25) com o propósito de garantir a inclusão socioeconômica daqueles que deixaram a Venezuela, e assim, resolver as demandas locais, como, por exemplo, ampliar o número de vagas nos abrigos da Região Norte. Ao interiorizar para um dos 730 municípios cadastrados recriou-se uma sensação de acolhimento, impedindo que muitos venezuelanos retornem a morar nas ruas por falta de vagas nos abrigos.

Como um dos pilares da força-tarefa humanitária, a interiorização é executada e coordenada pelo Governo Federal em parceria com diversos atores nacionais e internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a ACNUR e a OIM, que oferecem assistências emergenciais aos migrantes e refugiados venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima. Seu propósito é garantir a inclusão socioeconômica daqueles que deixaram a Venezuela e se estabeleceram no Brasil como forma de recomeçar uma nova vida.

De caráter emergencial, a interiorização enquanto estratégias de integração e interação destes migrantes, além de realocar os migrantes para as outras federações, também visava resolver as demandas locais dos abrigos. Infelizmente, como nos diz Cruz (2020, *apud* PERNA, 2022, p. 25), o quantitativo de migrantes que diariamente cruzam as fronteiras passando pela Operação é muito maior que a oferta de abrigos e muitos venezuelanos não conseguem concluir as documentações a tempo de serem deslocados para Boa Vista. Com isso, o objetivo de interiorizar para um dos 645 municípios cadastrados visa criar uma sensação de acolhimento, impedindo que muitos venezuelanos retornem a morar nas ruas por falta de vagas nos abrigos.

A estratégia de interiorização, que desloca imigrantes para outros estados brasileiros com apoio do Governo Federal, tem como objetivo oferecer maiores oportunidades de inserção socioeconômica aos imigrantes venezuelanos e diminuir a pressão sobre os serviços públicos do estado de Roraima. É conduzida pelo Subcomitê Federal de Interiorização, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social-MDS, com apoio do ACNUR, da Organização Internacional para as Migrações – OIM e do Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA. A OIM é a organização responsável pela operacionalização da interiorização, a partir de Memorando de Entendimento assinado junto à Agência Brasileira de Cooperação/MRE. (1º Relatório da Operação Acolhida, maio de 2018, p. 13)

O programa abarca a criação de políticas públicas locais, acesso a benefícios assistenciais e oportunidades de emprego (CONNECTAS, 2019). Somente migrantes documentados, imunizados, avaliados clinicamente e com termo de voluntariedade assinado podem participar da estratégia. A prioridade é dada aos imigrantes residentes dos abrigos públicos de Roraima. A interiorização também depende do interesse das cidades de destino e da existência de vagas em abrigos públicos. Cada município determina o perfil dos imigrantes selecionados para interiorização, desde que cumpridos os critérios de participação. Na primeira etapa da interiorização foram levados 265 migrantes para a região de São Paulo e Cuiabá. Dentre o perfil, encontravam-se homens e mulheres sozinhos e famílias, conforme o quadro abaixo:

Quadro 3 – Primeira etapa da interiorização de imigrantes

Imigrantes interiorizados – 1ª etapa			
Cidade	Abrigo de destino	Imigrantes	Perfil
São Paulo	CTA São Mateus	128	Homens
São Paulo	CTA Butantã	33	Homens e mulheres sozinhos
São Paulo	Abrigo Terra Nova	15	Famílias
São Paulo	Abrigo Missão Paz	23	Famílias
Cuiabá	Centro Pastoral do Imigrante	66	Família

Fonte: Casa Civil (out. 2018)

A garantia do deslocamento interiorizado desta modalidade está destinada à camada migrante cujo perfil acompanha uma alta vulnerabilidade. Ao serem interiorizados e realocados em outro abrigo, a sua estadia em outro abrigo está garantida por três meses, podendo ser prorrogada em detrimento de circunstâncias excepcionais de vulnerabilidade. As transferências são feitas de acordo com o tempo de permanência no Brasil (data de entrada do protocolo de asilo ou residência temporária) e com base na análise prévia do perfil do imigrante solicitante desta modalidade.

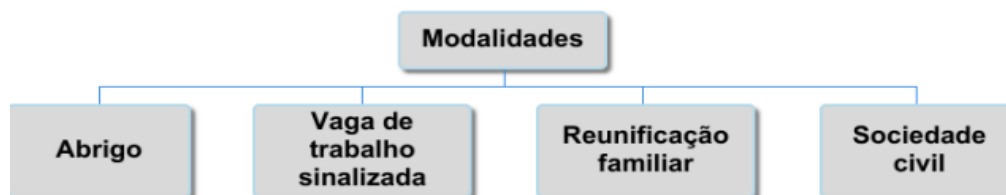
5.2 As modalidades

Compreendida em cinco modalidades, a estratégia de realocação está dividida em interiorização por meio institucional, ou de abrigo a abrigo, voltada para os venezuelanos que necessitam de uma rede de segurança social, de forma a diminuir os impactos dos deslocamentos forçados, sanando demandas deficitárias como as violências sofridas, principalmente para as famílias monoparentais com crianças até 12 anos.

Uma vez estabelecidos nos abrigos dos demais municípios, os venezuelanos são orientados a buscar auxílio no que concerne aos serviços sociais, vagas em escolas e creches e trabalho. As demais modalidades presentes do Programa de Interiorização consistem na Reunificação Familiar e Reunião Social. Muito semelhantes, as duas buscam a realocação de venezuelanos que têm familiares ou amigos já estabelecidos no Brasil e que pretendem auxiliar os recém-chegados na reconstrução de suas vidas. Para que essa modalidade seja concretizada, deve-se inicialmente provar o grau de parentesco ou amizade já existente no Brasil e solicitar no Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG) a interiorização através desta modalidade.

Já a modalidade laboral corresponde à oferta de empregos nos outros municípios. Muitas empresas privadas são estimuladas à contratação de mão de obra migrante disponibilizando cotas que são gerenciadas através das células de internalização do Governo Federal, que identifica as vagas e auxilia no processo de seleção dos trabalhadores e no transporte para chegada ao local de trabalho. Dessa forma, os venezuelanos interiorizados pela modalidade laboral saem de Boa Vista e Pacaraima, com destino e emprego garantidos.

Figura 14 – Organograma das modalidades de interiorização



Fonte: Casa Civil (out. 2018)

5.3 A crítica ao PNI

A estratégia não foi vista com bons olhos por autoridades ligadas ao Conselho Nacional de Direitos Humanos. Em relatório publicado em janeiro de 2018, o Conselho afirmava uma preocupação no que concerne à operação fortemente militarizada na recepção dos migrantes na zona de fronteira, o que contradiz a nova Lei do Imigrante (Lei n.º 13.445 de 2017), que prevê o direito a proteção por parte dos refugiados e preconiza o sentimento de insegurança nacional pela lógica dos direitos humanos (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2018).

O CNDH vê com preocupação a militarização da resposta humanitária ao fluxo de venezuelanos. O Decreto n. 9.286/2018 define o Ministério da Defesa como Secretaria Executiva do ‘Comitê Federal de Assistência Emergencial

para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária’ (criado pela Medida Provisória n. 820/2018). A Medida Provisória n. 823/2018 transfere 190 milhões de reais justamente ao Ministério da Defesa, que tem desempenhado papel de liderança no desenho das ações, coordenação das atividades e sua execução. (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 37)

No relatório, o Conselho Nacional solicitava uma reavaliação por parte do Governo Federal da sua decisão pela “militarização da resposta humanitária” como controle à chegada de venezuelanos, e preconiza a substituição do paradigma da segurança nacional pela lógica dos direitos humanos. Tal adequação deveria envolver aspectos concernentes a documentação, abrigo e acesso a direitos, “competências que fogem ao escopo constitucional das funções das Forças Armadas” (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 37). Outro ponto salientado pelo relatório era o pedido de esclarecimento por parte do Governo Federal sobre as funções atuais do Exército dentro dos abrigos, aconselhando que a gestão destes locais fosse transferida o quanto antes para órgãos públicos civis responsáveis pela assistência social.

A respeito das interiorizações, o relatório do CNDH frisava a necessidade de o Estado assegurar que a realocação dos venezuelanos ocorresse de forma extremamente voluntária, garantindo também a escolha do local de destino por parte dos agentes migrantes envolvidos. Cabe ao Estado assegurar que o plano de interiorização voluntária também contemple pessoas que estejam em situação de grande vulnerabilidade, dando preferência às famílias com crianças. Outro ponto destacado no relatório compreende o acolhimento dos venezuelanos no município de escolha. Este deveria subsidiar a oferta de abrigo, atendimento jurídico, aulas de português, acesso a atendimento social e apoio à inserção laboral.

De acordo com Baeninger (2018), o Governo Federal se utilizou do conceito de “migrações dirigidas”, termo empregado por Giralda Seiferdt, para denominar o processo da migração europeia no século XX. Essa ação do poder público em articular uma realocação para os migrantes tentava contribuir para uma construção efetiva de integração social (BAENINGER, 2018), porém tal política de realocação nada mais é que o exercício do controle estatal aos corpos em mobilidade que rompe com discurso dos direitos humanos, forjando assim uma ilusória aceitação, que esconde uma política que legitima o controle de corpos restrito e coercivo.

Corpos que cruzam as fronteiras localizam-se em um terreno de conflitos, visto que suas simbologias estão direcionadas para concepções de invasores e exclusão. Logo, as estruturas de

poder criam patologias sociais que configuram este outro como uma ameaça à coletividade. Para os modelos de securitização, o inimigo *outsider* deve ser constantemente calculado, controlado e previsto. Neste enredo, corpos segregados de sujeitos em mobilidade vivem suas vidas despidas de direitos que os impedem de exercer condições de ser-estar-viver.

O que mais chama a atenção é como a política de acolhimento aqui no Brasil toma forma de securitização, disfarçada por uma concepção humanista, mas que prevê especialmente a higienização dos espaços públicos, amparados legalmente. As atividades de securitização das migrações venezuelanas no Brasil compartilham do pensamento de Foucault, que as classifica como uma política de governamentalidade²⁵, cujo conjunto de instituições de poder tem por alvo a população e sua forma principal de ação nas estruturas econômicas, e nos dispositivos de segurança, soberania e disciplina. Para Mármora (2010), as migrações internacionais, no contexto atual, têm apontado para a crise da governabilidade por parte dos Estados-Nação. Para o autor, tais modelos de governabilidade baseados na securitização colocam a perspectiva de migrar como parte de uma política de segurança nacional. Nas palavras de Mármora (2010, p. 72-73):

Esta crisis tiene por un lado un nuevo contexto de movimientos de población para los cuales los Estados no tenían suficientes respuestas, y por otro lado se va a manifestar en una serie de cuestiones que en general no han sido resueltas. El nuevo contexto se va a presentar en situaciones tales como: la proliferación de nuevos flujos migratorios, el incremento de espacios transmigratorios o migraciones forzosas no tradicionales. La proliferación de nuevos flujos migratorios se inscribe en las consecuencias del modelo de globalización instalado, que por sus características asimétricas, monopólicas y excluyentes, ha profundizado la brecha económico-social entre los países y dentro de algunos países que se han transformado en grandes expulsores de población [...]. Los espacios transmigratorios se incrementaron en función de una mayor vinculación cultural, económica, política del migrante con su lugar de origen y también por el aumento del tránsito migratorio en los países.

Dessa forma, de um lado temos o poder estatal alterando suas leis para interferirem diretamente na migração venezuelana, e do outro, temos o protagonismo de agências como a ONU e a ACNUR, atuando na governança deste fluxo, trazendo a ótica do humanitarismo (AGIER, 2006; MÁRMORA, 2010). Em Agier (2006, p. 213), a questão humanitária encontrava-se diretamente ligada à atuação das agências que realmente concentravam suas atuações no que concerne ao estado de bem-estar social. Porém, já o poder público, aproxima-

²⁵ “O termo governamentalidade é o elo perdido entre os dois principais projetos de Foucault após Vigiar e punir: o primeiro é a genealogia do Estado moderno, e o segundo envolve questões éticas, uma genealogia do sujeito. Com esse projeto, ele alcança o cerne da relação entre pedagogia e política” (AMOS, 2010, n. p.).

se deste caráter ao denominar os corpos migrantes como refugiados, garantindo-lhes certos direitos como pessoas vulneráveis, criando assim, uma “dependência humanitária” que se aproxima das assimetrias do biopoder. Para ele, cada vez mais o governo utiliza-se da lógica do “*care, cure and control*” como um sistema de identificação, abrigo, rastreamento e realocação (AGIER, 2006, p. 198).

O incentivo de realocação, ou interiorização, condizente com a estratégia de romper com o isolamento geográfico dos venezuelanos concentrados no estado de Roraima, favorecia o aumento de oportunidades laborais, porém facilitava a construção de “sítios humanitários”, uma vez que esses migrantes são colocados às margens da sociedade, afastados dos lugares comuns.

Na dicotomia da perspectiva decolonial, Quijano (2010) propõe pensar a colonialidade do poder-saber-ser, como agentes disciplinadores de corpos periféricos, imbuindo-se de uma desumanidade e assim dominando-os e escravizando-os. É pertinente para ele trazer ao debate a compreensão das relações de poder que estiveram e ainda se encontram nos corpos de Abya Yala, na instauração do que o pensamento eurocêntrico propôs do corpo e não corpo. Para ele, corpos originários das periferias do sistema mundo foram considerados pelos sujeitos do Norte Global como mais próximos da natureza. Sendo assim, a proximidade e a distância do natural age como difusor do ideal de corpo, não-corpo. Quanto mais próximo da natureza, maior é sua desumanização, sua capacidade de irracionalidade.

Este modelo de pensamento colonialista interferiu na construção do conhecimento local, na configuração de identidades e, sobretudo, na ideologia da exploração, pois corpos naturais, ou não-corpos privados de humanismo e racionalidade, são objetos domináveis e necessitam ser disciplinados. Na esteira deste pensamento do humano e o não-humano, o Estado, munido de seus aparatos de poderes, torna-se o dispositivo de vigilância, tal como o Panóptico de Foucault, tornando esses não-corpos em corpos dóceis.

Nesse sentido, todas as estratégias desenvolvidas pelo Governo Federal para controlar, abrigar e vigiar a migração venezuelana, aqui disfarçada de programa humanitarista, destacando sempre o aspecto de crise social, visavam como iniciativa uma proteção efetiva aos corpos venezuelanos, uma vez que a segurança destes estava para além de sua independência. Assim, para Azevedo e Ferreira (2019, p. 35):

A iniciativa de interiorização garante proteção efetiva para refugiados migrantes venezuelanos, uma vez que o estado de Roraima sozinho não tem condições de integrar todos os recém-chegados [...] Por isso a interiorização é parte dessa resposta e, por ser nacional, envolve outros estados brasileiros.

José Egas (representante do ACNUR no Brasil). [...] A Agência da ONU para Refugiados considera o programa exitoso. O Programa de Interiorização vem com uma saída para essa situação, de um lado aliviar essa sobrecarga no Estado e de outro gerar melhores possibilidades de acesso ao trabalho, acesso à renda, à integração. Paulo Sérgio de Almeida (Oficial de Meios de Vida do Acnur).

Envolvendo outros estados brasileiros na ajuda conjunta para resolver os problemas locais do estado de Roraima frente à alta demanda de migrantes venezuelanos, com o intuito de promover a proteção efetiva dos venezuelanos, o programa da Operação Acolhida foi a forma que o poder público encontrou para estabelecer uma ordem e controle por estes corpos indesejados.

6 O BOLSONARISMO E A POLÍTICA INTERNA DAS MIGRAÇÕES

Já em 2018 ficava evidente a ascensão de um novo modelo de conduta política para o Brasil. Com uma margem significativa de votos, o então parlamentar eleito à presidência da República, Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), encontrou espaço na atuação governamental do país prometendo uma ruptura com a tradição política dos governos passados. Levantando a bandeira do nacionalismo, Bolsonaro movimentava as massas e a elite, com um discurso anticorrupção e defendendo a volta de valores morais rígidos.

Seguindo a figura de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, como inspiração para seu governo, assumia uma política pró-ocidental, neoliberal e nacionalista. Bolsonaro não só tomou este como modelo a ser seguido como também se alinou às forças estadunidenses de modo unilateral, defendendo a “grande potência mundial” sem questionar os interesses hegemônicos do país em nível internacional (DURVAL, 2019, p. 54).

Tal alinhamento com as políticas norte-americanas, através de uma agenda nacionalista, seguia para uma tendência ultraconservadora, valorizando elementos como a família nuclear, a religiosidade e uma crítica ao globalismo cultural defendido pela esquerda. Este modelo político veio a influenciar notoriamente os aspectos das migrações no Brasil. O próprio presidente não escondia sua insatisfação frente à demanda de estrangeiros no país, mesmo antes de ascender ao poder.

Durante uma entrevista ao Jornal Opção em 2015, já era possível perceber seu posicionamento a respeito do enfraquecimento das Forças Armadas frente à suposta ameaça estrangeira: “Aos marginais do MST, dos haitianos, senegaleses, bolivianos e tudo que é escória do mundo que, agora, está chegando os sírios também. A escória do mundo está chegando ao Brasil”.

Figura 15 – Bolsonaro vê imigrantes como “ameaça”



Fonte: Vitor (18 set. 2015)

Questionado a respeito da política de controle da migração durante o Fórum de Liberdade e Democracia, em 2016, Bolsonaro daria mais uma de suas respostas em prol da defesa nacional: “nossa casa!”; e completa: “Aqui não pode entrar qualquer um não. Já basta os cubanos legalizados aqui, fantasiados de Mais Médicos. Nós não podemos fazer do Brasil a casa da mãe Joana” (BARRA, 2016). Já eleito, em 2018, Bolsonaro defendeu maior controle do ingresso de refugiados venezuelanos fugidos da ditadura venezuelana, sugeriu a criação de campos de refugiados e alegou “do jeito que estão fugindo da fome e da ditadura, tem gente também que nós não queremos no Brasil” (CORRÊA, 2018).

Bolsonaro também viria a criticar a criação da nova Lei de Migração em vigor desde 2017: “Vê, a França aceitou algo parecido com isso, ó a desgraça que está lá. Nós somos humanos, queremos respeitar os direitos humanos, mas ninguém quer botar certo tipo de gente para dentro de casa. E o Brasil é a nossa casa” (MAIA, 2018). Bolsonaro teceu ao longo de sua campanha e governo inúmeras críticas ao processo de migração, em que muitas vezes elogiava a atuação do presidente Donald Trump e a necessidade de se construir muros de contenção. Em uma de suas viagens à Índia, Bolsonaro declarou:

A nossa lei de migração é uma vergonha, fui o único a votar contra e fui muito criticado pela imprensa. Eles chegam no Brasil com mais direito do que nós. Isso não pode acontecer, porque devemos preservar o nosso país. Se abrir as portas como está previsto na lei de migração, o país pode receber um fluxo de pessoas muito grande e com muitos direitos. (SENRA, 2020)

Ao fazer uso da temática das migrações como ferramenta de discurso em sua campanha, Bolsonaro se aproveitou do clima de descontentamento da sociedade para também tecer críticas ao governo venezuelano. Para alguns autores, a estratégia de criticar a migração venezuelana acompanha a visão de oposição que o presidente tem com relação ao governo de Maduro e a sua aliança com o antigo governo petista. Para Martino e Moreira (2020), Bolsonaro se utilizou do acolhimento aos nacionais venezuelanos como meio de demonstrar o fracasso da suposta ditadura bolivariana, desmoralizando o país vizinho.

Em uma de suas *lives*, prática recorrente de suas redes sociais como elemento de aproximação com o povo que oportunizou a destilação de suas ideias conservadoras, Bolsonaro visitou, no dia 25 de agosto de 2021, um dos abrigos de venezuelanos da Operação Acolhida em Boa Vista (RR) com o intuito de obter imagens e mostrar à sociedade a precarização daquelas pessoas e o modelo de acolhimento adotado pelo Brasil. Defendendo um discurso catastrófico, Bolsonaro não perdeu a oportunidade de criticar o Partido dos Trabalhadores ao censurar o regime socialista que o Brasil poderia adotar caso Luís Inácio Lula da Silva voltasse ao poder, dada a sua proximidade com o governo de Maduro: “O que a gente quer mostrar aqui para o povo brasileiro: a gente não quer isso para nosso país. Muitos olham, têm um foco apenas em uma área e nós temos que ver que o bem maior é a nossa liberdade. As escolhas erradas levam a isso” (VILELA, 2021, n. p.) e completa:

Irmãos venezuelanos, sabemos o sofrimento de vocês, como vocês chegaram nessa situação, o que uma pessoa está fazendo contra vocês na Venezuela. O Brasil é um país de pessoas que têm profundo respeito pelo sofrimento dos outros. Sei que vocês gostariam de estar no país de origem, mas saíram de lá para fugir da ditadura, de necessidade e até mesmo da violência. O Brasil é um país humanitário, que faz o trabalho de acolhê-los e integrá-los ao restante do país. O que a gente mais gostaria que acontecesse é que a Venezuela voltasse à normalidade e que vocês tivessem a vida que tinham no passado antes da chegada da ditadura.

Em consonância com seus discursos contra migração, Bolsonaro fez de seu governo um lugar de críticas aos estrangeiros, adotando políticas que iam na contramão da visão do Brasil como um país acolhedor. A adoção de medidas tomadas pelo presidente retomavam a visão securitária abandonada pelos governos anteriores, se aproximando do modelo seguido pelo período da Ditadura Militar da visão de segurança nacional. A saída do Pacto Global das

Migrações²⁶ logo após sua posse em janeiro e a publicação das Portarias n.º 666 e 770, cuja finalidade seria impedir o ingresso, repatriação e a deportação de pessoas “perigosas”, mudaria significativamente a política externa, principalmente para os países aos quais o atual governo se opunha (MENDES; MENEZES, 2019; SOUZA, 2019).

Dessa forma, as atribuições de Bolsonaro enquanto presidente reforçam em suas práticas discursivas a manifestação de uma política securitária no Brasil e expressam as novas diretrizes de pensamento que repercutem na sociedade brasileira. Bolsonaro utilizou-se das ferramentas discursivas para criticar e se distanciar da Venezuela, uma vez que o regime de Maduro foi grande aliado do governo petista. Ao abjurar as migrações venezuelanas no Brasil, Bolsonaro, na verdade, demonstrava expor o fracasso do modelo político de Maduro, sempre enfatizando a situação em que poderíamos chegar caso o governo socialista do PT voltasse ao governo (MARTINO; MOREIRA, 2020).

Essa nova visão de oposição aos processos de mobilidade que ascendia no Brasil, muito pelo incentivo de nosso presidente, despertou das organizações envolvidas uma atuação mais profícua e defensora da população migrante. Em plenária realizada em 13 de junho de 2019, a coordenação do CONARE produziu a Nota Técnica n.º 12/2019 com base no Estudo de País de Origem, defendendo que a situação venezuelana fosse considerada como grave e generalizada violação de direitos humanos (BRASIL, 2019a), fazendo as seguintes declarações:

1. Adotar procedimentos simplificados para a tramitação dos processos de reconhecimento da condição de refugiado de nacionais venezuelanos;
2. Que seja mantida a indispensabilidade de entrevista de elegibilidade, devendo esta ocorrer ainda que de maneira simplificada;
3. Que seja mantida a indispensabilidade de verificação de excludentes, com base no art. 3º da Lei nº 9.474/97. Sobre este ponto, mister recordar também que a nota de orientação do Acnur reconhece que a condição de refugiado conforme Cartagena não se aplicaria a membros de coletivos e megabandas, entre outros grupos de guerrilha urbana, bem como membros de grupos criminosos organizados e pessoas que se beneficiam materialmente das circunstâncias na Venezuela; [...]
6. Por fim, considerando as mudanças no contexto interno do país, sugere-se que a atualização da decisão seja feita, no mínimo, após transcorridos 12 meses, a contar da data de decisão inicial pelo Comitê Nacional para os Refugiados, com a ressalva de que pode ser feita a qualquer

²⁶ Fechado em 2017 e chancelado no ano passado, o pacto estabelece orientações específicas para o recebimento de imigrantes, preservando o respeito aos direitos humanos sem associar nacionalidades. Dos representantes dos 193 países, 181 aderiram ao acordo. Estados Unidos e Hungria estão entre os que foram contrários. República Dominicana, Eritreia e Líbia se abstiveram. No final de 2017, existiam quase 25,4 milhões de refugiados em todo o mundo. Atualmente, apenas dez países acolhem 60% das pessoas nessa situação. Só a Turquia abriga 3,5 milhões de refugiados, mais do que qualquer outro país. O pacto global sobre refugiados aponta quatro objetivos principais: aliviar a pressão sobre os países anfitriões, aumentar a autossuficiência dos refugiados, ampliar o acesso a soluções de países terceiros e ajudar a criar condições nos países de origem, para um regresso dos cidadãos em segurança e dignidade.

momento caso haja mudança no contexto fático do país. (BRASIL, 2019a, p. 13)

A Nota Técnica n.º 12/2019 se baseia na aplicação do Estatuto do Migrante da Declaração de Cartagena²⁷ no qual defendia uma política migratória em que os sujeitos em situação de mobilidade, como os refugiados venezuelanos, deveriam gozar de mais proteção do governo federal (JUBILUT; FERNANDES, 2018). Defendia-se, portanto, um “sistema mais robusto de proteção e integração social, o que facilita o acesso à regularização, à assistência e a equipamentos públicos” (PEREIRA, 2020), além dos direitos à reunificação familiar, além da garantia prevista pelo *non-refoulement* o qual prevê o direito aos solicitantes e refugiados de não serem devolvidos para as fronteiras de seus territórios (BRASIL, 1997).

Entretanto, a referida Nota Técnica também salientava que a proteção do refúgio só é válida em território brasileiro, quando essa é colocada como uma necessidade e que no caso a migração pendular venezuelana, muito comum no Estado de fronteira, poderia colocar em risco a manutenção da regularização migratória dessas pessoas (SILVA, 2018). Nesse sentido, a regularização por meio do refúgio só se manteria no caso de existirem circunstâncias específicas que provocam a necessidade de proteção, em contrário é possível que se determine a cessação de tal *status* (BRASIL, 2019a)²⁸.

Esse procedimento possibilita que as concessões de *status* de refúgio só se concretizaram após uma análise de cruzamento de dados entre o CONARE, a Polícia Federal e o Ministério da Justiça de Segurança Pública (MJSP), para que fossem observados os antecedentes criminais de cada solicitante (GRILLO, 2019). Priorizou-se os venezuelanos que já se encontravam no Brasil sem solicitação de autorização de residência, concedendo o reconhecimento a cerca de 21 mil venezuelanos em 6 de dezembro e 17 mil em janeiro de 2020. Nos demais casos, esse cruzamento de dados possibilitou que fossem julgados como indeferidos vários pedidos de entrada no Brasil como explica André Furquim, diretor do Departamento de Migrações do MJSP:

²⁷ No fim da década de 1980, a Acnur se instalou definitivamente em Brasília. No contexto do Continente Americano, em 1984, a Declaração de Cartagena, realizada no México após incremento de refugiados na América Central, ampliou a condição de refugiado. No início da década de 1980, um conjunto de leis passou a vigorar na regulação da relação estatal brasileira com os imigrantes. A Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, passou a definir a situação jurídica do imigrante estrangeiro no Brasil, e criou o Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Ressalta-se que essa Lei enquadra o imigrante ao interesse nacional, definindo condicionantes para permanência e sendo bastante dura com as observâncias às regras (BRASIL, 1980, *apud* GRILLO, 2019, p. 22).

²⁸ Em agosto de 2020, o CONARE decidiu renovar por mais 12 meses a decisão de reconhecer os venezuelanos como refugiados pela grave e generalizada violação de direitos humanos (BRASIL, 2020b).

Quando a gente chegou no perfil considerado seguro para conceder o benefício, a gente ainda fez uma avaliação de antecedentes criminais, por meio de cruzamento com vários bancos de dados existentes, porque a lei de refúgio prevê situações em que as pessoas não podem ser beneficiadas pelo instituto. O que foi apresentado aos integrantes do Conare: ‘Olha, nós temos segurança de dizer para os senhores que a gente tem esses processos com esse perfil, então os senhores podem deliberar a respeito da condição de refúgio’. (O ANTAGONISTA, 2019)

Mesmo com a política de cruzamento de dados que prevê uma atenção mais específica aos migrantes, como prevê o item 3 da Nota Técnica (BRASIL, 2019a), membros de coletivos ou grupos guerrilheiros e que nestes casos a condição de exclusão seja suficiente para impedir sua entrada no Brasil, o país se tornou o maior dentro da América Latina em número de refugiados venezuelanos com reconhecimento de *status* e permanência, com um total acumulado de mais de 50 mil pessoas até agosto de 2020 (BRASIL, 2020b).

O ano de 2020 seria marcado por uma forte crise em âmbito mundial com a propagação da Covid-19, iniciada na cidade de Huwan na China ainda em 2019. Jair Bolsonaro, em seu primeiro ano de posse, veio a enfrentar um dos maiores desafios de sua gestão. Seus discursos sobre a segurança nacional e o fechamento de fronteira encontraram concretude quando se acentuou o número de casos de Covid-19 no país. Após ser decretado o Lockdown, a fronteira entre Pacaraima e Santa Elena também foi fechada parcialmente em 18 de março de 2020. Para os venezuelanos que cruzavam a fronteira diariamente era permitido o retorno ao seu país de origem, porém o regresso ao Brasil não poderia ocorrer nos próximos 15 dias de fechamento da fronteira.

Do lado brasileiro, era observada uma forte barreira organizada pela Força Nacional, da Polícia Federal e do Exército, como medida de contenção do fluxo de migrantes. Os migrantes já instalados no país ficaram ainda mais marginalizados nesse contexto, devido à falta de informação por parte do Governo Federal no que tange ao auxílio emergencial, acesso à saúde e questões sanitárias (VALERY, 2020). Mesmo a fronteira fechada e a política de vigilância sanitária adotada pelo Brasil não impediram a entrada de venezuelanos no país, que nesse momento adotavam rotas alternativas por meio das matas e em situação ainda mais precária.

De acordo com o Relatório Mensal publicado pelo Observatório das Migrações Internacionais (CAVALCANTI *et al.*, 2020), os efeitos do SARS-COV-2 foram bastante significativos no comportamento e no volume de registros de migrantes entre os meses de março e abril, mostrando uma diminuição de 50% com relação aos anos anteriores. Porém, como citado anteriormente, isso não impediu que uma pequena leva ainda cruzasse a fronteira de modo irregular através das trilhas conhecidas como Las Trochas.

O relatório também evidencia que, entre 2019 e o ano de 2020, apresentou queda de 67,8% do número de pessoas que entraram e saíram do país, devido às restrições impostas pela pandemia. Em contrapartida, o número de migrantes deportados, expulsos ou extraditados teve um aumento de 969,1% (CAVALCANTI *et al.*, 2020, p. 20).

A edição da Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, disponibiliza as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, trazendo definições para termos que, a partir de então, se tornaram comuns ao vocabulário social, como “isolamento” e “quarentena”, observados no artigo 2, inciso I e II:

OPRESIDENTEDAREPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, responsável pelo surto de 2019.

§ 1º As medidas estabelecidas nesta Lei objetivam a proteção da coletividade.

§ 2º Ato do Ministro de Estado da Saúde disporá sobre a duração da situação de emergência de saúde pública de que trata esta Lei.

§ 3º O prazo de que trata o § 2º deste artigo não poderá ser superior ao declarado pela Organização Mundial de Saúde.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - isolamento: separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus; e

II - quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus. (BRASIL, 2020c)

As primeiras medidas adotadas para as restrições do novo coronavírus foram editadas através da Portaria n.º 120, de 17 de março de 2020, assinadas pelos ministros da Saúde Luís Henrique Mandetta; Casa Civil, Walter Souza Braga; e Justiça, Sérgio Moro. A norma previa a restrição temporária de entrada de estrangeiros oriundos da Bolívia e Venezuela, justificando a restrição a partir da recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), formalizada por meio de Nota Técnica n.º 1/2020/SEI/GADIP-DP/ANVISA, de 17 de março de 2020 (SERRA *et al.*, 2021).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 120, DE 17 DE MARÇO DE 2020
OS MINISTROS DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DA JUSTIÇA E SEGURANÇA

PÚBLICA E DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e os art. 3º, 37 e art. 47 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e tendo em vista o disposto no art. 3º, caput, inciso VI, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2 (covid-19);

Considerando que é princípio da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, previsto no VI do caput do art. 4º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, a eficiência na prevenção e na redução de riscos em situações de emergência que possam afetar a vida das pessoas;

Considerando a necessidade de dar efetividade às medidas de saúde para resposta à pandemia da covid-19 previstas na Portaria nº 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 1/2020/SEI/GADIP-DP/ANVISA, de 17 de março de 2020, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, com recomendação de restrição excepcional e temporária de entrada no País, resolvem:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme o disposto no inciso VI do *caput* do art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Fica restringida, pelo prazo de quinze dias, contado da data de publicação desta Portaria, a entrada no País, por rodovias ou meios terrestres, de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela. Parágrafo único. O prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado, conforme recomendação técnica e fundamentada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

Art. 3º A restrição de que trata esta Portaria decorre de recomendação técnica e fundamentada da Anvisa por motivos sanitários relacionados aos riscos de contaminação pelo coronavírus SARS-CoV-2, em especial em razão:

- I - da dificuldade de o Sistema Único de Saúde brasileiro comportar o tratamento de estrangeiros infectados pelo coronavírus SARS-CoV-2; e
- II - da dificuldade de impedir a disseminação do coronavírus SARS-CoV-2.

Art. 4º A restrição de que trata esta Portaria não se aplica:

- I - ao brasileiro, nato ou naturalizado;
- II - ao imigrante com prévia autorização de residência definitiva em território brasileiro;
- III - ao profissional estrangeiro em missão a serviço de organismo internacional, desde que devidamente identificado; e
- IV - ao funcionário estrangeiro acreditado junto ao Governo brasileiro.

Art. 5º A restrição de que trata esta Portaria não impede:

- I - o livre tráfego do transporte rodoviário de cargas, na forma da legislação vigente; e
- II - a execução de ações humanitárias transfronteiriças previamente autorizada pelas autoridades sanitárias locais.

Art. 6º O descumprimento das medidas disciplinadas nesta Portaria implicará:

- I - a responsabilização civil, administrativa e penal do agente infrator; e
- II - a deportação imediata do agente infrator e a inabilitação de pedido de refúgio.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

A restrição por 15 dias de estrangeiros oriundos desses países fronteiriços concentrava-se exclusivamente para os deslocamentos por meio terrestre (sem inclusão das vias aéreas). A entrada só era permitida em alguns casos excepcionais como ações humanitárias transfronteiriças previamente autorizadas pelas autoridades sanitárias, o que, na realidade, demonstra uma ação desproporcional no que concerne à imposição de barreiras sanitárias destinadas à população migrante altamente vulnerabilizada, visto que até o momento a Venezuela registrava apenas 16 casos, contra 238 casos no Brasil (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020).

Apesar de todas as interferências do presidente e sua base de governo, o Brasil se tornou o país da América Latina com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos (MOREIRA; MOURA, 2020, p. 160). Neste contexto, Bolsonaro mudaria o tom de seu discurso a partir de agora reverberando um tom de acolhimento, garantindo a proteção necessária aos migrantes/refugiados venezuelanos, sem perder a oportunidade de criticar os modelos de governo ditos socialistas. Com o *slogan* de campanha “Deus acima de todos”, para Pereira (2020), ficava claro que o problema de Bolsonaro não estava ligado diretamente aos refugiados venezuelanos, mas sim, exclusivamente na batalha contra as ideologias comunistas.

7 INTERIORIZAÇÃO PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O Estado do Rio Grande do Sul começou a sua participação no processo de interiorização a partir da segunda rodada do programa. Os primeiros migrantes venezuelanos a serem interiorizados para a Capital chegaram em 5 de setembro de 2018, através de um voo fretado pela Força Aérea Brasileira (FAB) que trazia 221 migrantes. O segundo voo chegou no mesmo mês, no dia 12, com cerca de 200 migrantes, sendo 67 mulheres e 56 homens, conforme matéria do jornal Zero Hora. Todos foram alojados em um prédio na Capital, alugado pela ACNUR.

Figura 16 – Primeira leva de migrantes venezuelanos chega no Rio Grande do Sul

CRISE MIGRATÓRIA

Primeiro grupo de venezuelanos embarca para o RS

Os 125 migrantes chegarão a Porto Alegre durante a noite e, depois, seguem para Esteio

05/09/2018 - 10h31min
Atualizada em 05/09/2018 - 17h27min

COMPARTILHE:   



BIBIANA DIHL
[Enviar E-mail](#)

Fonte: Zero Hora (5-6 set. 2018)

Entre os anos de 2016 e 2019, foram interiorizados cerca de 2.191 migrantes para a capital. Já em 2020, do total de 17.385 venezuelanos entrando no Brasil, 18% foram interiorizados pelo programa para a Região Sul, sendo que 47% deles eram mulheres com idades entre 25 e 34 anos (CONARE, 2019). Segundo dados do Cartão Nacional do Ministério da Saúde, Porto Alegre concentrava nesta época cerca de 2.677 migrantes venezuelanos residindo entre a Capital e a região metropolitana. Representando 4,4% da população venezuelana residente no país, o Rio Grande do Sul já é considerado um dos cinco estados com maior número de interiorizados pela Operação Acolhida.

Quadro 4 – Painel de interiorização até outubro de 2018

UF	Municípios	Número de Imigrantes
AM	Manaus	465
BA	Salvador	5
BA	Alagoinha	25
DF	Brasília	101
MT	Cuiabá	146
PB	João Pessoa	69
PB	Conde	61
PE	Igarassu	102
PR	Curitiba	131
PR	Goioerê	68
RJ	Rio de Janeiro	132
RN	Caicó	60
RS	Porto Alegre	70
RS	Cachoeirinha	80
RS	Canoas	308
RS	Chapada	52
RS	Esteio	224
SC	Florianópolis	7
SC	Balneário Camboriú	220
SC	Chapecó	7
SP	São Paulo	457
SP	Araçatiguama	10
SP	Guarulhos	54
TOTAL		2.854

Fonte: 2º Relatório de Atividades da Operação Acolhida, out. 2018

É importante ressaltar que os dados coletados a respeito do número de migrantes venezuelanos no Estado do Rio Grande do Sul e Porto Alegre são limitados, tendo somente o Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra), e a Polícia Federal, ambos de caráter federal, em que se encontram os registros de cadastros para a emissão do Registro Nacional Migratório (RNM). Dentre essas fontes é possível ter acesso ao número de venezuelanos residentes oficiais, que já possuem o Registro Nacional e o Cadastro Único, o qual contempla a relação de migrantes que já estão desfrutando dos benefícios de assistência social.

De acordo com os dados do Sismigra, de 2018 a 2020, existem 29.357 mil migrantes registrados no Estado (BRASIL, 2021c), porém esse número não especifica maiores detalhes como país proveniente, raça, gênero etc. Já os dados obtidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) nos mostram um maior detalhamento no que concerne ao município de recepção, sexo, faixa etária, raça e escolaridade, entre outros. No Relatório da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, em Nota Técnica de n.º 40, publicada em junho de 2021, com dados referentes aos anos 2018 a 2020, constata-se que Porto Alegre é o município com mais migrantes venezuelanos, registrados na RAIS e no Cadastro Único, perdendo para o município de Caxias do Sul em número de venezuelanos com trabalho formal.

Tabela 1 – Número de venezuelanos nos municípios do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIOS	RAIS			SISMIGRA			CADASTRO ÚNICO		
	Ranking	Imigrantes %	Total %	Ranking	Imigrantes %	Total %	Ranking	Imigrante %	Não Imigrante %
Porto Alegre	1	21,4	23,5	1	17,6	12,8	1	13,9	9,7
Canoas	8	2,8	2,8	3	6,0	3,2	2	8,1	3,2
Caxias do Sul	3	7,3	5,4	7	4,4	4,1	3	6,5	2,6
Bento Gonçalves	12	1,9	1,5	13	1,9	1,1	4	5,3	0,5
Santana do Livramento	11	2,2	0,5	6	5,4	0,7	5	5,2	1,2
Gravataí	13	1,8	1,8	14	1,7	2,4	6	3,0	2,2
Cachoeirinha	10	2,2	1,3	18	1,2	1,2	7	2,6	1,1
Lajeado	6	3,4	1,3	12	2,0	0,8	8	2,6	0,5
Esteio	19	0,3	0,6	22	0,7	0,8	9	2,3	0,6
Passo Fundo	5	3,5	2,1	10	2,3	1,8	10	2,0	1,6
São Leopoldo	15	1,7	2,0	21	0,9	1,9	11	2,0	2,0
Chuí.....	7	3,3	0,1	5	5,5	0,1	12	1,4	0,0
Novo Hamburgo	16	1,4	2,4	16	1,3	2,2	13	1,3	1,7
Erechim	14	1,7	1,2	15	1,7	0,9	14	1,3	0,7
Pelotas	17	0,8	2,5	20	1,0	3,0	15	1,2	2,7
Uruguaiana	18	0,3	0,7	17	1,3	1,0	16	1,1	1,5
Santa Vitória do Palmar	22	0,1	0,2	8	4,4	0,3	17	0,8	0,4
Jaguarão	20	0,3	0,1	4	5,9	0,2	18	0,5	0,3
Aceguá	21	0,3	0,0	9	2,4	0,0	19	0,4	0,1
Garibaldi	4	4,8	0,5	23	0,4	0,3	20	0,3	0,1
Encantado	9	2,3	0,3	19	1,1	0,2	21	0,2	0,1
Candiota	23	0,0	0,1	11	2,2	0,1	22	0,0	0,1
Não especificado	2	16	0,0	2	15,6	0,0	23	0,0	0,0

Fontes: Cadastro Único (2021) (BRASIL, 2021a) – RAIS (2019) (BRASIL, 2021b) – SISMIGRA (2020) (BRASIL (2021c).

Fonte: Cadastro Único (2021) (Brasil, 2021a); RAIS (2019) (BRASIL, 2021b); SISMIGRA (2020) (BRASIL, 2021c)

Já em âmbito nacional, o Rio Grande do Sul é um dos estados da Região Sul que mais oferece vagas, atrás somente de Santa Catarina. De acordo com dados da Polícia Federal, cerca de 90 mil migrantes internacionais vivem hoje no Rio Grande do Sul e o estado ocupa o segundo lugar dentre os estados brasileiros a conceder mais autorizações de residência a imigrantes, sendo responsável por 35% de todas as autorizações concedidas no país no ano de 2018. Só na capital gaúcha, 128 registros temporários foram concedidos em 2018, e entre os anos de 2019 e 2020 foram 567 registros de venezuelanos (561 permanentes), segundo o Observatório das Migrações em São Paulo (2021).

Os venezuelanos interiorizados para o Estado do Rio Grande do Sul recebem auxílio de Organizações Não Governamentais que formaram parceria com as Prefeituras locais. A assistência vai desde abrigos ao encaminhamento de documentação, aulas de línguas e cestas básicas. Cada município recebe um valor dado pela ACNUR, destinado ao abrigo e alimentação destes venezuelanos recém-remanejados. O Rio Grande do Sul concentra cerca de 7% dos migrantes venezuelanos, sendo a capital Porto Alegre a líder em números.

Apesar das críticas tecidas à estratégia de interiorização, o Relatório apresentado na primeira fase de análise dos limites e desafios à integração local de refugiados e pessoas migrantes, organizado pela ACNUR, ONU Mulheres e UNFPA, apresenta dados que indicam os benefícios concedidos aos migrantes interiorizados com base nos que permanecem abrigados na Região Norte do país.

Cerca de 67% das crianças interiorizadas têm acesso à escola regular. Os venezuelanos interiorizados conseguem melhores ocupações laborais, com exceção das mulheres, que tanto

as realocadas quanto as abrigadas sofrem dificuldade em conseguir uma ocupação formal. Se somada a variável da raça, as mulheres negras ainda são mais vitimizadas. Diferente dos homens negros, elas não conseguem entrar no mercado de trabalho se não estiverem ligadas às redes de cuidados.

Tal disparidade nos é apresentada por meio da Nota Técnica n.º 40 publicada pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul, onde 62,6% venezuelanos aqui residentes permanentes já estão empregados. Todas as vagas giram em torno de setores como alimentação (13,9%), serviços gerais (8,3%) e obras (4,2%), entre outras ocupações (FGTAS/SINE, 2020). Desse total, 67,8% são vagas ocupadas por homens e 32,3% por mulheres, de forma que se identifica a desigualdade referente ao gênero no que concerne ao acesso ao mercado de trabalho formal para mulheres migrantes (RIO GRANDE DO SUL, 2021). O mesmo relatório identifica o número de mulheres, chefes de família, que são priorizadas no Programa Bolsa Família do Governo Federal, mediante a inscrição do CadÚnico, que compõe 54,4% no ano de 2019 a 2021 (Cadastro Único, 2021) (BRASIL, 2021).

Dessa forma, as dimensões de gênero e raça devem ser levadas em consideração ao se formular políticas voltadas para a população venezuelana. Com uma prevalência masculina, esse resultado pode indicar que o processo seletivo do público interiorizado privilegia mais os homens e sua força laboral no que concerne às vagas de emprego.

De acordo com o relatório final do Simpósio de Migrações, realizado em setembro de 2018 em Porto Alegre, a Lei n.º 13.445/2017 possui uma lacuna no que concerne à empregabilidade aos venezuelanos. Há pouca ou nenhuma base institucional que busque desconsiderar os efeitos discriminatórios com relação ao gênero e a raça na oferta de empregos. De acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE), os migrantes mais qualificados estão inseridos no mercado formal no Rio Grande do Sul, restando a informalidade para os demais que não se encaixam no perfil. Um migrante homem, sem família, que está em busca de uma oferta no mercado formal e que pode se adaptar a condições tais como morar num alojamento coletivo, é considerado uma ótima opção dentro da oferta de empregos.

Assim, a maioria dos migrantes que são interiorizados irá ocupar-se do mercado informal independente do grau de instrução, muitas vezes sem Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), com salários comparativamente mais baixos (especialmente mulheres). A discriminação no ambiente de trabalho, também é um desafio a ser superado, uma vez que esta não costuma ser denunciada. O migrante que não domina o idioma e não sabe a quem recorrer juridicamente torna a questão da empregabilidade e o preconceito inerente a ela um ponto sensível a ser mais bem elaborado.

O Estado do Rio Grande do Sul buscou resolver algumas das lacunas deixadas pela Lei de Migração, realizando alguns decretos em âmbito estadual no que concerne à qualificação da acolhida das pessoas migrantes. Um dos exemplos dessas tratativas é a publicação do Decreto n.º 49.729/2012, que estabeleceu a criação do Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas do Estado do Rio Grande do Sul (COMIRAT/RS), com o objetivo de promover e garantir o respeito aos direitos humanos das pessoas vulneráveis que se encontram em mobilidade no estado do Rio Grande do Sul.

O COMIRAT é responsável por elaborar, implementar e monitorar o Plano Estadual de Políticas de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas de Tráfico de Pessoas, com o objetivo de facilitar o acesso das populações migrantes às políticas públicas. A estrutura do COMIRAT inspirou uma série de versões municipais do Comitê. O COMIRAT/POA, estabelecido através do Decreto n.º 18.815/2014, é uma das articulações em âmbito municipal da capital para a formulação e implementação do Plano Municipal de Atenção às Imigrantes, Refugiadas, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas no Município de Porto Alegre. O COMIRAT/POA fomenta a articulação de políticas municipais específicas no que tange à formação de agentes públicos e da sociedade civil na compreensão da realidade migratória, evidenciando a legislação que protege os migrantes e refugiados, bem como estimula a realização de debates sobre o tema.

Atuando em conjunto com o Fórum Permanente da Mobilidade Humana do Rio Grande do Sul (FPMHTS) e demais organizações não governamentais, tem se desafiado em políticas de acolhimento e integração social dos migrantes que chegam aqui no Estado, incentivando a criação de abrigos, garantia de trabalho, auxílio aos desabrigados e assessoria jurídica que fica ao cargo do Serviço de Assistência Jurídica Universitária (SAJU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).²⁹

²⁹ O COMIRAT Municipal atua em parceria com o COMIRAT Estadual, DPU, CIBAI Migrações; Cátedra Sérgio Vieira de Mello, Rede socioassistencial e FPMHRS. Já sobre os atendimentos prestados pela SAJU, em 2019, até março foram 75 casos de 17 nacionalidades. As principais demandas são: regularização do status migratório; reunião familiar; revalidação de diplomas e casos trabalhistas. Homens senegaleses, seguidos de haitianos, compõem o perfil da maioria dos atendidos.



8 CONSIDERAÇÕES

Em 2017, o Alto Comissariado das Nações Unidas relatou que cerca de 50% de mulheres migrantes vivem em precariedade, sendo vítimas constantes de estupros e forçadas à prostituição. Cerca de 34 milhões de mulheres em idade reprodutiva vivem em situação de crise, enfrentando o machismo, a misoginia e o racismo, que as levam a uma grave violação de seus direitos sexuais e reprodutivos. Isso nos mostra que a situação das mulheres migrantes é determinada por uma estrutura fortemente patriarcal que visa anular toda a possibilidade de existência, solapando-as a uma invisibilidade e silenciamento eternos, através da negação dos atravessamentos identitários (LUGONES, 2018).

Ao se estudar o cenário das migrações, sob a perspectiva feminina, se reafirma a precariedade da condição da mulher nas sociedades contemporâneas, porém ao ampliar o olhar para os estudos de gênero, incorpora-se uma análise para além das estruturas da precariedades, violências e invisibilidades. Colocadas como protagonistas desse processo, as interpelações das mobilidades são solapadas a um segundo plano, pois a concentração de tal estudo está em evidenciar a busca dessas mulheres a um recomeço, um futuro digno para elas e seus filhos.

No que tange às migrações oriundas do Sul Global, aqui neste trabalho delimitado nas mulheres venezuelanas que hoje residem na Capital, podemos percebê-las através de sua coragem. São verdadeiras heroínas, que mesmo com tantas adversidades enfrentadas, foram capazes de transgredir as normas patriarcais e conservadoras que se arranjam na sociedade na Venezuela, saindo em busca de uma nova perspectiva de vida.

A partir das contribuições teóricas e metodológicas e de meu diário de campo, foi possível aqui presenciar as narrativas dessas mulheres que construíram ao meu lado o *corpus* desta dissertação. Seus relatos construíram 17 microcontos separados em subtítulos, que elevam suas forças, coragem e busca por progresso. Assim, não há como negar-lhes o protagonismo dessa análise. Elas tomam para si o papel principal deste trabalho e ganharam de mim a total admiração.

As narrativas, produzidas a partir de um olhar feminista decolonial, foram minha alternativa para evidenciar o protagonismo dessas mulheres que dialoga aspectos das corporalidades em mobilidade criaram uma desobediência, possibilitando uma nova

epistemologia, igualmente proposta pelos saberes decoloniais, em que a perspectiva de suas vozes evidenciam táticas, saberes e negociações neste novo espaço da mulher nos processos de migração.

Nesta via, o sistema colonial moderno de gênero, cunhado por Maria Lugones (2007), identificou que as relações de poder e saber dentro da América Latina regem todo um pensamento que invisibiliza, sobretudo, as mulheres a um “outro racializado” (CURIEL, 2014). Mas também elegeram ferramentas importantes para que tal invisibilidade fossem transgredidas estabelecendo uma nova consciência: uma Consciência Mestiça (ANZALDÚA, 1987).

Ao reivindicar a recuperação dessas vozes, autoras como Gloria Anzaldúa, na constituição dessa nova identidade da mulher decolonial e suas múltiplas possibilidades de existir e (re)existir a partir de seu lugar fronteira (*border*) nos mostram que a partir das linguagens, identidades e costumes híbridos a criação de “*la mestiza*” trata-se de evento que ao contrariar as normas eurocêntricas vigentes se estabelece como uma revolução nas estruturas do saber, ser e viver que enaltece os povos aqui existentes. Assim, a Consciência Mestiça nas palavras de Anzaldúa (1987, p. 105) é: “[...] um produto de transferência de valores culturais e espirituais de um grupo para outro”.

Busca-se através desta tomada de consciência narrar as histórias dessas mulheres de Abya Yala, que foram omitidas sob a sombra da colonialidade. Elas desafiam, agora, a normatização colonial de racialização patriarcal, através de seu “lugar de fala” em seu “lócus” fronteiriço, fazendo emergir uma categoria de pensamento: A consciência *mestiza* de onde a presença de corpos pensantes nunca se fizeram ausentes. Na narrativa anzalduana, a autora não só se posiciona em seu lugar étnico-racial/social/sexual ou de gênero, mas assume uma posição epistemológica para erigir a “*consciência mestiza*”, que além de promover uma quebra de paradigmas, rompe com o epistemicídio que a história dessas mulheres de fronteira sofreu (ANZALDÚA, 1999, p. 102).

Ao tensionar a necessidade de um pensamento que parta da fronteira, o movimento Decolonial, ou melhor, a Modernidade/Colonialidade pensa em recuperar vozes e corpos principalmente de mulheres periféricas, criticando, acima de tudo, os modelos culturais cuja cultura falocêntrica foi imposta às mulheres como normatização de uma obediência ao homem. O entendimento, portanto, das relações entre gênero e raça aqui na América Latina evidencia as situações distintas para os homens e mulheres colonizadas, cujas estruturas permanecem constituintes até os dias de hoje, pois, de acordo com Navaz (2008), o processo de invisibilidade das populações subordinadas se renova através das sequelas deixadas pelo imperialismo hoje representadas pelo processo capitalista e neoliberal.

Para o autor, o colonialismo deixou de herança um certo tipo de governabilidade que se pauta na ordem e regramento das vidas e configurando o pensamento moderno fundamentado no controle territorial e de Estado. Por conseguinte, os processos de migração, sobretudo os do século XXI, que se configuram através dessa nova rota de mobilidade SUL-SUL, encobrem-se por meio da política de hospitalidade o artifício da desumanização e subordinação de corpos.

Aqui no Brasil, essa hospitalidade está conectada às políticas de acolhimento criadas pelo Governo Federal, que oscilam entre o humanitarismo, a estranheza, a hospitalidade e hostilidade que, a bem da verdade, trata-se de uma escusa para a inferiorização e subordinação de corpos, saberes e culturas dos migrantes. Sendo assim, os migrantes venezuelanos que cruzam as fronteiras para o Brasil desamparados de aspectos jurídicos, psíquicos e emocionais, sobretudo as mulheres, deparam-se com muitos obstáculos.

As migrações denunciam a arbitrariedade dos Estados a partir de suas estruturas políticas-jurídicas que compõem o sentimento de Nação, no que tange à implementação das migrações seguras. A negação deste sujeito móvel, mesmo que aceito com ressalvas na sociedade de acolhida, o coloca numa esfera de não-lugar, um espaço entre pertencer e não pertencer, que é legitimado e constituído pelas políticas de controle e regramento de fronteiras. São elementos básicos intrínsecos ao conceito de soberania, no qual classificam todo movimento migratório como um fenômeno patológico a ser controlado (REDIN; MINCHOLA, 2015, p. 15).

Navaz (2008) nos dirá que tudo isso contribui, enquanto estratégia de dominação e invisibilidade do outro, uma tentativa de calar vozes, que se convergem no apagamento da construção de identidades e práticas políticas presentes no capitalismo neoliberal, que levam à consequência de exploração de grupos fragmentados, desterritorializados como os das mulheres migrantes.

Por outro lado, não estamos aqui dizendo que no Brasil não há políticas públicas de acolhimento aos migrantes. O que há são medidas jurídicas-legais, de maneira emergencial e fragmentada de pouca aplicabilidade frente à alta demanda de venezuelanos que entram no país (VENTURA, 2014, p. 10). No caso das mulheres migrantes isso fica ainda mais evidente. A nova Lei de Migração, aprovada pelo Senado em 18 de abril de 2017, de autoria do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), despertou bastante controvérsia ao ser apresentada.

Considerada por muitos um grande avanço jurídico em termos de direitos humanos – pois buscava tratar o migrante como sujeito de direito – e sob o *slogan* “Migrar é um direito humano”, não teve uma recepção unânime. De um lado, aqueles que defendem a revogação do antigo Estatuto do Estrangeiro, compactuando da ideia de que o Brasil necessitava revisar e

modificar suas estruturas legais frente à demanda de venezuelanos que entram no país, e de outro, grupos sociais e parlamentares ligados ao agronegócio reivindicavam a implementação de vetos, considerando a nova lei muito permissiva em termos de segurança, o que colocava o Brasil em risco de soberania nacional (ASSIS, 2018, p. 611).

O texto original pensava para além dos sujeitos que atravessam as fronteiras. Também considerava aqueles que ali circulavam como portadores de direito através do espaço geográfico pertencente, ignorando o conceito de fronteira demarcada, imposta pelo colonialismo. Porém, essa noção de liberdade de circulação e reconhecimento do indivíduo fronteiriço foi um dos 30 vetos organizados pelo presidente Michel Temer, que também vetaria o parágrafo único do art. 37 e o inciso IV do art. 40, que dispunham:

Art. 37. [...].

Parágrafo único. A concessão de visto ou de autorização de residência para fins de reunião familiar poderá ser estendida, por meio de ato fundamentado, a outras hipóteses de parentesco, dependência afetiva e fatores de sociabilidade.

Art. 40. [...].

IV - seja criança ou adolescente que esteja acompanhado de responsável legal residente no País, desde que manifeste a intenção de requerer autorização de residência com base em reunião familiar; (BRASIL, 2017).

Tal prerrogativa era justificada através da ideia de que a nova lei facilitava a entrada de crianças sem visto no Brasil, acompanhadas somente pelos pais ou representantes legais. Isso deixaria o processo migratório no qual crianças eram participantes suscetível ao sequestro e tráfico de menores. Este veto teve influência direta nos grupos de migrantes que não seguiam o modelo tradicional de família nuclear, negando direitos aos novos modelos familiares compostos por famílias monoparentais e pessoas LGBTQIA+ (ASSIS, 2018, p. 618).

Grande parte desta recusa deu-se devido à atual conjuntura de crise econômica no Brasil, bem como à crise em contexto internacional provocada pelo aumento de refugiados e ao medo de terrorismo (ASSIS, 2018, p. 618). Mesmo assim, a Lei seria aprovada sob pressão e desalentos. Os demais dispositivos vetados pelo presidente impediam, de certa forma, romper por completo o antigo paradigma da securitização, invocando a retrógrada ideia de defesa de território nacional como elemento de soberania. Isso evidenciava a existência de resquícios dos princípios basilares do antigo Estatuto do Estrangeiro, mesmo que reconhecendo, de modo geral, o migrante/refugiado como sujeito de direito, destacando o repúdio a qualquer ato de xenofobia e violência aos sujeitos em mobilidade. (ASSIS, 2018, p. 619), como nos mostram Redin e Minchola (2015, p. 41):

Em 2017, o Estatuto do Estrangeiro foi finalmente substituído pela Lei de Migração nº 13.445/2017, com a tentativa de uma nova abordagem pautada a partir dos princípios dos Direitos Humanos. No entanto, embora contenha uma carga principiológica e normativa de direitos humanos, os vetos parciais que sofreu, sua regulamentação e aplicação têm caminhado na contramão, ou seja, na direção do controle e da securitização.

A forte cultura patriarcal, herança de nossa colonialidade, impediu que a nova Lei de Migração, apesar de possuir uma linguagem neutra, classificasse as mulheres migrantes/refugiadas de acordo com o conceito de “grupo social” exposto pelas Diretrizes da ACNUR (2002, p. 3), nas quais ficam estabelecidos critérios que inserem tanto as mulheres como a população LGBTQIA+ como grupo de pessoas que compartilham de vulnerabilidades específicas.

[...] tem-se utilizado o critério de pertencimento ao grupo social para o reconhecimento do status de refugiado, especialmente para aqueles provenientes de Estados nos quais a mulher é tratada como um ser humano inferior, e portanto, não tem seus direitos fundamentais assegurados. (JUBILUT, 2007, p. 133)

As diretrizes implementadas pela ACNUR explicitam o sexo “como enquadramento na categoria de grupo social específico, sendo as mulheres um exemplo claro de um subconjunto imutáveis, que são frequentemente tratados de modo diferente em relação aos homens” (NAÇÕES UNIDAS – ACNUR, 2002, p. 4). Lamentavelmente, as diretrizes de proteção e classificação de grupo vulneráveis são apenas dispositivos de orientação, e não consta obrigatoriedade por parte dos Estados em alinhar-se a eles em sua legislação ou políticas migratórias.

Nesse sentido, a nova Lei de Migração peca no reconhecimento das mulheres migrantes e suas vulnerabilidades específicas ao gênero. Para Boyd e Grieco (2003, p. 22), mesmo que as políticas públicas aparentem uma certa neutralidade, é importante que esteja frisado e reconhecido que as mulheres migrantes, em um contexto de desigualdades, estejam mais bem amparadas de suas opressões e assim, preconizar a sua inserção à sociedade de acolhida. Estes estereótipos de gênero, aplicados em nossa sociedade regida pelo patriarcado, interferem nas relações sociais de mulheres altamente vulnerabilizadas, agravando o desemprego e a falta de acesso aos determinantes de saúde, facilitando a violência doméstica e a exploração, tornando-se um entrave presente na Lei de Migração.

No Brasil [...], tem aumentado a presença de mulheres imigrantes e refugiadas que atuam nas diferentes atividades que envolvem o serviço doméstico e as cadeias de cuidados. Não raramente, por dificuldades com idioma, falta de conhecimento da legislação brasileira e poucas informações sobre acesso a direitos estas mulheres migrantes trabalhadoras domésticas têm sido vítimas de exploração laboral e em algumas situações até de trabalho análogo ao escravo (CDHIC, 2017, *apud* MOREIRA, 2018, p. 61).

Em nossas entrevistas foi possível perceber que a tomada de decisão em migrar foi especialmente decidida pelas mulheres. Movidas pela necessidade de melhorar de vida e de sair de uma estrutura que as impedia de acessar seus direitos básicos, como saúde, alimentação, moradia e emprego, optaram pela saída de seu país e buscaram um ambiente mais acessível. Dessa forma, mesmo possuindo qualificação, aqui no Brasil viram-se obrigadas a exercer qualquer fonte laboral que subsidiem seus sustentos, sem desanimar.

A Venezuela tem se mostrado um país complexo para se viver. Estima-se que cerca de ¼ da população relata fazer apenas uma refeição diária, fazendo com que 22% das crianças com menos de cinco anos sofram com a desnutrição (CODEVIDA, 2020). Tal prerrogativa impede que sete milhões de nacionais consigam obter o mínimo de recursos para seu sustento, necessitando de ajuda humanitária (ONU, 2020), o que corresponde a 94% da população abaixo do nível da pobreza.

A falta de assistência básica e recursos para melhorias nesse quesito tem feito a Venezuela sofrer constantes desabastecimentos não somente de alimentos, mas de insumos para a saúde, água potável e energia elétrica, o que vem intensificando uma epidemia de doenças como tuberculose, difteria, malária e hepatite A.

De acordo com a *Human Rights Watch*, uma organização internacional não governamental que defende e realiza pesquisas sobre os direitos humanos, localizada nos Estados Unidos, em sua última visita à Venezuela, constatou que há uma escassez de medicamentos básicos como analgésicos e outros voltados para o tratamento da asma, hipertensão, diabetes e doenças cardíacas, entre outras. Seringas, gases e agulhas estavam em falta e mesmo exames laboratoriais básicos não podiam ser realizados. De acordo com Bonvecchio (2011, p. 277):

Venezuela pasa por un proceso de transición epidemiológica caracterizado por una disminución de las enfermedades infecciosas y un incremento de las enfermedades no transmisibles y las lesiones. Según el último anuario de mortalidad disponible, las cinco principales causas de mortalidad en mujeres son el infarto al miocardio, la diabetes, los tumores de órganos digestivos, los tumores de órganos genitales y la enfermedad cardíaca hipertensiva. Las principales causas de muerte entre los hombres son el infarto al miocardio, los

homicidios, los accidentes de vehículo de motor, la diabetes y los tumores de órganos digestivos. Llama la atención en particular el número de muertes por homicidios, que convierte a Venezuela en uno de los países latinoamericanos con mayores problemas de violencia.

Para a autora, a mortalidade infantil também é algo que assombra o país, registrando uma alta entre os anos de 2001 e 2003. Já em 2008, a taxa de mortalidade infantil subiu para 15.8 a cada mil nascidos. Dentre as causas, além da subsistência da saúde, estão a desnutrição tanto materna quanto das crianças, sobretudo na primeira infância na qual uma simples infecção intestinal pode levar ao óbito (BONVECCHIO, 2011).

No que concerne à alimentação, mesmo com a realização de programas como os Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP), criado por Maduro para tentar reverter a crise, também vêm sofrendo com o desabastecimento. As cestas entregues às comunidades mais carentes apresentam, muitas vezes, produtos vencidos e de má qualidade.

Uma outra dificuldade que a Venezuela vem enfrentando é a criação de monopólio de produtos. Com preços elevados, nacionais cobram até duas vezes mais o valor do produto. De acordo com o programa de Abastecimento e Produção (CLAP, 2020), ao atuar via *Plan Gorgojo* (Plano Caruncho), busca-se atacar a corrupção dentro da distribuição de alimentos nos supermercados do país. Em 2016, o Ministério Público venezuelano ordenou a prisão de 400 pessoas por formação de monopólio, boicote e contrabando, o que ficou conhecido na Venezuela como “*bachaqueo*” (MELLO, 2019).

De nossas entrevistadas, ao expressarem um sentimento de gratidão ao Brasil pela acolhida e pelas oportunidades conquistadas, tal agradecimento, infelizmente, vela uma face bastante triste. Entendemos que se o migrante, por sua condição de deslocamento, não for automaticamente inserido dentro da teoria da associação trabalho-valor, dificultam-se as chances de estruturação na sociedade de acolhida. Neste caso, as mulheres que migram traçam uma luta diária para construírem seu valor pelo reconhecimento (REDIN; MINCHOLA, 2015 p, 22), pois, naturalmente, na ansiedade de promover melhores condições de vida são incorporadas nas esferas da reprodução social do capital. Assim, submetidas de todas as formas vinculadas às explorações laborais e trabalhos precários, não cessam suas batalhas, tão pouco se inferiorizam por tais atividades que provêm seus sustento. A real importância concentra-se na busca por progresso e evolução pessoal; dessa forma, nas palavras de Smith (REDIN; MINCHOLA, 2015, p. 23):

invisibilizadas en torno al fenómeno migratorio, todo lo contrario, las pesquisas han tocado aspectos medulares que han servido para la

construcción de un campo de estudios que por su complejidad ha tenido que focalizar las miradas a diferentes niveles de análisis (nivel micro, meso y macro). Miradas que visibilizan a las mujeres y sus experiencias migratorias rescatando lo vivido.

Conhecer de perto as vidas dessas mulheres, apesar de aqui estarem representadas por um grupo delimitado, me possibilitou compreender que mesmo com todas as estruturas sociais precárias que envolvem o processo de migração – e, sobretudo, para a mulher torna-se ainda mais complexo – não as impede ou impediu de reverter tal quadro. Todo o conhecimento elencado através do referencial teórico sobre as migrações femininas, que durante anos as inviabilizou, aqui é posto em voga, uma vez que este trabalho foi construído para valorizar, para protagonizar essas mulheres, em primeiro plano, suas necessidades, conquistas e sonhos, lutas diárias que os sujeitos femininos travam na sociedade. Portanto, foi a partir de suas narrativas que evoco aqui: “*Que empiece el matriarcado e Echa PA’LANTE!*”

REFERÊNCIAS

- ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Ação contra a violência sexual e de gênero: uma estratégia atualizada**. 2012. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2012/Acao_contra_a_violencia_sexual_e_de_genero.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2012/Acao_contra_a_violencia_sexual_e_de_genero. Acesso em: 16 set. 2020.
- ACNUR parabeniza Brasil por reconhecer condição de refugiado de venezuelanos com base na Declaração de Cartagena. 29 jul. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/07/29/acnur-parabeniza-brasil-por-reconhecer-condicao-de-refugiado-de-venezuelanos-com-base-na-declaracao-de-cartagena/#:~:text=O%20Brasil%20aplicou%20pela%20primeira,casos%20com%20base%20neste%20crit%C3%A9rio>. Acesso em: 30 set. 2022.
- ADORNO, Theodore W. Teoría de la pseudocultura. *In*: ADORNO, Theodore W.; HORKHEIMER, Max (orgs.). **Sociológica**. Madrid: Taurus, 1986. p. 175-199.
- AGÊNCIA BRASIL. **Roraima**: atendimento a venezuelanos no SUS cresceu 23 mil vezes em quatro anos. 22 fev. 2018a. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-02/roraima-atendimento-venezuelanos-no-sus-cresceu-23-mil-vezes-em-quatro-anos>. Acesso em: 22 jul. 2022.
- AGÊNCIA BRASIL. **Roraima pede ao STF que determine fechamento da fronteira com Venezuela**. 13 abr. 2018b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-04/roraima-pede-ao-stf-que-determine-fechamento-da-fronteira-com-venezuela>. Acesso em: 22 jul. 2022.
- AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. Tradução de Paulo Neves. **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 197-215, nov. 2006.
- AGUIAR, Giane Maria Porto de. **Integração regional pela via energética**: estudo de caso da interligação elétrica Venezuela-Brasil. Orientador: Maria Helena de Castro Santos. 2011. [280f.]. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Brasília, DF, 2011.
- ALMEIDA, Mansueto. O novo Estado Desenvolvimentista e o governo Lula. **Economia & Tecnologia**, Curitiba, PR, v. 7, n. esp., p. 69-89, 2011.
- AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. **Revista História**, São Paulo, SP, v. 14, p. 125-136, 1995.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- AMENTA, Núzio Renzo. **A guerra de Hugo Chávez contra o Colonialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

AMOS, Karin. Governança e governamentalidade: relação e relevância de dois conceitos científicos-sociais proeminentes na educação comparada. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. esp., p. 23-38, 2010.

ANNONI, Danielle (coord.). **Direito internacional dos refugiados e o Brasil**. Curitiba: GEDAI, 2018.

ANTHIAS, Floya. Intersectional what? Social divisions, intersectionality and levels of analysis. *Ethnicities*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 3-19, 2013. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1025.9583&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La frontera: the new mestiza*. 2. ed. San Francisco: Aunt Lute, 1999.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 15, n. 3, p. 745-772, set./dez. 2007.

AZEVEDO, Alan; FERREIRA, Allana. Interiorização renova sonhos e cria oportunidades para mais 5 mil venezuelanos no Brasil. **ACNUR**, 19 mar. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/03/19/interiorizacao-venezuelanos-sonhosoportunidades>. Acesso em: 7 maio 2019.

BACOCINA, Denize A. **Brasil e Venezuela: aproximação e afastamento nos governos Lula e Chávez – 2003 a 2008**. Orientador: Maria Helena de Castro Santos. 2008. 55f. Monografia (Pós-graduação em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Brasília, DF, 2008.

BAENINGER, Rosana (org.). **Atlas temático do Observatório das Migrações em São Paulo**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2013.

BAENINGER, Rosana. Migrações contemporâneas no Brasil: desafio para as políticas sociais. In: PRADO, Erlan José Peixoto; COELHO, Renata (orgs.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 79-86.

BAENINGER, Rosana *et al.* **Migrações venezuelanas**. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICO, Joice (coords.). **Atlas temático Migrações Venezuelanas**. Campinas: UNICAMP, 2018. 400p.

BAENINGER, Rosana; MESQUITA, Romeu Bonk. Integração regional e fronteiras: desafios para a governança das migrações internacionais na América Latina. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, n. 15, p. 146-163, 2016.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta Guimarães. Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 18., 2012, Águas de Lindoia, SP. **Anais [...]**. Águas de Lindoia, SP: ABEP, 2012. p. 1-15.

BAENINGER, Rosana; SIMAI, Szilvia. Racismo e sua negação: o caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo. **Travessia: Revista do Migrante**, São Paulo, ano XXIV, n. 68, p. 49-62, 2011.

BARRA, Paula. “Não podemos fazer do Brasil a casa da mãe Joana”, diz Bolsonaro sobre imigração de venezuelanos e haitianos. **InfoMoney**, [S. l.], out. de 2016. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/nao-podemos-fazer-do-brasil-a-casa-da-mae-joanadiz-bolsonaro-sobre-imigracao-de-venezuelanos-e-haitianos/>. Acesso em: 10 out. 2022.

BASSO, Pietro. Racismo de Estado e antirracismo de classe. **Margem Esquerda**, São Paulo, v. 24, p. 57-71, 2015.

BASSO, Pietro. Imigração, racismo e antirracismo na Europa de hoje. *In: TAVARES, Maria Augusta; GOMES, Cláudia (orgs.). Intermittências da crise e questão social: uma interpretação marxista*. UFPB: João Pessoa, 2013. p. 83-133.

BASTOS, Julia Pedroni Batista; OBREGON, Marcelo Fernando Quiroga. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro? **Derecho y Cambio Social**, Perú, p. 1-16, 1 abr. 2018. Disponível em: https://www.derechocambiosocial.com/revista052/VENEZUELA_EM_CRISE.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BERTOLDO, Jaqueline. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. 2017. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

BERTAUX, Daniel. **Los relatos de vida**. Barcelona, España: Bellaterra; 2005.

BONVECCHIO, Anabelle *et al.* Sistema de salud de Venezuela. **Salud Pública de México**, Cuernavaca, v. 53, supl. 2, p. s275-s286, 2011.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. **Women and migration: incorporating gender into international migration theory**. Washington: Migration Policy Institute, 2003.

BRASIL. Decreto n. 9.285, de 15 de fevereiro de 2018. Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 fev. 2018, p. 3.

BRASIL. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Solenidade de Passagem de Comando da Operação Acolhida. Palácio do Planalto. 16 jan. 2020. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 15822, 23 jul. 1997.

BRASIL. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 25 maio 2017.

BRASIL. Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 27, p. 1, 7 fev. 2020c.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Estratégia de interiorização**. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Caderno de Propostas pós-etapa nacional**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES E REFÚGIO, 1., São Paulo, 2014.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Conare concede status de refugiado a quase 8 mil venezuelanos**. Brasília: MJSP, 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Nota Técnica n. 3/2019/CONARE_Administrativo/CONARE/DEMIG/SENAJUS/MJ PROCESSO N. 08018.001832/2018-01 INTERESSADO: COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS - CONARE ESTUDO DE PAÍS DE ORIGEM - VENEZUELA**. 13 jun. 2019a.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Nota Técnica n. 12/2019/CONARE_Administrativo/CONARE/DEMIG/SENAJUS/MJ Processo n. 08018.001832/2018-01 Interessado: Comitê Nacional para os Refugiados – Estudo de País de Origem – Venezuela – Aditamento**. 3 dez. 2019a. Disponível em: <https://www.refworld.org/es/pdfid/5e349d774.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Perguntas frequentes**. Brasília: MJSP, 2020. Acesso em: 30.10.2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números**. 3. ed. Brasília: MJSP, 2018b. Acesso em: 30.10.2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números**. 4. ed. Brasília: MJSP, 2019c. Acesso em: 30.10.2020.

BRASIL. Portaria Interministerial n. 9, de 14 de março de 2018. Dispõe sobre a concessão de autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados, a fim atender a interesses da política migratória nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 51, p. 57, 15 mar. 2018.

BRASIL. Resolução Normativa n. 23, de 30 de setembro de 2016. Estabelece procedimentos de solicitação de passaporte e viagem ao exterior para pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 dez. 2016.

BRASIL. Resolução Normativa n. 126, de 2 de março de 2017. Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 43, p. 88, 3 mar. 2017.

BRASIL. **Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado ativas em 19 de outubro de 2020**. Brasília: Conare, 2020. Acesso em: 29.10.2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CARDIM, Carlos Henrique. **Venezuela**: visões brasileiras. Brasília: IPRI, 2003. p. 157-180.

CARROLL, Rory. **Comandante**: mito e realidade na Venezuela de Hugo Chávez. Nova York: Penguin Press, 2013.

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global. **Revista Internacional de Mobilidade Humana**, Brasília, DF, ano XVIII, n. 35, p. 11-43, jul./dez. 2010.

CASTLES, Stephen. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios**. Lisboa: Fim de Século, 2005.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **The age of migration**: international population movements in the modern world. 4. ed. New York: The Guilford Press, 2009.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente; SOARES, Fagno da Silva. História Oral entre reflexões e memórias: revisitando o percurso de Antônio Torres Montenegro e suas trilhas metodológicas do fazer historiográfico. **Revista Observatório**, Palmas, TO, v. 2, n. esp. 1, p. 426-446, maio 2016.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; MACEDO, Marília de. **Relatório Anual 2018**: migrações e mercado de trabalho no Brasil. Brasília, DF: OBMigra, 2018. (Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração)

CAVALCANTI, Leonardo *et al.* Acompanhamento de fluxo e empregabilidade dos imigrantes no Brasil. **Relatório Mensal do OBMigra**, Brasília, DF, ano 1, n. 6, jun. 2020.

CERVO, Amado Luiz. A Venezuela e seus vizinhos. *In*: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro;

CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 45, n. 1, p. 5-35, jun. 2002.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 5. ed. Brasília: UnB, 2015.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antonio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 57, n. 2, p. 133-151, dez. 2014.

CLOSS, Marília. Novo ciclo na América do Sul: transformações nos cenários de segurança e defesa na região. **Boletim OPSA**, Rio de Janeiro, RJ, n. 1, p. 10-14, mar./abr. 2019.

CONARE. **Refúgio em números 4ª edição**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019.

CONNECTAS. Governo Bolsonaro Deixa Pacto Global para Migração. **Conectas Direitos Humanos**, [S. l.], 9 jan. 2019. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/governo-bolsonaro-deixapacto-global-para-migracao>. Acesso em: 10 out. 2022.

CONGRESSO EM FOCO. Moradores de Roraima ateiam fogo a abrigo de venezuelanos. **Uol**, [S. l.], 18 ago. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projetobula/reportagem/moradores-de-roraima-ateiam-fogo-a-abrigo-de-venezuelanos/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Relatório das violações de direitos contra imigrantes venezuelanos/as no Brasil, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, no mês de janeiro de 2018**. Brasília, DF: CNDH, 2018.

CORRÊA, Douglas. Bolsonaro cogita criação de campo de refugiados para venezuelanos. **Agência Brasil**, [S. l.], 24 nov. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-11/bolsonaro-cogita-criacao-de-campo-de-refugiados-para-venezuelanos>. Acesso em: 20 set. 2022.

CORREIA, Luan Guilherme. Em visita a Roraima, ministro da Saúde anuncia liberação de R\$ 3,6 milhões. **Folha BV**, Roraima, RS, 28 dez. 2016. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/Em-visita-a-Roraima--ministro-da-Saude-anuncia-liberacao-de-R--3-6-milhoes/23818>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CORREIA, Luan Guilherme. Indígenas venezuelanos são deportados. **Folha BV**, Roraima, RR, 19 dez. 2015. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Indigenas-venezuelanos-sao-deportados/12463>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CORREIA, Luan Guilherme. Polícia Federal faz operação para deportar 450 venezuelanos ilegais. **Folha BV**, Boa Vista, RR, 10 dez. 2016a. Disponível em: folhabv.com.br/noticia/Policia-Federal-faz-operacao-para-deportar-450-venezuelanos-ilegais-/23253. Acesso em: 30 jul. 2022.

CORTINA, Adela. **Aporofobia: a aversão ao pobre, um desafio para a democracia.** Tradução de Daniel Febre. São Paulo: Contracorrente, 2020.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. *In*: ROSILLO MARTINEZ, Alejandro. (org.). **Teoria crítica dos Direitos Humanos no século XXI.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 154-175.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. **Temas Sociales**, La Paz, n. 11, p. 49-64, 1987.

CRUZ HERNÁNDEZ, Delmy Tania. Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. **Solar Revista de Filosofía Latinoamericana**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 35-46, 2017.

CURIEL, Ochy. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. *In*: AZKUE, Irantzu Mendia *et al.* (edits.). **Otras formas de (re)conocer: reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista.** Donostia, País Vasco: Universidad del País Vasco/HEGOA, 2015. p. 45-60.

DELFIN, Rodrigo Borges. O que mostram dados sobre pedidos de refúgio e deportações no Brasil em 2020. **Migra Mundo**, [S. l.], 22 fev. 2021. Disponível em: <https://migramundo.com/o-que-mostram-dados-sobre-pedidos-de-refugio-e-deportacoes-nobrasil-em-2020/>. Acesso em: 10 out. 2022.

DIAS, Letícia Otero. O feminismo decolonial de María Lugones. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO, 8., 2014, Dourados, MS. **Anais [...]**. Dourados, MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

DIHL, Bibiana. Primeiro grupo de venezuelanos embarca para o Rio Grande do Sul. **Zero Hora**, Porto Alegre, 5 set. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2018/09/primeiro-grupo-de-venezuelanos-embarca-para-o-rs-cjlp6jk4t00sj01pxg8a3marr.html>. Acesso em: 30 out. 2022.

DOMENECH, Eduardo. Controle da imigração indesejável: expulsão e expulsabilidade na América do Sul. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 25-29, 2015.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 24-33.

DUSSEL, Enrique D. **Filosofia na América Latina: filosofia da libertação.** São Paulo: Loyola, 1977.

ENCUESTA NACIONAL DE CONDICIONES DE VIDA. **Documento Técnico ENCOVI 2021.** Disponível em: https://assets.website-files.com/5d14c6a5c4ad42a4e794d0f7/6153a991f57a4692b5d525de_Documento%20Tecnico%20ENCOVI%202021%20NP.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

ESCUDE, Carlos. Peripheral Realism: an argentine theory-building experience 1986-1997. *In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). Concepts, history and Theories of international relations for 21st Century: regional and national approaches.* Brasília: Premium, Instituto brasileiro de relações internacionais, 2009. página de início e fim

ESCUDE, Camila. O protagonismo de mulheres imigrantes na construção de redes sociais para o fortalecimento identitário: o caso das brasileiras em Chicago (EUA). **REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, a. XXIV, n. 48, p. 179-196, set./dez. 2016.

ESSED, Philomena. **Everyday racism: reports from women of two cultures.** Alameda, CA: Hunter House Publishers, 1991.

EVARISTO, Conceição. Nossa fala estiliza a máscara do silêncio. **Carta Capital**, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d>. Acesso em: 30 set. 2022.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Tradução de José Laurênio de Melo. Juiz de Fora: UFJF, 1961; 2005.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021. v. 1.

FELDMAN-BIANCO, Bella. Deslocamentos, desigualdades e violência do Estado. **Ciência e Cultura**, Campinas, SP, v. 67, n. 2, p. 20-24, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e História Oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.

FREIRE, Luisa. Understanding the Venezuelan Displacement Crisis. **E-International Relations**, 28 jun. 2018. Disponível em: <https://www.e-ir.info/pdf/74606>. Acesso em: 30 out. 2020.

FREITAS, Maria Inah de Almeida. **De Vivências e Conversas: o protagonismo feminino na migração venezuelana.** Orientador: Lúcia Marina Puga Ferreira. 2021. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Amazonas, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Manaus, 2021.

FROTA, Gustavo. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil.** Curitiba: CRV, 2017. 112 p.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. (Arquivos Celso Furtado 1)

GALLEGOS, Rómulo. Necesidad de Valores Culturales in “Una Posición en la Vida” Comisión Centenario del Natalicio de Rómulo Gallegos Italgrafica, Caracas, 1954/1985.

GAMBOA, Laura. Venezuela: aprofundamento do Autoritarismo ou transição para a Democracia? **Relações Internacionais**, Lisboa, PT, n. 52, p. 55-66, dez. 2016.

GARCÍA, Ariadna. “Para as mulheres, o risco é dobrado”. **Goethe-Institut Brasilien**, [S. l.], 2019. Disponível em <https://www.goethe.de/ins/br/pt/kul/sup/jdf/21951755.html>. Acesso em: 27 set. 2022.

GIMÉNEZ, Lorena. **Bloqueo y despojo**: preguntas y respuestas sobre las medidas coercitivas unilaterales contra Venezuela. República Bolivariana de Venezuela, 2019. Disponível em: <https://sures.org.ve/wp-content/uploads/2020/02/BLOQUEO-Y-DESPOJO-WEB.pdf>. Acesso em: 3 out. 2022.

GONZÁLVEZ TORRALBO, Herminia; FERNÁNDEZ-MATOS, Dhayana; GONZÁLEZ-MARTÍNEZ, María. **Migración con ojos de mujer**: una mirada interseccional. Barranquilla, Colômbia: Ediciones Universidad Simón Bolívar, 2019.

GOVERNO FEDERAL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Conare concede status de refugiado a quase 8 mil venezuelanos**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/conare-concede-status-de-refugiado-ha-quase-8-mil-venezuelanos>. Acessado em: 30 out. 2020.

GRILLO, Marco. Governo brasileiro concede *status* de refugiado para mais de 21 mil venezuelanos. **O Globo**, dez. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/governo-brasileiro-concede-status-de-refugiado-para-mais-de-21-mil-venezuelanos-24120213>. Acesso em: 30 out. 2020.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Portugal: Cortez, 2010. p. 383-418.

GROSGOUEL, Ramón. The implications of subaltern epistemologies for global capitalism: transmodernity, border thinking and global coloniality. *In*: ROBINSON, William; APPLEBAUM, Richard (orgs.). **Critical globalization studies**. London: Routledge, 2005.

GUIMARÃES, Cesar. Integração hemisférica ou integração autônoma. *In*: LIMA, Maria Regina Soares (org). **Desempenho de governos progressistas do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Edições Iuperj, 2008.

HADDAD, Emma. **The refugee in international society**: between sovereigns. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. 254 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Imigração Venezuela-Roraima**: evolução, impactos e perspectivas. Brasília: IPEA, 2021.

JORDÃO, Fernando. Cinco pontos para entender a saída do Brasil do Pacto Migratório da ONU. **Correio Braziliense**, [S. l.], 10 jan. 2019. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/01/10/internabrasil,729949/cinco-pontos-para-entender-saida-do-brasil-do-pacto-migratorio-da-onu.shtml>. Acesso em: 15 out. 2021.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

JUBILUT, Liliana Lyra; FERNANDES, Ananda Pórpura. A atual proteção aos deslocados forçados da Venezuela pelos países da América Latina. In: BAENINGER, Rosana *et al.* **Migrações venezuelanas**. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 164-177.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. 4. ed. Coyoacan, México: Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 2005.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ. 1999

LISBOA, Teresa Kleba. **Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo**: a globalização da assistência. Florianópolis, SC: UFSC, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Epistemologia feminista e teorização social: desafios, subversões e alianças. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup (orgs.). **Coletânea Gênero Plural**. Curitiba: UFPR, 2002. p. 11-22.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves (coord.). **Historia Oral**: ensayos y aportes de investigación. Seminario de Historia Oral y Enfoque Biográfico. 2. ed. México: Ciesas, 2000.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 22, n. 3, p. 935-972, set./dez. 2014.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa (org.). **História Oral e migrações**: métodos, memórias e experiências. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **Memória e diálogo**: escutas da Zona Leste, visões sobre a História Oral. São Paulo: Letra e Voz; Fapesp, 2011.

MAGLIANO, Maria José. Migración, gênero y desigualdad social: la migración de mujeres bolivianas hacia Argentina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 17, n. 2, p. 349-367, maio/ago. 2009.

MAHLER, Sarah J.; PESSAR, Patrícia R. Gendered geographies of Power: analyzing gender across transnational spaces. **Identities**, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 441-559, jan. 2001.

MAIA, Gustavo. Bolsonaro critica Lei de Migração e fala em barrar “certo tipo de gente”. **Uol**, [S. l.], 12 dez. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/12/bolsonaro-critica-lei-migracao-certo-tipo-de-gente-dentro-de-casa.htm>. Acesso em: 30 set. 2022.

MARCHAO, Talita. MERCOSUL impõe nova suspensão à Venezuela. **Uol**, [S. l.], 5 ago. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/08/05/reuniao-da-cupula-do-mercosul-decide-pela-suspensao-politica-da-venezuela.htm>. Acesso em: 30 set. 2022.

MARINUCCI, Roberto. Feminização das migrações. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 15, n. 29, p. 5-22, 2007.

MÁRMORA, L. Modelos de governabilidade migratória: la perspectiva política en América del Sur. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, a. XVIII, n. 35, p. 71-92, jul./dez. 2010.

MARTINO, Andressa; MOREIRA, Julia Bertino. A política migratória brasileira para venezuelanos: do “rótulo” da autorização de residência temporária ao do refúgio (2017–2019). **REMHU Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 28, n. 60, p. 151-166, dez. 2020.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do eu. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. 3. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da História Oral: o caso brasileiro. **Revista de História**, São Paulo, n. 15, p. 191-203, 2006.

MELLO, Michelle de. Em seis anos de bloqueio, Venezuela foi alvo de 150 sanções e 11 tentativas de golpe. **Brasil de Fato**, Caracas, Venezuela, 8 out. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/08/em-seis-anos-de-bloqueio-venezuela-foi-alvo-de-150-sancoes-e-11-tentativas-de-golpe>. Acesso em: 30 set. 2022.

MENDES, Flávio da Silva. **Do consenso ao dissenso: o Movimento Bolivariano e o ressurgimento da política na Venezuela**. Orientador: Marcelo Siqueira Ridenti. 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278911>. Acesso em: 10 out. 2022.

MIGNOLO, Walter. **Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking**. Princeton: Princeton University Press. 2000.

MIGNOLO, Walter D. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. **The South Atlantic Quarterly**, [S. l.], v. 101, n. 1, p. 57-95, 2002.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Emprego do exército brasileiro na operação acolhida: enfoque na organização e no funcionamento das estruturas montadas para atender os imigrantes**. Brasília, DF: Exército Brasileiro, 2019.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. **Solar**, Lima, Peru, ano 12, v. 12, n. 1, p. 141-171, 2016.

MIRANDA, Cláudia. Más Allá de un cuento de hadas: resistencia y otros aprendizajes para la historiografía de la diáspora africana. In: SEPTIEN, Rosa Campoalegre; LOANGO, Anny Ocoró (coords.). **Afrodescendencias y contrahegemonías: desafiando al decenio**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2019. p. 27-62.

MOREIRA, Gabriel Boff. **A política regional da Venezuela entre 1999 e 2012: petróleo, integração e relações com o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2018. 355 p.

MOREIRA, Vitória Sacramento. Migrações femininas e a nova Lei de Migrações: uma análise sobre a ausência da perspectiva de gênero na nova lei. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, BA, v. 4, n. 4, p. 50-67, out./dez. 2018.

MOROKVASIC, Mirjana. Birds of passage are also women. **International Migration Review**, Paris, France, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1986.

MOROKVASIC-MÜLLER, Mirjana; EREL, Umut; SHINOZAKI, Kyoko (eds). **Crossing borders and shifting boundaries: gender on the move**. Oplanden: Vs Verlag Fur Sozialwissenschaften, 2003. v. I

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Venezuela: ONU pede respeito aos direitos humanos e fim de “retórica inflamatória”**. 28 fev. 2014. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/65303-venezuela-onu-pede-respeito-aos-direitos-humanos-e-fim-de-retorica-inflamatoria>. Acesso em: 20 jul. 2022.

NAVAZ, Liliana Suárez; CASTILLO, Rosalva Aída Hernandez. **Descolonizando el feminismo: teorías y practicas desde los márgenes**. Madrid, España: Catedra, 2008.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

NINÑO, Edgar Andrés Londoño. Questão de segurança ou de direitos humanos? A imigração venezuelana e as mudanças na Política Externa Brasileira. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 122-137, jan./jun. 2018.

O ANTAGONISTA. Brasil concede *status* de refugiado para 21 mil venezuelanos. **Uol**, [S. l.], 5 dez. 2019. Disponível em: <https://oantagonista.uol.com.br/brasil/brasil-concede-status-de-refugiado-para-21-mil-venezuelanos/>. Acesso em: 2 ago. 2022.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO. **Imigrantes internacionais registrados no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sinre-sismigra/>. Acesso em: 30 out. 2022.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. A transição na legislação migratória: um estudo empírico para o período 1980-2019. **Périplos: Revista de Estudos Sobre Migrações**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 36-64, out./nov. 2020.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 34, n. 1, p. 171-179, 2017.

OLIVEIRA, Cesar Augusto Tavares. A política externa do governo Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada. **Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 296-309, 2018.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 183-196, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM) BRASIL. **Guia de deslocamento: estratégia de interiorização**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Covid-19 Global data**. 2020. Disponível em: <https://covid19.who.int/WHO-COVID-19-global-data.csv>. Acesso em: 30 set. 2022.

PADULA, Raphael. Da IIRSA ao COSIPLAN da Unasul: a integração de infraestrutura na América do Sul nos anos 2000 e suas perspectivas de mudança. *In*: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio (org.). **O Brasil e novas dimensões da integração regional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. p. 291-352.

PAEZ, Thomas; PENALVER, Leonardo Viva. The Venezuelan Diaspora, Another Impending Crisis?. **Freedom House Report**, [S. l.], p. 2-32, 2017.

PARELLA RUBIO, Sònia. Segregación laboral y “vulnerabilidad social” de la mujer inmigrante a partir de la interacción entre clase social, género y etnia. *In*: SOLÉ, Carlota (org.). **El uso de las políticas sociales por las mujeres inmigrantes**. Madrid: Instituto de la Mujer; Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 2005. p. 97-136.

PEIXOTO, João (coord.). **O tráfico de migrantes em Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas**. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005.

PEREIRA, Alexandre B. Os usos e abusos políticos do refúgio. **Nexo Jornal**, [S. l.], 15 fev. 2020. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2020/Os-usos-e-abusos-pol%C3%ADticos-do-ref%C3%BAgio>. Acesso em: 30 out. 2022.

PERES, Roberta Guimarães; BAENINGER, Rosana. **Migração feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero**. 2012. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372951670_ARQUIV_O_Fazendo_Genero_Peris_Baeninger.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

PERIN, Vanessa Parreira. **Um campo de refugiados sem cercas: etnografia de um aparato de governo de populações refugiadas**. Orientador: Gabriel de Santis Feltran. 2013. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

PERNA, Giselle Hirtz. Elas serão lembradas! Mulheres venezuelanas em Porto Alegre. *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH-RS*, 16., 2022, *online*. **Anais [...]**. Porto Alegre: Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul, 2022, n. p.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? *In: ALGRANTI, Leila Mezan et al. A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002. p. 8-41. (Textos Didáticos; n. 48)

PODER 360. **Venezuela fecha fronteira com a Colômbia**. 23 fev. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/venezuela-fecha-fronteira-com-a-colombia/>. Acesso em: 20 set. 2022.

POLLAK, Angelina. ¿Hay o no hay racismo en Venezuela? **Ibero-amerikanisches Archiv Neue Folge**, [S. l.], v. 19, n. 3/4, 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43392672>. Acesso em: 10 set. 2022.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p.13-49, abr. 1997.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 9-36, jun. 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

REDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt (coords.). **Imigrantes no Brasil: proteção dos direitos humanos e perspectivas político-jurídicas**. Curitiba: Juruá, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Nota Técnica n. 40**. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/secretaria-de-planejamento-governanca-e-gestao>. Acesso em: 30 out. 2022.

ROMERO, Maria Teresa. **Venezuela en defensa de la democracia (1958-1998): el caso de la doctrina Betancourt**. Caracas: Fundación para La Cultura Urbana, 2005.

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda: educação e descolonização**. Rio de Janeiro, RJ: Mórula Editorial, 2021.

RUSEISHVILI, Svetlana; CARVALHO, Rodrigo C. de; NOGUEIRA, Mariana F. S. Construção social do estado de emergência e governança das migrações: o decreto estadual RR n. 24.469-E como divisor de águas. *In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jaroshinski (orgs.). Migrações venezuelanas*. Campinas: NEPO/Unicamp. 2018. p. 57-68. v. 1.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1978; 1990.

SALGADO, Tiago Santos. A questão chavista na historiografia. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 34, p. 41-60, jan./jun. 2020.

SALGADO, Mara; Franciscatti, Kety Valéria Simões. **A análise dos dados da História Oral: fundamentos para uma Psicologia Crítica**. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia Social UERJ, 2014.

SANTINI, Elvira Blanco; QURYAT, Alejandro. Racismo y violencia de estado en Venezuela: entrevista a Keymer Ávila. **Nueva Sociedad**, Caracas, Venezuela, ed. 289, p. 16-26, set./out. 2020.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. 2. reimpr. São Paulo: Elefante, 2020.

SASKEN, Saskia. The feminization of survival: alternative global circuits. *Crossing Borders and Shifting Boundaries*, v. I: 2003. Disponível em: <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-663-09529-3>. Acesso em: 20 set. 2022.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

SCHEIDT, Eduardo. A Revolução Bolivariana e a questão democrática na Venezuela. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, SE, v. 10, n. 2, p. 2-57, jul./dez. 2019.

SCHERMA, Márcio Augusto. Políticas de defesa e segurança para as fronteiras nos governos Lula e Dilma. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 22, p. 65-77, jan. 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análises históricas**. Traduzido por Christine Rufino e Maria Betânia Ávila. New York: Columbia University Press, 1989.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992. p. 64-65.

SENRA, Ricardo. Na Índia, Bolsonaro diz que, no Brasil, 'imigrantes têm mais direitos que nós'. **BBC News Brasil**, [S. l.], 25 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51250357>. Acesso em: 23 set. 2022.

SERRA, Caio Cesar *et al.* O novo coronavírus e as migrações no Brasil: a instrumentalização da pandemia para a implementação de uma política discriminatória e utilitarista de controle de fronteiras no país. **Travessia Revista do Migrante**, São Paulo, a. XXXIV, n. 91, p. 13-34, maio/ago. 2021.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, 2002.

SILVA, Luiz Fernando de Oliveira. Questão Militar na Venezuela Chavista: política, representação e tempo presente. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE, 3., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, SC: UDESC, 2017.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/gLqzRSkjs3C8gFgwCQDNWjK/?format=pdf&lang=pt>

SLOBODA, Pedro. A legalidade da entrada da Venezuela no Mercosul. **Anuario Mexicano de Derecho Internacional**, Ciudad de México, v. 15, n. 1, p. 701-716, 2016.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TERRAÇO ECONÔMICO. **Venezuela: uma tragédia econômica, política e humanitária**. 1 ago. 2018. Disponível em: <https://www.oguiafinanceiro.com.br/textos/venezuela-uma-tragedia-economica-politica-e-humanitaria/>. Acesso em: 30 set. 2022.

THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: História Oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

TONHATI, Tânia; MACEDO, Marília. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). **Périplos: Revista De Estudos Sobre Migrações**, v. 4, n. 2, p. 125-155, 2020.

TORROBALDO, Hermínia. *Migracion, com ojos de mujer: una mirada interseccional*. Barranquilla: Ediciones Universidad Simón Bolívar, 2019.

UCHOA, Pablo. Lula: “Desemprego não é culpa dos imigrantes pobres”. **BBC News Brasil**, [S. l.], 15 jun. 2009a. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/06/090615_lulaonupu_ba. Acesso em: ago. 2011.

UCHOA, Pablo. **Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez**. São Paulo: Globo, 2003.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. A mudança da política externa brasileira para imigrantes e refugiados: o caso da imigração haitiana no início do século XXI. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 47, p. 22-43, jan./jun. 2016.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. **Análise do perfil socioespacial das migrações internacionais para o Rio Grande do Sul no início do século XXI**: redes, atores e cenários da imigração haitiana e senegalesa. Orientador: Aldomar Arnaldo Rückert. 2015. 248 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. **Migrações Internacionais e Agência Estatal**: o estado da arte no Brasil. Esteio, RS: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Migração venezuelana para o Brasil: considerações geopolíticas e fronteiriças sobre a atuação governamental brasileira. **Aldea Mundo**, [S. l.], v. 24, n. 48, p. 69-80, jul. 2019.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Governança migratória na Administração Rousseff: panoramas e o visto humanitário. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, MS, v. 8, n. 16, p. 100-134, 2019.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Política externa migratória brasileira: a política migratória do Brasil. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS*, 7., 2019, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ABRI, 2019. p. 1-25.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. **Política externa migratória brasileira**: das migrações de perspectiva à hiperdinamização das migrações durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Orientador: Sonia Maria Ranincheski. 2018. 629 p. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2018.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg; RANINCHESKI, Sonia. Pontes ou muros? As diferentes ações dos governos de Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer em relação às migrações internacionais para o território brasileiro. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 79-100, 2017.

VALENCIA, Sayak. **Capitalismo Gore**. Madri, Espanha: Melusina, 2010.

VASCONCELOS, Iana dos Santos; SANTOS, Sandro Martins de Almeida. La Dieta de Maduro: migração venezuelana, geopolítica e alimentação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, RS, v. 13, n. 26, p. 25-46, 2021.

VENEZUELA e Mercosul: ciclo de debates. Brasília: Senado Federal, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 2010. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243097>. Acesso em: 20 set. 2022.

VENEZUELA. Ley Orgánica sobre el Derecho de las Mujeres a una vida libre de violencia. **Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela**, Caracas, n. 38.868, 23 abr. 2007.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.

VIANA, Natalia. A desastrosa Operação do Exército que levou à morte Evaldo Rosa. **Uol Notícias**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3lWcN6h>. Acesso em: 18 set. 2022.

VILELA, Pedro Rafael. Em Roraima, presidente visita abrigo de imigrantes venezuelanos. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 13 ago. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-10/em-roraima-presidente-visita-abrigo-de-imigrantes-venezuelanos>. Acesso em: 30 jul. 2022.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Dossiê América Latina: estudos avançados**, São Paulo, SP, v. 19, n. 55, p. 153-172, dez. 2005.

VITOR, Frederico. Bolsonaro vê imigrantes como “ameaça” e chama refugiados de “a escória do mundo”. Entrevista. **Jornal Opção**, Goiânia, ed. 2097, 19 set. 2015.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa da Venezuela frente a globalização (1989-2001). *In: CARDIM, Carlos Henrique; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (orgs.). Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003. p. 55-157.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **O caótico século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015. 175 p.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito, Ecuador: Editorial Abya-Yala, 2017. (Serie Pensamiento decolonial)

WIKIPÉDIA. **Verbete**: Mesa da Unidade Democrática. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mesa_da_Unidade_Democr%C3%A1tica. Acesso em: 12 ago. 2022.

WRIGHT, Winthrop R.. *Café con Leche: Race, Class and National Image in Venezuela*. Austin, TX: University of Texas Press. 1990.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Dossiê Políticas Públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

ZAMBERLAN, Jurandir. **Imigrante**: a fronteira da documentação e o difícil acesso às políticas públicas em Porto Alegre. Porto Alegre: Solidus, 2013.

ZAMBRANO, Aimeé. **Monitor de feminicídios 2019**. Utopix.CC, [S. l.], 15 jan. 2020. Disponível em: <https://utopix.cc/pix/monitor-de-femicidios-2019-interactivo/>. Acesso em: 20 set. 2022.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br